

RESERVADO



HF 3698. AS4. F47 1989

**Universidade Técnica de Lisboa
Instituto Superior de Economia**

**Efeitos de comércio na criação e desmantelamento
do Espaço Económico Português:
o caso Angola/Portugal (1962-1985)**

MANUEL A. ENNES FERREIRA

*Tese de Mestrado em Economia realizada sob a orientação do
Professor Doutor Armindo J. Patrício da Silva*

*Lisboa
Fevereiro de 1989*



AGRADECIMENTOS

O presente trabalho embora oculte um trabalho solitário e, por vezes, de solidão, apenas a nós responsabiliza.

Contudo, dificilmente ele teria sido possível de elaborar se não tivessem existido diversos apoios a que o autor desde já agradece e que pensa deverem ser destacados.

Antes de mais o Prof. Armindo Silva, o qual manifestou sempre o seu interesse e apoio ao nosso trabalho, independentemente da separação geográfica existente o que, por vezes, criou situações delicadas.

Ao Prof. Adelino Torres também uma palavra de agradecimento não apenas pelos seus comentários úteis, mas igualmente pelo ânimo transmitido em diversas ocasiões.

Ao colega e amigo Dr. Paulo Brito pela total disponibilidade manifestada na discussão de questões metodológicas e tratamento informático.

Aos Drs. Carlos Barros, Horácio Faustino, João Estevão, João Faria e Vitor Santos por motivos tão diversos quanto necessários em determinadas fases do trabalho.

Finalmente, e não menos importante, um agradecimento à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) pela bolsa que concedeu para deslocação a Bruxelas onde, em certa altura, foi necessário deslocarmo-nos para uma discussão mais aturada com o Prof. Armindo Silva.

Ao FILIPE e à MANEL

INDICE

	Pág.
INTRODUCAO	VII
PARTE I - TEORIA ECONOMICA DA INTEGRACAO	1
CAPITULO 1 - OS FUNDAMENTOS DA TEORIA DAS UNIOES ADUANEIRAS	2
1.1. Meios, nıveis, formas e inovações insti- tucionais no processo de integração económica	2
1.2. Síntese da história da teoria de in- tegração económica internacional	6
1.2.1. A origem da Teoria das Uniões Aduaneiras	7
1.2.2. Um marco histórico de consenso: o trabalho de Viner (1950)	8
1.3. Da teoria do comércio internacional: a teoria das Uniões Aduaneiras	9
1.3.1. A teoria das uniões aduaneiras e as hipóteses-base	9
1.3.1.1. Efeitos estáticos e efeitos dinâmicos	10
1.3.1.2. Análise de equilíbrio par- cial e equilíbrio geral	12
1.3.2. Os objectivos do estudo da forma- ção de uma união aduaneira	13
1.4. Os contributos teóricos fundamentais	14
1.4.1. A análise pioneira de Viner : os efeitos produção e consumo	14
1.4.2. Os principais contributos pós - vinerianos (Lipsey, Meade, Johnson e Cooper-Massel)	17
1.4.2.1. O efeito-consumo	17
1.4.2.2. Representação gráfica dos efeitos de produção e consumo na situação de criação e des- vio de comércio	18
1.4.2.3. A teoria pura das Uniões Aduaneiras e Cooper-Massel	22

1.4.2.4. A melhoria do bem-estar no caso de desvio de comércio	22
A) O argumento Lipsey-Gehrels	23
B) O argumento Melvin-Bhagwati	25
1.5. Algumas considerações críticas	27
 CAPITULO 2 - EXTENSAO DO CAMPO DE ABORDAGEM DA TEORIA DAS UNIOES ADUANEIRAS	 29
2.1. A maior dimensionalidade do modelo	29
2.1.1. O contributo inicial de Makower e Morton	29
2.1.2. A percepção das insuficiências do modelo 3 x 2 (Lipsey)	30
2.1.3. O modelo de Berglas	31
2.1.4. Balanço dos contributos para um modelo 3 x 3	36
2.2. Os termos de troca	41
2.2.1. Algumas considerações de Balassa	43
2.2.2. Preferências tarifárias e termos de troca: análise de Mundell	44
2.2.3. Análise de Johnson: variações nos termos de troca e manutenção do comércio com o Resto do Mundo	48
2.2.4. Variações nos termos de troca e inexistência de comércio com o Resto do Mundo : Melvin	51
2.2.5. O contributo de Berglas	52
2.3. Economias de escala	53
2.3.1. As primeiras aproximações:Gehrels, Johnson, Scitovsky e Balassa	50
2.3.2. A introdução explícita das economias de escala na teoria das Uniões Aduaneiras : Corden	54
2.3.2.1. Os efeitos redução-custo e supressão de comércio: a componente produção	56
2.3.2.2. Os efeitos redução-custo e * supressão de comércio: a componente consumo	57

CAPITULO 3 - A APLICACAO DA TEORIA DAS UNIOES ADUANEIRAS NOS PAISES EM VIAS DE DE- SENVOLVIMENTO	60
3.1. Os limites da teoria tradicional das Unioes Aduaneiras nos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD)	60
3.2. A teoria das UA e os países subdesenvol- vidos : análise de Bhambri	61
3.2.1. Análise dos efeitos da formação de uma UA sob as condições exis- tentes nos PVD	62
3.2.2. O caso dos países subdesenvolvidos	64
3.2.3. Mecanismos necessários para a via- bilização da integração entre PVD	65
3.3. Uma teoria geral das Unioes Aduaneiras para os PVD: a análise de Cooper-Massel	66
3.3.1. Pressupostos da análise	66
3.3.2. Efeitos no Bem-Estar	68
3.3.3. Um ótimo de Pareto	68
3.3.4. Novidades face à teoria existente	70
3.4. Problemas da integração económica nos Países em Vias de Desenvolvimento	71
3.4.1. Pressupostos da análise	72
3.4.2. Medição dos efeitos da formação de uma União Aduaneira	74
3.4.3. Os problemas específicos dos PVD e a integração económica	76
CAPITULO 4 - AS ZONAS DE COMERCIO LIVRE	78
4.1. Alguns problemas de uma Zona de Comer- cio Livre (ZCL)	78
4.1.1. Ao nível do desvio de comércio	79
4.1.2. Ao nível da criação de uma estru- tura de produção não-económica: a produção e o investimento	79
4.1.3. Recomendações	80
4.2. Teoria económica das Zonas de Comércio Livre	81
4.2.1. A presença de criação de comércio e desvio de comércio numa ZCL	81

4.3. Efeitos da formação de uma ZCL: análise de Shibata	82
4.3.1. Análise gráfica	83
4.4. Análise dos efeitos de formação duma ZCL : Robson	88
4.4.1. Do ponto de vista de um único país	88
4.4.2. Do ponto de vista de dois países	90
4.5. Algumas conclusões da teoria económica das Zonas de Comércio Livre	93

PARTE II - EFEITOS DE COMERCIO NA CRIACAO E DESMANTE- LAMENTO DO ESPACO ECONOMICO PORTUGUES : O CASO ANGOLA/PORTUGAL (1962-1985)	95
--	----

CAPITULO 5 - ANGOLA E A EVOLUCAO HISTORICO-INSTI- TUCIONAL DO ESPACO ECONOMICO PORTUGUES	96
5.1. Percurso legislativo do tratamento pre- ferencial anterior ao DL 44016 (1961)	97
5.2. Os pontos de vista divergentes na defi- nição do Espaço Económico Português	99
5.3. A adesão de Portugal à EFTA e ao GATT e a criação do Espaço Económico Português	102
5.4. O DL 44016 (1961) e a criação de uma Zona de Comércio Livre	105
5.5. A construção do Espaço Económico Portu- guês (EEP) : 1962-1973	113
5.5.1. O período de 1962-1971	114
5.5.1.1. A 1ª fase legislativa : de 1962 a 1967	115
5.5.1.2. Instituições e mecanismos de execução	118
5.5.1.3. A 2ª fase legislativa : de 1967 a 1971	120
5.5.1.4. Instituições e mecanismos de execução	123
5.5.2. O período de Novembro 1971 a 1973	125
5.5.2.1. Medidas legislativas	125
5.5.2.2. Instituições e mecanismos de execução	127

CAPITULO 6 - A INSERCAO DE ANGOLA NO FUNCIONAMENTO DO ESPACO ECONOMICO PORTUGUES (1962-1973)	129
6.1. As implicações económicas da integração do Espaço Económico Português: análise de Silva Lopes (1963)	129
6.2. O 1º período : de 1962 a Novembro de 1971	132
6.2.1. O funcionamento da 1ª fase	132
6.2.2. O funcionamento da 2ª fase (1967 - Novembro 1971)	146
6.3. O funcionamento do 2º período (Novembro 1971 - 1973)	154
6.4. Balanço do período 1962 - 1973	160
CAPITULO 7 - OS EFEITOS DE COMERCIO NAS RELACOES ANGOLA - PORTUGAL DURANTE O E.E.P. (1962 - 1973)	167
7.1. O crescimento económico e o comércio externo em Angola	168
7.2. Introdução do consumo aparente na análise dos efeitos de comércio	175
7.3. O método de Truman (1972 e 1975)	177
7.4. Descrição do método de Truman no estu- do dos efeitos de comércio para Angola	180
7.5. Os efeitos de comércio no relacionamen- to Angola / Portugal e Angola / Resto do Mundo	187
7.5.1. Os preceitos teóricos de Lipsey e a inserção de Angola no E.E.P.	187
7.5.2. Os efeitos de comércio no período 1962-1973	188
7.6. Angola e os efeitos de comércio com a criação do Espaço Económico Português	196
CAPITULO 8 - FIM DO E.E.P. E OS EFEITOS DE COMERCIO NAS RELACOES ANGOLA - PORTUGAL (1976 - 1985)	199
8.1. A evolução das actividades económicas produtivas	200

8.2. O comportamento do sector do comércio externo	203
8.2.1. As orientações para o desenvolvimento económico-social e o papel do comércio externo	203
8.2.2. A balança comercial	205
8.3. A nova política comercial	208
8.3.1. Direitos aduaneiros	209
8.3.2. Imposições adicionais de carácter fiscal	210
8.3.3. Taxas internas que incidem sobre os produtos importados e os produtos locais	210
8.3.4. Licenciamentos e restrições quantitativas	210
8.3.5. Circuito único para as importações e serviços nacionais obrigatórios	211
8.3.6. Acordos comerciais preferenciais	213
8.3.7. Formalidades especiais à entrada de produtos	213
8.4. A revogação da pauta preferencial com Portugal e os efeitos de comércio	215
8.4.1. A Lei 15/77 de 5 de Outubro de 1977	215
8.4.2. Identificação das alterações no padrão e efeitos de comércio	215
8.4.2.1. O método das variações nas quotas simples de importação	216
8.4.2.2. O método das quotas no consumo aparente	220
8.5. Balanço dos efeitos no comércio no período 1976 - 1985	224

CONCLUSAO	227
-----------	-----

ANEXOS	230
--------	-----

BIBLIOGRAFIA	252
--------------	-----

INTRODUCAO

O relacionamento económico entre Portugal e as suas ex-colónias é matéria suficientemente vasta e importante para merecerem um trabalho de investigação. Vasta, quer pelo domínio temporal quer pela diversidade de situações. Importante, pelas implicações quer trouxe aos mais diversos níveis - económico, social, político, etc -, não só durante o chamado "Espaço Económico Português" (1962-1973) como também após a Independência daqueles territórios.

Parece-nos ser um domínio que, embora importante, revela ainda grandes lacunas na literatura sobre esta temática.

Em matéria tão vasta, houve um facto que nos despertou natural curiosidade : a criação de uma Zona de Comércio Livre, instituída pelo DL 44016 de Novembro de 1961. Aí foi previsto adoptar, a partir de 1962 e num período de 10 anos, mecanismos de desarmamento pautal e abolição de restrições quantitativas entre Portugal (Metrópole) e as suas Províncias Ultramarinas (Cabo Verde, Guiné, São Tomé, Angola, Moçambique, Macau e Timor), cujo objectivo último seria a criação da zona de comércio livre - o Espaço Económico Português.

O tema parece de particular interesse, devido fundamentalmente a dois problemas :

a) como conjugar uma maior aproximação - integração - entre Portugal e as suas colónias para além do vector político, em particular o económico, num momento em que se processava uma abertura de Portugal ao exterior (fim da autarcia) e a procura de uma crescente integração na economia internacional, traduzida pela adesão à EFTA e ao GATT e posteriormente reforçada com o Protocolo de Adesão à CEE (1972) ?

b) como era possível às Províncias Ultramarinas encetar um processo de desenvolvimento económico, partindo duma inexistente base industrial, liberalizando o seu comércio com um parceiro cujo nível de desenvolvimento económico era bem maior e importante fornecedor de produtos manufacturados, ou dito de outro modo: como fazer coexistir uma política necessariamente proteccionista na indústria com uma política de liberalização

aduaneira ?

E partindo daqui que decidimos a escolha do tema e os limites do nosso trabalho.

De entre as diversas Províncias Ultramarinas, Angola era aquela que nitidamente adquiria maior importância económica em todo este contexto. Daí que tivéssemos optado por particularizar o caso de Angola no Espaço Económico Português.

As relações neste período entre Angola e Portugal geraram uma teia complexa de problemas e consequências, de que é reflexo o comportamento diferenciado dos agentes económicos, em particular aqueles mais directamente ligados à Província de Angola.

Chegámos assim a um dos pontos da nossa reflexão e que pensamos contribuir para "um novo olhar" sobre o tema: trata-se de efectuar a análise, tanto quanto possível, do lado de Angola, isto é, tentando perceber os motivos e interesses específicos aí existentes e que acompanharam a sua inserção no Espaço Económico Português bem como quantificar os efeitos dessa inserção.

Sendo um tema vasto, tivemos necessidade de limitar o seu âmbito. Desta forma a nossa reflexão incidirá sobre os efeitos de comércio, deixando de lado o tratamento específico das questões monetárias e financeiras do processo de integração nacional.

Pensamos que seguindo esta abordagem, contribuiremos, na medida das nossas possibilidades, para erigir uma nova óptica da interpretação do objecto de estudo e que só é possível ser apreendido na sua totalidade, quando para ele confluírem os pontos de vista de cada uma das partes envolvidas.

Abra-se um parêntesis para dizer que, no fundo, parece que desta forma iremos ao encontro não só de ROCHA (1982) como de CLARENCE-SMITH (1985), quando o primeiro afirma que "as implicações económicas do colonialismo português estão longe de estar sistematicamente estudadas, não havendo análises parcelares detalhadas que possibilitem uma avaliação de conjunto devidamente fundamentado" e, o segundo, "as colónias ganharam ou perderam tendo Portugal como seu mestre imperial?".

A ideia de tomarmos em consideração as motivações específicas existentes em Angola tem subjacente o facto de não aceitarmos, pelo menos em termos absolutos, a ideia linear segundo a qual "as colónias eram meras reservas de mercado da Metrópole".

Não pomos em dúvida os benefícios que esta última dali tenha

retirado. No entanto, a partir do início da década de 60 começa-se a assistir à manifestação crescente da insatisfação dos interesses económicos em Angola, e não poucas vezes contraditórios com os da Metrópole.

As medidas tomadas na Província de Angola dos finais dos anos 60 até 1973 revelam, de forma evidente, aquela insatisfação e onde o 'espartilho' era o próprio Espaço Económico Português.

Perante isto surge-nos a interrogação : com a necessidade de promover o seu desenvolvimento económico e a existência de um relacionamento aduaneiro preferencial com a Metrópole, quais os efeitos de comércio derivados da existência desta zona de comércio livre?

Esta, julgamos, é uma das questões centrais daquele período, questão de contornos aparentemente contraditórios. A leitura dos dados estatísticos revela elevadas taxas de crescimento da indústria transformadora, ao mesmo tempo que se assiste a uma diminuição da quota de mercado de Portugal em Angola.

A ser assim, pode-se afirmar que existe uma substituição das importações oriundas de Portugal por outras provenientes do Resto do Mundo. Primeira constatação, evidente, mas pouco satisfatória.

O que realmente interessa compreender é como se processou, conjuntamente, a evolução das importações com a evolução sectorial na indústria transformadora. Dito de outro modo, a questão é : se existiu uma maior dinâmica no mercado interno angolano, que substituíbilidade existiu entre a produção industrial e as importações de produtos industriais? E qual o comportamento sectorial diferenciado? E como se comportaram as fontes de oferta externa, Portugal e o Resto do Mundo?

Estas são as interrogações a que procuraremos responder no nosso trabalho, numa primeira fase, e que dará seguimento ao primeiro trabalho que conhecemos sobre este tema, ou seja, VAZ (1978). Uma das diferenças entre este trabalho e o nosso, diz respeito à mudança do enfoque que passa das exportações para as importações de produtos industriais.

Numa segunda fase, iremos analisar os efeitos de comércio referentes a um período completamente diferente do anterior.

A Província de Angola tornou-se país independente em Novembro de 1975 - República Popular de Angola. Cerca de 2 anos mais tarde, em Outubro de 1977, revoga as disposições que suportavam o tratamento aduaneiro preferencial com Portugal.

A caracterização da nova situação parece colocar-se no pólo oposto ao que vigorara até 1973: fim do tratamento preferencial e completa autonomia na definição da política económica a seguir. Daqui o interesse da nossa análise.

Perante novas opções no seu processo de desenvolvimento económico, maior possibilidade de escolha quanto à diversificação de parceiros comerciais, etc, como se processou o novo relacionamento económico com Portugal e, em particular, no domínio dos efeitos do comércio?

Esta é a segunda grande questão que procuraremos abordar, conscientes da multiplicidade de novos factores que envolvem o relacionamento bilateral (a existência de uma situação de guerra com consequências económicas graves para Angola, a influência da tensão política entre os dois Estados, etc).

O período de análise decorrerá entre 1976 e 1985, justificando-se este último ano como terminal em virtude de, a partir de 1986, Portugal ter passado a ser membro da CEE e Angola da Convenção de Lomé, o que introduz uma alteração no relacionamento bilateral, baseado, novamente, em disposições preferenciais alargadas, no entanto, a países concorrentes de Portugal naquele mercado.

*

*

*

A nossa exposição divide-se em 2 partes distintas, uma primeira de conteúdo teórico e uma segunda de estudo de aplicação ao caso Angola / Portugal (1962-1985).

Na Parte I procuraremos reflectir o essencial da teoria da integração económica, o que permitirá compreender e enquadrar melhor os problemas *ab initio* do EEP (enquanto exemplo de uma forma de integração económica - a Zona de Comércio Livre), a forma como funcionou e os seus limites.

Os fundamentos da teoria das uniões aduaneiras será abordado no Capítulo 1, onde especial destaque cabe ao trabalho pioneiro de Viner e principais contributos posteriores.

O Capítulo 2 procurará transmitir, sinteticamente, as extensões entretanto efectuadas na abordagem da teoria.

A sua aplicação ao caso dos Países em Vias de Desenvolvimento é o objecto do Capítulo 3, a que se seguirá um Capítulo 4 sobre o caso específico das Zonas de Comércio Livre, justificado pelo facto do nosso estudo de caso ser ele próprio uma Zona deste tipo.

A Parte II aborda esta última questão - estudo do Espaço Económico Português (1962-1973) - mas estende-se para lá do seu funcionamento formal, isto é, decorre até 1985.

O Capítulo 5 pretende definir o percurso e quadro legislativo que norteou a criação e funcionamento desta Zona, enquanto o Capítulo 6 caracteriza os diferentes comportamentos e problemas práticos que lhe estiveram associados.

A quantificação dos efeitos de comércio que aí se apuram e do ponto de vista de Angola, é objecto de tratamento no Capítulo 7 o qual, para isso, se socorre da aplicação do método das quotas no consumo aparente de Truman.

A encerrar o nosso trabalho, o Capítulo 8 procura, à semelhança do anterior, apurar quantitativamente os efeitos de comércio referentes a um novo período (1976-1985), perfeitamente distinto do anterior, ou seja, com Angola como Estado soberano. Utilizar-se-á igualmente, com as limitações que na devida altura serão evidenciadas, o método de Truman.

PARTE I

TEORIA ECONOMICA DA INTEGRACAO

CAPITULO I - OS FUNDAMENTOS DA TEORIA DAS UNIOES ADUANEIRAS

O termo integração económica é, hoje em dia, utilizado com certa banalidade mas tanto o seu significado preciso como o âmbito a que se refere não encontram completa unanimidade. A sua utilização com um conteúdo mais explícito é, no entanto, bem mais recente do que as referências implícitas que se pode encontrar em diversos autores.

Neste sentido, MACHLUP (1976, p.62) afirma que a sua pesquisa à procura de quem foi o primeiro ou os primeiros utilizadores deste termo assumiu "todas as características de uma história de detectives". Segundo ele, situa-se no período de 1939 a 1942 o aparecimento do termo "integração económica" no seu novo significado económico, isto é, e segundo ROBSON (1980, p.11) no sentido mais limitado que em geral esta expressão se emprega hoje: "como um processo e uma situação envolvendo a combinação de economias separadas em regiões mais alargadas. Assim encarada isso significa que,

- a) como processo: implica medidas destinadas à abolição de discriminações entre unidades económicas de diferentes Estados;
- b) como situação: pode corresponder à ausência de várias formas de discriminação entre economias nacionais (BALASSA, 1961, p.12).

1.1. Meios, níveis, formas e inovações institucionais do processo de integração económica

A utilização de outros parâmetros pode, contudo, atribuir novo âmbito ao termo.

A) Instrumentos e meios

Se se encarar a integração económica pela óptica dos instrumentos e meios a utilizar nesse processo, puder-se-á considerar segundo TINBERGEN (1965)¹ :

1. TINBERGEN, J. (1965), *International Economic Integration* e de acordo com Robson (1985, p.12).

- integração negativa: designa os aspectos que envolvem a remoção das discriminações e das restrições à circulação tal como sucede no processo de liberalização do comércio;
- integração positiva: diz respeito à modificação dos instrumentos e das instituições e a criação de outros.

Não sendo única, diversos autores propuseram uma outra distinção e que se pode encontrar em BALASSA (1961, pp.20-24) ou LOPES (1964, pp.14-25):

- integração funcional (liberal): apela para a remoção de quaisquer obstáculos ou discriminações (ROPKE, 1957 ; HEILPERIN, 1957 ; ALLAIS, 1958)² ;
- integração institucional (intervencionista): adopção de medidas administrativas e intervenção governamental para corrigir e completar a acção das forças de mercado (BYE, 1958 ; GUITTON, 1958)³.

B) Os diferentes níveis

A tomada em consideração da *integração económica* por diferentes níveis (ROBSON, 1985, p.12) ou como descreve HABERLER (1964, pp.2-14) por *waves of integration*, conduz a:

- integração nacional (*the first wave*): integração interna de economias/regiões dentro das fronteiras de um Estado nacional;

2. ROPKE, W. (1957), "Integration und Desintegration der Internationalen Wirtschaft", *Wirtschaftsfragen der Freien Welt* ; HEILPERIN, M.A. (1957), "Freer Trade and Social Welfare", *International Labour Review* ; ALLAIS, M. (1958), "Fondements Théoriques, Perspectives et Condition d'un Marché Commun Effectif", *Revue d'Economie Politique*.

3. BYE, M. (1958), "Freer Trade and Social Welfare, Comments on M.A. Heilferin's Article", *International Labour Review* ; GUITTON, H. (1958), "La Europe et la Théorie Economique", *Revue d'Economie Politique*.

- integração económica internacional (*the second wave*): início de um movimento de livre comércio que originará a integração de diversas nações num bloco regional;
- integração mundial (*the third wave*): iniciado no período pós-II Guerra Mundial, refere-se ao mesmo fenómeno mas a uma escala global.

C) As várias formas

E no 2º nível descrito que Balassa atribui o sentido de integração económica⁴.

Neste âmbito, a integração económica envolvendo diversos países passa pelo estabelecimento de acordos comerciais preferenciais, os quais podem revestir várias formas. Estas são apontadas por BALASSA (1961, p.13) e a que CHACHOLIADES (1978, p.545) acrescenta uma outra:

- a) clube de comércio preferencial: os direitos aduaneiros recíprocos sobre as importações de bens são reduzidos pelos respectivos países membros, mantendo cada um deles os respectivos direitos aduaneiros sobre o Resto do Mundo (CHACHOLIADES);
- b) zona de comércio livre: os direitos e restrições quantitativas entre os países participantes são abolidos mas cada país mantém as suas próprias pautas aduaneiras em relação aos países não-membros;
- c) união aduaneira: implica a supressão das discriminações no que se refere aos movimentos de mercadorias no interior da união e à igualização dos direitos

4. A este propósito ver MACHLUP (1976), "A History of Thought on Economic Integration" onde é descrita toda a polémica e diferentes pontos de vista que a expressão "integração económica" gera.

em relação ao comércio com países não-membros, isto é, a criação de uma Pauta Externa Comum;

d) mercado comum: são abolidos não só as restrições ao comércio mas também as restrições aos movimentos de factores produtivos (trabalho e capital);

e) união económica: associa a supressão de restrições aos movimentos de mercadorias e factores com um certo grau de harmonização das políticas económicas nacionais.

De comum a estes acordos pode-se evidenciar:

- supressão de discriminação entre os seus membros e em certas matérias;

- existência de discriminação contra o resto do Mundo em vários domínios⁵.

Embora teoricamente útil, esta classificação encerra, no entanto, uma visão evolucionista de sentido restrito. Na realidade das organizações de integração económica, a fronteira entre estas diferentes formas esbate-se, coexistindo medidas que 'a priori' se poderiam atribuir unicamente a esta ou àquela forma de integração.

D) As inovações institucionais

Esta adaptabilidade dos países participantes nos processos integracionistas tem revelado as alterações que se têm verificado na estrutura da economia internacional. Elas têm sido acompanhadas por uma "variedade de inovações institucionais sobre as quais é possível efectuar uma análise dos efeitos sobre o bem-estar em consequência da desregulamentação de actividades económicas, o que é dizer, do abaixamento de direitos aduaneiros e impostos" (GRUBEL, 1982, p.39).

Conforme o autor mostra no seu artigo, essa desregulamentação conduzirá não só a uma expansão do comércio como também envolverá custos potenciais de desvio de comércio e externalidades negativas.

5. Conforme observa ROBSON (1985, p.13)

A análise de HAMILTON e SVENSSON (1982,pp.45-64),por exemplo,questiona-se sobre as implicações no padrão de produção e consumo e efeitos no bem-estar (tanto na zona como no país recipiente) quando são levantadas diferentes barreiras ao comércio - direitos sobre as importações de bens de equipamento,matérias primas ou produtos intermédios.

Num âmbito mais restrito,um outro trabalho estabelece o balanço de um dos tipos de "inovação institucional" que Grubel apresenta (JAYAWARDENA,1983,pp.427-444), da mesma forma que MIYAGIWA (1986,pp.337-350) analisa os efeitos sobre o bem-estar derivados do estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio (Free-Trade Zone).

Sob o signo de Zonas Económicas Livres,GRUBEL (1982,pp.39-61) e HAMILTON e SVENSSON (1982,p.45) apresentam a seguinte tipologia:

- Free Trade Zones
- Duty-Free Zones
- Export-Processing Zones
- Manufacturing Zones
- Free Banking Zones
- Free Insurance Zones
- Free Enterprise Zones
- Free Investment Zones

1.2. Síntese da história da teoria de integração económica internacional

A aplicação de medidas de carácter discriminatório por parte de um país ou de um grupo de países relativamente aos seus parceiros comerciais é,desde há muitos anos,prática usual. através de acordos preferenciais de comércio que se viabilizam tais situações.A sua consequência imediata é u tratamento diferenciado face a terceiros países.

A proliferação destes acordos,nomeadamente após a II Guerra Mundial,conduziu à expectativa de que a análise das políticas comerciais discriminatórias passasse a ocupar uma posição central na teoria do comércio internacional (POMFRET,1986,p.439),isto é, a *Teoria das Uniões Aduaneiras*.

Para este autor a expectativa foi,em certa

medida,gorada.Após o aparecimento do contributo de VINER (1950)⁶, justamente considerado como o primeiro passo teórico decisivo na elaboração da Teoria das Uniões Aduaneiras,surgiram outras e importantes contribuições teóricas.Contudo,o período compreendido entre os finais dos anos 60 e os anos 70 são de uma apatia teórica notável.Recentes desenvolvimentos teóricos melhoraram a situação ao incorporarem novos elementos no quadro teórico referencial.

1.2.1. A origem da teoria das Uniões Aduaneiras

E usual considerar-se o ponto de partida da Teoria das Uniões Aduaneiras (TUA) com a publicação do trabalho de Viner em 1950.

POMFRET (1986,pp.440-442) considera isso uma "simplificação" e apresenta 3 exemplos de contributos pré-vinerianos: SMITH (1776) que enfatizou não só o ganho do país receptor das preferências comerciais como a sua distribuição entre e no interior dos apísdas envolvidos; TAUSSIG (1892) ao mostrar que a incidência dos custos e benefícios das preferências depende da quota de mercado do país receptor e que existe um impacto ambíguo no país que as concede;por fim, TORRENS (1844) que desenvolveu um argumento em favor das preferências baseado na tarifa óptima nacional na presença ou ausência de reações por parte de outros países,isto é,relacionou as preferências com alterações nos termos de troca.

Neste mesmo sentido se pronuncia O'BRIEN (1976)⁷ ao pôr em relevo as contribuições pré-vinerianas e ao sustentar que "tudo o que Viner fez foi partir da posição dos economistas clássicos e de Hawtrey e Robbins e,depois,simplesmente adicionar a isto a possibilidade lógica de alguma criação de comércio..."

Menos cáusticos são BALASSA (1961) e ROBSON (1985).

O primeiro destaca não só COURNOT (1927) na distinção entre os efeitos da abolição de barreiras aduaneiras sobre a eficiência e equidade como também WICKSELL (1934) pela sua consideração explícita das uniões aduaneiras.

6. VINER (1950), *The Customs Union Issue*

7. O'BRIEN (1976),"Customs Unions: trade creation and trade diversion in historical prespective",*History of Political Economy*,vol.8

Quanto a Robson, refere HABERLER (1936) e GREGORY (1927) e para os quais as Uniões Aduaneiras (UA) seriam apenas um passo na direcção do comércio livre. Destaca igualmente SMITH (1776), RICARDO (1817) e McCULLOCH (1832) pela discussão dos efeitos de Tratados de comércio preferenciais na base, essencialmente, dos seus efeitos de desvio de comércio e ainda LIST (1885) que antecipou a corrente das modernas teorias sobre as UA. As contribuições mais contemporâneas de Viner seriam de DE BEERS (1941) e BYE (1950).

Finalmente MACHLUP (1976, pp. 78-85), numa perspectiva bastante mais lata, apresenta uma lista exaustiva de "contribuidores" que agrupa em cinco categorias: *historiadores* (que se referem à formação dos Estados-Nação, Uniões Aduaneiras e projectos de unificação), *economistas políticos* (que propuseram, promoveram e se opuseram aos vários projectos de integração), *estadistas e homens de negócios* (que promoveram e rejeitaram UA e outros projectos de integração económica), *membros de Comissões e Organizações* (que estudaram, promoveram e informaram sobre esses projectos) e *economistas teóricos* (que analisaram as consequências essenciais do comércio internacional e da integração económica).

1.2.2. Um marco histórico de consenso: o trabalho de Viner (1950)

Independentemente da maior ou menor importância reconhecida e atribuída aos autores pré-vinerianos, há um consenso sobre o papel decisivo de Viner e daí o marco referencial que lhe cabe na Teoria das Uniões Aduaneiras.

BALASSA (1961, pp. 40-41) afirma que até 1950 não tinha existido nenhuma análise teórica consistente da criação de uma União Aduaneira: a literatura subsequente desenvolve-se sobre a estrutura teórica de Viner.

A análise dos efeitos de uma UA nas correntes de troca, a distinção entre criação de comércio e desvio de comércio daí resultantes e a identificação das condições em que um acordo preferencial melhora o bem-estar, são para POMFRET (1986, pp. 441-442) "*seminal*".

Por fim, para ROBSON (1985, p. 18) "a simples adição, ao corporizar o conceito de desvio de comércio é crucial para a teoria das UA". Daqui que Robson duvide da compreensão (por parte dos

economistas clássicos e neo-clássicos) da verdadeira essência da TUA. A conclusão que retira é a de que "antes de Viner não há qualquer tratamento sistemático das UA, com excepção de De Beers. Poucos economistas estarão dispostos a desafiar a opinião de Johnson de que a análise de Viner não tem qualquer paralelo como enorme contribuição teórica que realmente foi".

1.3. Da teoria do comércio internacional: a teoria das uniões aduaneiras

1.3.1. A teoria das uniões aduaneiras e as hipóteses-base

A teoria do comércio internacional tradicional pressupõe um número de hipóteses de base a partir das quais é construído todo o seu raciocínio teórico.

A grande maioria dos estudos parte das seguintes hipóteses:

- 1- um modelo 3 x 2: isto é, considera a existência de 3 países e 2 produtos (dois desses países constituem uma zona preferencial de comércio enquanto o terceiro representa o Resto do Mundo);
- 2- um método estático-comparativo: ou seja, estuda situações de equilíbrio antes e após as alterações introduzidas com a formação do acordo preferencial de comércio;
- 3- uma análise de equilíbrio parcial: o enfoque recai sobre as alterações verificadas no mercado de um produto, considerando-se que todos os restantes preços se mantêm.

Embora qualquer um destes 3 pontos de partida tenha vindo a ser objecto de reformulações (introdução do modelo 3 x 3, por exemplo), consideração de novas situações ou ainda alargamento do seu enfoque (análise de equilíbrio geral), é, no entanto, partindo daquelas premissas que se estruturaram as primeiras contribuições teóricas.

Para além destas, existe um conjunto de pressupostos "que a teoria ortodoxa das Uniões Aduaneiras partilha com a teoria do comércio internacional" (ROBSON, 1985, p.28) :

- a) concorrência perfeita nos mercados de bens e factores;
- b) os factores são perfeitamente móveis no interior dos países mas não entre eles;
- c) não existem custos de transporte;
- d) os direitos aduaneiros são a única forma utilizada de restrição ao comércio (no sentido que lhe é atribuído por VINER (1950, pp.32-33), isto é, os "direitos efectivos protectores")
- e) não existem externalidades, ou seja, não há divergência entre custos privados e sociais;
- f) consideração de custos crescentes;
- g) o comércio está equilibrado;
- h) os preços reflectem com exactidão os custos de oportunidade de produção;
- i) existe pleno emprego de todos os factores produtivos;
- j) as taxas de câmbio dos países mantêm-se as mesmas, antes e após a formação da União Aduaneira⁸.

Note-se, porém, que mais recentemente se tem procurado desenvolver uma linha de investigação baseada no abandono de alguns destes pressupostos, dando à análise da teoria das UA um novo ponto de vista: as distorções da concorrência.

O abandono dos custos de transporte nulos (que em certos casos pode fazer aumentar o custo unitário efectivo do produto no país importador, podendo implicar diminuição ou eliminação do comércio internacional), a consideração de imperfeições de mercado (estruturas de mercado monopolísticas e oligopolísticas) ou da mobilidade dos factores, são abordados, por exemplo, em EL AGRAA (1983, pp.154-162).

1.3.1.1. Efeitos estáticos e efeitos dinâmicos

A formação de uma UA induz efeitos (ganhos/perdas), os quais são analisados no âmbito das suas implicações sobre a afectação de recursos e o bem-estar (dos países participantes na União, da União como um todo e do resto do Mundo).

8. A propósito destes pressupostos ver, entre outros, HINE (1985, pp.11-12)

Aquelas implicações aparecem,contudo,em resultado dos efeitos do impacto da formação da UA sobre:

- a) afectação de recursos e especialização internacional
- b) termos de troca;
- c) aproveitamento das economias de escala;
- d) produtividade dos factores;
- e) taxa de crescimento económico;
- f) estabilidade económica;
- g) distribuição do rendimento;
- h) aumento da concorrência
- i) estímulo à introdução de alterações técnicas,
- j) estímulo ao investimento

Os três primeiros aspectos são considerados como fundamentais pela teoria tradicional das uniões aduaneiras (ROBSON,1985,p.28).

A diferença entre os "efeitos estáticos" e os "efeitos dinâmicos" da formação da UA tem conduzido a uma dupla separação -não muito rigorosa- no estudo das UA.Autores há que explicitamente apenas analisam os efeitos estáticos,outros apenas implicitamente o fazem e,por fim,háainda aqueles que introduzem os efeitos dinâmicos nas suas análises.

Estes efeitos dinâmicos que KREININ (1974,p.19) define como "alterações na taxa de crescimento resultantes da expansão do mercado e da adição de recursos produtivos em consequência daquela",foram desde muito cedo reconhecidos como importantes.Por exemplo LIPSEY (1960,p.496) aponta claramente os casos c) , e) e h) como "fontes de ganhos ou perdas no Bem-estar" reconhecendo que a investigação teórica tem recaído quase exclusivamente sobre a), dando alguma atenção a b) e c),enquanto e) e h) têm estado completamente alheias dos estudos.

O reconhecimento da importância em se utilizarem conjuntamente estes dois efeitos como critério de avaliação de uma UA leva BALASSA (1961,p.30) a denominá-lo por "eficiência dinâmica":"ao avaliar os efeitos da integração económica usar-se-á eficiência dinâmica como o principal indicador dos resultados obtidos,tomando em consideração tanto as variações na eficiência da distribuição dos recursos,no sentido estático,como os efeitos dinâmicos da integração".

A popularização da distinção entre os efeitos estático e dinâmico é,aliás,obra deste autor: a sua análise começa por ex-

aminar os efeitos da abolição das barreiras aduaneiras no interior de uma UA desprezando os efeitos dinâmicos (BALASSA, 1961, pp. 39-152)⁹, para, em seguida, abandonar algumas das hipóteses subjacentes à análise estática e discutir os efeitos dinâmicos da União (BALASSA, 1961, pp. 155-283)¹⁰.

O hábito de classificar as implicações da formação de uma UA no bem-estar mundial em efeitos estáticos e dinâmicos, centrando as suas consequências nos países nela envolvidos, conduziu KREININ (1964, pp. 193-195) a chamar a atenção para o facto da teoria desprezar um importante factor dinâmico - *the direct diversionary impact on non-member countries*. Considerando-se este a contrapartida do efeito dinâmico que opera no interior da União, são as repercussões indirectas dos dois efeitos através do multiplicador do comércio externo que poderão dar a ideia das implicações sobre o bem-estar mundial.

A consideração destes efeitos e a comparação entre a forma como cada autor os encara é bastante bem descrita no "survey" de KRAUSS (1972, pp. 413-436)¹¹.

Ir-se-á abordar ao longo deste capítulo algumas das introduções efectuadas na teoria ortodoxa das uniões aduaneiras, o que é dizer que nos preocuparemos sobretudo com os efeitos estáticos, apelando igualmente para a consideração dos efeitos dinâmicos.

1.3.1.2. Análise de equilíbrio parcial e de equilíbrio geral

A teoria ortodoxa das UA, ao mesmo tempo que assume os pressupostos indicados mais atrás e se baseia sobretudo no método estático-comparativo, efectua uma aproximação de carácter mais restrito: a análise de equilíbrio parcial.

E usual considerá-la assim pois que o seu enfoque recai sobre as alterações verificadas no mercado de um bem, assumindo-se

9. Balassa efectua esta análise na I Parte deste livro (Cap. 2-4) e intitulada "A estática da integração económica".

10. A discussão destes efeitos encontra-se na II Parte do seu livro (Cap. 5-8) sob o título "A dinâmica da integração económica".

11. O que não impede, contudo, Balassa de o criticar acusando-o de alguns "lapsos interpretativos", conforme POMFRET (1986, p. 448, nota 16).

que todos os outros permanecem iguais.

Este pressuposto tem claramente alguns inconvenientes: a formação de uma UA envolverá, por certo, muitas variações nos preços. Daqui que deva existir algum cuidado na utilização dos seus resultados para interpretar as alterações que possam ocorrer numa UA envolvendo vários bens (HINE, 1985, p.12).

Várias contribuições têm aparecido no domínio da análise de equilíbrio geral. Os trabalhos de VANEK (1965)¹² e KEMP (1969)¹³ são justamente considerados os trabalhos mais sistemáticos neste domínio (CHACHOLIADES, 1978, p.563).

O nosso trabalho, à semelhança do que havíamos considerado para os efeitos estáticos/efeitos dinâmicos, basear-se-á quase fundamentalmente na análise de equilíbrio parcial efectuando, quando necessário, algumas referências à análise de equilíbrio geral.

1.3.2. Os objectivos do estudo da formação de uma União Aduaneira

A teoria das UA, ao considerar a discriminação tarifária efectuada por um país, tem desde logo de limitar o campo em que essa discriminação se faz sentir.

O sistema tarifário tanto pode efectuar uma discriminação de produtos, isto é, existem diferentes taxas de direitos aduaneiros sobre produtos diferentes, como uma discriminação geográfica: o mesmo produto está sujeito a diferentes taxas, variando a taxa segundo o país de origem, o que é instituído através da elaboração de diferentes acordos preferenciais (WANG, 1967 ; STERN, 1973, pp.872-882).

A teoria das UA trata dos efeitos das discriminações geográficas sobre as barreiras ao comércio (LIPSEY, 1960, p.496). O estudo destes efeitos tem-se confinado ao Bem-Estar o qual, ainda segundo a teoria, pode ter origem em : 1) especialização da produção segundo as vantagens comparativas que é a base do caso clássico de ganhos a partir do comércio; 2) economias de escala ;

12. VANEK, J. (1965), *General Equilibrium of International Discrimination*

13. KEMP, M.C. (1969), *A Contribution to the General Equilibrium Theory of Preferential Trading*

3) alteração nos termos de troca; 4) variações forçadas na eficiência devido à crescente concorrência externa; 5) alterações na taxa de crescimento económico.

A primeira chamada de atenção crítica sobre este assunto remonta a 1960 : "a TUA tem quase sempre ficado confinada à investigação de (1), com alguma atenção para (2) e (3), excluindo completamente (5) enquanto (4) é posto de lado pela teoria tradicional ao assumir que a produção se desenrola por processos tecnicamente eficientes" (LIPSEY, 1960, p. 496).

Alguns anos mais tarde KRAUSS (1972) e mais recentemente POMFRET (1986, pp. 448-449) retomam aquela chamada de atenção, prestando tributo a Lipsey. Pomfret refere mesmo que a partir de 1965 assistiu-se a uma falta de avanços na teoria preferencial do comércio, pese embora algumas excepções.

Concluindo, assente que a Teoria das Uniões Aduaneiras se preocupa sobretudo com os efeitos sobre o Bem-Estar após a formação daquela, passar-se-á em revista os principais pontos e contribuições teóricas que a sua abordagem tem merecido.

1.4. Os contributos teóricos fundamentais

Desde Viner na década de 50 até recentemente na década de 80, vários avanços teóricos foram sendo apresentados no sentido de preencher lacunas na TUA ou conferir-lhe um grau maior de realismo.

Neste ponto iniciaremos por descrever aqueles que são considerados os contributos teóricos fundamentais. Numa segunda fase apresentar-se-ão os pontos que têm sido objecto de reflexão com o intuito de os integrar na teoria, possibilitando-a de alargar o campo de abordagem.

1.4.1. A análise pioneira de Viner (1950): os efeitos produção e consumo

Durante muito tempo a ideia de que um acordo preferencial de comércio representaria um movimento em direcção ao comércio livre - devido à remoção de algumas tarifas - foi aceite. Daqui se concluiu que os acordos preferenciais seriam um passo na direcção correcta se se assumisse o comércio livre como um objectivo

desejável.

Neste sentido, VINER (1950, Cap. IV) reconhece que a remoção das tarifas sobre o comércio entre 2 países pode permitir que aumente o seu comércio mútuo. No entanto, logo de seguida, interroga-se se isso será desejável visto depender das razões que levaram o comércio a aumentar. E é neste ponto que aparece um dos seus contributos teóricos mais decisivos: a distinção entre criação de comércio e desvio de comércio como efeitos de uma redução preferencial tarifária.

Após uma referência sobre a remoção dos "direitos nominais", os quais não têm efeitos sobre as importações pois que não existiriam mesmo na ausência de direitos de importação nos produtos em causa e dos "direitos efectivos protectores", isto é, aqueles que fazem reduzir as importações não só por tornarem os produtos em causa mais caros para os consumidores mas também por desviarem o consumo dos produtos importados para os da indústria nacional, VINER (1950, pp. 32-33) afirma que a atenção se deve centrar sobre as consequências da remoção destes últimos direitos em consequência da formação de uma União Aduaneira.

Os conceitos de criação de comércio e desvio de comércio e a sua operacionalidade como instrumentos na análise do balanço positivo/negativo dos acordos preferenciais de comércio aparecem explicitamente.

Viner escreve que "haverá bens, contudo, para os quais um dos membros da UA importará agora pela primeira vez do outro país (parceiro) mas que anteriormente não importava porque o preço do produto nacional protegido era mais baixo do que o preço de qualquer origem externa acrescido do direito. Esta mudança no "locus" de produção entre os dois países é uma mudança de um ponto de custo mais elevado para um mais baixo" (p. 33). Estamos perante aquilo que Viner denomina criação de comércio.

Por outro lado, acrescenta Viner, "existirão outras mercadorias para as quais um dos membros da união importará agora pela primeira vez a partir do outro país (parceiro), enquanto que antes da UA ele os importava de um terceiro país, pois que essa era a fonte de oferta mais barata possível mesmo após o pagamento do direito. A mudança no "locus" de produção não é agora entre os 2 países membros da União mas entre um terceiro país de custo mais baixo e um outro, de custo mais elevado, país membro da união" (p. 33). Este caso denomina-se desvio de comércio.

Expostos os 2 conceitos chave , Viner é de opinião que para que se possa afirmar que uma UA está a mover-se na direcção certa ou errada, é necessário analisar aqueles dois tipos de consequências (efeitos) resultantes da formação da UA: "onde a força da criação de comércio é predominante, pelo menos um dos membros deve beneficiar, ambos podem beneficiar, os dois combinados devem ter um benefício líquido e o Mundo, em geral, beneficia... Onde o efeito do desvio de comércio é predominante, pelo menos um dos países membros está constrangido a ser prejudicado, ambos podem ser prejudicados, os dois combinados sofrerão em prejuízo líquido e existirá prejuízo para o Resto do Mundo e o Mundo em geral" (pp.34-35).

Em síntese, da análise de Viner pode-se inferir (após a formação de uma UA entre 2 países):

- a) a nível da origem das importações, produtos que anteriormente eram produzidos num país membro passarão a ser importados do país parceiro (caso da criação de comércio), por outro lado, produtos importados anteriormente do Resto do Mundo passarão a sê-lo do país parceiro graças à discriminação geográfica tarifária (caso do desvio de comércio);
- b) a nível dos efeitos de produção (reafectação de recursos), existe uma mudança na produção do produtor nacional com custos mais elevados para o produtor do país parceiro com custos mais baixos (caso da criação de comércio); do mesmo modo, pode ocorrer uma mudança na produção do produtor de custo mais baixo situado no resto do mundo para o produtor do país parceiro e de custos mais elevados (caso do desvio de comércio);
- c) a nível do Bem-Estar, o comércio entre países ao permitir a transferência de bens de um país de custos inferiores para um país de custos superiores, interfere no bem-estar porque reduz os custos; daí que o bem-estar possa aumentar (caso da criação de comércio) ou diminuir (caso do desvio de comércio).

1.4.2. Os principais contributos pós-vinerianos (Lipsey, Meade, Johnson e Cooper-Massel)

A partir da análise pioneira de Viner diversos autores abordaram esta temática introduzindo algumas precisões e novas situações. Enriqueceu-se, deste modo, o corpo teórico relativo à TUA, prestando tributo ao trabalho de Viner. CHACHOLIADES (1978, p. 547) a este respeito dirá que "os conceitos de Viner de criação e desvio de comércio ainda permanecem o fenómeno económico fundamental associado às Uniões Aduaneiras".

Contudo, o reconhecimento da importância do trabalho deste, não o isenta de críticas, não tanto relativas às suas proposições mas mais relacionadas com alguns aspectos ignorados na sua abordagem e com a simplificação que a mesma exige.

1.4.2.1. O efeito-consumo

GEHRELS (1956), LIPSEY (1957, 1960) e MEADE (1956) quase simultaneamente chamaram a atenção para um outro efeito derivado da formação de uma união aduaneira, o qual escapara à consideração de Viner: o efeito-consumo.

SPRAOS (1964, p. 102), no entanto, minimiza um pouco este refinamento ao afirmar que "nada tem a dizer sobre os efeitos-consumo excepto que, do ponto de vista prático, a eles são atribuídos um significado secundário".

Exemplifiquemos.

Suponha-se 3 países: A, B e C, sendo este último considerado o Resto do Mundo. Cada país produz o produto X a um custo médio constante.

Numa situação pré-união e com a imposição uniforme de direitos de importação, o país A produzirá internamente o produto X, se for a fonte de menor custo.

O país A decide formar uma UA com o país B.

Após o país A levantar os direitos sobre as importações oriundas de B mas não de C, o preço pago pelos seus consumidores descenderá pelo que, a menos que a procura em A seja perfeitamente inelástica, o consumo do produto X em A tenderá a aumentar: este aumento do consumo é o efeito-consumo. Há que tomá-lo em consideração visto que deverá conduzir a uma expansão do comércio (as importações totais do produto X efectuadas pelo país A tende

a aumentar) conforme o destaca MEADE (1956,pp.53-58).

Esta situação amplamente abordada por Meade é considerada por POMFRET (1986,p.444) como o maior desenvolvimento teórico imediatamente posterior a Viner, o que permitiu identificar um aspecto possível de aumento do bem-estar derivado do desvio de comércio: o preço mais baixo no país que concede as preferências vai encorajar um consumo adicional do produto importado, envolvendo um aumento excedente do consumidor quer as importações adicionais provenha, ou não do fornecedor de mais baixo custo.

Mas Meade não se limitou a este ponto do problema. Acrescentou que não se pode considerar tal expansão do comércio como um ganho puro: a formação da União significa também uma redução nos rendimentos obtidos através dos direitos aduaneiros por parte dos países que formam a união, pelo que poderá existir alguma perda contra o ganho obtido com a expansão do comércio (MEADE, 1956, pp. 57-58).

1.4.2.2. Representação gráfica dos efeitos de produção e consumo na situação de criação e desvio de comércio

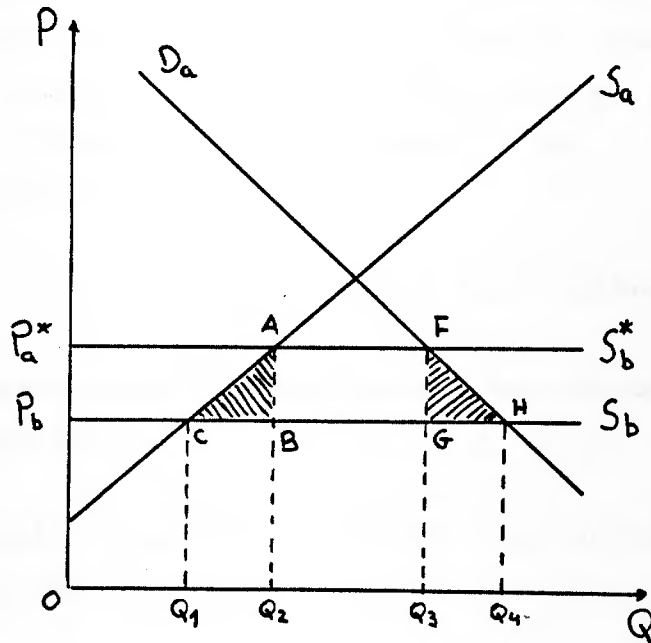
Várias representações gráficas para ilustrar estas situações têm sido feitas. Iniciada com Meade ela foi, contudo, popularizada por JOHNSON (1960; 1962).

Nesta representação uma questão que é usual vir a lume prende-se com a consideração das elasticidades. Meade fez notar que a análise de Viner seria mais adequada considerando-se a elasticidade-procura igual a zero e as elasticidades-oferta infinitas. POMFRET (1986, pp. 444-445) considera duvidoso que Viner tivesse feito estas hipóteses mas, acrescenta, "tornou-se prática basear a teoria das UA nas elasticidades da oferta infinitas para todos os fornecedores estrangeiros"¹⁴.

14. Os diagramas que a seguir se apresentam bem como a sua explicação, derivam da fusão dos diagramas apresentados por CHACHOLIADES (1978, pp. 549-553) e POMFRET (1986, pp. 445-446).

FIG.1 - Análise de equilíbrio parcial de discriminação com oferta de importações perfeitamente elásticas

CASO A - CRIAÇÃO DE COMERCIO



S_a - curva de oferta doméstica no país A

D_a - curva da procura doméstica no país A

S_b - oferta de importações da fonte preferencial

(país B), que é perfeitamente elástica ao preço P_b

S_b^* - curva de oferta do país B, incluindo a tarifa

OP_b - preço de oferta praticado pelo país B

OP_a^* - preço doméstico em A na situação pré-preferência

O preço praticado pelo Resto do Mundo (RM) situa-se necessariamente acima de OP_b

Antes da formação da UA o país A consome OQ_3 com uma produção nacional de OQ_2 e uma importação de O_2Q_3 do país B. As receitas aduaneiras são dadas pela área $ABFG$.

Após a formação da UA e com a eliminação da tarifa que o país A impunha, o consumo de A aumenta para OQ_4 , enquanto a produção nacional cai para OQ_1 , as importações oriundas de B aumentam para O_1Q_4 e, finalmente, as receitas aduaneiras desaparecem.

Dito de outro modo, o triângulo ABC representa a poupança do custo real da produção nacional substituída por importações: efeito-produção de Viner. A quantidade O_1Q_2 que era anteriormente produzida nacionalmente a um custo total dado pela área

Q_1Q_2AC , foi agora substituída por importações de um país com custos mais baixos e a um custo total dado pela área Q_1Q_2BC . O ganho líquido é a área do triângulo ABC .

O triângulo FGH representa o ganho líquido no excedente dos consumidores: é o efeito-consumo (não considerado por Viner mas destacado por Meade devido à expansão do comércio).

O ganho total deste caso de criação de comércio pode ser representado pela soma dos dois triângulos ABC e FGH (indicado por JOHNSON (1962)) e depende de 3 parâmetros (CHACHOLIADES, 1978, p.551):

- a) a tarifa inicial de A (isto é, a distância F_0F^* .)
- b) a elasticidade da oferta de A no ponto de produção pré-união A
- c) a elasticidade da procura de A no ponto de produção pré-união F

Em geral, quanto mais elevado o nível inicial da tarifa de A e quanto mais elásticas forem a oferta e procura nacional de A , maior será o ganho com a criação de comércio.

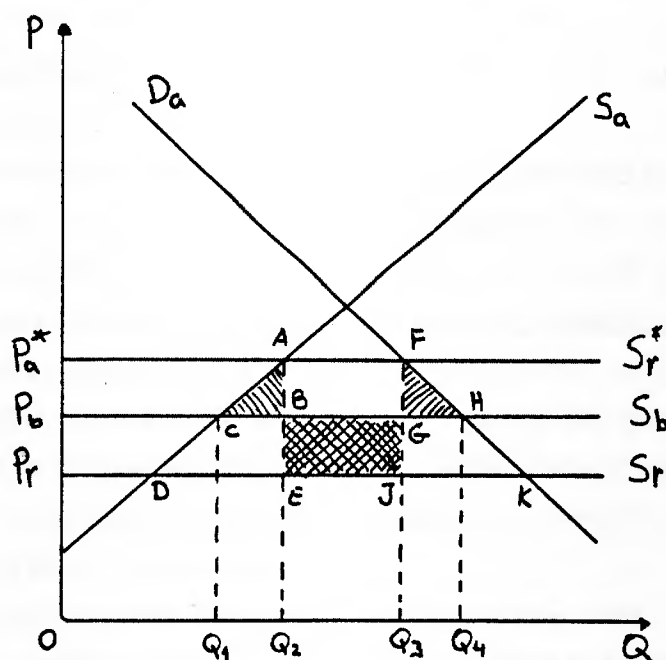
Vejamos agora aqueles efeitos no caso de desvio de comércio (Fig.2).

Antes da formação da UA, o país A consome OQ_3 , onde OQ_2 é produzido nacionalmente e Q_2Q_3 é importado de C . As receitas aduaneiras são dadas pela área $AEFJ$.

Após a formação da UA e com a eliminação da tarifa imposta às importações vindas de B , mas não àquelas oriundas de C , o consumo do país A aumenta para OQ_4 , a produção nacional diminui para OQ_1 , as importações aumentam para Q_1Q_4 (isto é, as importações aumentam compensando o decréscimo da produção nacional Q_1Q_2 mais o aumento do consumo nacional Q_3Q_4) e, finalmente, as receitas aduaneiras desaparecem.

FIG.2 - Análise de equilíbrio parcial de discriminação com oferta de importações perfeitamente elástica

CASO B - DESVIO DE COMERCIO



S_r - oferta de importações do Resto do Mundo

S_r^* - curva da oferta do RM, incluindo tarifa

OP_r - preço mundial

Tanto o triângulo ABC como o triângulo FGH representam um ganho: o primeiro indica o efeito-produção enquanto o segundo o efeito-consumo. Pelo contrário, o rectângulo BDEG representa uma perda líquida resultante do desvio do montante inicial de importações (Q_2Q_3) de uma fonte de mais baixo custo (país C) para uma de custo mais elevado (país parceiro B). E apenas este último efeito (negativo) do desvio de comércio que é referido por Viner e que pode ser completado com a inclusão dos 2 efeitos - produção e consumo - acima descritos.

Deste modo e ao contrário do que Viner pensava, o desvio de comércio não tem necessariamente um efeito negativo sobre o Bem-Estar. Isso irá depender da comparação da soma dos 2 triângulos ABC e FGH que representam ganhos (do produtor e do consumidor) com o rectângulo BEJG que indica perda de receitas aduaneiras: a condição de Viner verificar-se-á apenas quando

$$ABC + FGH < BEJG$$

1.4.2.3. Cooper-Massel e a teoria pura das Uniões Aduaneiras

O objectivo do trabalho diz respeito "à teoria pura das Uniões Aduaneiras e não considera os ganhos oriundos de alterações nos termos de troca, economias de escala e outras considerações que não fazem parte da teoria pura".

Sinteticamente, da análise efectuada os autores concluem (COOPER-MASSEL, 1965, pp.94-98):

- 1 - analiticamente, o efeito do bem-estar de uma UA pode ser dividido em 2 componentes: em primeiro lugar a componente redução tarifária e, em segundo lugar, uma componente de desvio de comércio puro;
- 2 - utilizando a análise tradicional, a componente redução tarifária é a única fonte de ganho no bem-estar dos consumidores e que pode resultar de uma UA, e isto tanto para a criação de comércio como para o efeito consumo;
- 3 - usando uma política apropriada de protecção não-preferencial, uma UA necessariamente resulta em desvio de comércio puro e é consequentemente má no sentido tradicional do bem-estar;
- 4 - o ponto de vista do livre comércio subjacente a análise vineriana falha na explicação do porquê de uma UA ser sempre preferível a uma política tarifária não-preferencial.

1.4.2.4. A melhoria do bem-estar no caso de desvio de comércio

O facto de ter escapado à análise de Viner o efeito-consumo, impediu-o de considerar a hipótese da existência de um aumento do Bem-Estar na situação de desvio de comércio após a formação da União. Tanto LIPSEY (1957; 1960) como GEHRELS (1956) procuraram demonstrar a possibilidade de ocorrência deste caso.

LIPSEY (1957, p.60), por exemplo, na sua primeira demonstração sobre a possibilidade de acontecer este caso afirma: "neste artigo será mostrado que quando os efeitos-consumo são tomados em consideração, as conclusões simples de que a criação de comércio é 'boa' e o desvio de comércio 'mau', já não têm qualquer validade. Embora a distinção seja fundamental para classificar as

alterações na produção em consequência da formação de uma UA, não é, contudo, com ela que as conclusões sobre o bem-estar se podem basear". Isto é, ao mesmo tempo que Lipsey presta tributo a Viner faz ressaltar um ponto por este negligenciado.

Deve-se notar, todavia, que a conclusão de Viner segundo a qual o DC piora o bem-estar do país dador de preferências, ocorre necessariamente se se considerar a sua hipótese implícita sobre a procura: os bens são consumidos numa proporção fixa independentemente da estrutura dos preços relativos.

Isto é demonstrado por LIPSEY (1960, pp. 499-500) mas é também sobre este aspecto que recai a sua principal crítica (p. 501): "uma UA necessariamente altera os preços relativos e, em geral, devemos esperar que isto conduza a alguma substituição entre os bens, havendo uma tendência para alterar o volume do comércio já existente com mais compras dos novos e mais baratos bens e menos dos agora mais caros".

Ao contrário do que se poderia pensar, nem esta interpretação de Lipsey foi aceite pacificamente.

BHAGWATI (1971) contrapõe que as proporções fixas no consumo não eram uma condição suficiente porque a variação na produção também poderia ser uma fonte de ganho.

Em termos da Fig. 2 ter-se-ia: se FGH desaparece devido à hipótese das proporções fixas, ainda resta o triângulo favorável ABC que pode contrapesar as perdas de receitas aduaneiras, isto é, $ABC > BEGJ$.

Desta forma, Bhagwati sustenta que é possível apresentar-se uma condição alternativa à interpretação de Lipsey: o nível de importações e não o padrão de consumo (sugerido por Lipsey) seria fixo¹⁵.

A) O argumento de Lipsey-Gehrels

A demonstração de que o bem-estar pode melhorar numa UA com desvio de comércio vai ser efectuada por LIPSEY (1960, pp. 501-504) utilizando para o efeito a apresentação gráfica de GEHRELS (1956), conforme Fig. 3.

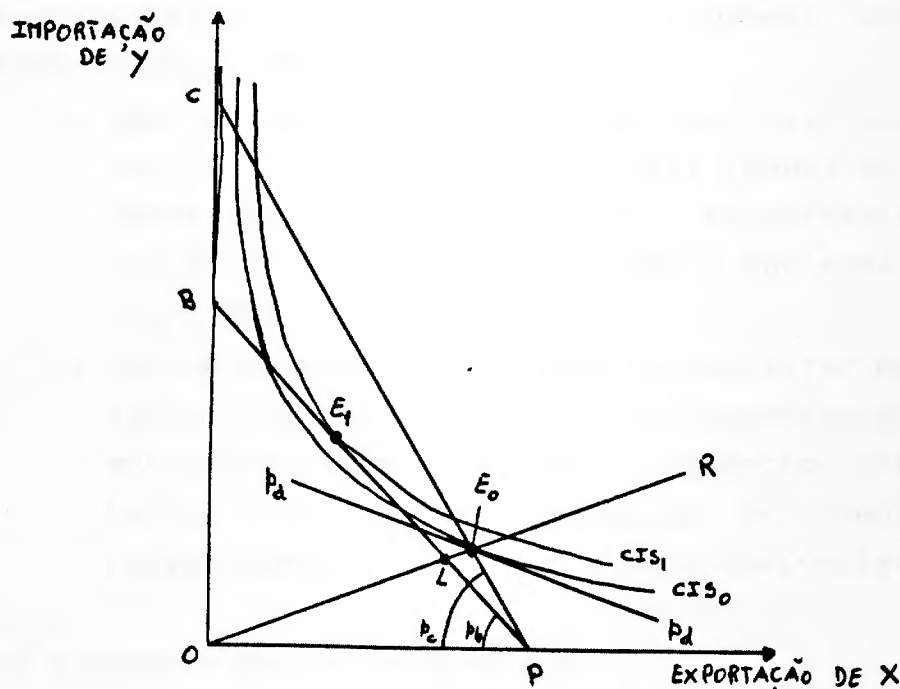
15. O que pode ser observado nas representações gráficas 3 e 4: com o nível de importações fixo, o ponto de equilíbrio de A passará de E_0 para J e obviamente o bem-estar piorará.

O ponto de partida para esta representação exige o abandono da hipótese de que os produtos são consumidos em proporções fixas. Para uma melhor apresentação, seguiremos CHACHOLIADES (1978, pp. 553-555).

Consider-e-se:

- 3 países A, B (país parceiro) e C (R. Mundo)
- os países B e C são países grandes e produzem dois bens, X e Y ,a taxas marginais de transformação constantes (representado na Fig. pela inclinação das linhas BP e CP)
- o país A é um pequeno país e especializa-se completamente na produção de X
- os países B e C impõem tarifas proibitivas nos produtos do outro e não comerciam entre si.

FIG. 3 - União aduaneira com desvio de comércio e melhoria do bem-estar: Lipsey-Gehrels



OF - produção total do bem X no país A

As importações vindas do país C são mais baratas do que as oriundas do país B.

Antes da UA se formar entre os países A e B a situação é a seguinte: existe uma tarifa não-discriminatória sobre todas as importações do produto Y por parte do país A. Todas as receitas aduaneiras são distribuídas aos consumidores de A. O ponto de

equilíbrio do país A será E_0 : ponto onde a taxa marginal de substituição no consumo iguala o ratio do preço doméstico em A (tarifa incluída), isto é, p_A/p_B . O comércio com o país C está indicado pelo vector PE_0 e o bem-estar do país A pela curva de indiferença social CIS_0 que passa por E_0 .

Após a formação da UA e com a eliminação da tarifa que recaía sobre as importações de B, as importações do país A passam a vir de B ao preço p_B . O ponto de equilíbrio em A salta de E_1 que se situa numa curva de indiferença social mais alta do que a anterior. Logo, o Bem-Estar do país A melhora.

Esta conclusão é explicada por LIPSEY (1957, pp.63-64) e LIPSEY (1960, pp.502-503) "se se referir os 2 efeitos opostos duma UA com desvio de comércio". Existe, por um lado, um primeiro efeito desfavorável (efeito-produção): a produção passa duma fonte de custo mais baixo para uma de custo mais elevado; por outro lado, aparece um segundo efeito favorável (o efeito-consumo).

O resultado final no Bem-Estar é o efeito líquido destas duas tendências opostas.

Partindo daqui e tentando definir as circunstâncias em que uma UA tem possibilidades de potenciar o aumento do seu bem-estar, LIPSEY (1960, p.508) argumenta:

- a) dado um certo volume de comércio internacional para um país, uma UA tem mais possibilidades de aumentar o bem-estar quanto maior for a proporção do comércio com o país parceiro e mais baixa for essa proporção com o RM;
- b) uma UA aumentará tanto mais o bem-estar quanto mais baixo for o volume total de comércio externo, pois que quanto mais baixo for o comércio externo mais baixas são as necessidades de comprar ao RM relativamente a compras de bens nacionais.

B) O argumento de Melvin-Bhagwati

Posteriormente à apresentação do argumento Lipsey-Gehrels, um novo contributo aparece com MELVIN (1969) e BHAGWATI (1971). O refinamento das suas análises introduz 2 novidades: a fronteira de possibilidades de produção de A é curvilínea e existem custos de oportunidade crescentes.

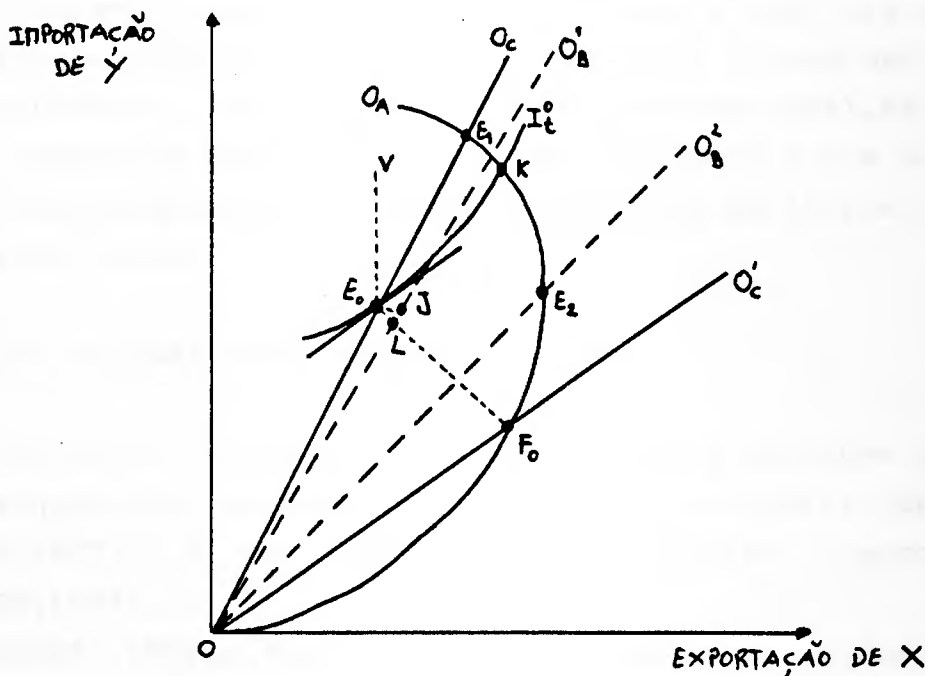
A apresentação segue novamente CHACHOLIADES (1978, pp.555-

556). Utilizam-se agora curvas de oferta e curvas de indiferença do comércio (Fig.4).

Considere-se:

- 3 países A, B e C
- país A : pequeno país
- países B e C : grandes países

FIG.4 - União aduaneira com desvio de comércio e melhoria do Bem-Estar : o argumento de Melvin-Bhagwati



OO_A - curva de oferta de livre-comércio (país A)

OO_C - curva de oferta do país C

OO'_C - ratio do preço doméstico em A (tarifa incluída) correspondente ao preço do país C

OO^1_B - curva de oferta do país B

OO^2_B - curva de oferta do país B

F_0E_0 - curva do consumo-rendimento do país A

Antes da formação da União Aduaneira entre os países A e B o ponto de equilíbrio para o país A é E_0 .

Após a formação da União, é levantada a tarifa que pesa sobre as importações oriundas de B e o ponto de equilíbrio do país A situa-se, agora, na intersecção das curvas de oferta de A e B.

Contudo, neste caso, duas situações se podem colocar:

a) se a curva de oferta do país B é OO^1_B , o bem-estar do país A melhora visto que a intersecção das 2 curvas de oferta de

ambos os países de situar acima e para a esquerda da curva de indiferença ao comércio I^0_t ;

b) se a curva de oferta de B é OO^2_B , o bem-estar do país A piora, pois que a intersecção das curvas de oferta de ambos os países se situa agora para trás da curva de indiferença ao comércio inicial I^0_t .

A sua conclusão é a de que, em geral, uma União Aduaneira com desvio de comércio pode aumentar o Bem-estar (admitido igualmente por outros autores como plausível).

Comparativamente ao argumento Lipsey-Gehrels, este novo argumento considera: para além do ganho obtido pelos consumidores ao ajustarem o seu consumo ao ponto onde a sua taxa marginal de substituição iguale a taxa à qual o produto X pode ser transformado no produto Y através do comércio internacional, os produtores obtêm também um ganho ao ajustarem igualmente a sua produção até que a taxa marginal de transformação iguale os termos de troca do comércio do país A.

1.5. Algumas considerações críticas

A encerrar este ponto, referência para 2 opiniões quanto aos dois argumentos acabados de expor: a primeira de oposição (KRAUSS, 1972) e a segunda de carácter reconciliatório (JOHNSON, 1974).

KRAUSS (1972, p.416) afirma que a conclusão de que "uma União Aduaneira desviadora de comércio (*trade diverting custom union*) resulta em melhoria do bem-estar é suspeita por duas razões:

a) parte-se do princípio que Viner propôs uma lei 'a priori' universal das uniões aduaneiras; para o autor isso é, na melhor das hipóteses, controverso;

b) puder-se-á utilizar o significado que Viner atribuía a "união aduaneira desviadora de comércio" quando os pressupostos em que a análise daquele assente são abandonados?

A intervenção de JOHNSON (1974, pp.618-621) propõe uma reconciliação dos argumentos e contra-argumentos lançados pelos diversos autores envolvidos na polémica.

Segundo ele, há dois elementos a ter em conta separadamente: por um lado, o desvio de comércio inicial de uma fonte de custo mais baixo para uma de custo mais elevado - o desvio de comércio puro ; por outro lado, a criação de novo comércio entre o país

considerado e o país parceiro - é a criação de comércio.

A ser assim, puder-se-á considerar sempre que a criação e comércio é uma coisa boa (aumenta o bem-estar) e o desvio de comércio uma coisa má (faz diminuir o bem-estar). Resulta daqui que o efeito líquido da união aduaneira depende de qual destes dois efeitos é o mais forte.

Todavia, o conhecimento das circunstâncias que determinam se uma UA será criadora ou desviadora de comércio é, obviamente, útil. Numa tentativa de generalizar as diferentes circunstâncias que foram descritas anteriormente pelos mais diversos autores, ROBSON (1985, pp. 39-40) propõe:

- 1 - quanto mais vasta for a área económica da UA e quantos mais países integrar, maior será a possibilidade de realizar criação de comércio em oposição a desvio de comércio;
- 2 - os efeitos relativos podem ser relacionados com o valor do nível do imposto médio antes e depois da constituição da União. Se o nível pós-união for mais baixo, é mais provável que a união seja criadora de comércio; se for mais alto, serão mais prováveis os efeitos de desvio de comércio;
- 3 - quanto mais competitivas forem as economias dos Estados membros, mais provável é a criação de comércio, no sentido de que é semelhante o leque de bens produzidos por indústrias de custos mais elevados, nas várias regiões da UA. Do mesmo modo, quanto menor for a sobreposição de produtos, menores serão as possibilidades de reafecção, que é a fonte de criação de comércio;
- 4 - para uma dada situação de sobreposição, é natural que a criação de comércio predomine tanto mais quanto maiores forem as diferenças nos custos unitários das indústrias protegidas do mesmo sector ou entre as diferentes áreas da UA uma vez que estas determinarão o tipo de economias a ser criadas pela liberdade de comércio entre os vários países membros.

CAPITULO II - EXTENSAO DO CAMPO DE ABORDAGEM DA TEORIA DAS UNIOES ADUANEIRAS

2.1. A maior dimensionalidade do modelo

No ponto 1.3.1 foram referidas as várias hipóteses subjacentes à teoria do comércio preferencial, nomeadamente a que dizia respeito à utilização de 3 países. O número de produtos envolvidos reduzia-se a dois. Daí a denominação de um modelo 3×2 .

Vários autores tentaram integrar um terceiro produto, isto é, analisar os efeitos duma união aduaneira baseados num modelo 3×3 . A inclusão de tal produto poderá permitir incluir a situação e os efeitos decorrentes da existência de produtos complementares e substitutos - os efeitos secundários da análise de MEADE (1955), por exemplo.

2.1.1. O contributo inicial de Makower e Morton

A análise de MAKOWER e MORTON (1953)¹, talvez uma das primeiras extensões para um modelo 3×3 , toma curiosamente o título "Contribuição para a Teoria das Uniões Aduaneiras".

Considera-se o seguinte conjunto de hipóteses:

- custos de produção constantes em todas as indústrias e em todos os países;
- condições da procura dadas;
- existência de tarifas "ad valorem" em todo o comércio entre todos os países;
- inexistência de quaisquer tarifas entre os países que compõem mais tarde a União (embora elas permaneçam no comércio com o Resto de Mundo).

A preocupação e novidade destes autores é a análise dos ganhos e perdas para uma união aduaneira segundo um estudo comparado de duas situações: união aduaneira formada por economias concorrenciais e união aduaneira de economias complementares.

Introduzindo os conceitos de *economias concorrenciais* no

1. Curiosamente esta análise não é alvo de referências particulares tanto de LIPSEY (1957;1960) como de POMFRET (1986).

sentido em que os países apresentam custos de produção similares e economias complementares, referindo-se a países com custos de produção dissimilares (MAKOWER e MORTON, 1953, p.35), os autores utilizam uma matriz que traduz os custos de produção de cada país referente a cada produto.

Em conclusão global os autores afirmam: "se 2 Uniões Aduaneiras oferecem um ganho, aquela que permitir um ganho maior é, por definição, a União Aduaneira entre o par de países com as economias mais complementares. E inversamente, se 2 Uniões aduaneiras conduzem a uma perda, a que apresentar a perda maior é a União entre o par de economias mais complementares" (MAKOWER e MORTON, 1953, pp.40-41).

2.1.2. A percepção das insuficiências do modelo 3 x 2 : Lipsey

LIPSEY (1957, pp.64-65, nota 9) é perfeitamente claro quanto à percepção da necessidade de integrar este novo elemento e das insuficiências da utilização do modelo 3 x 2. Afirma este autor: "o modelo a 2 produtos é uma simplificação adoptada para o presente estudo... Para análise detalhada do efeito-consumo um modelo a 3 produtos é necessário".

Sucintamente é a seguinte a exposição de Lipsey:

Suponha-se, por hipótese, que o país A produz o bem X e importa Y do país B e Z do país C. O país A forma uma União aduaneira com o país B.

A remoção da tarifa sobre as importações vindas de B alteram 2 ratios de preços: por um lado, o ratio do preço nacional de A entre X e Y torna-se igual ao ratio que permite que estes 2 bens possam ser transformados um no outro através do comércio internacional; por outro lado, o ratio do preço nacional entre Y e Z é agora divergente do seu ratio de transformação através do comércio internacional.

Donde, a alteração de X-Y vai no sentido de aumentar o bem-estar enquanto a alteração Y-Z faz diminuí-lo. O efeito-consumo sobre o bem-estar é agora o efeito líquido destas 2 tendências opostas.

O reconhecimento das insuficiências do modelo 3 x 2 e a descrição deste exemplo, conduzem Lipsey a admitir que "o exemplo é mencionado apenas para mostrar que o modelo a 2 produtos

obscurece muitos dos mais importantes problemas da teoria das uniões aduaneiras".

Mais tarde, Lipsey irá abordar de novo a questão e concluirá (com base no exemplo que utiliza): "demonstra-se que o montante de comércio (entre o país considerado) e o parceiro da União Aduaneira não é uma variável importante; é a relação entre importações oriundas do RM e compras de produto nacionais que interessa" (LIPSEY, 1960, p. 508).

2.1.3 O modelo de Berglas

Após o aparecimento de dois outros trabalhos - VANEK (1965) e KEMP (1969) -, durante a década de 70 e nos primeiros anos de 80 a principal e mais abrangente contribuição deve-se a BERGLAS (1979): apresenta o caso 3×3 e, em Apêndice, o caso $3 \times n$.

Assente num modelo de equilíbrio geral, o autor critica as extensões da aproximação 3×3 feitas por Vanek e Kemp (igualmente num quadro de análise de equilíbrio geral): estas, diz Berglas, dependem de consideráveis simplificações relacionadas com a estrutura produtiva subjacente ao modelo.

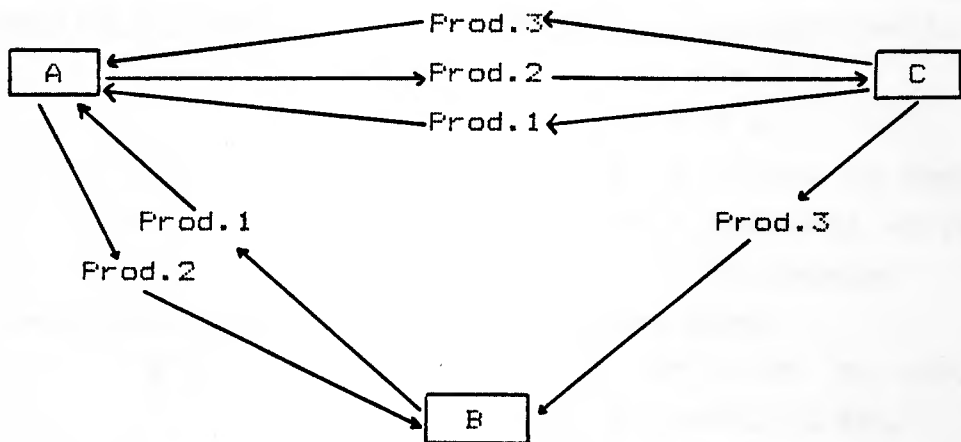
Reconhece, todavia, que no quadro da análise 3×2 ela é "muito completa" (embora dependendo de hipóteses sobre as curvas de oferta) e mais ampla do que a sua própria análise em 2 domínios: Kemp discute, por um lado, a possibilidade da existência de um fluxo internacional de investimento e, por outro, a possibilidade de que os acordos de comércio possam originar reversão do fluxo de comércio.

No domínio das hipóteses inerentes ao seu modelo BERGLAS (1979, pp. 316-318) considera:

- a) são ignorados os importantes efeitos das economias de escala e especialização originados pela existência de mercados mais amplos;
- b) os termos de troca são fixos e são determinados pelo maior país;
- c) não é necessário que existam restrições especiais sobre as elasticidades da oferta e da procura;
- d) a estrutura tarifária do RM (composto por diversos países) mantém-se inalterável;
- e) não existe possibilidade de deflexão de comércio (referência ao produto 3).

A situação inicial do seu modelo é a seguinte (Fig.1) :

FIG. 1



A , B e C - os 3 países envolvidos

1 , 2 e 3 - os 3 produtos considerados

Considere-se ainda a seguinte notação:

P^j_i ($j= A,B,C$ e $i=1,2,3$) - preço do produto i no país j

$100t^j_i$ - taxa tarifária sobre o produto i no país j como % do preço mundial deste produto.

T_1 - taxa tarifária em A sobre as importações do produto 1 oriundas do país B

t^A_1 - taxa tarifária em A sobre as importações do produto 1 oriundas do país C.

Antes da formação da UA entre os países A e B, as tarifas em A são uniformes: $t^A_1 = T_1$. Um acordo preferencial de comércio implica que $T_1 < t^A_1$, enquanto uma União Aduaneira exige $T_1 = 0$.

Os preços internos (incluindo tarifas) em cada país serão:

	P^A_i	P^B_i	P^C_i
Produto 1	$P_1(1+t^A_1)$	$P_1(1+t^A_1-T_1)$	P_1
Produto 2	P_2	$P_2(1+t^B_2)$	P_2
Produto 3	$P_3(1+t^A_3)$	$P_3(1+t^B_3)$	P_3

Suponha-se a formação dum acordo preferencial de comércio ou mesmo de uma união aduaneira: a teoria tradicional das UA inves-

tigaria o efeito deste acordo no bem-estar. Aqui, analisar-se-ão os efeitos do bem-estar separadamente em A e B sugerindo-se um método de exacta compensação de forma que se possa falar de um efeito no bem-estar agregado dos 2 países (BERGLASS, 1979, p. 319).

A medida do Bem-Estar para pequenas alterações será,

$$dW^j = \sum_i P_i^j dD_i^j \quad \text{com } j = A \text{ e } B$$

$$i = 1, 2 \text{ e } 3$$

P_i = preços no consumidor

dD = pequenas variações
no consumo

A restrição dos recursos nos 2 países será:

$$\sum_{i=1}^3 D_i^A P_i^A = \sum_{i=1}^3 X_i^A P_i^A + t_1^A P_1 (E_1^A + E_1^B) - T_1 P_1 E_1^B + t_3^A P_3 E_3^A \quad (1)$$

$$\sum_{i=1}^3 D_i^B P_i^B = \sum_{i=1}^3 X_i^B P_i^B + t_2^B P_2 E_2^B + t_3^B P_3 E_3^B \quad (2)$$

onde X_i^j = produção do produto i no país j

$$E_i^j = D_i^j - X_i^j$$

Esta restrição significa que, em cada país, o valor do consumo é igual ao valor da produção mais a receita aduaneira (com o consumo e produção avaliados a preços locais).

A) Hipótese de pequenas reduções tarifárias

Neste caso existirão reduções infinitesimais para T_1 e t_2^B . Se considerarmos os diferenciais das eq. (1) e (2) e com base nas hipóteses colocadas anteriormente, chegar-se-á a,

perda de rec. aduan. < 0

$$dW^A = t_1^A P_1 dE_1^A + (t_1^A - T_1) P_1 dE_1^B - P_1 E_1^B dT_1 + t_3^A P_3 dE_3^A \quad (3)$$

$$dW^B = \underline{P_1 E_1^B dT_1} + \underline{t_2^B P_2 dE_2^B} + \underline{t_3^B P_3 dE_3^B} \quad (4)$$

ganho > 0

?

?

Na eq. (3), a perda de recursos aduaneiros é necessariamente negativa (E_1^B , dE_1^B e $dT_1 < 0$). Desde que os preços internos não variem ($dE_1^A = dD_1^A$ e $dE_3^A = dD_3^A$), ter-se-á que dE_1^A e dE_3^A são negativos, pelo que,

$$dW^A < 0$$

Na eq. (4), a 1ª expressão é um ganho devido à diminuição da tarifa sobre as suas próprias exportações do produto 1 (com $E_1^B <$

0) e $dT_1 < 0$).

A 2ª expressão tem um sinal incerto: se P^B_2 diminui enquanto P^B_1 sobe e P^B_3 se mantém devido ao efeito substituição, é de esperar que $dE^B_2 > 0$. No entanto este último sinal também depende das alterações no rendimento, pelo que é incerto definir a sua tendência.

Quanto à 3ª expressão, como $dP^B_1 > dP^B_3 = 0 > dP^B_2$ então o sinal de dE^B_3 não está definido 'a priori'.

Demonstrado que $dW^A < 0$ (o Bem-Estar no país A diminui) e

$dW^B < , = \text{ ou } > 0$ (é ambíguo o sentido do

Bem-Estar no país B),

pode-se considerar que mesmo na situação $dW^B > 0$ o bem-estar conjunto dos 2 países poderia diminuir. Daí que seja útil definir um critério para calcular este bem-estar conjunto.

Como existe compensação exacta no modelo (isto é, as perdas de receitas aduaneiras em A são compensadas pelo país B pelo que permanece inalterável o padrão de consumo e produção em A), puder-se-ia definir a alteração do bem-estar em B, mantendo o bem-estar em A constante, como

$$\left. \frac{dW^B}{dW^A=0} \right| = t^B_2 P_2 dE^B_2 + t^B_3 P_3 dE^B_3 + (t^A_1 - T_1) P_1 dE^B_1 \quad (5)$$

Com dT_1 , $dt^B_2 < 0$, o país B melhorará o seu bem-estar permanecendo igual o do país A,

$$\left. \frac{dW^B}{dW^A=0} \right| > 0$$

$$\left. \frac{dW^B}{dW^A=0} \right|$$

Conclusão geral: é impossível determinar as implicações no Bem-Estar com base em considerações 'a priori', o que aponta na mesma direcção que a análise 2 x 2 de Kemp (BERGLASS, 1979, p.322)

B) Hipótese de reduções não-infinitesimais

Este será o caso mais usual nas UA, isto é, $T_1 = t^B_2 = 0$.

O efeito sobre o bem-estar pode ser derivado das eqs. (3), (4) e (5) integrando-as.

Em termos de Bem-Estar conjunto ter-se-á,

$$dW^B \Big|_{dW^A=0} = \int_{t^B_2}^0 [t^B_2 P_2 \delta E^B_2 / \delta t^B_2 + t^B_3 P_3 \delta E^B_3 / \delta t^B_2] dt^B_2 + \\ + \int_{t^A_1}^0 [t^B_3 P_3 \delta E^B_3 / \delta t^A_1 + (t^A_1 - T_1) P_1 \delta E^B_1 / T_1] dT_1 \Big|_{t^B_2=0}$$

Berglas conclui que a partir dum certo nível de redução de t^B_2 e T_1 , o Bem-Estar conjunto diminui pelo que "uma UA que elimine as tarifas no seu comércio bilateral ($t^B_2 = T_1 = 0$) mas mantenha tarifas positivas ($t^B_3, t^A_1 > 0$) no comércio com o resto do Mundo está impedido de alcançar uma solução óptima" (BERGLAS, 1979, p.323).

C) Alterações tarifárias com melhoria do Bem-Estar

A completar a sua explanação, BERGLAS (1979, pp.323-327) procura obter resposta para a seguinte questão: face aos resultados anteriores, que parte da alteração tarifária melhora o Bem-Estar (*welfare improving*) e que parte o piora (*welfare decreasing*)?

A sua demonstração, baseada em 3 casos possíveis, leva-o à constatação de que é possível decompôr a eliminação da tarifa sobre o comércio bilateral em duas partes: uma que aumenta e outra que diminui o bem-estar, sendo que o efeito conjunto depende da magnitude relativa das duas componentes. E conclui: "parece que a decomposição das alterações tarifárias em *welfare-improving* e *welfare-decreasing* é mais significativa neste contexto do que a divisão tradicional entre *criação de comércio* e *desvio de comércio*, os quais, no caso de muitos bens é difícil (ou impossível) de identificar" (BERGLAS, 1979, p.326).

*

*

*

Como conclusão de toda a sua exposição, Berglas retira as três conclusões seguintes:

- 1 - num modelo 3 x 3, dois pequenos países com termos de troca fixos podem beneficiar da formação de um

acordo comercial ao reduzirem parcialmente as tarifas no seu comércio bilateral. No entanto, a maximização do bem-estar conjunto requer a redução nas tarifas de apenas um dos países;

2 - quando as tarifas entre os membros são iguais a zero, é possível que mesmo no país de tarifas elevadas uma sua redução sobre os produtos importados por todos os países membros não seja benéfica;

3 - se existir variação nos termos de troca, os acordos comerciais aumentam o conjunto de políticas económicas úteis. A melhor política para os países membros, assumindo-se que o RM não retalia, é a eliminação completa das tarifas entre membros e a tarifa óptima de "um país" relativamente ao RM.

2.1.4. Balanço dos novos contributos para um modelo 3 x 3

Ao longo deste ponto 2.1. foram abordadas as principais contribuições referentes à introdução de maior dimensionalidade no modelo tradicional vineriano 3 x 2.

Para além dos autores referidos devem-se destacar igualmente: CORDEN (1976)², COLLIER (1979; 1985)³, RIEZMAN (1979)⁴, McMILLAN e McCANN (1981)⁵, LLOYD (1982)⁶, ETHIER e HORN (1984)⁷ e WOOTON (1986)⁸.

A) Análise de Collier

Este autor pretende analisar e propor uma nova taxonomia dos efeitos duma UA, partindo do quadro ortodoxo vineriano (COLLIER, 1979, p. 84).

Após abandonar as hipóteses vinerianas, propõe um novo nível apropriado para agregação do conjunto de produtos a ser considerado na análise.

Mais tarde, COLLIER (1985, pp. 677-681), respondendo à "aparente proliferação de padrões de comércio" devido ao aumento do número de agregações de produtos correspondentes aos diversos modelos 3 x 3 propostos - alusão a LLOYD (1982) -, vai demonstrar que essa proliferação é uma ilusão e que desaparece uma vez os produtos sejam agregados coerentemente.

Conclui afirmando que "the calculation of the welfare ef-

fects of a particular CU no longer requires the prior selection of the most nearly appropriate three-aggregate model. Apparent qualitative differences between trade patterns have been eliminated, leaving only the quantitative effects of the magnitudes of particular trade flows" (COLLIER, 1985, p. 682).

B) Análise de McMillan e McCann

Estes autores efectuam a sua análise baseados em 2 pressupostos: por um lado, a formação de um acordo preferencial de comércio pode alterar o volume mas não o padrão existente do comércio internacional; por outro lado, todos os países consomem de todos os bens, embora eles não precisem de comerciar em todos eles.

Os resultados a que chegam indicam (McMILLAN e McCANN, 1981, p. 702):

- a) uma pequena redução na tarifa sobre o produto que o país importa do seu país parceiro, aumentará o bem-estar nacional se e só se este produto for um substituto líquido na procura do produto que ele produz e exporta;
- b) uma UA que elimine as barreiras ao comércio, aumenta o bem-estar se a procura pelo produto que o país importa do seu país parceiro for independente do terceiro produto que importa do RM.

C) Análise de Lloyd

LLOYD (1982, pp. 41-63) faz o ponto da situação na teoria 3 x 3 das Uniões Aduaneiras. Como afirma logo de início "os economistas saúdam estas extensões visto estar reconhecido que a limitação da dimensionalidade dos modelos conduz a alguns resultados que não são extensíveis a maiores dimensões" (p. 41).

Debruçando-se em particular sobre os trabalhos de MEADE (1955), CORDEN (1976), BERGLAS (1979) e RIEZMAN (1979), o autor sintetiza as diferentes razões que têm levado a aumentar a dimensionalidade do modelo tradicional:

- 1 - a possibilidade de existência de padrões de comércio diferentes dos considerados pelos modelos 3 x 2 ;
- 2 - para que seja possível considerar tarifas diferenciais sobre as importações e alterações na estrutura de impor-

tação, é necessário ter 2 produtos de importação, ou seja, pelo menos 3 produtos no modelo;

3 - a extensão para 3 produtos permite relações de complementaridade bem como de substituíbilidade na procura (como já referira BERGLAS, 1979);

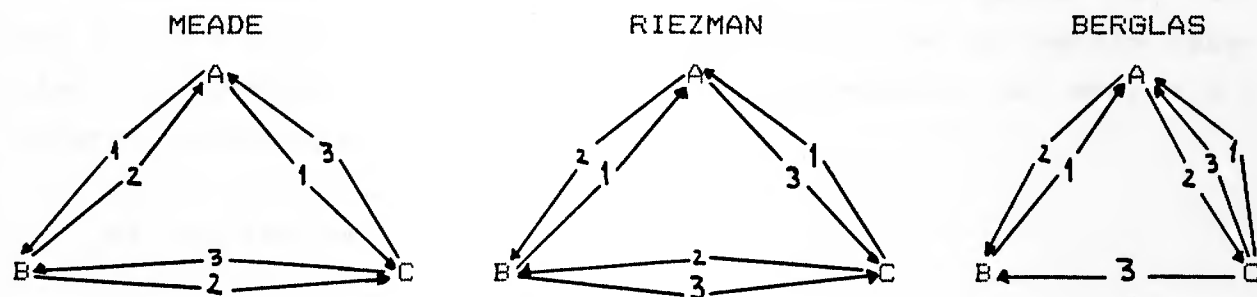
4 - a consideração de 3 produtos aumenta o número de preços relativos para 2 e introduz a possibilidade de divergência entre estas duas taxas marginais de substituição no consumo, por uma lado, e a taxa marginal de transformação, tanto através da produção doméstica como do comércio internacional, por outro (LLOYD, 1982, pp. 60-61).

Aqueles 4 modelos partindo de pressupostos diferentes (ver Fig. 2 e Fig. 3), permite a LLOYD (1982, p. 42) apresentar as suas principais conclusões.

FIG. 2 - HIPÓTESES DOS 4 MODELOS

	MEADE	RIEZMAN	BERGLAS	CORDEN
Padrão de comércio	Como na Fig. 2	Como na Fig. 3	Como na Fig. 2	O país A exporta um e importa dois produtos, onde um ou ambos são trocados com B na situação pós-união
Padrão da produção	A e B completamente especializados nos seus produtos de exportação	Nenhuma restrição	Nenhuma restrição	Oferta fixa do produto exportado
Dimensão	A e B pequenos	Nenhum pequeno	A e B pequenos	A pequeno
Uniformidade das tarifas pelos produtos na situação de pré-união	Uniforme em A (e em B)	Não relevante	Nenhuma restrição	Não uniforme
Outra	-	-	-	Nenhum consumo doméstico do produto exportado

FIG.3 - PADROES DE COMERCIO



A) MEADE (1955) - uma pequena redução na tarifa do produto que um país importa do país parceiro da UA, aumenta o bem-estar nacional se ele aumenta as quantidades importadas tanto do país parceiro como do RM e só se o volume agregado de importações (medido em preços constantes internacionais) aumenta. Um ganho de bem-estar é mais de ocorrer quanto maior a tarifa pré-união;

B) BERGLAS (1979) - quando as reduções tarifárias são pequenas um país perde se o produto que importa do país parceiro e do país terceiro, são ambos normais. Contudo, o bem-estar do outro país parceiro é afectado diferentemente e pode aumentar ou diminuir mesmo quando os dois produtos são normais;

C) CORDEN (1976) - quando a União eliminar as barreiras comerciais dentro da União, um país membro da UA pode ganhar ou perder se existir desvio de comércio vineriano (não considera a possibilidade de bem-estar no segundo país membro). Um país terá mais possibilidades de ganhar com a formação da UA, quanto mais baixas forem as tarifas externas sobre aqueles produtos em que as importações do RM permanecem e quanto mais forem não-uniformes as tarifas pré-união;

D) RIEZMAN (1979) - a variação no comércio intra-união, uma vez formada a UA, beneficiará um membro à custa do outro. Ambos ganharão se o comércio bilateral for pequeno.

D) Análise de Ethier e Horn

De acordo com WOOTON (1986, p.82), estes autores⁷ consideram um modelo 3×3 em que pequenas economias formam um acordo preferencial de comércio.

Consideram existir 12 grupos de bens e incorporam a possibilidade de existirem de todos os padrões de comércio, incluindo

produtos transacionados apenas entre 2 dos 3 países.

Examinam as condições em que os países podem ganhar em formar tal Acordo e finalizam com a apresentação de uma versão especial do modelo onde incorporam as economias de escala e a diferenciação do produto.

E) Análise de WOOTON

A mais recente das modelizações apresentadas deve-se a WOOTON (1986, pp.81-79).

Depois de fazer sobressair os contributos anteriores a ele e, em especial, a importância do trabalho sintetizador de LLOYD (1982), critica o facto desses modelos assumirem padrões de comércio particulares e permitirem obter resultados estritamente dependentes daquele pressuposto.

Assim, WOOTON (1986, p.82) expressa a opinião de que um modelo incorporando ainda mais produtos é necessário a fim de poder considerar todos os potenciais padrões de comércio.

O seu modelo é uma extensão do de BERGLASS (1979).

Hipóteses de partida:

3 países - A, B e C, onde A e B serão os futuros membros da UA;

cada país tem um número arbitrário de factores de produção (com oferta fixa);

existem n produtos produzidos no Mundo e todos são consumidos em cada país;

cada país tanto exporta um produto particular como o importa, de apenas um ou de ambos os outros países;

nenhum país exporta um produto particular para um país e importa o mesmo do outro país;

As conclusões da sua análise são (WOOTON, 1986, pp.83-93):

- a) a variação de bem-estar que ocorre em cada país é uma função da tarifa e das concessões fiscais entre os países membros e dos movimentos induzidos nos termos de troca extra-união (p.89);
- b) se A e B forem pequenas economias relativamente a C, então A e B ganharão se e só se o volume do seu comércio internacional aumentar. Como as transferências internacionais anulam qualquer efeito

nos termos de troca, o bem-estar dos países depende das alterações no volume de comércio (p.92);

- c) se A e B forem países grandes, então ainda assim ambos ganharão na condição de que as alterações induzidas nos termos de troca extra-união não anulem estes benefícios (p.93).

F) A síntese de Pomfret

POMFRET (1986,p.450) ao efectuar a síntese de todos os contributos, indica que o modelo 3 x 3 permite considerar 3 novos elementos:

- 1 - pode evitar a assimetria da maior parte dos modelos 2 x 2 (embora nem todos os modelos 3 x 3 sejam simétricos;
- 2 - se um país pode ter mais do que uma importação, então alterações na estrutura de importações são fontes possíveis de alteração no bem-estar;
- 3 - relações de complementaridade podem ser analisadas; nestes modelos o grau de substituíbilidade entre os produtos dos países em causa torna-se determinante nas alterações do bem-estar;

Esta conclusão abrangente de Pomfret não pode ser, todavia, considerada como pacífica.

O facto dos diversos modelos 3 x 3 assentarem em diferentes hipóteses iniciais relativiza a generalização de Pomfret. Como diz LLOYD (1982,p.62) *"every 3 x 3 model is a very special case"*.

2.2. Os termos de troca

A consideração dos termos de troca na análise dos efeitos da formação de uma UA tem sido referida por vários autores.

MUNDELL (1964,p.1) reconhece a importância do estudo incluir o impacto das preferências tarifárias sobre a afectação de recursos e o bem-estar mas, acrescenta logo de seguida, "existe um gap na literatura sobre a questão, estritamente relacionada, do efeito das preferências tarifárias nos termos de troca, os quais poderão significativamente afectar a distribuição dos ganhos ou perdas entre os membros e entre a área preferencial como um todo e o Resto do Mundo".

Tradicionalmente o estudo dos efeitos da formação da UA (quanto à afectação de recursos e o bem-estar) é efectuada na perspectiva de que não existem alterações nos termos de troca. Mas também é verdade que desde muito cedo alguns autores chamaram a atenção para essa lacuna.

COOPER e MASSEL (1965a,p.461) reconheceram a importância de integrar na teoria das UA os termos de troca, mas acabaram por não o integrar por três razões:

1 - consideram não ser provavelmente uma importante fonte de ganhos nos processos de integração entre países menos desenvolvidos;

2 - nos casos em que os seus efeitos sejam importantes, não é especialmente interessante avaliar uma UA sem considerar também os efeitos de retaliação efectuada pelos países não-membros;

3 - a análise desenvolvida diz respeito à teoria estática pura das UA, em particular entre países menos desenvolvidos.

No mesmo ano, mas num outro artigo, COOPER e MASSEL (1965, p.92) reafirmam a exclusão dos termos de troca (e economias de escala) da sua análise devido ao facto de não formarem parte da teoria pura das UA.

Pelo seu lado, LIPSEY (1960.p.496) refere explicitamente que uma das fontes de alteração no bem-estar após a formação da UA, pode derivar dos termos de troca: "these welfare gains and losses, which are the subject of the theory (of customs unions) may arise from a number of different sources: ... 3) changes in the terms of trade".

Do ponto de vista de KRAUSS (1972,p.421) "se se permitirem variações nos termos de troca isso alterará completamente a perspectiva da análise da UA". Segundo ele, é no conjunto das hipóteses de partida que se localizam as limitações da análise neste domínio específico.

Como exemplo, Krauss aponta a hipótese implícita e irrealista segundo a qual o país considerado (home country) é pequeno relativamente ao país parceiro e ao RM: daqui resulta que ele será o único a ganhar ou a perder com a formação da UA. Contudo, uma vez levantada esta hipótese, o bem-estar do país parceiro e do RM não poderá ser mais considerado como variando 'pari passu' com a do país considerado; pelo contrário, no caso do país considerado mel-

horar a sua situação, tanto o país parceiro como o RM podem piorar ou, eventualmente, apenas um deles.

BERGLAS (1979,p.327) afirma que o seu estudo é "baseado na hipótese de que esta (a formação da UA) não afecta os termos de troca mundiais", para, de imediato, analisar o caso em que estes variam.

Mais recentemente POMFRET (1986,p.456) atribui igualmente às hipóteses subjacentes à análise mais tradicional a insatisfação e lacuna existentes na teoria do comércio preferencial: "a consideração das curvas de oferta de importações horizontais (no aparato analítico tradicional) exclui os efeitos de preços ou quaisquer implicações no bem-estar devido a variações nas exportações".

2.2.1. Algumas considerações de Balassa

O espaço que este assunto ocupa em BALASSA (1961,pp.99-103) é muito diminuto.

Relativamente a outros autores a quem nos iremos referir, Balassa destaca as diferenças que existem entre as variações dos termos de troca de curto e longo prazo. Os factores que influenciam o primeiro são o desvio de comércio, os ajustamentos da taxa de câmbio e o poder de negociação; para o segundo caso, destaca as variações da produtividade e do rendimento real (BALASSA,p.99).

Os efeitos do desvio de comércio caracterizam-se por um desvio na procura recíproca de bens estrangeiros entre os membros da União. Este desvio vai melhorar os termos de troca da união e, mantendo-se constantes as outras variáveis, quanto maior for o desvio da procura recíproca maior será a melhoria dos termos de troca¹⁰.

No entanto, BALASSA (1961,p.100) chama a atenção para o caso em que a UA é tão pequena que não pode influenciar os preços do mercado mundial: a elasticidade da procura das suas exportações e a elasticidade da oferta das suas importações podem considerar-se infinitas, pelo que a formação da União não afecta os termos de troca.

Ao integrar o segundo factor de curto-prazo, isto é, os ajustamentos da taxa de câmbio, Balassa pondera a possibilidade de vir a ser necessário um realinhamento na taxa de câmbio para que a

balança de pagamentos se mantenha em equilíbrio. Neste caso, a balança de pagamentos da União será afectada em consequência das variações directas de preços (aumento do preço das exportações e diminuição dos preços de importação) e dos consequentes aumentos e diminuições do volume de exportações e importações. Consequentemente "os termos de troca melhorarão ainda mais, quer através das variações secundárias de preços quer através de uma valorização das moedas correntes dos países membros destinada a equilibrar a balança de pagamentos".

O terceiro factor igualmente de curto-prazo - o poder de negociação - afecta também os termos de troca. Socorrendo-se de um outro autor, Balassa faz notar que "quanto maior for a área comercial que negoceia como uma só unidade tanto melhor será o tratamento, sob o ponto de vista da política comercial, que ela pode esperar obter nas suas negociações com outros países e melhor poderão ser, portanto, os seus termos de troca com o resto do mundo" (MEADE, 1955, p. 96)¹¹.

Finalmente, a nível da influência dos factores de longo-prazo sobre os termos de troca - as variações de produtividade e dos rendimentos reais - , BALASSA (1961, p. 103) considera que um aumento do segundo factor provocará uma deterioração dos termos de troca da União mesmo na ausência de variações de preços; o mesmo acontecerá, mas ainda mais agravado, se o aumento da produtividade conduzir a uma redução geral dos níveis de preços.

2.2.2. Preferências tarifárias e termos de troca : análise de Mundell

As hipóteses de partida e as razões para que se as considerem plausíveis são, segundo MUNDELL (1964, pp. 1, 9-10):

- a) as tarifas iniciais são baixas - assegura que as reduções tarifárias diminuem o valor das receitas tarifárias e cria défices nos orçamentos governamentais;
- b) as reduções tarifárias contempladas são pequenas - é necessária por razões semelhantes à 1ª hipótese, pois que variações nas tarifas poderiam alterar a composição das importações e exportações;
- c) todas as exportações são substitutos brutos no con

sumo mundial no sentido em que uma subida de preços das exportações de qualquer país, permanecendo todos os outros preços constantes, cria uma procura excedentária para as exportações de qualquer outro país (isto é, existe substituição nos mercados mundiais) - é necessária pois permite alcançar resultados precisos e estabelecer um caso 'normal' útil e com o qual exemplos mais complicados podem ser comparados.

Baseado no modelo tradicional 3×2 , com os países A e B formando uma UA e o país C representando o Resto do Mundo, o problema central para MUNDELL (1964, p.2) é "deduzir as variações nos preços (relativos) mundiais dos 3 países quando as concessões tarifárias se iniciam".

Suponha-se que o país A reduz as tarifas que incidiam sobre as importações oriundas do país B: a preços internacionais constantes, o preço dos bens de B no país A diminui pelo valor equivalente da redução tarifária, isto é, estamos perante um efeito-preço.

Assumindo-se, por agora, que todos os bens são substitutos (hip.3) no consumo do país A, aquele efeito-preço afasta a procura do país A, tanto dos seus bens nacionais como dos que vêm do país C, em favor dos bens importados do país B: melhorará a balança comercial de B e piora a de C. Quanto à balança de A, também esta piora e por duas razões:

- primeiro, a diferença entre o melhoramento e a deterioração verificados em B e C, respectivamente, deve ser igual à variação verificada em A^{12} ;

- segundo, o melhoramento em B deve exceder a deterioração observada em C pelo valor da redução da despesa nos bens nacionais no país A^{13} .

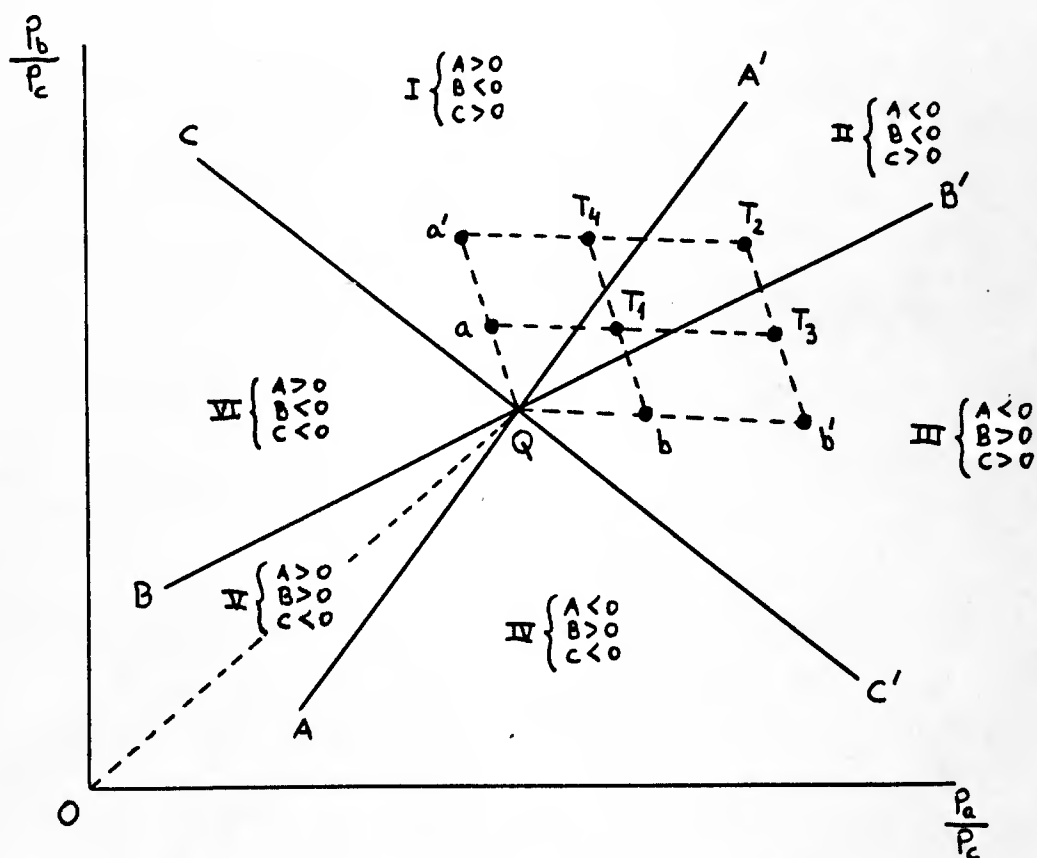
Conclusão: o efeito-preço induz uma melhoria na balança comercial de B e uma deterioração na balança comercial de A e C (MUNDELL, 1964, pp.2-3).

No entanto, o efeito-preço é parcialmente compensado pelo efeito-orçamental: o governo do país A terá um déficite orçamental igual ao valor da redução das receitas tarifárias pelo que, aquele, deve ser corrigido ou por uma diminuição nos gastos

governamentais ou por uma subida dos impostos. O resultado final dependerá de se saber "se a variação nas despesas (devido ao método através do qual o governo restaura o equilíbrio no seu orçamento) é suficiente para compensar o efeito-preço inicial" (MUNDELL, 1964, p.3).

Com base na situação descrita, o autor vai analisar a variação nos termos de troca de modo a restabelecer o equilíbrio inicial. Uma ilustração gráfica é, então, utilizada (Fig.4):

FIG. 4



- AA e BB - curva dos preços mundiais de A (B) relativamente aos bens mundiais de C e que permite o equilíbrio da balança comercial em A (B) antes das alterações tarifárias (inclinação positiva devido à hip.3);
- CC - curva dos preços mundiais de C e que permite a sua balança comercial estar equilibrada antes de quaisquer alterações tarifárias.

A) Redução da tarifa em A sobre bens oriundos de B: efeitos nos termos de troca

Partindo da situação inicial de equilíbrio Q, uma redução tarifária em A induzirá as alterações descritas anteriormente. No sentido de um restabelecimento do equilíbrio (balanças comerciais dos 3 países equilibradas), é necessário que os preços mundiais se movam numa direcção que piore a balança de B e melhore as de A e C: o novo ponto de equilíbrio situar-se-á no Quadro I onde, do ponto de vista da situação anterior à alteração tarifária, as balanças de A e C são excedentárias e a de B deficitária. Neste Quadro o preço de B subiu relativamente aos preços de A e C.

A título ilustrativo, Qaa' será a "linha de redução tarifária" do país A, onde a é o novo ponto de equilíbrio para uma pequena redução tarifária, enquanto a' corresponde a uma maior redução. Generalizando, qualquer ponto entre as curvas QC e QA' é admissível como novo ponto de equilíbrio.

Conclusão: "uma redução tarifária num país membro (da UA) melhora, sem quaisquer ambiguidades, os termos de troca do país parceiro; por outro lado, não pode ser determinado 'a priori' se os termos de troca do país que reduz as tarifas melhoram ou pioram relativamente ao país terceiro" (MUNDELL, 1964, p.5).

B) Redução das tarifas em B sobre bens oriundos de A: efeitos nos termos de troca

Neste caso, em todo semelhante ao anterior, a diferença reside na inversão dos papéis de A e B. O resultado final será: o novo ponto de equilíbrio estará no Quadro III. A semelhança do que foi descrito em A), Qbb' indica a "linha de redução tarifária", mas qualquer ponto entre as curvas QB' e QC' é admissível para novo ponto de equilíbrio.

A conclusão relativamente aos termos de troca é igual à retirada em A).

C) Combinação dos efeitos de uma redução simultânea das tarifas em A e B

Se as reduções tarifárias efectuadas por A conduzirem a um novo ponto de equilíbrio a e a redução em B conduzir a um novo

ponto de equilíbrio b , o efeito combinado estabelecerá o ponto T_1 como novo ponto de equilíbrio; da mesma forma, T_2 , T_3 e T_4 serão os novos pontos de equilíbrio para o conjunto de pontos das linhas de redução tarifárias (a', b') , (a, b') e (a', b) .

Com base nestas situações e com a possibilidade de as combinar, deduzem-se algumas outras conclusões (MUNDELL, 1964, p. 7) :

- algumas reduções tarifárias necessariamente melhoram os termos de troca de ambos os países membros (da UA) relativamente ao RM (Quadro II);
- nos Quadros I, II e III os termos de troca do RM pioram relativamente a pelo menos um dos países membros da UA.

D) As generalizações da análise de Mundell

De acordo com a sua exposição MUNDELL (1964, pp. 8-9) conclui:

a) uma redução tarifária discriminatória efectuada por um país membro (da UA) melhora os termos de troca do país parceiro relativamente aos restantes dois países, mas os termos de troca do país que concede as reduções tarifárias podem melhorar ou piorar face a terceiros países;

b) o grau de melhoria nos termos de troca do país parceiro é tanto maior quanto maior for a redução tarifária do outro país membro (da UA);

c) não é possível estabelecer 'a priori' quais os conjuntos de reduções tarifárias discriminatórias efectuadas por países membros e que devem melhorar os termos de troca dos países membros; existe, contudo, a ideia de que os termos de troca de ambos os países melhorarão relativamente ao RM;

d) as generalizações anteriores verificam-se na hipótese (assumida) de que todos os bens são substitutos no consumo nacional. Se existe complementaridade entre os bens dos países parceiros e o RM então haverá a possibilidade de que os termos de troca do RM melhorem face a ambos os países membros.

2.2.3. Análise de Johnson: variações nos termos de troca e manutenção do comércio com o Resto do Mundo

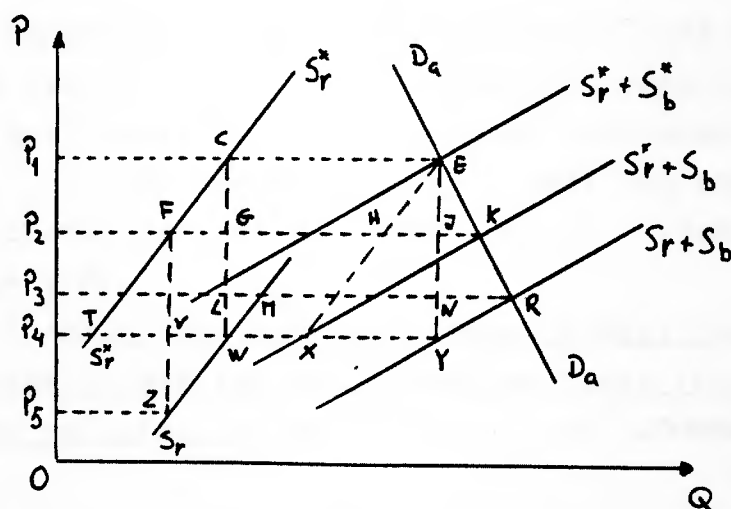
O contributo de JOHNSON (1962, pp. 51-82) parte do seguinte

pressuposto: há a possibilidade de existência não só de comércio com o RM após a formação da UA como também de custos crescentes no país parceiro.

No primeiro caso, Johnson conclui que o efeito produção do desvio de comércio tende a melhorar os termos de troca e que isto, por sua vez, reduzirá o montante e as perdas originadas com o efeito -produção do desvio de comércio no país considerado e, eventualmente, eliminá-lo se a queda dos preços no RM for suficiente para isso: o efeito potencial de desvio de comércio redistribui o bem-estar mundial do RM para o país considerado através da variação nos seus termos de troca.

Para o segundo caso, uma representação gráfica (Fig.5) ajudará a ilustrar o seu ponto de vista (JOHNSON, 1962, pp.70-82, Apêndice Cap.III)¹⁴.

FIG.5 - Análise de equilíbrio parcial da discriminação com curva de oferta de inclinação positiva



D_A - procura de importações de A

S_b - oferta de importações da fonte preferencial

S_r - oferta de importações do RM

S_b^* - S_b incluindo a tarifa imposta por A

S_r^* - S_r incluindo a tarifa imposta por A

Assumindo-se que não existem barreiras não-tarifárias, custos de transporte ou ainda variações na taxa de câmbio, teremos,

E - equilíbrio da oferta/procura com imposição da tarifa em A

K - equilíbrio da oferta/procura com acesso livre dos produtos de B

R - equilíbrio da oferta/procura sem imposição de tarifa em A

P_1, P_2 e P_3 - preço doméstico que corresponde, respectivamente, aos pontos E, K e R

P_4 - preço recebido pelos exportadores para A quando existe imposição da tarifa em A

P_5 - preço recebido pelos exportadores para A quando B recebe acesso preferencial no mercado A

Suponha-se a existência de uma tarifa uniforme imposta pelo país A: neste caso, A importa CE do país B e P_1C do RM. Se B passa a dispor de acesso livre ao país A, as suas exportações aumentarão para FK enquanto as exportações do RM diminuem para P_2F .

Donde,

- o ganho de bem-estar para o país B advém de um melhor preço sobre as anteriores exportações (GJYW) mais o excedente do produtor sobre as suas exportações adicionais (HKX);

- o efeito do bem-estar em A consiste nos triângulos (CGF + EJK) menos a despesa mais elevada sobre os produtos anteriormente importados e agora adquiridos ao país B (FJYV), mais a despesa mais baixa sobre as importações remanescentes do RM (P_4VZP_5), de que resulta um sinal líquido indeterminado;

- o RM perde ($P_4VZP_5 + VWZ$) sem quaisquer dúvidas devido ao corte tarifário preferencial efectuado por A relativamente a B.

Desta forma, o efeito no bem-estar global pode ser positivo ou negativo, mas os efeitos dos termos de troca introduzem efeitos distributivos no país B e no RM, pelo que JOHNSON (1962, p.79) deduz:

- a) a criação de comércio é maior ou menor que o desvio de comércio conforme o efeito da redução do preço sobre o aumento da procura através da ampliação desta e a contração da oferta internacional seja maior ou menor que o seu efeito de redução da oferta estrangeira;
- b) o Mundo no seu conjunto é mais susceptível de obter benefícios quanto mais reduzida for a sensibilidade da oferta estrangeira ao preço.

Q_1 - ponto inicial de produção

C_1 - ponto inicial de consumo

Q_2C_3 - ratio do preço interno no país parceiro

tt (inclinação) - tarifa a ser imposta

Com a imposição da tarifa tt a produção no país considerado localiza-se em Q_1 , enquanto o consumo está em C_1 .

Com a formação da UA os termos de troca passam a ser dados pela inclinação de T'_1 . Neste caso, a produção doméstica passará para Q_2 e o consumo para C'_2 . A criação de comércio é dada pelo movimento de Q_1Q_2 , independentemente dos termos de troca permanecerem fixos ou não: no primeiro caso, isso seria dado pela distância C_1C_2 e no segundo, pela distância $C'_1C'_2$.

No entanto, como o desvio da procura doméstica do RM para o país parceiro requer que o país considerado renuncie às vantagens dos termos de troca obtida (pela sua tarifa não-preferencial), a componente de desvio de comércio do efeito-produção é maior (em $C_2C'_2$) no caso dos termos de troca variáveis relativamente ao da sua fixidez.

Desta forma MELVIN (1969) conclui: numa UA com desvio de comércio a probabilidade de melhoria do bem-estar é menor se se permitir considerar variações nos termos de troca.

A este respeito, KRAUSS (1972, pp. 422-423) adianta que uma mais correcta interpretação deverá ser: "numa UA que permita variação nos termos de troca e onde não reste comércio com o RM após a sua formação, quanto maior a perda dos termos de troca originada com o efeito-produção do desvio de comércio maior a criação de comércio bruta requerida para que a UA melhore o bem-estar".

2.2.5. O contributo de Berglas

No ponto 2.1.3. foi apresentado o modelo de Berglas no domínio dos modelos 3×3 .

Contudo, também a consideração da existência de uma relação estreita entre a formação de uma UA e os termos de troca conduziu BERGLAS (1979, pp. 327-328), embora de forma sintética, a considerar esta hipótese.

A este propósito, o autor faz as seguintes observações:

- a) considere-se um acordo entre os países A e B que elimine a tarifa dum bem X (exportado por A) no país B e a tarifa que é imposta no país A ao bem Y proveniente do país B. Com base nos termos de troca pré-existentes, a procura excedentária do bem X em A (B) diminuirá (aumentará) em resultado da queda (subida) do rendimento real, para além de que o efeito variação nos preços relativos em B aumentará a procura excedentária. Não sendo possível saber se a procura excedentária agregada aumenta ou diminui, é então impossível prever se o preço internacional do bem X aumentará ou diminuirá.

Conclusão: é impossível determinar 'a priori' em que sentido variarão os termos de troca;

- b) se o preço internacional de X aumenta, isso afectará o bem-estar de A (B) que exporta (importa) o bem X favoravelmente (desfavoravelmente).

Conclusão: uma alteração nos termos de troca afecta o bem-estar dos países membros da UA de forma diferente;

- c) suponha-se que os países A e B formam uma UA e que simultaneamente alteram as tarifas no comércio externo de forma a que o comércio com o RM permaneça no nível e composição que existia antes da formação da União. Com um esquema de compensação, o bem-estar melhora nos 2 países enquanto o do RM fica inalterado.

Conclusão: embora os termos de troca sejam potencialmente variáveis, eles não se modificarão visto que o padrão de comércio com o RM não se altera.

2.3. Economias de escala

2.3.1. As primeiras aproximações: Gehrels e Johnson, Johnson, Scitovsky e Balassa

De forma semelhante ao que havia acontecido com a consideração dos efeitos das preferências tarifárias nos termos de troca, LIPSEY (1960, p.496) inclui igualmente as economias de es-

cala nos factores que influenciam o bem-estar de uma UA. Todavia, esta referência não passa disso mesmo: a finalizar o seu "survey", o autor dedica-lhe dois parágrafos.

A opinião deste autor é a de que se o mercado se expandir de modo a que todas as empresas de uma dada indústria possam crescer, então as economias de escala realizar-se-ão muito mais facilmente face a uma situação em que o aumento de vendas ocorre num mercado estático, isto é, à custa dos outros concorrentes (LIPSEY, 1960, p. 512)¹⁵.

Cabe ainda referir o destaque que Lipsey faz aos contributos de GEHRELS e JOHNSON (1955)¹⁶, JOHNSON (1957; 1958)¹⁷ e SCITOVSKY (1958)¹⁸.

Um dos primeiros autores a dedicar às economias de escala uma atenção muito especial é BALASSA (1961, pp. 183-217). O Capítulo 6 é-lhes inteiramente consagrado.

Para Balassa, as economias de escala podem ser classificadas em 2 categorias: economias internas à unidade de produção e economias internas à empresa e externas à unidade de produção.

No caso da integração económica (com um aumento significativo da dimensão do mercado), os factores que contribuem positivamente para a obtenção das economias de escala são denominados "economias estruturais"; quanto ao conjunto daqueles factores que impedem a sua obtenção, refere os custos de transporte e a diferenciação de produtos (BALASSA, 1961, p. 187).

Alguns anos mais tarde, COOPER e MASSEL (1965a, pp. 461-462) afirmaram que "a teoria das Uniãos Aduaneiras (a um importante nível) deve dar um destaque às economias de escala, alteração nos termos de troca...".

2.3.2. A introdução explícita das economias de escala na teoria das Uniãos Aduaneiras: Corden

Corden considera que os primeiros contributos para a elaboração da teoria das Uniãos Aduaneiras na década de 50 e, em particular, os conceitos vinerianos em que ela assenta permanecem válidos. Faz notar, todavia, que alguma coisa mais deve ser acrescentada para incorporar as economias de escala na teoria: o efeito redução-custo e o efeito da supressão de comércio, cada qual com uma componente de produção e de consumo.

A sua análise é, no entanto, estática e de equilíbrio par-

cial. Aceita igualmente as hipóteses tradicionais da teoria das UA CORDEN (1972, pp.465-466) mas acrescenta algumas outras:

- a) existência de economias de escala internas às empresas (abandono da hipótese tradicional da concorrência perfeita);
- b) os países que formam a União são *price-takers*;
- c) os efeitos das economias de escala no RM, em resultado da formação da UA, são insignificantes¹⁹.

O caso que vai ser objecto de análise específica e retratado na Fig.7 considera as seguintes condições:

- existe um único produto homogéneo, o qual é produzido no país C (RM) e que é, pelo menos, capaz de ser produzido nos 2 países membros da União (A e B);
- existe um único produtor, actual ou potencial, em cada um dos países da União;
- nos países da União existe uma curva de custos médios decrescentes;
- o produtor paga preços constantes pelos factores de produção independentemente da escala de produção;
- o preço de exportação é inferior ao preço de importação (devido aos custos de transporte e à tarifa imposta por C);
- os 2 países da União têm os mesmos preços de importação e exportação para o produto;
- a curva de custos médios em cada país da União alcança o seu mínimo a um nível acima do preço de exportação de modo que a exportação do produto para o RM é impossível;
- finalmente, devido às suas tarifas e aos seus relativamente elevados custos, nenhuns dos países da União exporta inicialmente para o outro.

Corden considera a possibilidade de ocorrência de 3 situações diferentes: produção inicial em ambos os países da União, produção inicial apenas no país A da União e inexistência de produção inicial na União.

Para efeitos da sua abordagem é utilizada a Fig.7 (CORDEN, 1972, Apêndice, pp.474-475) e a segunda das situações admitidas pelo autor: produção inicial apenas no país A da União.

4 - Se AA' intersectar LL' abaixo de L , haverá exportação para B mesmo na ausência da União; neste caso, até mesmo se AA' cortar DD' acima de Q haverá produção em A .

5 - Se AA' intersecta LL' acima de W então não haverá produção mesmo com a formação da União.

6 - Finalmente, se o ponto de custo mínimo de AA' estiver acima de $PxPx'$ não haverá exportação para C .

Daqui Corden desenvolve o seguinte raciocínio: se os preços do produto estiverem acima do preço preventivo de importação OT e o país B importar de C antes da formação da União, então o efeito redução-custo é igual a $GHFT$ e o efeito desvio de comércio para a União (como um todo) é igual a $FKNU$: o seu efeito conjunto denomina-se efeito supressão de comércio (efeito líquido do bem-estar).

A perda de receitas aduaneiras para B é igual a $UQWN$ e o ganho para A será dado por $FQWK$ mais o efeito redução-custo. Do ponto de vista unicamente do país B , a perda de receitas aduaneiras indicado ($UQWN$) será o efeito desvio de comércio.

Em jeito de balanço Corden afirma: "a nossa conclusão é a de que os conceitos de criação de comércio e desvio de comércio são ainda relevantes mas precisam ser acrescidos de 2 outros conceitos, o efeito redução-custo e o efeito supressão de comércio... Os nossos exemplos sugerem que o efeito redução-custo é o mais importante dos dois" (CORDEN, 1972, p. 469).

2.3.2.2. Os efeitos redução-custo e supressão de comércio : a componente consumo

A consideração feita por Corden nas suas hipóteses de partida dizendo respeito às tarifas iniciais em ambos os países da União serem iguais e que os produtos domésticos apresentariam sempre um preço superior ao preço com a tarifa incluída, possibilitou eliminar quaisquer efeitos-consumo.

Considere-se, agora, a seguinte situação: por hipótese, o país A continua a ser o único que produz inicialmente o produto em causa. Logo, o país B não o produzindo não impõe qualquer tarifa antes da formação da União, o que só virá a acontecer após a sua formação (imposição da pauta externa comum). O preço para os consumidores em B subirá e as suas perdas dividir-se-ão e duas componentes: efeito-produção e efeito-consumo.

of International Economics, vol.12

7. ETHIER, W.J. e HORN, H. (1984), "A New Look at Economic Integration", in Henryk Kierzkowski (Ed), Monopolistic Competition and International Trade, Oxford
8. WOOTON, I. (1986), "Preferential Trading Agreements: an Investigation", Journal of International Economics, vol.21
9. ETHIER, W. and HORN, H. (1984), *A New Look at Economic Integration*, in Henryk Kierzkowski, ed., *Monopolistic Competition in International Trade*, pp.207-229
10. De notar que as variações dos termos de troca dependem também da elasticidade da procura recíproca; esta é, por sua vez, determinada pelas elasticidades da oferta e da procura das mercadorias transacionadas.
11. Conforme BALASSA (1961, p.102)
12. De acordo com a Lei de Cournot: a soma de todas as balanças é igual a zero (MUNDELL, 1964, p.2).
13. Segundo a Lei de Walras: todas as procuras excedentárias somarão igual a zero no interior de qualquer país (MUNDELL, 1964, p.2).
14. Para melhor ilustração gráfica, socorrer-nos-emos de POMFRET (1986, pp.453-454).
15. Uma referência muito semelhante a esta e dirigida unicamente ao trabalho de Scitovsky, pode ser encontrada em BALASSA (1961, p.200)
16. GEHRELS e JOHNSON (1955), "The Economic Gains from European Integration", *Journal of Political Economy*, Agosto
17. JOHNSON, H.G. (1957), "The Criteria of Economic Advantage", *Bulletin of the Oxford University Institute of Statistics*, vol.19;
JOHNSON, H.G. (1958), "The Economic Gains from Free Trade Within Europe", *Three Banks Review*, Setembro
18. SCITOVSKY, T. (1958), *Economic Theory and Western European Integration*
19. No fim do seu artigo, CORDEN (1972, pp.471-474)) irá considerar algumas outras situações: oligopólio, diferenciação do produto e equilíbrio geral num modelo multi-produto.

.. A nova quantidade agora consumida é obtida a um custo mais elevado que anteriormente (o familiar efeito desvio de comércio); por outro lado, haverá uma perda do excedente do consumidor no montante mais reduzido de consumo induzido pelo preço mais elevado (um menos familiar efeito de desvio de comércio).

Em conclusão CORDEN (1972, pp.470-471) afirma que "cada um dos 4 efeitos - criação de comércio, desvio de comércio, redução de custos e supressão de comércio - tem uma componente produção e consumo. Num caso limite (ver 2.3.2.1.) a componente consumo desaparece. Num outro caso limite (ponto 2.3.2.2.) todos os ganhos e perdas (originados ou não nos efeitos de produção e consumo) são suportados pelos consumidores".

2. CORDEN, W.M. (1976), "Customs Union Theory and the Nonuniformity of Tariffs", Journal of International Economics, vol.6

3. COLLIER, P. (1979), "The Welfare Effects of Customs Unions: an Anatomy", The Economic Journal, vol.89 e COLLIER, P. (1985), "Commodity Aggregation in Customs Unions", Oxford Economic Papers, vol.37

4. RIEZMAN, R.G. (1979), "A 3 x 3 Model of Customs Unions", Journal of International Economics, vol.9

5. McMILLAN, J. e McCANN, E. (1981), "Welfare Effects in Customs Unions", The Economic Journal, vol.91

6. LLOYD, P.J. (1982), "3 x 3 Theory of Customs Unions", Journal

CAPITULO III - A APLICACAO DA TEORIA DAS UNIOES ADUANEIRAS AOS PAISES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO

3.1. Os limites da teoria tradicional das Uniões Aduaneiras nos países em vias de desenvolvimento (PVD)

Os fundamentos da teoria das Uniões Aduaneiras (UA) e seus desenvolvimentos (descritos no Cap.I) foram pensados tomando como referência países desenvolvidos e com um nível de desenvolvimento semelhante.

As hipóteses subjacentes à teoria das UA e as conclusões que dela emanam sobre os processos de integração económica não encontram, no entanto, um campo de perfeita aplicabilidade quando se toma em consideração países em vias de desenvolvimento¹.

Neste sentido se pronuncia COOPER e MASSEL (1965a, p.461). Depois de referirem que durante os ultimos 15 anos (desde Viner em 1950) foi construído um aparato teórico para analisar o efeito da formação de uma UA sobre um grupo de países economicamente avançados, afirmam: "mas não existe nenhum corpo (teórico) de análise comparável que diga respeito às UA entre países menos desenvolvidos".

Numa posição mais pragmática MIKESSEL (1963, p.167) pensa que a utilização dos instrumentos analíticos para aferir as variações no bem-estar, aquando da formação das UA, limita os seus resultados pois que se baseia em hipóteses estáticas. Ao reconhecer, contudo, que isso não deixa de ter relevância para os países em vias de desenvolvimento (PVD), adianta que "a principal forma que a teoria das UA precisa de ser modificada para poder ser aplicada aos problemas dos PVD é o tomar em consideração as alterações de longo-prazo do padrão de produção" (p.191).

De forma muito semelhante manifesta-se PENAHERRERA (1983, p.733) ao afirmar que, no que diz respeito aos PVD, a teoria da integração económica mantém-se num terreno que pouco tem a ver com os aspectos reais da mesma. Propõe, então, que "seja uma

1. Neste Capítulo e a partir de agora utilizar-se-á indistintamente o termo "países subdesenvolvidos" ou "países em vias de desenvolvimento".

prioridade da investigação tratar de chegar a uma teoria coerente que permita estabelecer as variáveis importantes da integração, proporcionando um marco de conceitos válidos para as complexas políticas de integração".

Expressando-se de forma contrária e aproximando-se de Mikesel, EL AGRAA (1985, p.199) afirma que, embora não exista diferença teórica entre a integração económica nos países avançados e no Terceiro Mundo há, contudo, uma grande diferença em termos do tipo de integração económica que é politicamente desejável: a necessidade de uma distribuição equitativa dos ganhos de industrialização e da localização das indústrias é um importante fim.

Estas preocupações têm conduzido diversos autores a refletirem sobre ela. Dois trabalhos teóricos fundamentais marcam o início desta reflexão: BHAMBRI (1962) e COOPER e MASSEL (1965a). O presente Capítulo debruçar-se-á inicialmente sobre estes dois trabalhos após o que indicará alguns problemas da integração nestes países.

3.2. A teoria das Uniões Aduaneiras e os países subdesenvolvidos : a análise de Bhambri

A reflexão deste autor não toma unicamente os PVD como eixo referencial. O facto de se encontrar nestes países estruturas económicas diferentes das que caracterizam os países desenvolvidos inviabiliza, em larga medida, a aplicação estrita da teoria.

Porém, o autor atribui àquela situação uma noção mais vasta e por isso mais importante e de maior alcance: "parece que uma UA entre países subdesenvolvidos com diferentes níveis de desenvolvimento contém as mesmas dificuldades que uma UA entre países industrializados e países subdesenvolvidos" (BHAMBRI, 1962, p.250).

Bhambri começa por por em causa a aplicabilidade nos PVD dos 2 princípios de LIPSEY (1960) que determinam a magnitude do ganho potencial de um país em virtude do aumento de especialização que ocorre no interior da UA, a saber:

- a) dado um volume de comércio internacional de um país, um UA está mais capacitada para aumentar o seu bem-estar quanto maior é a proporção do comércio desse país com o país parceiro da União e quanto mais baixa for essa proporção com o RM;

- b) uma UA está mais capacitada para melhorar o bem-estar quanto mais baixo for o volume total do comércio externo em proporção ao produto nacional.

A economia daqueles países permite constatar duplamente:

- o comércio entre os PVD de regiões geograficamente diferentes é uma proporção muito pequena do seu comércio externo total;

- o ratio do seu comércio externo relativamente ao produto interno bruto é, a maior parte das vezes, muito elevado.

No mesmo sentido se pronuncia MIKESELL (1963,p.168) baseando-se no padrão de produção destas economias e fazendo ressaltar, em particular, os seus aspectos complementares e concorrenciais.

Para além daquelas críticas, BHAMBRI (1962, pp.237-238) acrescenta outras duas na sequência da ideia geralmente aceite de que a simples remoção das restrições ao comércio fará aumentar, em muito, a dimensão do mercado de produtos manufacturados nos PVD.

Acontece que, em primeiro lugar, consumidores com baixos níveis de rendimentos per capita gastam a maior parte do seu rendimento em produtos alimentares pelo que, a menos que aumente a produtividade, não se pode esperar que a procura de produtos manufacturados cresça substancialmente.

Em segundo lugar, mesmo considerando que os direitos aduaneiros e outras restrições ao comércio intra-regional são removidas, a actual rede de transportes nestes países impedirá quaisquer aumentos significativos nesse comércio: "até que novas facilidades nos transportes que ligam os mercados dos diferentes PVD estejam adequadamente desenvolvidos, uma mera remoção das barreiras ao comércio não terá qualquer efeito salutar no comércio intra-regional" (BHAMBRI, 1962, p.238).

3.2.1. Análise dos efeitos da formação de uma UA sob as condições existentes nos PVD

As condições específicas existentes nos PVD referem-se à estrutura económica nacional e ao comércio externo.

Quanto à primeira, ressalta a elevada percentagem da população trabalhadora empregue na agricultura e a disparidade dos graus de desenvolvimento industrial que aí se podem en-

contrar.

No que se refere à segunda, verifica-se um peso elevado dos produtos de consumo (versus bens de equipamento) nas importações totais e uma concentração de produtos primários no lado das exportações. Daqui resulta, na maior parte dos casos, o aparecimento de problemas nas balanças de pagamentos e falta de divisas que permitam assegurar bens intermédios e matérias-primas industriais para novas indústrias.

Neste quadro, BHAMBRI (1962, pp.243-250) aborda os efeitos de uma UA sobre o comércio intra-regional de produtos manufacturados e a taxa de crescimento industrial.

Hipóteses de partida:

- existem 2 países, A e B
- existem 2 listas de produtos manufacturados,
 - Li - composta por produtos que são produzidos em ambos os países
 - Lii - composta por produtos que são produzidos em apenas um dos países
- as restrições tarifárias e de quotas sobre o comércio de produtos manufacturados entre os 2 países são completamente removidas
- a pauta externa comum permite uma protecção efectiva às indústrias de custos mais elevados em ambos os países.

A utilização dos conceitos tradicionais de criação de comércio e desvio de comércio permitiriam afirmar que o comércio intra-regional seria criado no caso da lista Li, enquanto que o comércio adicional da lista Lii efectuar-se-ia essencialmente a expensas do comércio existente com outros países.

O argumento ortodoxo que suporta a aplicação daqueles conceitos baseia-se, no entanto, em dois pressupostos: por um lado, cada indústria está sujeita a custos crescentes em todos os países; por outro lado, permite-se que as forças de mercado operem livremente de forma a determinar os termos de troca.

Bhambri põe em causa a relevância destes pressupostos na análise dos problemas dos PVD. Segundo ele,

1 - no actual nível de desenvolvimento económico é mais apropriado assumir a obtenção de custos decrescentes em muitas das suas indústrias;

2 - no campo do comércio internacional existem controles cambiais complicados e sistemas de licenciamento que ajudam a manter as forças da procura e oferta em equilíbrio;

3 - as faltas de divisas limitam o volume de investimento pelo que, a não acontecer assim, certamente se assistiria a um aumento das importações de bens de capital e matérias-primas.

Diante deste cenário, o autor pensa ser razoável sugerir que o desvio de comércio é duplamente benéfico:

- a) ao alargar a dimensão do mercado para produtos manufacturados em ambos os países, o aumento do comércio ajudará a reduzir os custos nas indústrias onde as economias de escala são importantes;
- b) a substituição de importações sobre uma área mais vasta permitirá à região, como um todo, dispendir uma proporção mais alta das suas divisas em importação de bens de capital e matérias-primas e contribuir para o aumento da taxa de investimento e crescimento económico.

3.2.2. O caso dos países subdesenvolvidos

A consideração de países com níveis de desenvolvimento diferente cria inúmeros problemas tanto do ponto de vista teórico como prático.

Desde logo e em primeiro lugar, a concorrência de indústrias relativamente mais eficientes nos países mais avançados abafará o crescimento das indústrias nascentes nos países menos desenvolvidos. Em segundo lugar, estes países passarão agora a adquirir bens de capital mais caros ao país parceiro relativamente a terceiros países.

A conclusão que BHAMBRI (1962, p.246) extrai é a de que "parece ser uma proposição impraticável uma UA entre países com níveis diferentes de desenvolvimento".

Contudo, um Relatório da CEPAL², ao abordar estas questões, reconhece que aquelas dificuldades poderão ser ultrapassadas se

2. Bhambri refere-se a um Relatório do Grupo de Trabalho sobre o Mercado Regional Latino-americano elaborado pela Comissão Económica para a América Latina (CEPAL).

os direitos aduaneiros forem reduzidos gradualmente e se, simultaneamente, medidas forem tomadas para um desenvolvimento sem sobressaltos dos países menos desenvolvidos:

- aos países em níveis de desenvolvimento mais baixo, dever-se-ia permitir manter um nível médio mais elevado de direitos durante um certo período;

- os países relativamente mais desenvolvidos deveriam atribuir concessões especiais aos países menos desenvolvidos e não extensíveis aos países mais desenvolvidos da UA;

- é recomendável, pelo menos no período inicial, que os direitos aduaneiros sobre os produtos manufacturados simples não sejam alterados visto que a sua redução conduzirá a uma concorrência intensa e a um aumento do desemprego;

- cada país deve ser livre de alterar ou re-estabelecer a sua tarifa 'vis-a-vis' o RM e substituir as restrições por direitos aduaneiros.

Bhambri considera que estas propostas não permitem o crescimento económico dos países menos desenvolvidos. Elas são inefectivas e desnecessárias dado o seu carácter de protecção temporária: as economias de escala das indústrias dos países menos desenvolvidos só podem ser obtidas se elas puderem vender os seus produtos imediatamente nos mercados dos países mais avançados.

3.2.3. Mecanismos necessários para a viabilização da integração económica entre PVD

Que conclusão retirar desta reflexão face aos inúmeros factores limitativos no processo de integração entre PVD ou entre economias com níveis de desenvolvimento bastante diferentes?

Segundo BHAMBRI (1962, pp.252-256), existem possibilidades de sucesso na integração económica regional, permitindo aumentar o comércio intra-regional e acelerar o crescimento económico se:

- a) cada país oferecer um mercado protegido aos produtos manufacturados dos outros países membros da União, impondo pesados direitos sobre as importações oriundas do RM;
- b) as indústrias mais promissoras dos países menos desenvolvidos forem subsidiadas de modo a que tenham acesso imediato aos mercados dos países relativamen-

te mais desenvolvidos. Deverá ser assim pois que a abolição dos direitos sobre os produtos que são produzidos na maior parte dos países da União fará aumentar a concorrência e impedir o crescimento das indústrias nascentes nos países menos desenvolvidos.

Esta última consideração leva o próprio autor a reconhecê-la como oposta aos princípios da teoria ortodoxa. Esta considera desejável uma UA se ela permite aumentar o grau de concorrência no interior da União e minimiza o efeito desvio de comércio ao reduzir o nível médio de direitos sobre os produtos importados dos outros países membros.

3.3. Uma teoria geral das Uniões Aduaneiras para os PVD: a análise de Cooper e Massel

Para COOPER e MASSEL (1965a) a teoria das UA até então formulada, dizia respeito basicamente a economias de países desenvolvidos.

Assim, a preocupação central destes autores vai ser a tentativa de lançar os fundamentos para uma teoria mais geral das UA nos países menos desenvolvidos.

3.3.1. Pressupostos da análise

COOPER e MASSEL (1965a, pp.462-463) assumem, dentro do espírito tradicional da teoria, das UA, a existência de pleno-emprego, custos constantes, preços concorrenciais e termos de troca constantes.

Neste domínio, a particularidade reside na consideração da existência de uma preferência social por tipos particulares de actividades económicas (indústrias) relativamente a outras formas de actividade: os planificadores nos países menos desenvolvidos podem aceitar certa redução no rendimento nacional para que se consiga um aumento na produção industrial³.

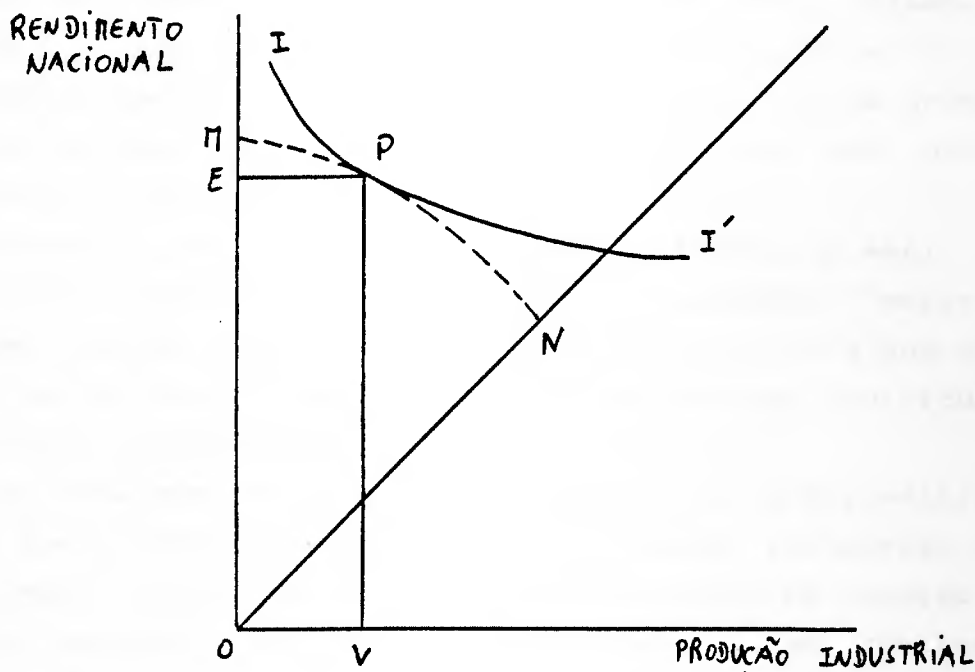
Suponha-se que se produz, inicialmente, um produto agrícola e de exportação - cereal. A sua produção é mais lucrativa do que

3. Os autores identificam esta escolha social com a escolha efectuada pelos planificadores económicos nacionais (COOPER e MASSEL, 1965a, p.462, nota 7).

qualquer outra actividade económica e é mais barato importar todos os restantes produtos do que produzi-los internamente.

Retratemos a situação inicial numa representação gráfica (Fig.1):

FIG. 1



A curva MN mostra o quanto se deve renunciar no rendimento nacional para atingir níveis alternativos da produção industrial, sujeita à restrição de que toda a produção industrial é consumida internamente: será o 'locus' de produção-consumo. De notar que se nos deslocarmos no sentido descendente desta curva, aumenta o custo marginal de protecção das indústrias.

No ponto N a economia produz apenas bens industriais (para consumo interno): o rendimento nacional iguala a produção industrial.

A curva II' será a curva de indiferença e que expressa a preferência dos planificadores: se estes são indiferentes quanto à produção de cereal ou produção industrial, a curva de indiferença será horizontal e o ponto M, o ponto óptimo onde todos os recursos da economia estão votados à produção de cereal. No caso de uma curva de indiferença com uma inclinação negativa (como a da Fig.1), a posição óptima é dada pelo ponto P e inclui uma mistura de produção industrial OV e de produção de cereal igual a OE-OV.

3.3.2. Efeitos no bem-estar

Considere-se 2 países (o Norte e o Sul).Cada qual tem um plano de desenvolvimento que consiste numa lista de indústrias a serem desenvolvidas.Assuma-se igualmente que a procura nacional é a mesma para cada produto industrial e igual nos 2 países.

Os 2 países resolvem formar uma União Aduaneira.

Ambos tendem a especializar-se e o nível da produção industrial,da sua composição e distribuição vai ser determinada pela pauta externa comum.

Partindo daqui,COOPER e MASSEL (1965a, p.466) formulam aquilo que consideram sera principal questão: "existirá uma qualquer pauta externa comum que contribua para que os países fiquem melhor relativamente às políticas óptimas individualizadas de proteção não-preferencial?".

Com base numa pauta externa comum eficiente,definida como aquela que permite qualquer nível de produção industrial na UA ao custo mais baixo (em termos de combinação na redução do rendimento nacional dos 2 países), os autores concluem pela existência de:

- a) um efeito-rendimento: os países podem produzir o mesmo output industrial com a UA face ao que estava planeado inicialmente e terão recursos poupados;
- b) um efeito-substituição: acontecerá assim devido ao custo marginal de protecção mais baixo que conduzirá a um aumento na produção industrial à custa do rendimento nacional

Ambos os efeitos irão combinar-se de modo a que a produção industrial aumente.O rendimento nacional também aumentará se o efeito-rendimento for superior ao efeito-substituição.

3.3.3. Um óptimo de Pareto

A procura de uma solução óptima de Pareto requiere que cada país tome em consideração as deseconomias externas geradas pela sua própria produção industrial.

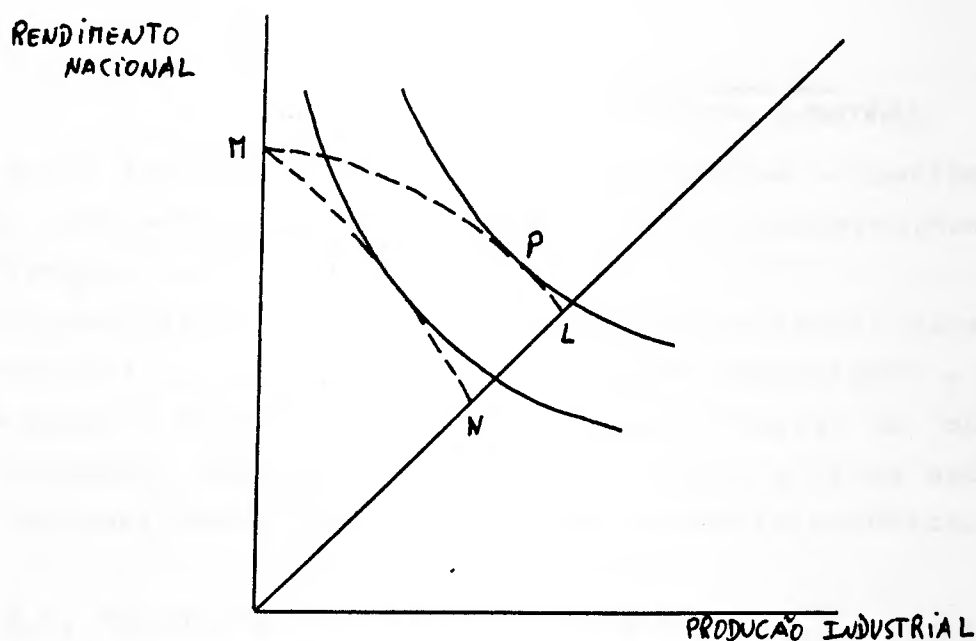
Para COOPER e MASSEL (p.471) isso é possível se cada um dos

países tiver de pagar uma compensação do rendimento ao país parceiro devido aos produtos industriais de custos relativamente mais elevados vendidos no mercado do país parceiro.

Embora anteriormente BHAMBRI (1962) já tivesse considerado esta hipótese, MEAD (1968, pp.278-303) vai retomá-la e desenvolvê-la mais tarde; no entanto, irá considerar que "em alguns casos, em vez de um país efectuar um pagamento transferível directo ao outro país, pode ser preferível controlar a distribuição dos benefícios através da afectação de novas indústrias entre os países membros" (isto é, tentar alcançar um grau de equidade entre os países através daquele meio) (p.301).

Retomando a explicação através de uma representação gráfica, considere-se a Fig.2 :

FIG.2



A nova curva será agora o 'locus' ajustado de produção-consumo.

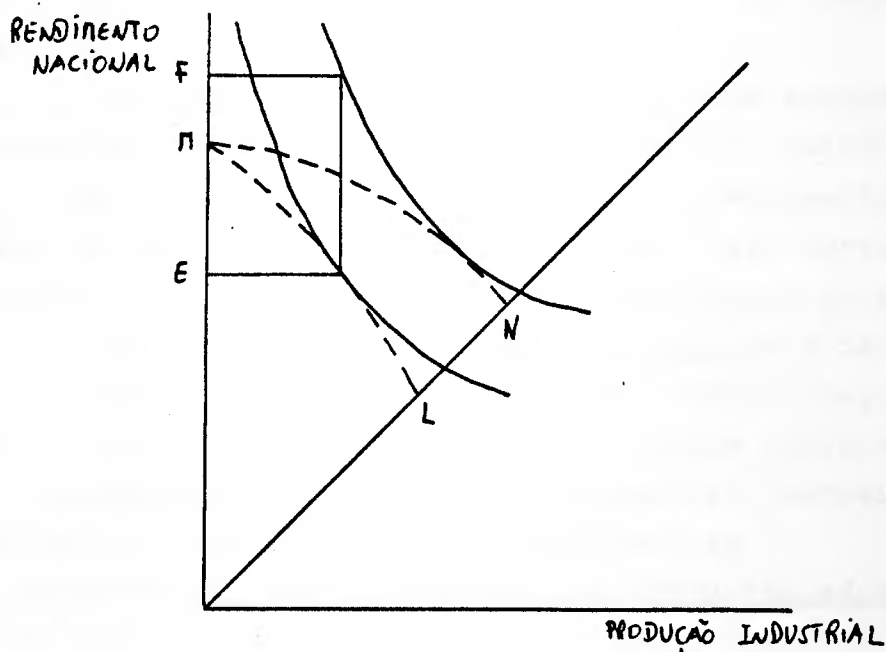
Aqui, cada ponto da nova curva mostra o rendimento e a produção industrial do país considerado após dedução ao seu rendimento de um montante igual ao aumento do custo imposto pelo outro país.

O novo ponto óptimo para este país será P, mas para o país parceiro é indiferente essa escolha visto ter também uma curva ajustada: o seu bem-estar não é, por isso, afectado.

Uma situação também encarada por estes autores refere-se à possibilidade de que a nova curva ajustada se situe no interior da curva pré-União: neste caso, o país em causa piorará a sua situação com a formação da União Aduaneira, o que pode ser obser-

vado através da Fig.3 :

FIG.3



A curva ajustada é ML enquanto MN refere-se ao período pré-União. O país estará, com a formação da União Aduaneira, numa curva de indiferença inferior.

A compensação necessária adicional de rendimento para que o país regresse a uma situação, pelo menos equivalente à de pré-União, é igual a EF. Se o país parceiro ganha mais do que esse montante, poderá compensar o país em causa e ainda assim permanecer melhor: neste caso a UA é potencialmente benéfica.

3.3.4. Novidades face à teoria existente

Para os autores, de acordo com Viner e os contributos posteriores, uma UA está mais capacitada em resultar em ganho líquido de bem-estar quanto maior for o grau de cobertura (overlapping) entre a classe de bens produzidos sob protecção tarifária nos 2 países. Neste caso, a criação de comércio é superior ao desvio de comércio. Contudo, se os 2 países são complementares, as diferentes indústrias tendem a ser protegidas em cada país e a UA é desviadora de comércio.

COOPER e MASSEL (1965a, pp.475-476) consideram que o seu modelo introduz alguma novidade e isto por 2 razões:

- é permitida uma possível preferência por uma indústria;

- a pauta externa comum é mais um instrumento de política do que uma variável exógena.

Resulta, assim, que os ganhos da UA dependem da pauta externa comum que é escolhida, pelo que tanto a criação de comércio como o desvio de comércio podem ser boas ou más:

a) no caso do desvio de comércio, cada economia expande a sua produção industrial para oferecer no outro mercado. A produção nacional expande-se embora o rendimento nacional diminua. Se não se souber nada mais acerca das curvas de indiferença, não se pode dizer se o bem-estar melhora ou piora;

b) no caso da criação de comércio, se o país B for um produtor de custos inferiores em todas as indústrias, a produção salta de A para B. Embora o país A pague agora menos pelos produtos industriais, o seu sector industrial perdeu-se. Estará este país melhor? Depende das suas preferências.

Em conclusão, o ganho potencial de uma união aduaneira será tanto maior se:

- 1 - existir um aumento do custo de protecção nos 2 países;
- 2 - os países tiverem uma forte preferência pela indústria;
- 3 - os países forem complementares;
- 4 - nenhum dos países dominar o outro na produção industrial em geral (isto é, nenhum dos países tem uma vantagem comparativa intra-União em todas ou na maior parte das indústrias).

3.4. Problemas da integração económica nos PVD

A percepção de que a teoria das UA havia sido pensada num quadro de economias desenvolvidas e com um nível de desenvolvimento semelhante, conduziu diversos autores a reflectirem sobre a necessidade de uma adaptação da teoria às condições dos países em vias de desenvolvimento.

A aplicação de um modelo errado ou análogo, isto é, aquele que é oferecido pelas condições concretas existentes nos países industrializados é, para PATEL (1976, p.301), o erro fundamental nas tentativas de promoção da integração económica entre PVD.

No entanto e como sublinha KRUGMAN (1988, p.64) referindo-se à aplicação de uma nova teoria do comércio internacional, "quando

se passa aos países menos desenvolvidos, não haverá necessidade de demonstrar uma vez mais a possibilidade de modelos pouco tradicionais. Do que se necessita são modelos operativos que possam ser aplicados aos problemas reais".

Quando é posta em causa a aplicação estrita da teoria tradicional aos PVD, as críticas centram-se, sinteticamente, à volta de dois vectores :

- a) ao nível dos pressupostos e hipóteses do modelo e das condições económicas existentes nos países;
- b) ao nível do instrumental analítico utilizado para aferição dos efeitos da formação da UA.

3.4.1. Pressupostos da análise

Ao se considerar que os países envolvidos num processo de integração apresentam estruturas produtivas (industriais) desenvolvidas e diversificadas, países esses com um nível de desenvolvimento semelhante, conduz a teoria a admitir:

- existência de custos constantes ou crescentes;
- a integração como um meio que permite uma melhor afectação dos factores de produção.

Dito de outro modo, com o que a teoria tradicional geralmente se preocupa é com os efeitos estáticos da integração.

Contudo, e se por mais não fosse, a simples oportunidade de alargamento do mercado potencial onde irão operar as indústrias, pode conduzir a rendimentos crescentes derivados da obtenção de economias de escala.

Os defensores dos processos de integração nos PVD pronunciam-se, normalmente, neste sentido : advoga-se que a integração económica permitirá construir e alcançar um mercado bastante amplo, o que possibilitará atingir uma maior racionalidade no aproveitamento dos recursos existentes, na obtenção de economias de escala e na definição duma especialização produtiva dos países (TUSSIE, 1981, p.1398).

Dada a dimensão normalmente vasta que envolve os processos de integração nestes países, os custos de transporte (considerados nulos na teoria tradicional), têm aqui uma influência por vezes decisiva.

Deste modo, a distância é para BRADA e MENDEZ (1985, pp.549-556) o principal "environmental factor" influenciando a criação

de comércio. Para estes autores, a variável "distância" representa uma resistência ao comércio e é composta de 3 elementos: um elemento económico (custos de informação e transporte); um elemento estrutural (que reflecte as diferenças nos padrões de consumo e dotação de recursos) e um elemento político.

Igualmente HAZLEWOOD (1966, pp.13-14) considera o "*custo de transporte protector*" (transport-cost protection) um dos principais responsáveis pela insatisfação sentida no Mercado Comum da Africa oriental (de grandes distâncias geográficas e com um dos países sem saída para o mar), visto que beneficiava (protegendo) a economia de um dos Estados membros (por coincidência o mais desenvolvido).

Por outro lado e na presença de economias com níveis e dinâmicas de desenvolvimento diferentes (como é o caso dos PVD), os efeitos inequitativos do comércio e integração far-se-ão sentir (PENAHERRERA, 1983, p.701). A teoria tradicional não responde eficazmente, do ponto de vista da investigação, aos efeitos da integração na distribuição do rendimento.

Para este tipo de países e segundo LIZANO (1976, p.277), a integração económica deve ser encarada mais como uma oportunidade que abre perspectivas de crescimento e diversificação das suas economias através do estabelecimento de novas actividades produtivas.

Estes efeitos de alteração da estrutura produtiva interna e do comércio externo (que só se fazem sentir a longo-prazo), foram já anteriormente evidenciados por BHAMBRI (1962) ou MEADE (1968), o que, em certa medida, vai de encontro a EL AGRAA (1985, pp.198-199).

Este autor considera que a criação de comércio entre PVD será, numa primeira fase, bem menor do que o desvio de comércio em virtude da necessidade de industrialização que esses países sentem. Daí que só a longo-prazo os efeitos da integração económica entre PVD possam realmente ser significativos.

De uma forma mais abreviada, no caso dos países menos desenvolvidos só os efeitos dinâmicos é que são significativos (LIZANO, 1976, p.276).

No mesmo sentido aponta o BID (1985, p.11) ao concluir que as vantagens da integração não devem ser vistas a partir da estrutura de produção existente mas sim, a partir da obtenção dos efeitos dinâmicos e a realização de vantagens potenciais não

possíveis aos países tomados isoladamente.

Outros factores, porém, podem inviabilizar as organizações regionais de integração nomeadamente a dificuldade em alterar as suas estruturas.

HAZLEWOOD (1966, pp.1-13), por exemplo, refere que as restrições introduzidas no Mercado Comum da Africa Oriental se deveram a uma crescente insatisfação, por parte da Tanzânia, com o padrão de comércio intra-regional. Em reforço deste ponto de vista, ROBSON (1968, p.105) acrescentaria que os seus países membros menos favorecidos tentaram influenciar, sem sucesso, o padrão de desenvolvimento industrial como meio de partilha dos benefícios da integração económica.

Em síntese, as principais questões ignoradas pela análise tradicional relativamente ao caso dos FVD são:

- a) a determinação do âmbito apropriado e da direcção do comércio regional, do desenvolvimento e da especialização;
- b) o problema da equidade na distribuição dos benefícios;
- c) a inexistência de uma política comum referente aos investimentos estrangeiros e empresas multinacionais (ROBSON, 1985, p.234).

3.4.2. Medição dos efeitos da formação de uma União Aduaneira

Em virtude das diferenças existentes nas condições económicas dos FVD, o método tradicional de comparação entre criação de comércio e desvio de comércio parece ter alcance limitado. Os níveis baixos de desenvolvimento implicam que os benefícios da integração clássica baseada na simples liberalização do comércio sejam agora reduzidos.

Neste âmbito e segundo ROBSON (1985, pp.228-229), "em termos do critério de aferição das vantagens da teoria ortodoxa das UA, a integração entre FVD parece ser, na melhor das hipóteses, irrelevante e, na pior, prejudicial, excepto possivelmente para os mais desenvolvidos desses países".

Este posicionamento bastante crítico leva-o ainda um pouco mais longe. Robson interroga-se até que ponto a teoria também se aplica às circunstâncias muito diferentes apresentadas pelos FVD:

"em que medida as características dos países menos desenvolvidos favorecem a criação de comércio?".

Segundo ele, as condições que são favoráveis à criação de comércio são exactamente opostas às que tipicamente se encontram naqueles países: comércio externo elevado relativamente à sua produção interna e percentagem muito diminuta do comércio intra-grupo no seu comércio total, retomando, na sua essência, Lipsey.

Esta posição crítica face à aplicabilidade dos instrumentos analíticos tradicionais, conduz PENAHERRERA (1983,p.707) a considerar ser mais significativo observar as alterações na composição ou estrutura das exportações que examinar as variações quantitativas nas correntes totais.

Estas alterações só num futuro podem ser significativas e estudadas nestes países.

A ser assim, a eficácia de uma organização de integração deve ser, pelo contrário, encarada pela sua estabilidade institucional e dinamismo como instrumento de desenvolvimento (PENAHERRERA, 1983,p.718).

De forma semelhante ROBSON (1985,p.256) admite que a integração económica nos países menos desenvolvidos produz os seus efeitos através do impacto futuro na produção.

Para FERREIRA (1983,p.72), a limitação mais grave do critério criação/desvio de comércio é o facto de ele ser estático e de curto-prazo, não servindo assim para a avaliação de uma integração entre PVD.

Não é, no entanto, pacífica a aceitação deste ponto de vista.

Entre outros exemplos, PEARSON e INGRAM (1980,pp.994-1008) utilizando o método estático-comparativo para analisar os efeitos do bem-estar de uma UA, desenvolvem uma aplicação do modelo de CORDEN (1972) descrito no Cap.I, ao caso de dois PVD africanos: o Gana e a Costa do Marfim.

Os autores, após concluírem que as economias de escala e as divergências nas estruturas económicas nacionais oferecem um importante campo para obtenção de ganhos através da integração, expõem os resultados alcançados: do ponto de vista quantitativo e utilizando os conceitos ligados à teoria tradicional das UA, 2/5 dos ganhos estimados totais têm origem nos efeitos de comércio vinerianos, 1/5 nos efeitos de redução-custo de Corden e os restantes 2/5 nos efeitos-produção. Especificamente, os ganhos no bem-estar foram de 33% e 22% a produção bruta, respectivamente do Gana

e Costa do Marfim.

Com as opiniões favoráveis ou contra a utilização do instrumental analítico tradicional, o certo é que as propostas de correcção da teoria da integração podem tornar claro que o critério criação/desvio é erróneo e que o desvio de comércio pode ser inevitável quando se trata dos PVD. Contudo, a não aceitação desse critério torna-se num outro problema quando não é apresentada alternativa para avaliar dos benefícios ou não de uma integração (FERREIRA, 1983, p. 77).

3.4.3. Os problemas específicos dos PVD e a integração económica

As características concretas destes países, confere-lhes um grau de heterogeneidade (como grupo) que não tem paralelo nos países industrializados. Estas fortes dissemelhanças condicionam fortemente o alcance e a viabilidade dos processos de integração económica nestes países.

Sobre esta questão se pronuncia JOHNSON (1965, p. 281) afirmando "ser mais viável negociar uma UA entre países com um grau similar de preferência pela produção industrial e com um grau similar de vantagem comparativa nesta produção, ou seja, entre países com nível semelhante de desenvolvimento económico".

Contudo, para lá dos factores estritamente económicos, há que tomar em consideração factores de ordem política, cultural ou social na aferição das potencialidades e limitações da integração económica nestes países.

Sem pretendermos alongar estes factores, parece útil, todavia, que enumeremos alguns (PENAHERRERA, 1983, pp. 722-731 ; LIZANO, 1976, pp. 278-283 ; BID, 1985, pp. 5-36):

- a) dificuldades de conciliação de políticas económicas originadas nas diferenças de estrutura económica dos países membros;
- b) diferenças relativamente ao desenvolvimento indus-

4. Note-se que alguns destes factores são igualmente comuns aos processos de integração entre economias desenvolvidas, como o exemplo da CEE o tem mostrado. No entanto, eles parecem ser mais facilmente atenuados e, sobretudo, ultrapassados, relativamente aos processos de integração nos PVD, não gerando situações de impasse ou estagnação conducentes à sua inoperância.

- trial alcançado e sua capacidade para o dinamizar;
- c) não cumprimento da aplicação dos regimes aduaneiros preferenciais, o que conduz a políticas protecionistas;
- d) inaplicabilidade dos regimes de compensação financeira a favor dos países mais desfavorecidos;
- e) diferença na apropriação e distribuição dos benefícios e custos do processo de integração;
- f) o problema da coordenação dos instrumentos de política económica e a perda de soberania nacional;
- g) conflitos na relação política entre os Estados membros;
- h) incompatibilidade de sistemas políticos e económicos
- i) falta de apoio político-social permanente, no interior dos países, relativamente ao processo de integração;
- j) diferenças histórico-culturais devidas, em grande parte, às enormes distâncias que separam os países.

Independentemente dos problemas e factores limitativos, os processos de integração económica dos PVD sucedem-se desde o início da década de 60. Uma experiência acumulada existe e é da reflexão sobre ela que LIZANO (1976,p.284) extrai algumas conclusões:

- 1 - a integração económica oferece aos países menos avançados uma via alternativa para acelerar o crescimento económico, embora se deva evitar esperar demasiado dela;
- 2 - o progresso dos programas de integração depende do suporte político que ela consiga obter de importantes grupos sociais;
- 3 - a integração nestes países deve ser concebida como um esforço para ultrapassar alguns dos principais obstáculos que eles enfrentam;
- 4 - devido às disparidades de desenvolvimento entre os países, existem problemas relacionados com a distribuição dos benefícios e custos. Assim, os aspectos distributivos devem ser encarados desde o início do processo de integração.

CAPITULO IV - AS ZONAS DE COMERCIO LIVRE

Nos Cap. I e II foi exposta a teoria das Uniões Aduaneiras naquilo que é considerada a abordagem central e seus principais desenvolvimentos posteriores.

A sua aplicação, no entanto, não está restringida unicamente ao caso das Uniões Aduaneiras. Nos graus de integração económica considerados usualmente, tem lugar a Zona de Comércio Livre (ZCL) e que se distingue das Uniões Aduaneiras (UA) essencialmente por:

- os países membros conservarem o poder de fixar as suas próprias pautas aduaneiras sobre os produtos importados do Resto do Mundo;
- a Zona possuir regulamentação de origem, criada para confinar o livre comércio, no seu interior, aos bens que nela tiveram origem ou nela foram produzidos (ROBSON, 1985, p. 40).

Não existe neste caso e relativamente às UA um grau de homogeneização de discriminação contra países terceiros (SHIBATA, 1967, p. 70). Mas se considerarmos a hipótese de que os países que formam a ZCL apresentam um nível inicial de direitos aduaneiros idênticos, podemos então estender a análise e conclusões da teoria das UA a este caso particular: nestas duas formas de integração existirão efeitos idênticos sobre o bem-estar mundial (a curto-prazo, já que a longo-prazo os países têm autonomia da política comercial o que conduzirá a efeitos diferentes).

Note-se, contudo, que a existência de níveis de direitos diferentes nos países participantes não afectaria, em muito, as conclusões no caso da UA, mas influenciaria a estrutura de produção e de comércio da Zona de Comércio Livre.

4.1. Alguns problemas de uma Zona de Comércio Livre

Quando se abandona a hipótese relativa ao nivelamento dos direitos aduaneiros pré-união (ZCL), vários problemas surgem em resultado da existência de níveis de direitos desiguais e de

políticas comerciais diversas nos países participantes (BALASSA, 1961, pp. 110-123).

4.1.1. Ao nível do desvio de comércio

A manutenção da aplicação de taxas de direitos diferentes no comércio com os países não participantes da ZCL, cria condições para que se possa verificar um desvio de comércio, produção ou investimento no interior da Zona.

Neste caso, verificar-se-á a importação de produtos oriundos de um país terceiro através de países membros com direitos aduaneiros mais baixos, se as diferenças de direitos excederem o custo adicional de transporte. Para o evitar, os direitos deveriam ter tendência a igualar-se ao nível do direito mais baixo do país membro da ZCL.

Note-se, todavia, o duplo aspecto:

- positivo, do ponto de vista do bem-estar mundial, pois que a redução faria diminuir os efeitos do desvio de comércio da ZCL;
- negativo, relativamente aos princípios estabelecidos para a ZCL, isto é, tal medida iria contra a liberdade de cada país estabelecer os seus próprios direitos

4.1.2. Ao nível da criação de uma estrutura de produção não-económica: a produção e o investimento

O fabrico de produtos que contém uma elevada percentagem de matérias-primas e produtos semi-acabados de origem estrangeira, desviar-se-á para os países de direitos mais baixos se as diferenças nos direitos ultrapassarem as diferenças nos custos de produção.

A nova afectação de recursos terá efeitos negativos na eficiência mundial. Agora, o que determina a nova estrutura produtiva são as diferenças de direitos e não o padrão das vantagens comparativas reais. Tal situação estende-se ao investimento, nomeadamente no caso em que os direitos têm grande influência na rentabilidade das empresas.

4.1.3. Recomendações

Os problemas descritos anteriormente sintetizam-se num conceito : a **deflexão de comércio**, isto é, a orientação ou "re-direcionamento" como lhe chama SHIBATA (1967,p.69), das importações através do país membro que tem direitos alfandegários mais baixos de modo a usufruir do diferencial tarifário (ROBSON,1985,p.41).As suas consequências práticas são,como se viu,o desvio de tráfego,produção e investimento.

A criação da **regulamentação de origem** vai precisamente tentar limitar o desvio de tráfego.Com ela,pretende-se determinar se um produto pode ser ou não considerado originário da área e,como tal,sujeita ou não aos direitos que cada país impõe às mercadorias provenientes de terceiros países.

Não se duvida que estes esquemas envolvem muitos problemas técnicos e administrativos,do mesmo modo que a aplicação estrita de apenas uma das regras não evita (a prática demonstra-o) a deflexão de comércio.A combinação de várias regras poderá reduzir as deficiências de cada uma tomada individualmente,embora seja de crer que algumas das suas limitações não sejam totalmente eliminadas (BALASSA,1961,p.116).

Mas o facto de se permitir aos países membros da ZCL um elevado grau de liberdade para modificar unilateralmente os direitos,subsídios,etc (dificultando a coordenação das políticas económicas),pode atenuar o alcance dos objectivos dessas regras:

- cria novas possibilidades de desvio de comércio e produção;
- perturba o equilíbrio das vantagens mútuas estabelecidas nos acordos.

De qualquer forma,a viabilidade de uma ZCL depende, em larga medida,não só das regulamentações que forem adoptadas na sua formação e durante a sua existência,como também das condições económicas concretas existentes no período de pré-adesão à ZCL.

Conforme a maior ou menor interdependência das suas economias e o peso relativo da produção de produtos manufacturados no valor do seu comércio intra e extra-grupo, assim será maior ou menor a viabilidade da ZCL.

Neste sentido, aquando de um estudo sobre as possibilidades de criação de uma ZCL na Europa, a OECE (1957) apontava para a sua viabilização e sucesso quando se verificasse que:

- 1 - uma proporção significativa dos produtos manufacturados incluídos no comércio do interior da Zona fosse produzida a partir de matérias-primas e de produtos semi-manufacturados dela originários;
- 2 - os direitos sobre as matérias-primas fossem desprezíveis;

4.2. Teoria económica das Zonas de Comércio Livre

As regras de origem criadas numa ZCL pretendem:

- desencorajar a deflexão de comércio;
- assegurar que as mercadorias sejam produzidas totalmente ou em parte substancial no interior da zona.

Dada a multiplicidade de mercadorias que gozam de preferências tarifárias no seio da ZCL, o conjunto de regras que prescrevem quais as condições quanto à produção a ser observadas e quais as medidas que asseguram que só importações dentro daquelas condições obtenham a preferência tarifária, denomina-se o sistema de origens de uma ZCL.

Não se deduza daqui, porém, que este sistema possa evitar totalmente os efeitos de desvio de tráfego, à semelhança do que acontece com a formação de uma UA. Tal como SHIBATA (1967, p.70) o sublinha "enquanto numa UA é a pauta externa comum que determina a extensão dos efeitos de produção e consumo, na ZCL são as regras de origem que os determinam".

4.2.1. A presença de criação de comércio e desvio de comércio numa ZCL

Um dos problemas base na formação de uma ZCL é a deflexão de comércio.

Neste sentido, SHIBATA (1967, pp.71-72) demonstra que, teoricamente, sempre que se a evite, há possibilidades de permitir que produtores moderadamente eficientes na área expandam o seu output para abastecer o mercado da área à custa, não só dos produtores menos eficientes do seu interior, mas também dos produtores mais eficientes de fora da área.

Isto é: as expectativas de criação de comércio e desvio de comércio podem ser um importante factor de indução para os produtores nacionais dos países membros, de bens concorrentes com

a importação, de concordarem com os seus governos em matéria de participação na ZCL.

Compreende-se, assim, a enorme importância atribuída às regras de origem como meio de atenuar ou impedir a deflexão de comércio. Porque se assim não for, esta mina a efectividade da protecção permitida pelas tarifas mais elevadas noutros países membros e estabelece, para o produto, um preço comum generalizado na área a um nível igual à soma do preço mundial e da tarifa mais baixa do país membro.

As suas consequências não são menores:

- a) a produção do país com a tarifa mais alta diminui;
- b) a produção do país com a tarifa mais baixa mantém-se
- c) aumenta o 'gap' entre produção e consumo no interior da Zona, o que implica um aumento da produção no RM.

Este resultado não é mais do que uma semelhança do efeito de criação de comércio vineriano combinado com o chamado efeito consumo de Lipsey. Contudo, e como chama a atenção SHIBATA (1967, p.72, nota 4), esta ideia de criação de comércio é diferente do conceito de Viner (a este propósito compare-se com VINER (1950, pp.34-35) e LIPSEY (1960), neste último caso para o efeito-consumo).

Para Shibata trata-se de um salto de 'locus' de produção da fonte de maior custo para uma outra de custo inferior (RM). Para Viner tal salto refere-se à passagem da fonte de mais alto custo para a fonte de custo intermédio dentro da área.

4.3. Efeitos da formação de uma ZCL : a análise de Shibata

A análise de SHIBATA (1967, pp.73-86) considera a existência das seguintes condições de partida:

- 3 países, L, H e W
- 2 países, L e H, irão formar a ZCL
- ambos importam do Resto do Mundo (W) um produto idêntico
- ambos produzem totalmente substitutos perfeitos do produto importado
- existem tarifas diferentes (sob a forma de direitos específicos) conforme os países: em L a tarifa é T_L e no país H é de T_H , onde $T_H > T_L$

Assente nestas condições, o modelo admite as seguintes hipóteses:

- 1 - curva de oferta crescente (custos marginais crescentes e curva da procura decrescente, em ambos os países e para o produto em causa;
- 2 - curva da oferta mundial do bem é perfeitamente elástica do ponto de vista dos 2 países;
- 3 - concorrência perfeita e ausência de custos de transporte para todo o comércio;
- 4 - mobilidade perfeita de factores de produção dentro de cada país e não mobilidade entre os 2 países ou entre eles e o RM¹;
- 5 - as únicas formas de restrição ao comércio são as tarifas do tipo que Viner chamou "*direitos de protecção efectiva*". Operam para reduzir importações não por tornarem os bens de determinada espécie mais caros para os potenciais consumidores, como também e principalmente, por desviar o consumo dos bens importados para os produtos das correspondentes indústrias nacionais;
- 6 - finalmente, as taxas de câmbio dos dois países permanecem as mesmas durante o processo em que as tarifas são modificadas ou removidas.

Desta forma, em cada país isoladamente, os preços dum produto importado e o do correspondente produto nacional são iguais e iguais ao preço mundial (P_w) mais a tarifa imposta sobre o produto importado no país considerado:

$$P_L = P_w + T_L$$

$$P_H = P_w + T_H$$

4.3.1. Análise gráfica

Os dois países L e H resolvem criar uma ZCL.

As barreiras internas entre os países desaparecem no que

1. Como SHIBATA (1967, p.73) diz explicitamente, "o quadro básico para a nossa análise será a teoria tradicional do comércio internacional".

dividuais, ou seja, a linha $O'JN$ no país H.

Relativamente à curva de oferta conjunta em economia aberta, ela será representada pela linha $CIJN$: por um lado, o preço do produto originário da Zona nunca pode descer abaixo de OQ (direito de proteção efectiva em L), enquanto a Zona, como um todo, permanecer um importador líquido do produto proveniente de W; por outro lado, o preço não pode subir acima de $O'T$ (no país H), pois que acima dele os consumidores podem importar substitutos de fora da zona.

Do ponto de vista dos consumidores em H, a curva de oferta total do produto, incluindo produtos da zona e de fora dele, será $CIJKV$.

Daqui resulta que a acessibilidade diferencial a fontes de oferta exteriores à área para os consumidores de H e L, cria um diferencial de preço entre produtos fisicamente idênticos dentro da mesma ZCL, de acordo com a origem dos produtos (SHIBATA, 1967, p. 75).

Do ponto de vista dos efeitos assistir-se-á a,

- a) no país H (onde o preço agora desce): um efeito-produção, com diminuição do output, e um efeito-consumo, com a sua expansão;
- b) no país L (que enfrenta um preço do produto da Zona mais alto relativamente à situação pré-adesão): um efeito-produção (aumento do output); não há efeito-consumo visto o preço doméstico permanecer igual.

O efeito líquido de comércio desta ZCL será obtido comparando os 2 efeitos, enquanto o efeito-rendimento é simples de determinar: o país H perde receitas aduaneiras pela diminuição das importações do RM e o país L aumentá-las-á devido ao aumento das importações do RM (SHIBATA, 1967, p. 75, nota 5).

Deste ponto de vista, concluir-se-á que uma ZCL causa redistribuição de rendimentos aduaneiros entre os países membros e favorecendo o país com mais baixa tarifa.

Analisemos, finalmente, as consequências da formação desta ZCL do ponto de vista do efeito líquido do comércio.

Três resultados são possíveis, dependendo da dimensão da procura de H relativamente à dimensão e inclinação da oferta total, a qual dependerá das elasticidades da oferta de L e H e do peso dos direitos protectores em ambos os países.

A) Curva da procura no país H é igual a D_1

Se a procura em H for dada por D_1 , ou seja, corta a curva da oferta total para além de K, por exemplo X, o preço do produto originário da Zona e no mercado do país H é o mesmo que o preço inicial neste mesmo país (pp.77-78).

A quantidade oferecida pelos produtores de H continuará a ser TU. A oferta de W será, agora, UK, substituída pelas exportações de L: representa a produção total de L e que é exportada, ficando QS no seu mercado a ser abastecido por importações oriundas de W.

Resultados:

a) efeito de desvio de comércio vineriano, que será a variação líquida no output de W, isto é, $UK-QS (=UK-IJ)$;

b) efeito de desvio de comércio, que será UK (as exportações totais de W para o país H e substituídas pelo país L). A razão reside no facto de que QS significa uma exportação indirecta de W para H através de L: a deflexão indirecta de comércio, que não pode ser totalmente eliminada pelas regras de origem mas que, de qualquer modo, limita a um nível considerável a possibilidade de ocorrência da deflexão de comércio.

B) Curva da procura no país H é D_2

Se a curva da procura de H for D_2 , a qual intersecta a curva de oferta conjunta num ponto qualquer entre J e K, por exemplo Y, o novo preço na zona é inferior ao preço original no país H, mas superior ao preço inicial no país L (pp.78-79).

O aumento do output de L será a quantidade $bY-QS$. Ao mesmo tempo, as exportações de W para o país H desaparecem, pois que a sua tarifa externa impede a penetração dos produtos de W no seu mercado. Aquela quantidade - UB - é parcial ou totalmente compensada por um aumento de importações provenientes de L com o objectivo de preencher o 'gap' criado.

No entanto, dependendo do montante de UB, 3 situações podem acontecer:

b1) $UB > QS$

Neste caso, o output de W diminui em resultado da redução líquida das suas exportações para ambos os países. O

aumento do output de L, isto é, $bY - Q_S$ divide-se em três componentes de acordo com as suas origens:

- efeito de criação de comércio vineriano, representado pela quantidade que substitui o output marginal anteriormente oferecido pelos produtores de H, ou seja, a distância entre b e U;
- efeito-consumo, que corresponde ao aumento da quantidade procurada pelos consumidores de H e induzidos pelo novo preço mais baixo do produto, que se traduz na distância entre B e Y;
- efeito de desvio de comércio vineriano, que corresponde à substituição do output de W. Esta quantidade obtém-se residualmente através da subtração dos efeitos anteriores ao incremento total do output de L, $bY - Q_S$.

b2) $UB = Q_S$

Nesta situação não haverá alteração alguma no output de W e, portanto, nenhum efeito de desvio de comércio. Apenas serão observados os efeitos de criação de comércio vineriano e de consumo, acabados de descrever.

b3) $UB < Q_S$

O resultado final será um acréscimo líquido no output de W : o aumento da produção em W supera o de L (que foi substituir a oferta anterior dos produtores de H) - é o efeito de criação de comércio e o aumento da quantidade procurada pelos consumidores em H - é o efeito-consumo.

C) Curva na procura do país H é D_3

Se a curva de H é D_3 , a qual intersecta a curva da oferta algures entre I e J, por exemplo em Z. O preço do produto na zona é $O'C$, que iguala não só o preço original em L (OQ) mas também o de um produto de fora da zona neste país (p.79).

O output de L permanecerá inalterado. A substituição da oferta anterior feita pelos produtores de H e a oferta para o aumento da procura em H, devem ser satisfeitos por um aumento correspondente nas importações de L provenientes de W. Claramente não existe nenhum efeito-produção na Zona.

Esta situação constitui uma excepção ao caso mais geral aqui estudado por Shibata e que preconiza a existência de um aumento

no output do país L quando uma ZCL se forma (a efectividade da aplicação das regras de origem desaparece).

Em face do que ficou exposto, SHIBATA (1967, pp.79-81) extrai as seguintes conclusões:

1 - os produtores em L ficam em situação vantajosa nos casos apresentados em A e B : o actual preço do produto na Zona é mais alto do que na situação pré-adesão, pelo que empresas intramarginais aumentam os seus lucros e empresas menos eficientes podem agora operar;

2 - não é ponto assente que numa ZCL o receio de que a deflexão de comércio conduza a pressões para alinhar as tarifas pela mais baixa das taxas que aí prevalece, conduza a um abaixamento geral dos custos. Apenas na situação em que a deflexão de comércio é completa isso pode ocorrer. Não sendo assim, é difícil de crer que um país esteja disposto a abdicar dos seus direitos protectores.

4.4. Análise dos efeitos da formação de uma ZCL : Robson

A interpretação de ROBSON (1985, pp.40-52) quanto aos efeitos de comércio surgidos com a formação d uma ZCL é relativamente semelhante à de Shibata. No entanto, para uma melhor clareza de exposição, o autor aborda a questão introduzindo inicialmente o ponto de vista de um único país para, numa segunda fase, abordar uma situação com 2 países.

As condições e hipóteses subjacentes à sua análise são:

- existem 2 países H e P
- ambos produzem internamente um produto idêntico - X
- existem direitos aduaneiros diferentes nos 2 países,
 - no país P , mais baixos , WT_P
 - no país H , mais elevados , WT_H
- existe regulamentação de origem que impede as importações do RM para o país H através do país P

4.4.1. Do ponto de vista de um único país

Admita-se a seguinte proposição simplificadora: antes da adesão à ZCL existia, no país H, um imposto alfandegário

provocado pela ZCL).

b) curva da procura em H igual a D'_H

O preço em H (OP_H) vai aproximar-se do tecto superior admitido OT_H . Assim sendo, o país H fornecerá o seu próprio mercado pela quantidade ON , enquanto o remanescente NN' será abastecido pelo país P.

Resultados: criação de comércio - triângulo situado abaixo da intersecção de D'_H e S_H e acima de P_H

4.4.2. Do ponto de vista de dois países

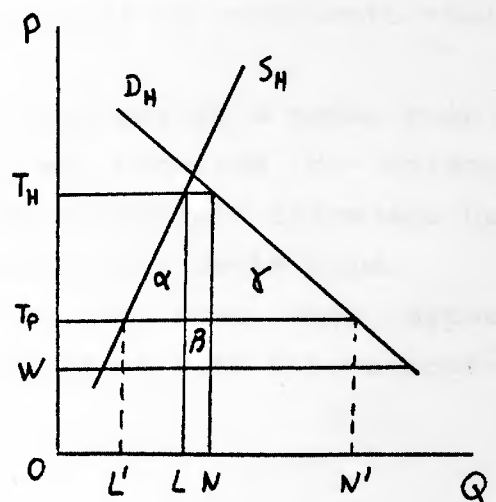
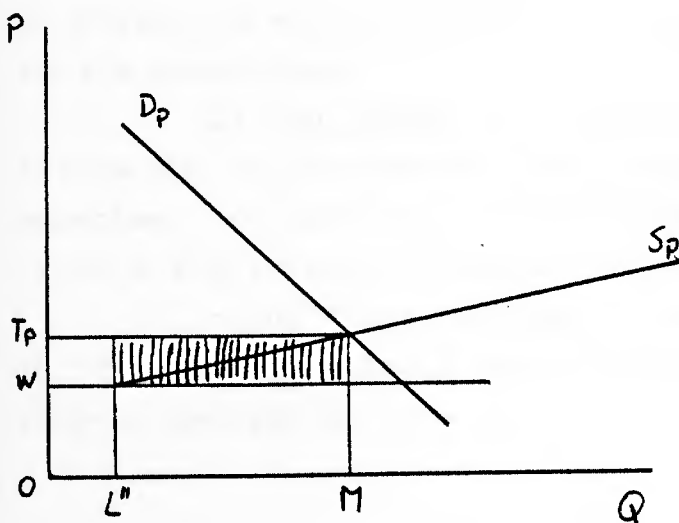
Neste ponto abordar-se-ão duas situações possíveis (Fig.3 e Fig.4).

Em qualquer dos casos teremos,

- OW - preço de oferta mundial
- WT_P - imposto alfandegário no país P antes da ZCL
- OT_P - preço que corresponde à situação de WT_P
- α - criação de comércio (efeito-produção)
- β - desvio de comércio (aumento da despesa em relação à importação inicial na compra do produto ao país parceiro)
- γ - efeito-consumo no país H (positivo)
- δ - efeito-consumo no país P (negativo)
- ξ - efeito de produção no país P (pode ser neutral ou negativo)

A) Equilíbrio de preço único na zona de comércio livre

FIG. 3



Os países H e F têm condições de procura semelhantes. O país H é produtor relativamente ineficiente. A curva da oferta de F é relativamente elástica e competitiva (embora apresente preços acima de OW para produções superiores a OL'').

Situação antes da formação da ZCL:

- OM - produção e consumo no país F (ao preço OT_F)
- OL - produção em H
- ON - consumo em H
- LN - importação efectuada pelo país H ao preço OW
- $LN \times WT_H$ - receitas fiscais aduaneiras do país H

Situação após a formação da ZCL:

A oferta na zona, em termos agregados, ao preço $T_F (=OM+OL')$ é inferior à procura a esse preço ($OM+ON'$).

No país H, a diferença entre oferta e procura ($L'N'$) é inferior à capacidade de oferta do país F a esse preço. O país F abastecerá o mercado de H com $L'N'$ ($= L'M$) ao preço T_F .

No país F, a quantidade OL'' será abastecida pela sua própria produção, enquanto as suas restantes necessidades $L'M$ serão importadas ao preço mundial OW.

Efeitos resultantes da formação da ZCL:

a) no país H - criação de comércio vineriana (efeito de produção α) mais desvio de comércio (área β) e efeito-consumo γ . O efeito-produção e o efeito-consumo excedem os custos do desvio de comércio. A diferença entre os custos do desvio de comércio e a receita alfandegária inicial representa uma transferência interna do Estado para os consumidores e não uma perda de rendimento real para a comunidade.

b) no país F - produz-se e consome-se a mesma quantidade que anteriormente. No entanto, as receitas do Estado aumentam no montante correspondente ao rectângulo tracejado na Fig.3 e significam um aumento do rendimento real deste país.

c) no Resto do Mundo - aumentam as suas exportações ($L'M > LN$), devido à deslocação da oferta do país F para abastecer o mercado do país H.

tracajada) o que significa que aumenta o rendimento nacional.

4.5. Algumas conclusões da teoria económica das ZCL

Face ao que ficou exposto nos pontos anteriores, a abordagem teórica do caso das zonas de comércio livre permite extrair algumas conclusões (SHIBATA, 1967, pp. 81-86 e ROBSON, 1985, pp. 42-52):

a) os consumidores de qualquer produto e sobre o qual o seu país tenha aplicado o mais baixo direito comparativamente aos outros países, nunca pioram a situação quando o país adere a uma ZCL;

b) existindo alguma deflexão de comércio, imobilidade dos factores de produção entre os países e direitos externos diferenciais, normalmente o sistema da ZCL falhará na eliminação das diferenças na protecção efectiva existente entre países membros. Geralmente assistir-se-á a um rearranjo dos efeitos protectores diferenciais existentes;

c) a ZCL garante igualização dos preços para produtos produzidos na área (de acordo com as regras de origem);

d) uma ZCL assegura às economias altamente especializadas, que os benefícios para os consumidores (e provavelmente para os industriais) não diminuam, ou seja, a protecção efectiva não conta. E SHIBATA (1967, pp. 83-84) faz a seguinte generalização: "um grupo de países tendo economias especializadas tende a formar uma ZCL, enquanto um grupo de países tendo economias diversificadas tende a formar uma UA" (isto é, a protecção efectiva conta).

Neste sentido, a formação de uma ZCL com economias competitivas entre si cria estabilidade (ver, por exemplos, casos descritos em 4.3 - A e B -) o que, aliás, já fora evidenciado por VINER (1950), MEADE (1956) ou MAKOWER e MORTON (1953) e descrito no Cap. I.

e) numa ZCL formada por um grande país e um pequeno país, ambos com a indústria nacional protegida por direitos aduaneiros, o preço doméstico do produto no pequeno país será ditado inteiramente pela tarifa externa do grande país;

f) numa ZCL, o rendimento dum direito aduaneiro sobre um produto X no país membro que aplica a tarifa mais elevada, cairá provavelmente para perto de zero. Todavia, se ele tiver uma tarifa mais baixa do que qualquer outro país membro num

produto Y e a mantiver, provavelmente aumentará as suas importações porque ele desviará a sua própria produção interna para exportar para a Zona (de que resultará um aumento do rendimento dos direitos naquele produto).

Daqui surge a generalização segundo a qual "um país que tem geralmente muitos itens cujos direitos eram os mais baixos entre os direitos dos países membros, aumentará provavelmente as suas receitas aduaneiras totais depois de aderir à ZCL";

g) numa ZCL, os efeitos nos termos de troca são menos claros do que nas UA: as importações não descerão abaixo das necessidades do país membro com mais baixos direitos alfandegários, antes da formação da ZCL. Podem até elevar-se devido à deflexão indirecta de comércio. Se esta for muito grande, é provável que os termos de troca da ZCL se deterioremem, embora não necessariamente.

Do ponto de vista individual, é de esperar que o grau de melhoramento nos termos de troca do país parceiro na Zona seja tanto maior quanto a redução tarifária do país considerado. Assim sendo, o ganho de um país com a ZCL será tanto maior quanto mais elevadas forem as tarifas iniciais dos países parceiros (MUNDELL, 1964, p. 8).

PARTE II

EFEITOS DE COMERCIO NA CRIACAO E DESMANTELAMENTO DO ESPACO ECONOMICO PORTUGUES: O CASO ANGOLA / PORTUGAL (1962 - 1985)

CAPITULO V - ANGOLA E A EVOLUCAO HISTORICO-INSTITUCIO- NAL DO ESPACO ECONOMICO PORTUGUES

As relações económicas preferenciais entre Portugal (Metrópole) e os territórios ultramarinos (Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Macau e Timor) apresentaram-se, desde longa data, regulamentadas legalmente¹.

Devem ser salientadas as seguintes disposições (CUNHA, 1960, p. 1120):

- a) regimes aduaneiros, de onde sobressaem como norma geral os *direitos preferenciais* e, em casos especiais, as *isenções de direitos*;
- b) sistemas de protecção marítimo, onde se incluem o chamado *monopólio do pavilhão* e o *diferencial de bandeira*.

O objecto do nosso estudo - a Zona de Comércio Livre criada pelo Decreto Lei 44016 de 8 de Novembro de 1961 e as suas implicações no relacionamento Angola /Portugal - resulta, assim, de um longo percurso de tratamento preferencial. As condições que enquadram o seu parecimento e os objectivos do citado Decreto são manifestamente diferentes do que até então se verificara.

A criação do "espaço económico nacional", da "integração económica do espaço político português", a institucionalização do "mercado único português" ou simplesmente o "espaço económico português" são expressões que se podem encontrar em diversos textos referentes ao objectivo subjacente àquele Decreto Lei (DL).

Sem querermos entrar na discussão de qual o termo mais ou menos apropriado, passaremos a utilizar a expressão Espaço Económico Português (EEP), atribuindo-lhe o significado do processo que decorreu entre 1962 e 1973 em consequência da aplicação do DL 44016.

1. A partir daqui utilizar-se-á com o mesmo sentido, por um lado, o termo Metrópole e Portugal e, por outro, territórios e províncias ultramarinas.

5.1. Percurso legislativo do tratamento preferencial anterior ao DL 44016 (1961)

O primeiro passo para a integração económica entre a Metrópole e os territórios ultramarinos, na modalidade daquilo que se aproxima de uma União Aduaneira, deu-se com a Portaria de 18 de Abril de 1838: aplicação no Ultramar da Pauta Geral das Alfândegas da Metrópole, ressaltando-se certas circunstâncias de cada colónia.

A necessidade de a tornar mais operacional conduziu à sua substituição progressiva por instruções pautais específicas para cada território ultramarino, ou seja, a criação de pautas privativas para cada um deles em meados do século passado. Aí era contemplado um diferencial de direitos a favor das mercadorias importadas da Metrópole.

O que se evidencia destas pautas e em particular a que se refere a Angola (Decreto de 16/4/1892), é o estabelecimento de tributação alfandegária sobre diversos produtos, aí produzidos e consumidos, e consoante o interesse da indústria metropolitana que se pretendia desenvolver. A diferença de direitos a favor da Metrópole atingia os 90% sobre os direitos da pauta geral.

A publicação das Leis 277 e 278 (15/8/1914) marca uma nova fase legislativa embora se continue a reservar um certo número de benefícios para o comércio com a Metrópole: redução dos direitos aduaneiros locais para as mercadorias produzidas na Metrópole, protecção à navegação sob a bandeira nacional, existência de diferenciais aplicados às exportações dos territórios ultramarinos consoante estas se efectuassem para portos nacionais

(a bordo de navios nacionais) ou para portos estrangeiros.

Em 1928 novo instrumento pautal surge em Angola: embora o regime aduaneiro continue a estabelecer um diferencial a favor das mercadorias de produção metropolitana, este baixa para os 60%.

O Acto Colonial (1930) através do Decreto 18570 (8/7/1930), a Carta Orgânica do Ultramar Português (1933) através do DL 23228 (15/11/1933) e a Reforma Administrativa Ultramarina (1933), conduziram à revisão dos instrumentos pautais.

Assim, o DL 28778 de Junho de 1938 funda a Comissão Revisora das Pautas Aduaneiras do Ultramar, de cujos trabalhos resultam as

novas pautas. O novo regime comercial mantém como fundamento um sistema preferencial a favor das mercadorias nacionais e nacionalizadas em territórios nacionais: os direitos preferenciais não poderiam ser inferiores, na importação, a metade dos direitos mínimos que se cobrassem sobre as mercadorias estrangeiras similares.

Contudo, o abandono dum mero relacionamento de base preferencial e a passagem para um outro em que a matriz fundamental fosse a integração económica dos espaços metropolitano e ultramarino, só começa a desenhar explicitamente os seus contornos na década de 50.

São os princípios constantes no direito, constitucional ou não, e no direito administrativo português que dão o suporte legal a esse movimento, nomeadamente (CUNHA, 1960, pp. 1124-1186)²:

a) integração do Acto Colonial na Constituição Política (Lei 2048 de Junho de 1951): o art. 34 do A.C. que enunciava expressamente a solidariedade como regra a observar nas relações económicas das colónias entre si e destas com a Metrópole, passa a ser o art. 158 da Constituição embora com nova redação.

Deste modo, após referir que a organização económica do Ultramar deverá integrar-se na organização económica geral da Nação portuguesa, afirma-se nos parágrafos iniciais: "para atingir os fins indicados neste artigo facilitar-se-á, pelos meios convenientes, incluindo a gradual redução ou supressão dos direitos aduaneiros, a livre circulação dos produtos dentro de todo o território nacional. O mesmo princípio se aplicará quanto possível à circulação das pessoas e capitais";

b) publicação da Lei Orgânica do Ultramar (Lei 2066 de 27/6/1953): através das Bases LXXI, LXXII e LXIII previa-se a adopção de uma pauta única nas relações comerciais com o exterior, mas também a unificação monetária de todo o território nacional;

c) o DL 41026 (9/3/1957): nele se previa a eliminação das barreiras aduaneiras no comércio das Províncias Ultramarinas entre si, isto é, instituiu uma Zona de Comércio Livre imediata entre as diversas províncias ultramarinas.

2. Este será, porventura, o trabalho mais completo de quantos encontrámos sobre esta problemática e até à saída do DL 44016. E perfeitamente completada por MONTEIRO (1964) o qual, aliás, se estende até 1964.

Continha igualmente uma pauta mínima (isto é, a pauta geral de importação que deveria servir de base ao cálculo da pauta preferencial), uma pauta máxima (constituída pelo dobro dos direitos da pauta mínima) e uma pauta preferencial (as taxas desta pauta quando não expressas nos textos das pautas ou nas suas notas, deveriam ser 50% das taxas da pauta mínima nas províncias ultramarinas de Africa).

Existe um aspecto interessante em todo este processo e que revela aspectos, não tanto contraditórios, mas pelo menos des-sincronizados.

Ao contrário da Constituição Política (1951) que previa a criação, no tempo, de uma Zona de Comércio livre para todo o território nacional, a Lei Orgânica do Ultramar (1953) vai considerar não esse objectivo mas também a criação de uma União aduaneira (referência à adopção de uma Pauta Externa Comum). Por outro lado, o DL 41026 (1957) cria uma ZCL imediata nos territórios ultramarinos.

Ora em 1961, a saída do DL 44016 que lança as bases para a criação gradual de uma ZCL nacional não prevê disposições para a criação de uma UA, embora no seu Preâmbulo faça referência explícita à Lei Orgânica do Ultramar : "unificação tão perfeita quanto possível dos direitos aduaneiros nas relações económicas entre os territórios nacionais e o estrangeiro", isto é, as bases para uma UA...

5.2. Os pontos de vista divergentes na definição do EEP

A institucionalização do EEP é o culminar de todo um processo não só de contornos económicos mas igualmente, e não menos importante, de contornos políticos.

Os diferentes interesses e posicionamentos dos agentes económicos e da administração pública na metrópole e no Ultramar, pode ser constatado nos debates que antecederam a promulgação do DL 44016. Só por si seria matéria interessante para clarificar um processo que irá desencadear importantes modificações no relacionamento entre a Metrópole e as províncias ultramarinas e no interior destas últimas.

Não sendo objecto específico do nosso trabalho, algumas considerações, contudo, merecem ser efectuadas.

Quando se colocou a questão de legislar sobre a integração económica do EEP, duas posições puderam ser observadas:

- a) uma primeira, defendida pelos representantes do Governo (da metrópole e do Ultramar) baseando-se quer em pareceres técnicos quer em motivações políticas, pugnava por um desmantelamento aduaneiro progressivo do comércio entre a Metrópole e o Ultramar;
- b) uma outra, correspondendo aos interesses, sobretudo, dos industriais portugueses desejosos de poder exportar sem quaisquer entraves os seus produtos para os mercados ultramarinos, era defensora dum desmantelamento aduaneiro imediato.

A discussão centrou-se, por um lado, tanto na interpretação da Constituição Política e da Lei Orgânica do Ultramar como no significado a dar ao termo "integrar-se" do art. 158 da Constituição e, por outro, sobre o "timing" da futura ZCL.

Ultrapassada a discussão quanto ao significado daquele termo, a atenção centrou-se e durante bastante tempo, sobre o modo como iria ser efectuado o desmantelamento aduaneiro. As divergências, bastante profundas de acordo com CUNHA (1960, pp. 1124-25), evidenciaram-se no decorrer das sessões da Câmara Corporativa e da Assembleia nacional.

A primeira daquelas posições é expressa durante o I Congresso dos Economistas Portugueses (1955).

Numa comunicação apresentada pelo Prof. Vasco Fontoura³, após considerações sobre a importância dos direitos aduaneiros no conjunto das receitas públicas nos territórios portugueses, afirmava-se: "cada um dos territórios portugueses tem de se reger por um sistema tributário autónomo e diferente do metropolitano. De momento seria difícil substituir os direitos aduaneiros no papel que eles, mesmo no quadro interno aduaneiro, desempenham ou podem desempenhar na expansão económica do Ultramar português".

No ano seguinte, em 1956, no IV Congresso da União Nacional realizado em Lisboa, o Inspector Superior das Alfândegas Ultramarinas⁴ ao referir-se às posições defensoras da criação de

3. A comunicação intitulava-se "Alguns problemas da política pautal"

4. Na altura desempenhava este cargo o Dr. Manuel Gonçalves Monteiro.

uma UA, critica-os por considerar essa solução de difícil realização dada a importância dos direitos e outras imposições que as alfândegas de qualquer Província ultramarina arrecadavam anualmente (como, aliás, a própria metrópole). Assim, conclui, "o sistema de direitos preferenciais... está em condições de assegurar progressivamente e em face da gradual redução de tais direitos... a solidariedade económica entre os diversos territórios aduaneiros portugueses até poder ser atingida a fase da UA".

Em 1958, o Secretário de Estado do Comércio fazia notar num Despacho, que na discussão do mercado único português não estava em causa a necessidade do alargamento do mercado interno, mas saber se uma rápida supressão dos direitos seria o processo mais eficiente de realizar esse alargamento. Concluía afirmando que "uma instantânea fusão dos mercados metropolitano e ultramarino poderia comprometer a possibilidade da adequada industrialização do Ultramar... Ela melhor se realizará pela progressiva fusão... pelo que dificilmente esta Secretaria de Estado se pode constituir defensora do imediato desaparecimento das barreiras aduaneiras entre as diversas províncias ultramarinas e a metrópole" (CUNHA, 1960, pp. 1188-1190).

Esta posição é interessante porquanto faz sobressair um novo e importante aspecto nas implicações do desmantelamento aduaneiro. Para lá da importância da perda das receitas fiscais, a incipiente indústria ultramarina ainda em fase de arranque ficaria exposta à concorrência externa e conseqüente desaparecimento. Surge aqui um novo argumento contra o desaparecimento imediato dos direitos aduaneiros: a proteção às indústrias nascentes em países sub-desenvolvidos. Neste sentido se pronuncia Alfredo de Sousa, em 1960, ao referir-se a Angola e Moçambique: "para ser possível a consecução de uma razoável taxa de crescimento económica torna-se necessário a concessão de uma criteriosa proteção aduaneira"⁵.

A segunda posição começou por ser defendida igualmente no I Congresso dos Economistas Portugueses.

O representante das Associações Comerciais de Lisboa e Porto expressa a opinião de que "(seria) de tentar não demorar mais

5. "Considerações sobre uma eventual adesão de Moçambique e Angola a uma zona de trocas livres" (CUNHA, 1960, p. 1263).

tempo a unificação da liberdade de comércio sem barreiras, sem pautas, sem alfândegas, entre a Metrópole e os territórios ultramarinos".

No mesmo sentido se expressaria a Associação Industrial Portuguesa ao afirmar que "as pautas das Províncias ultramarinas, juntamente com as da Metrópole, devem constituir um todo harmónico" (CUNHA, 1960, pp. 1128-1129).

Em termos práticos acaba por prevalecer a primeira posição. Desta forma, tanto no II Congresso dos Economistas Portugueses e no II Congresso da Indústria Portuguesa, realizados conjuntamente em Maio/Julho de 1957, como no Colóquio sobre a posição de Portugal perante a Cooperação Económica Europeia, realizado em Lisboa em Julho de 1960, é afirmada a necessidade de concretizar a ideia de unidade económica da Metrópole e Ultramar, mas devendo-se atender à multiplicidade de estruturas em presença e à harmoniosa congregação dos interesses regionais (CUNHA, 1960, p. 1133).

5.3. A adesão de Portugal à EFTA e ao GATT e a criação do Espaço Económico Português

Um outro problema discutido neste período dizia respeito às consequências para a metrópole, para o Ultramar e para o relacionamento económico entre ambos, da adesão aos movimentos de cooperação europeia e ao GATT.

Quando ainda se esboçavam os movimentos tendentes à cooperação europeia, já Portugal marcava uma posição clara.

Questionando-se se não seria a questão colonial que estaria na base de alguns entusiasmos federativos (pela abertura dos territórios ultramarinos às populações e comércio de alguns Estados europeus), Salazar afirmava: "interessam-nos mais Angola e Moçambique... A nossa feição atlântica impõe-nos, pois, limites à colaboração europeia, quando esta colaboração revista formas de destruição daquilo que somos e integração naquilo que não nos importa ser" (GUERRA, FREIRE e MAGALHAES, 1982, pp. 63-64).

Relativamente à EFTA, a questão da supressão dos direitos

6. "Circular sobre integração europeia, para as Missões Diplomáticas, do Presidente do Conselho de Ministros" (Confidencial), de 6 de Março de 1953.

aduanheiros na troca de determinados produtos (particularmente os industriais) entre os países envolvidos traria óbvios problemas não só no processo de industrialização do Ultramar (devido à abertura desses mercados) como para os exportadores portugueses que perderiam um mercado preferencial que até então lhes estava reservado.

Portugal (Metrópole) acabou por não aceitar incluir os territórios ultramarinos na EFTA, salvaguardando assim a sua posição preferencial, o que ficou disposto no art. 43, parágrafo 4 e 5 da Convenção de Estocolmo de 1959.

A posição atrás referida de Alfredo de Sousa enquadra-se, aliás, nas reflexões então efectuadas sobre a eventualidade, vantagens e desvantagens da participação do Ultramar na EFTA.

Exemplificativo deste posicionamento defensivo é dado pela Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné, ao repudiar a adesão daquela Província quer à EFTA quer ao GATT com base nos argumentos acima referidos. Para esta Associação o caminho a trilhar é o da unidade económica com a Metrópole num primeiro momento, deixando para mais tarde a eventualidade da extensão daquelas adesões (MENDONÇA, 1961, pp. 29-31; pp. 36-43).

Quanto às consequências da adesão de Portugal ao GATT. A sua admissão implicaria a "consolidação" das margens preferenciais que gozava nas reacções económicas com o Ultramar na data da adesão. Uma das formas de tornear este obstáculo seria o de formalizar esse tipo de relações preferenciais através de um dos acordos de integração previstos pelo GATT como regime de excepção: a ZCL ou a UA (SILVA, 1985, p. 49).

A criação do EEP, entendido como ZCL, antecipa, deste modo, a data de admissão de Portugal ao GATT: aquele regula-se pelo DL 44016 de Novembro de 1961 enquanto a adesão de Portugal ao Acordo data de 6/4/1962⁷.

Desta forma, aquando das reuniões de Genebra de Fevereiro de 1961 para estudo do caso de adesão de Portugal, foi anunciado o propósito português de dar uma adesão generalizada a todo o território nacional mas em data posterior, depois de revistas as

7. Portugal aderiu ao GATT no decurso da Conferência Pautal de 1960-62. O Protocolo de adesão entre Portugal e as Partes Contratantes foi assinado em Genebra a 6 de Abril de 1962.

pautas aduaneiras das Províncias Ultramarinas. Estes propósitos ficaram salvaguardados e as negociações previstas no art. XXVIII bis do GATT para efeitos de consolidação, redução ou isenção dos direitos aduaneiros na altura em vigor em cada uma daquelas províncias foi protelado.

Na sequência desta decisão, o Ministro do Ultramar publicou o DL 45288 (2/11/63) autorizando os órgãos legislativos da província de Angola a expedir, entre outros, diplomas legislativos aprovando uma nova pauta de importação aplicável às mercadorias de origem estrangeira. Ao abrigo daquele DL, o Governo Geral de Angola fez publicar o Diploma Legislativo 3440 (30/1/64) que aprovou o texto da nova pauta de importação e as respectivas instruções preliminares.

Em suma, as perspectivas de adesão de Portugal à EFTA e ao GATT, colocou, do ponto de vista económico, problemas semelhantes: fim do monopólio preferencial nas relações económicas com o Ultramar e aumento da concorrência externa aos produtos metropolitanos neste mercado.

As medidas de salvaguarda que Portugal conseguiu obter em ambos os casos no que se refere ao posicionamento dos territórios ultramarinos, são expressão do ascendente da tendência defensora de um vasto espaço económico português em contraponto ao "perigo europeu". Conforme se pode ler nas conclusões do já referido Colóquio de Julho de 1960, "andou presente a ideia da unidade económica da Metrópole e do Ultramar português. Todavia a verificação de que as actuais faltas de articulação entre a Metrópole e o Ultramar, em múltiplos domínios da vida económica e industrial, podem revelar-se incompatíveis com o movimento integrador dos países da Europa, são factos que levaram os participantes no Colóquio a insistir pela necessidade de uma acção intensa e rápida no sentido da aludida unificação" (CASTRO, 1962, pp. 65-66).

E a resposta foi rápida. Passado pouco mais de um ano é promulgado o DL 44016 (Novembro de 1961).

5.4. O DL 44016 (1961) e a criação de uma Zona de Comércio Livre

O DL 44016 de 8 de Novembro de 1961 promulga disposições destinadas a promover a integração económica nacional com vista à realização de uma Zona de Comércio Livre.

Este DL vai ser o instrumento legislativo basilar para a institucionalização do EEP. Dois aspectos merecem ser destacados da sua leitura:

a) no que respeita à finalidade deste processo: não se pretende dismantelar as barreiras aduaneiras e as restrições quantitativas como um fim em si mesmo e independente do crescimento económico dos diferentes territórios. Antes, reconhece-se dever existir um processo interactivo, conforme se afirma no seu Preâmbulo: "como o crescimento das estruturas económicas, territoriais e regionais, será uma das condições basilares para a eliminação gradual das restrições à liberdade de trocas de mercadorias, serviços e capitais e do movimento de pessoas entre os territórios portugueses, assim esta liberalização progressiva constituirá um factor de impulso decisivo para a aceleração do desenvolvimento económico...";

b) no que respeita à abertura ao exterior: do sucesso do processo de integração do EEP "resultarão condições fundamentais para que se possa ir ampliando a liberalização geral das transações com o estrangeiro" (Preâmbulo). Daqui resulta que as disposições deste DL se conformem inteiramente com as obrigações internacionais entretanto assumidas.

Atentemos agora sobre os aspectos mais específicos deste DL à luz do funcionamento de uma ZCL.

Segundo o GATT, uma ZCL é aquela onde "um grupo de 2 ou mais territórios aduaneiros entre os quais são eliminados os direitos aduaneiros e outros regulamentos comerciais restritivos para o essencial das trocas comerciais relativas aos produtos originários dos territórios constitutivos da ZCL"⁸.

Esta é, na realidade, a situação do EEP.

A Metrópole e as Províncias Ultramarinas eram considerados

8. Conforme BALASSA (1961, p. 110, nota 28), referindo-se à publicação do GATT, *Basic Instruments and Selected Documents*, vol. I, Parte III, Art. XXIV, Sec. 8 (b).

territórios aduaneiros independentes: cada um tinha a sua própria pauta aduaneira e medidas de regulamentação comercial diferentes, não só relativas às relações económicas entre estes territórios como entre eles e o exterior. Por outro lado, é afirmado que "serão abolidos dentro do prazo de 10 anos, a contar de 1/1/62, todos os impedimentos à livre circulação de mercadorias de origem nacional entre os vários territórios nacionais, como tais se designando as parcelas do território português com autonomia aduaneira" (art.1)º.

Mas como é encarado o processo de abolição dos direitos aduaneiros no interior do EEP?

Em virtude do diferencial que existe nas diferentes pautas aduaneiras não se pode exigir a sua supressão imediata e extensível a todos os territórios envolvidos. A forma mais usual é a que utiliza a calendarização ou periodização, não só para os direitos aduaneiros mas também para as outras restrições ao comércio, em particular, as restrições quantitativas.

Outra questão importante prende-se com a possibilidade, por parte de um território integrante da Zona, de utilizar a sua pauta externa de direitos inferior relativamente à dos outros territórios membros, de forma a criar uma situação vantajosa: ele servirá de ponto de passagem - via reexportação do produto importado - entre o Resto do Mundo e o mercado consumidor no interior da zona. É a situação conhecida de deflexão de comércio, e anteriormente descrita no Capítulo IV.

Para a evitar, as regras de origem desempenham um papel crucial. O seu objectivo é precisamente tentar evitar os desvios de comércio que se possam observar em consequência do dito diferencial de direitos aduaneiros existente entre os diferentes territórios.

São os seguintes os elementos essenciais da técnica de funcionamento de uma ZCL (ou UA) e integrantes do DL 44016¹⁰:

a) Redução dos direitos aduaneiros

A supressão progressiva dos direitos aduaneiros que incidem sobre as importações e exportações das mercadorias produzidas nos

9. De notar que o art.9 estipula o mesmo mas acrescenta "desde que o seu transporte se efectue em navios ou aeronaves nacionais".

10. Utilizar-se-á como referência o trabalho da OECE (1957).

territórios nacionais e trocadas entre si obedece a uma periodização (Cap.III - Dos Direitos Aduaneiros).

Assim,

1 - nas eliminações de direitos aduaneiros¹¹ cobrados nos territórios do continente (Metrópole) e ilhas adjacentes (Madeira e Açores) (art.10) :

Direitos de importação

1 de Julho de 1962 - para as mercadorias cujo movimento tenha atingido em 1960 um valor inferior a 50 contos¹²

1 de Janeiro de 1963 - para as mercadorias cujo volume global represente, pelo menos, 50% das entradas em 1960

1 de Janeiro de 1964 - para as restantes mercadorias

Direitos de exportação

1 de Julho de 1962 - para o total das mercadorias embarcadas em qualquer porto da Metrópole ou Ilha Adjacentes, com destino às Províncias Ultramarinas

2 - nas eliminações e reduções de direitos a efectuar em cada uma das Províncias Ultramarinas (art.11):

Direitos de importação

1 de Julho de 1962 - mercadorias que tenham atingido, em 1960, um movimento inferior a 50 contos

1 de Janeiro de 1964 - mercadorias que representem pelo menos 20% das aquisições feitas na Metrópole, em 1960

1 de Janeiro de 1967 - mercadorias que representem pelo menos 40% das aquisições feitas na Metrópole, em 1960

11. Segundo o parágrafo único do art.9, "a expressão direitos aduaneiros empregada no presente DL, engloba os direitos consignados nas pautas de importação e exportação, os adicionais, sobretaxas e outros encargos de efeito equivalente", seguindo-se-lhe duas excepções.

12. Todos os prazos que inicialmente estavam previstos para 1 de Julho de 1962 foram alterados para 15 de Agosto de 1962, nos termos do DL 44440 de 30/6/62.

Direitos de exportação

1 de Julho de 1962 - mercadorias exportadas para a Metrópole e Ilhas Adjacentes e que, em 1960, tenham atingido um movimento inferior a 50 contos

Direitos de importação e exportação

A partir de 1 de Janeiro de 1967 e para cada um dos direitos ainda existentes nessa data, vigorará uma redução de , pelo menos, 20% ficando o remanescente sujeito a reduções progressivas até completa liberalização, segundo um plano a fixar previamente pelo Governo

b) Restrições quantitativas

Admite-se, regra geral, a hipótese dum escalonamento temporal para o seu completo desmantelamento o que é, aliás, previsto no art.20 (as restrições quantitativas à importação deverão ser suprimidas logo que possível e o mais tardar até 31/12/71) e no art.22 (todas as restrições à exportação de mercadorias, de origem nacional de um para outros territórios deverão ser suprimidos até 1 de Janeiro de 1964).

Por seu turno, os arts.18 e 21 impedem, respectivamente, a introdução de novas restrições à importação e exportação, a partir de 1 de Julho de 1962.

Sobre produtos específicos, o art.16 estipula que "o Governo determinará até 30 de Julho de 1962 em relação a cada território quais as mercadorias de origem nacional provenientes de outros territórios cuja importação poderá ser, depois dessa data, sujeita a outro sistema que seja o da autorização automática das importações".

A reintrodução, a título temporário e excepcional, das restrições quantitativas é outra das técnicas encarada no processo de formação do EEP e de acordo com os seus art.18, parág. único e art.19, parág. 1 .

Finalmente, admite-se igualmente a possibilidade de não se aplicarem as regras gerais do desmantelamento das restrições quantitativas por motivos não comerciais. Esta situação é contemplada no seu art.23 invocando-se motivos de defesa da moral, segurança e ordem pública, protecção da saúde, etc.

c) Regras de origem

O sistema de regras de origem deve determinar claramente quais os produtos que podem ser considerados como originários dum território membro e beneficiarem, deste modo, da aplicação dos direitos aduaneiros reduzidos no interior da zona.

O Cap. II deste DL regula este problema.

O art. 6 afirma que se consideram de origem nacional as mercadorias que "tenham sido interiormente produzidas em território português" (alínea a); "estarem compreendidas na relação de mercadorias incluídas na lista de processos de produção que o Governo fará publicar até 31/3/62 e terem sido produzidas em território português pelo processo adequado descrito nessa lista" (alínea b) ou "quando se trata de mercadorias não incluídas na lista, terem sido produzidas em território português e o valor de quaisquer matérias importadas do estrangeiro ou de origem indeterminada, utilizada em qualquer fase da produção, não exceder 50% do preço de exportação das ditas mercadorias" (alínea c).

O parágrafo único deste artigo estabelece que o Governo regulamentará até 31/3/62 as condições em que se pode aplicar o critério da alínea a) e os termos em que será determinada a percentagem para aplicação do critério da alínea c).

Estamos claramente na presença dos 2 critérios mais utilizados para definir a origem nacional das mercadorias: a regra das percentagens (alínea a e c) e a regra dos processos de transformação (alínea b).

d) Taxas internas

Teoricamente as contribuições e outros encargos internos sobre os produtos não devem conter nenhum elemento de protecção.

Contudo, o art. 15 aponta claramente em sentido oposto: "o Governo providenciará no sentido de substituir por outras formas de imposição fiscal as receitas que deixarem de ser cobradas em consequência da eliminação dos direitos aduaneiros".

e) Direitos fiscais

Uma ZCL não exige a supressão dos direitos ou encargos fiscais similares e aplicados à importação, quando os membros cobrem tais direitos ou encargos com um fim meramente fiscal. Porém, os elementos dos encargos fiscais que contribuam para manter a

proteção efectiva devem ser abolidos.

Esta questão é tratada no Cap.V - Das disposições nos sistemas legais e administrativos.

O art.24 diz que as "diferenciações que fôr necessário manter entre os diversos territórios nacionais,nos sistemas legais,nomeadamente tributários...,não deverão ser utilizados para estabelecer discriminação que favoreçam ou prejudiquem sensivelmente determinadas produções de um ou mais desses territórios".

O art.28 clarifica aquela disposição ao afirmar que "apenas será permitida (a aplicação dos encargos fiscais) desde que daí não resulte proteção efectiva a mercadorias produzidas nesse território".

f) Regras da concorrência

A finalidade de uma ZCL é permitir o crescimento económico e da produtividade,graças à racionalização da produção e distribuição,que se espera aconteça em virtude do alargamento do mercado e no qual a concorrência entre os produtores se possa exercer livremente.

O Cap. VII - Das práticas económicas restritivas,aborda este tema nos seus art.35 e 36,em particular a sua alínea c),bem como o art.29 do Cap.V.

g) Outras disposições

Existe,em geral,um conjunto de disposições especiais aplicáveis às situações concretas que envolvem a formação da ZCL.

No caso do EEF,dever-se-á referir:

g.) Transportes

O Cap.VI é-lhe consagrado.

A política de transportes de mercadorias deverá permitir que se facilite o comércio entre os diversos territórios nacionais e se estimule a concorrência entre as respectivas produções;que se não enfraqueça,em face da concorrência externa,a natural proteção que fôr proporcionada em cada território às mercadorias nacionais provenientes de outros territórios;que se não encareça o transporte entre territórios nacionais o custo das matérias-primas e produtos semimanufacturados e,finalmente,que se disponha de capacidade suficiente e que o transporte se realize

com a rapidez indispensável e em condições satisfatórias.

g2) Produtos agro-pecuários

O Cap.VIII admite a possibilidade de adopção de providências necessárias a fim de impedir repercussões sociais de reconhecida gravidade, na economia dos produtos agrícolas e pecuários de um território, domínio ou região (art.38).

Essas providências, no entanto, deverão satisfazer determinadas condições (art.39) nomeadamente, não tomarem a forma de restrições ao comércio entre territórios, não constituírem obstáculo ao funcionamento da preferência natural a favor de produtos nacionais, limitarem ao mínimo a interferência no desenvolvimento natural do comércio desses produtos, etc. Elas deverão ser, por outro lado, objecto de revisão periódica (art.41).

g3) As operações de invisíveis correntes e movimentos de capitais

Previu-se que estas operações entre os diversos territórios nacionais seriam liberalizadas conforme o fossem permitindo as suas condições económicas gerais (art.2).

As publicação das listas de operações e movimentos a serem liberalizados ficou adiada para mais tarde (parágrafo 2).

g4) Regime de pagamentos

O extenso Cap.IX (arts.42-54) é-lhe dedicado e a sua importância para o bom funcionamento do EEP é vital.

A instituição deste novo sistema de pagamentos no espaço português é "destinado a permitir a liquidação de todas as transações de mercadorias, serviços e capitais que forem sendo liberalizados ou tiverem sido especialmente autorizados entre os diversos territórios nacionais e, bem assim, a contribuir para a progressiva liberalização das mesmas transações..." (art.42).

Com este novo sistema de pagamentos pretendia-se ultrapassar a situação enquadrada pelo DL 40483 de 31/12/55: os pedidos de saídas de fundos das Províncias para o exterior estavam submetidas ao regime de prioridade nele definido, ficando as mercadorias oriundas da Metrópole sujeitas a rateio (função dos meios de pagamento disponíveis e do interesse das mercadorias).

Os problemas daqui derivados com os chamados "atrasados" e suas implicações no comércio entre a Metrópole e Angola são

descritos por diversos autores, como por exemplo CABRITA (1960), MARTINS (1961) ou PIRES (1961).

De modo sintético, este novo regime assenta nas seguintes bases:

1 - Contas de reserva e de compensação

As disponibilidades em ouro e moedas estrangeiras obtidas pelas Províncias Ultramarinas serão entregues ao Banco de Portugal para as creditar em contas especiais - contas de reserva - uma para cada Província e abertas em nome dos bancos emissores. Estes poderão deter um fundo de maneio (art. 48 e parág. 1).

Para a liquidação das operações entre os diversos territórios nacionais, o Banco de Portugal e os bancos emissores ultramarinos acordarão a abertura e movimentação de contas especiais - contas de compensação (art. 49).

2 - Fundo Monetário da Zona Escudo (FMZE)

Este Fundo, destinado a suprir dificuldades de pagamentos resultantes de desequilíbrios transitórios das balanças externas de qualquer um dos territórios nacionais, regia-se pelas seguintes normas:

- será constituído mediante créditos abertos em escudos metropolitanos, pelo Estado e pelos bancos emissores (art. 50);

- concederá créditos a qualquer participante que os solicite e deles careça, com determinadas condições (art. 50, parág. 4);

- os créditos outorgados serão utilizados via contas de reserva e destinam-se, exclusivamente, a solver as dificuldades de pagamento do beneficiário (art. 50, parág. 3);

- o agente do FMZE será o Banco de Portugal (art. 50, parág. 2)

- as disponibilidades do FMZE poderão ser aplicadas, parcialmente, em títulos da dívida pública e os seus lucros líquidos distribuídos pelo Estado e bancos emissores anualmente (art. 50, parág. 6 e 7).

Esperava-se deste novo sistema de pagamentos o que até ali fôra inviável, isto é, a liquidação dos pagamentos resultantes da progressiva liberalização das trocas em todo o território nacional.

Para lá deste importante objectivo, o sistema de pagamentos inter-territorial pretendia constituir um passo no caminho da consideração de uma moeda única em todo o território português. O percurso do sistema monetário colonial português, os problemas que

esta nova medida envolveria e a forma como decorreu posteriormente este processo, são temas colaterais ao nosso trabalho mas suficientemente importantes para merecerem uma investigação aturada e que possa contribuir com novos elementos para uma melhor compreensão não só deste nosso trabalho mas, de uma forma global, da história económica do colonialismo português e do Espaço Económico Português¹³.

5.5. A construção do Espaço Económico Português (1962-1973)

Imediatamente após a saída do DL 44016 (Novembro de 1961), assistir-se-á à publicação de diversos diplomas e despachos ministeriais os quais, nas suas diversas vertentes, irão legislar matérias inerentes ao processo de integração do EEP. A sua finalidade pode ser resumida em:

- 1 - eliminação gradual dos direitos aduaneiros das importações e exportações dentro do território nacional;
- 2 - livre circulação de capitais entre as aquelas mesmas parcelas territoriais;
- 3 - coordenação das actividades produtoras e, em especial, das que tratam da transformação de matérias-primas, através do condicionamento industrial.

O período mais rico, do ponto de vista legislativo, decorre entre 1962 e 1965. Nele se lançam os fundamentos legislativos do EEP após a sua institucionalização formal através do DL 44016.

Não decorreu sem sobressaltos, avanços e recuos, a construção deste Espaço. As diferenças, em 1962, entre os diferentes territórios nacionais ao nível do seu desenvolvimento económico e social, as divergentes dinâmicas que animarão cada um deles, a influência de variáveis externas, são alguns dos factores que balizam os sucessos e insucessos do EEP.

13. A este respeito aguardamos com natural interesse a dissertação para doutoramento do Dr. João Estevão sob orientação do Prof. Adelino Torres e intitulada *Moeda, sistema monetário e monetarização coloniais. Uma aproximação ao caso cabo-verdiano (1961-1974)*, onde estas questões são o núcleo central do seu trabalho de investigação.

No que respeita à participação de Angola e ao seu relacionamento com os outros territórios nacionais e, em particular, com Portugal, demarcam-se dois períodos nítidos:

- a) um primeiro que decorre entre 1962 e 1971
- b) um segundo que vai de 1971 a 1973

O que caracteriza a clivagem nestes 2 sub-períodos é a saída do Decreto 478/71 de 6/11/71 o qual, do ponto de vista legislativo-formal é a expressão das tensões, impasses e contradições que foram surgindo e agravando-se desde meados da década de 60, pondo em causa os objectivos do DL 44016, ou seja, do EEP.

Para uma melhor clarificação desta evolução iremos abordar neste ponto aqueles dois sub-períodos. No entanto o período que decorre de 1962-1971 será sub-dividido em 2 fases: 1962-1967 e 1967-1971.

A razão para assim procedermos radica nas diferenças que se constata existir após a saída não só da nova lei do condicionamento industrial (nacional e territorial) - DL 46666 (Novembro de 1965) com efeitos práticos a partir de 1 /1/1966 mas, e sobretudo, com a publicação do DL 47673 (4/4/67) que aprova a nova lista de redução de direitos aduaneiros, o que marca a entrada numa segunda etapa de desarmamento pautal para a Província de Angola.

A legislação que neste ponto iremos descrever, refere-se não só àquela de âmbito geral, isto é, dizendo respeito ao EEP no seu conjunto, mas também às disposições legislativas oriundas especificamente da Província de Angola.

5.5.1. O período de 1962-1971

Do ponto de vista prático o funcionamento do EEP não começou da melhor forma:

- por um lado, o art.1 do DL44016 indicava que a abolição de todos os impedimentos à livre circulação de mercadorias deveria ter efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1962 enquanto o Cap.III previa esse início a partir de 1 de Julho desse ano. Na realidade, esta última data acabou por ser adiada, através do DL 44440 de 30/6/62, para 15 de Agosto, invocando-se "a complexidade das tarefas e novidade das situações";
- por outro, o sistema de pagamentos inter-territorial e de

acordo com o art.54,deveria ter entrado em vigor em 1 de Julho de 1962.Esta data foi igualmente objecto de adiamento,passando a sua entrada em vigor para 1 de Janeiro de 1963 (de acordo com o DL 44440).

Independentemente destes percalços iniciais,o processo de criação do EEP arrancou em 1962.

5.5.1.1. A 1ª fase legislativa (1962-1967)

A primeira medida legislativa tomada para dar seguimento ao DL 44016 disse respeito à livre circulação das pessoas no espaço político português: o DL 44171 de 1/2/62.

Seguiu-se-lhe o DL 44260 de 31/3/62 que estabeleceu o regime respeitante à determinação,prova e verificação da prova de origem nacional das mercadorias transacionadas entre territórios nacionais.No seu Anexo encontra-se a lista de processos de produção a que se referia a alínea b) do art.6 do DL 44016¹⁴.

Do ponto de vista do funcionamento de uma ZCL este DL é de capital importância já que regulamente p "sistema de regras de origem",importante instrumento para impedir os problemas ocasionados com a deflexão de comércio.

Pelo Aviso de 7/Maio/62,o Governo Geral de Angola põe em vigor a lista de mercadorias sujeitas a restrições quantitativas à importação no Ultramar,dando assim seguimento a instruções recebidas da Direcção Geral de Economia do Ministério do Ultramar:por força das obrigações assumidas aquando da adesão de Portugal ao GATT deixou de ter efeitos legais a lista negativa de liberalização anexa ao Despacho de 30/Abril/60 do Ministro do Ultramar.

Após a saída desta lista de restrições quantitativas,o DL 44507 de 14/8/62 vai estabelecer as restrições quantitativas postas à circulação de mercadorias de origem nacional dentro do espaço português.

Este Decreto não é contraditório com o anterior.Conforme se diz no seu Preâmbulo "as restrições que ainda se mantêm,quer no

14. Para além das mercadorias abrangidas por esta lista,são também consideradas de origem nacional e de acordo com aquela alínea b) do art.6 do DL 44016,as mercadorias a que tenha sido atribuída a qualificação de produto de fabricação nacional,nos termos do disposto no DL 37683 de 24/12/49 (art.13,parág.1 do DL 44260).

Continente e Ilhas, quer nas Províncias Ultramarinas, devem-se à preocupação de permitir às produções de interesse dominante na respectiva região a possibilidade de se transformarem e se reorganizarem por forma a suportar a concorrência de produtos nacionais similares".

Na mesma data, o DL 44508 designa as mercadorias provenientes das Províncias Ultramarinas que são livres de direitos aduaneiros de importação no continente e ilhas adjacentes, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1963 (dando seguimento à alínea b) do art.10 do DL 44016).

Na sequência desta legislação inicial seguem-se-lhe 5 diplomas importantes. As suas disposições pretendem promover a unificação dos mercados portugueses e a integração económica nacional, bem como regular as transações e transferências entre a zona escudo e o exterior e a criação de um sistema de pagamentos interterritoriais. São eles:

- DL 44698 (19/11/62): estabelece as condições a que ficam sujeitas as operações de importação, exportação e reexportação de mercadorias, as operações de invisíveis correntes e as de importação e exportação decapitais privados;
- DL 44700 (17/11/62): regulamenta o exercício do comércio de câmbios nas Províncias Ultramarinas;
- DL 44701 (17/11/62): estabelece os preceitos a que fica sujeita a realização de operações respeitantes à liquidação de importações, exportações ou reexportações de mercadorias, de invisíveis correntes e de capitais entre os diversos territórios nacionais e a abertura e movimentação de contas por instituições de crédito de um destes territórios em nome de residentes noutros;
- DL 44702 (17/11/62): cria inspecções de crédito e seguros ou do comércio bancário nas Províncias Ultramarinas, altera a constituição e funcionamento dos Fundos Cambiais existentes e cria os mesmos fundos em determinadas Províncias (Angola incluída);
- DL 44703 (17/11/62): institui o sistema de compensação e de pagamentos interterritoriais no espaço português (cria o Fundo Monetário da Zona Escudo - FMZE).

A importância destes DL é evidente. Com eles pretende-se regularizar o sistema de pagamentos interterritoriais que, no caso de Angola, nunca havia conseguido resolver o problema dos chamados "atrasados" com todos os inconvenientes que daí advieram para o aumento das trocas com a Metrópole, em particular.

A resolução deste problema era - compreende-se - de vital importância para a sua dinamização e foi mesmo apontado por LOPES (1963) como uma das vantagens da integração económica nacional.

Neste sentido, o FMZE pretendia ser um instrumento decisivo "destinado a facilitar o funcionamento do sistema de compensação e de pagamentos interterritoriais e a auxiliar, por meio de empréstimos aos fundos cambiais das províncias ultramarinas, a regularidade dos pagamentos interterritoriais ou internacionais das mesmas províncias" (art. 2 do DL 44703).

Lançadas as bases para o início do desmantelamento aduaneiro e das restrições quantitativas e instituído um sistema de pagamentos interterritorial, a legislação que se lhe segue nesta fase regulamenta questões que o próprio processo de integração económica vai exigindo.

Merecem destaque:

- DL 44890 (20/2/63), que estabelece o regime a que ficam sujeitas as operações de importação de capitais privados entre territórios nacionais (conforme o disposto nos art. 2, parág. 1 do DL 44016 e art. 22 do DL 44698);
- DL 44893 (20/2/63), que estabelece o regime a que ficam sujeitas as operações de importação e de exportação de capitais privados entre as províncias ultramarinas e o estrangeiro;
- DL 45431 (13/12/63): segundo o art. 1 passam a ser cativas na sua importação nas Províncias de Angola e Moçambique (em relação às mercadorias de origem nacional), dos emolumentos gerais de 1% ad valorem as mercadorias liberalizadas nos termos do Decreto Lei 44016¹⁵;
- Diploma Legislativo 3440 (30/1/64), do Governo Geral de Angola: aprovou para entrar em vigor a 20 de Fevereiro

15. O que sucedia, aliás, relativamente às mercadorias importadas na Metrópole quando originárias das Províncias Ultramarinas.

do mesmo ano, o texto da nova pauta de importação e as respectivas instruções preliminares, a fim de serem aplicadas exclusivamente às mercadorias de origem estrangeira entradas na Prov. de Angola;

- Despacho Ministerial (20/1/65) do Ministro do Ultramar: determina a forma de liquidação de todas as operações comerciais entre as Províncias Ultramarinas de Angola e a Metrópole e efectuadas anteriormente a 1 de Março de 1963 e ainda por regularizar;
- DL 46312 (26/4/65): estabelece um Código de Investimentos onde é definido o quadro jurídico de aplicação dos capitais estrangeiros em Angola.

Finalmente, merece destaque muito especial, a publicação de um documento vital para as aspirações de desenvolvimento das actividades económicas em Angola, em particular no domínio da sua industrialização. Trata-se do DL 46666 de 21/11/65 que define a nova lei do condicionamento industrial e onde é prevista a existência de dois regimes: o condicionamento nacional e o condicionamento territorial (este com especial importância para Angola). O DL entrou em vigor a 1 de Janeiro de 1966.

5.5.1.2. Instituições e mecanismos de execução

Para dar seguimento e controlar a aplicação da matéria legislativa, houve necessidade, do ponto de vista institucional, de adaptar ou criar estruturas correspondentes, ligadas não só ao funcionamento do EEP mas igualmente à dinamização das actividades económicas em Angola, o que é dizer aumentar o nível do seu desenvolvimento económico e social, objectivo último do DL 44016.

A fim de responder a estes desafios, o Governo Geral de Angola publica o Diploma Legislativo 3236 de 25/4/62 onde é criada a Junta de Desenvolvimento Industrial de Angola e são definidas as suas atribuições.

Como é afirmado no Preâmbulo "em face da necessidade flagrante de assegurar ao desenvolvimento industrial da Província um ritmo tão acelerado quanto possível... julga-se essencial estabelecer as bases de uma acção operante do Governo no sentido desejado".

Desta forma, a Junta é criada "para promover e fomentar a instalação de novas indústrias ou a reorganização de indústrias já

existentes, nas convenientes condições de viabilidade económica e utilidade social" (art.1).

A fim de coordenar as acções desenvolvidas em Angola (e no EEP em geral) foi criada uma Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica (art.51 do DL 44652 de 10/10/62), sob a dependência directa do Governador Geral e de cujos atributos se destacam (DL 45259 de 21/9/63):

- preparar os projectos dos Planos de Fomento da Província;
- coordenar, orientar e fiscalizar a execução dos mesmos
- propôr a adopção de medidas destinadas a realizar, nos prazos superiormente fixados, a progressiva integração económica das Províncias Ultramarinas e a unificação do mercado nacional;
- acompanhar a evolução dos pagamentos interterritoriais;

Dado existir um trabalho de interligação com os restantes territórios nacionais, esta Comissão Provincial efectua a ligação com o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho (criado pelo DL 44652) através da Comissão de Coordenação dos Serviços Provinciais de Planeamento e Integração Económica (criada pelo DL 45222 de 30/8/63 e estruturada organicamente pelo DL 45258 de 21/9/63) e dependente do Ministro do Ultramar. No âmbito deste último órgão foi criado o Gabinete de Planeamento e Integração Económica cujo objecto seria o de dar apoio técnico e administrativo.

Mais tarde, pelo DL 46929 (19/3/66) introduziram-se alterações ao DL 44652 e de onde se destaca: a ligação entre o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho e as Províncias Ultramarinas passou a ser assegurado pela Comissão Interministerial, órgão de estudo, coordenação e consulta criado há muito pelo DL 42593 de 19/10/59.

Relativamente a questões ligadas às pautas de importação, o Ministro do Ultramar autorizou:

- pelo DL 45288 de 2/10/63, os órgãos legislativos da Província de Angola a não só expedir diplomas aprovando uma nova pauta de importação aplicável às mercadorias de origem estrangeira e as respectivas instruções preliminares, como também a introduzir nelas, dentro do prazo de 6 meses, as alterações que se mostrassem necessárias e convenientes. A importância desta de-

scentralização de poderes para a Província vai ter um significado e impacto muito especiais, conforme o ponto 5.6. o Capítulo seguinte o procurará demonstrar

- pelo art.1 do DL 46057 de 2/12/64, o Governador Geral de Angola a poder apreciar os pedidos de concessão de isenção ou redução de direitos e outras imposições aduaneiras, aplicáveis a mercadorias importadas .

Ao nível dos pagamentos interterritoriais, foi criado o FMZE. No seu Conselho de Direcção, a par do governador do Banco de Portugal (presidente), do governador do BNU, dum representante da Presidência do Conselho, de 2 representantes do Ministro das Finanças e do Ministro do Ultramar, tem lugar o governador do Banco de Angola (art.47 do DL 44703).

Finalmente, no âmbito da nova lei do condicionamento industrial, a competência para o licenciamento de estabelecimento fabris que respeitam a quaisquer indústrias mencionadas no Quadro I do Anexo do DL 46666, passa a pertencer (art.5) conjuntamente ao Ministro da Economia e do Ultramar. Contudo, essa competência é delegada na Província de Angola ao Governador Geral, para indústrias não mencionadas no referido Quadro I.

5.5.1.3. A 2ª fase legislativa (1967-1971)

A publicação do DL 47673 (4/4/67) marca o início desta 2ª fase legislativa de construção do EEP.

De acordo com o art.9 do DL 44016, aquele DL faz aprovar a lista de mercadorias provenientes do Continente e Ilhas Adjacentes e que serão livres de direitos ou objecto de uma redução de 20% nos direitos de importação na província de Angola e das destinadas ao Continente e Ilhas adjacentes que serão igualmente objecto daquela redução nos direitos de exportação na referida província de Angola. A data para entrada em vigor deste DL ficou estabelecida no dia 1 de Julho de 1967.

De entre as várias medidas tomadas, algumas destacam-se quer pelas suas implicações no regime de importações quer pela influência directa no desenvolvimento das actividades económicas da Província.

Desta forma, de acordo com o Despacho 41/67 (23/10/67) do Governo Geral de Angola, passou a ficar pendente de prévia licença, qualquer que seja o seu valor, a importação das mer-

cadorias sujeitas a restrições quantitativas (segundo o Cap.IV do DL 44016),não só quando de origem nacional mas também quando nacionalizadas em qualquer outro território nacional.

No mesmo sentido apontam os Despachos de 5/3/69 e de 13/6/69 do Governo Geral de Angola,os quais determinam que fiquem sujeitas a registo prévio as importações de mercadorias,respectivamente,estrangeiras (valor inferior a mil escudos) e nacionais (valor inferior a dois mil e quinhentos escudos).

No que respeita a isenções de direitos aduaneiros,o DL 177/71 (19/4/71) revê o sistema de concessão de isenções de direitos sobre matérias-primas e bens de equipamento estabelecido para o Ultramar pelo DL 41024,passando a conceder a sua isenção automática nos casos incluídos em listas a publicar no Boletim Oficial após aprovação do Ministro do Ultramar (ver no ponto seguinte o seguimento legislativo deste DL).

Quanto ao problema do desenvolvimento industrial angolano,o enquadramento a que estava sujeito por via do condicionamento industrial leva ao aparecimento de medidas tendentes a adaptá-lo à situação que vigora na Província.

Pelo DL 48581 (16/9/68) são estabelecidas as isenções de impostos para as indústrias de condicionamento nacional a instalar no Ultramar.

No ano seguinte este DL é complementado pelo Diploma Legislativo 3945 (21/10/69) do Governo geral de Angola.Por este é estabelecido que ficam isentos de contribuição industrial por períodos de 5 a 18 anos as indústrias a instalar ou reorganizar na Província de Angola,que não estejam sujeitas ao regime de condicionamento nacional e define as zonas de desenvolvimento industrial.

De entre a restante legislação merecem ainda referência:

- DL 47772 (27/6/67): dá nova redação à alínea a) do art.1 do DL 41024 (isenção de direitos e outras imposições aduaneiras aplicáveis a mercadorias importadas nas Províncias Ultramarinas);
- DL 47908 (7/9/67): completa o sistema de crédito e do seguro de crédito à exportação,instituído pelo Decreto Lei 46303;
- DL 47925 (8/9/67):designa os casos em que os Governadores das Provincias Ultramarinas podem determinar a

obrigação para os importadores de mercadorias provenientes de outros territórios nacionais ou do estrangeiro de efectuarem um depósito em numérico;

- DL 47916 (8/9/67): define os princípios gerais a que deverão obedecer a fixação de valores FOB mínimos para as exportações das Províncias Ultramarinas e certificação dos preços das mercadorias importadas nos territórios nacionais, particularmente nas mesmas províncias;
- DL 47917 (8/9/67): institui o regime de pagamentos antecipado das operações de importação de mercadorias entre territórios nacionais;
- Portaria 15102 (9/8/67) do Governo Geral de Angola: considera sujeitos ao regime de condicionamento territorial, as indústrias abrangidas pelos grupos ou subgrupos da classificação da CAE do INE, constantes em quadros anexos (dá, assim, cumprimento ao DL 46666, posteriormente completado com a Portaria 16007 de 17/2/69);
- Despacho do Ministro do Ultramar (14/9/68): procede à revisão, utilização e uniformização das regras fundamentais que devem presidir à instrução e apreciação dos processos de isenção ou redução de direitos aduaneiros nas Províncias Ultramarinas;
- DL 48702 (3/11/68): introduz alterações na redação do art. 41 do DL 44703 e permite ao FMZE baixar a taxa de juro de empréstimos por ele concedidos;
- DL 49305 (16/10/69): altera várias disposições do DL 44703;
- DL 49306 (16/10/69): introduz vários aditamentos e modificações nos regimes de operações cambiais e de pagamentos interterritoriais instituídos pelos DL 44698 a 44701. Dá nova redação ao art. 122 do Decreto Lei 45296 que regula o exercício das funções de crédito e a prática dos demais actos inerentes à actividade bancária nas Províncias Ultramarinas;
- Diploma Legislativo 4 do Ministro do Ultramar (17/1/69): isenta de direitos de exportação na Província de Angola os produtos manufacturados dela originári-

os;

- DL 122/70 (20/3/70): altera várias disposições do DL 46666 que promulgara o regime de condicionamento industrial do EEP, atribuindo competências alargadas para os Governadores Gerais das Províncias Ultramarinas e inclusão da refinação do petróleo e fabricação de óleos e massas lubrificantes;
- DL 183/70 (28/4/70): revê o regime estabelecido para a realização das operações de importação e exportação de capitais privados entre os territórios nacionais e entre estes e o estrangeiro;
- DL 448/70 (16/9/70): determina que quando uma Balança de Pagamentos de qualquer território nacional registe desequilíbrios fundamentais (segundo o art. 51 do DL 44016), podem ser estabelecidas prioridades para a liquidação das ordens de pagamento emitidas nesse território;
- DL 164/71 (12/4/71): fixa as condições em que os DL 47908 e 48950 (sistema de crédito à exportação) devem ser aplicáveis relativamente às transações de bens e serviços entre as diversas parcelas do território nacional.

5.5.1.4. Instituições e mecanismos de execução

Esta fase caracteriza-se por uma crescente descentralização de funções para os órgãos da Província de Angola. A sua explicação radica, sobretudo, na necessidade de se obter maior operacionalidade e rapidez de actuação face ao rápido evoluir da sua situação económica.

Pelo DL 47639 (13/4/67) foi promulgado o diploma orgânico dos Serviços de Economia do Ultramar que explica, no Preâmbulo, a razão de ser desta medida: "a rápida expansão da vida económica das Províncias Ultramarinas tem revelado insuficiências na actuação dos serviços provinciais de economia com vista à satisfação das necessidades de coordenação, orientação e intervenção a que são chamados por força das suas actuais atribuições".

Desta forma, "ouvidos os Governadores das Províncias Ultramarinas" é decretado que os Serviços de Economia do Ultramar (em cada Província) passem a ter por função a promoção do seu

desenvolvimento económico,orientando,estudando,coordenando,disciplinando e fiscalizando as respectivas actividades comerciais e industriais.

Cerca de 3 anos mais tarde,pelo DL 421/70 (14/8/70) é publicado novo diploma orgânico daqueles Serviços.De acordo com o Preâmbulo "em consequência da espectacular evolução da economia das Províncias Ultramarinas,exige-se a revisão daquela orgânica",em virtude de existirem disposições daquele decreto que já não se ajustam aos condicionalismos da altura.

Um dos aspectos salientes neste processo reside no facto do Ministro do Ultramar decretar o diploma "por proposta dos Governadores Gerais e Angola e Moçambique" e já não após simples auscultação como ocorreu em 1967.A diferença de forma indicia maior acutilância na promoção dos interesses específicos destas Províncias.

No seguimento ainda deste processo,o Decreto 422/70 (14/8/70) cria nesta Província a Direcção Provincial dos Serviços da Indústria,sob proposta do Governador Geral,que passa a ter competências bastante alargadas no domínio industrial:estudos,orientação,legislação,promoção,condicionamento,licenciamento,etc.Entretanto a Direcção provincial dos Serviços de Economia anteriormente criada passa a denominar-se Direcção Provincial dos Serviços de Comércio e Abastecimento.

Do ponto de vista do planeamento e integração económica do EEP,o DL 48955 (28/3/69) cria nas Províncias de Angola e Moçambique a Secretaria Provincial de Planeamento,Integração Económica,Fazenda e Contabilidade (SPPIEFC).Esta nova Secretaria pretende aliviar o Governador Geral das múltiplas e variadas solicitações que foram surgindo ao assumir-se,na prática,como um departamento especialmente qualificado para tratar destas matérias em termos de planeamento e promoção económica e social.

Mantém-se,deste modo,a Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica (DL 45259 de 21/9/63) cuja presidência continua a cargo do Governador Geral,mas que agora poderá delegar a presidência no Secretário da SPPIEFC.

5.5.2. O período de Novembro de 1971-1973

O início desta período assume, de certa forma, características contraditórias.

Segundo o DL 44016 o desmantelamento pautal e o fim das restrições quantitativas deveriam ser alcançados até 31 de Dezembro de 1971 (art.1), embora o seu parágrafo único salvaguardasse a hipótese de ampliação do prazo até 31 de Dezembro de 1973.

Ora, é precisamente em cima do limite temporal de 1971 que surge o Decreto 478/71 (8 de Novembro de 1971) e que marca um claro retrocesso nas medidas de liberalização até então tomadas, como destaca TORRES (1983, pp.322-326).

A insatisfação crescente verificada em Angola a partir de 1968/69 e que foi sendo atendida através de medidas de carácter conjugal, não foi mais do que o prenúncio daquele Decreto.

5.5.2.1. Medidas legislativas

Da múltipla legislação deste período, destaca para:

- D 478/71 (8/11/71): reforma o sistema de pagamentos inter-territorial e habilita o Governo e os Fundos cambiais das Províncias Ultramarinas a regularizarem os pagamentos de pedidos de transferências em atraso;
- D 479/71 (8/11/71): eleva o capital do FMZE;
- D 480/71 (8/11/71): autoriza o Governo a emitir, pelo Ministério das Finanças, um empréstimo interno amortizável denominado "Empréstimo 4%, 1971 - Províncias de Angola e Moçambique";
- D 481/71 (8/11/71): determina que os Fundos Cambiais das Províncias Ultramarinas poderão contrair empréstimos, quando seja necessário para assegurar a regularidade dos pagamentos entre a respectiva Província Ultramarina e os outros territórios nacionais;
- D 550/71 (15/12/71): estabelece as disposições a que fica sujeita, no território do Continente e Ilhas Adjacentes, a realização das operações respeitantes a liquidações de importações, exportações ou reex-

portação de mercadorias de ou para as Províncias Ultramarinas e de operações de invisíveis correntes ou de importação e exportação de capitais entre aquele território nacional e qualquer destas Províncias;

- D 551/71 (15/12/71):estabelece a sujeição a registo prévio no território do Continente e Ilhas Adjacentes, das operações de importação e das de exportação ou reexportação de mercadorias de ou para as Províncias Ultramarinas e insere disposições relativas a operações de invisíveis correntes e de importações e exportações de capitais privados entre os mesmos territórios;
- D 552/71 (15/12/71):estabelece os preceitos a que ficarão sujeitas nas províncias Ultramarinas as operações de importação e de exportação ou reexportação de mercadorias, as operações de invisíveis correntes e as de importação ou exportação de capitais privados;
- D 553/71 (15/12/71):cria o sistema de compensação interterritorial do EEP em substituição do sistema instituído pelo art.1 do DL 44703;
- Portaria 703/71 (15/12/71):estabelece as condições a que ficam sujeitas as operações de importação, de exportação ou de reexportação de mercadorias entre uma província ultramarina e o estrangeiro ou qualquer outro território nacional;
- Despacho do Governador Geral de Angola (17/1/72):insere várias disposições sobre a concessão de licenças de importação de bens de equipamento;
- Aviso do Governo Geral de Angola (18/1/72): estabelece os critérios de prioridade a considerar na emissão de boletins para importação de mercadorias, pagamento de invisíveis correntes e exportação de capitais privados (dando seguimento ao art.31,n.2 do D 478/71);
- D 173/72 (20/5/72):estabelece as condições a que fica sujeita a realização nas Províncias Ultramarinas tanto de operações cambiais como de operações de pagamentos interterritoriais (não se aplica, con-

tudo, aos pagamentos regulados pelos DL 43914 e 43915);

- Aviso da Direção Provincial dos Serviços Alfandegários de Angola (11/2/72): torna pública as listas de matérias-primas que gozam na sua importação de benefício de isenção ou redução de 50% de direitos e mais imposições (dando seguimento ao D 177/71, art.1). Vai ser completado pela Relação das posições pautais constantes das listas automáticas de isenções e redução de direitos de matérias-primas (14/2/72);
- Diploma Legislativo 76/72 (29/8/72) do Governo Geral de Angola: determina que beneficiem do regime de isenções fiscais, as empresas que instalem na província indústrias novas;
- Despacho 10/73 (2/2/73) do Governo Geral de Angola: determina que passa a ficar sujeita ao regime de registo prévio a importação de mercadorias constantes das listas de terceiro, quarto e quinto graus de prioridade.

5.5.2.2. Instituições e mecanismos de execução

O maior destaque cabe, sem dúvida, para a promulgação, em 1972, do novo acto orgânico e estatutos que passam a reger os territórios ultramarinos.

Anteriormente já havia sido alterada a redacção do art.133 da Constituição Portuguesa : "os territórios da Nação portuguesa situada fora da Europa são Províncias Ultramarinas, as quais, como regiões autónomas têm estatutos próprios e, de acordo com a tradição nacional, podem ser chamados Estados, quando o seu progresso social e a complexidade da sua administração justificarem esse título honroso".

Agora e pelo D 544/72 (22/12/72) fica aprovado o "Estatuto Político-Administrativo da Província de Angola e que entrará em vigor em todo o território da província em 1/1/73" (art.1).

O Estado Português de Angola - como passará a ser designado - compõem-se de 2 novos órgãos de governo : a Assembleia Legislativa (que substitui o Conselho Legislativo) e a Junta Consult-

iva Provincial (que substitui o Conselho Económico e Social),cujo início de funções se previu para Maio de 1973 após efectuadas as eleições (Março) que iriam determinar a sua composição.

Correspondendo ao art.19 daquele Decreto é promulgado pelo D 42/73 (9/2/73) a nova composição das Secretarias Provinciais do Estado de Angola,ou seja,em número de 9.

Destaque,finalmente,para a criação nos finais de 1973 da Comissão Permanente para o Desenvolvimento Industrial,cuja missão era a de preparar projectos orientados para os ramos de actividade tidos como prioritários para o desenvolvimento económico.

CAPITULO VI - A INSERCAO DE ANGOLA NO FUNCIONAMENTO DO ESPACO ECONOMICO PORTUGUES (1962-1973)

Os diferentes pontos de vista sobre a forma como se deveria construir o EEP foram expostos no Capitulo anterior.

Este Capitulo servirá, agora, para descrever o modo como decorreu a inserção da Província de Angola no EEP, identificar os principais problemas e bloqueamentos que decorreram desse processo e a forma como se expressaram diferentes intervenientes nele interessados.

Embora a análise pretenda centrar-se naquilo que poderíamos chamar o ponto de vista de Angola, é difícil, porém, isolar unicamente os acontecimentos internos nesta Província Ultramarina para o explicar. Deve-se ter em atenção, nomeadamente, o evoluir do relacionamento com Portugal já que o diferente nível de desenvolvimento entre estes dois territórios, exerce um forte efeito condicionador.

Para que no final do presente Capitulo se possa efectuar um melhor balanço deste período, começemos por expor o importante trabalho de LOPES (1963), sem dúvida aquele que, quer do ponto de vista teórico quer do estudo das suas implicações práticas, abordou o EEP na óptica de Portugal (Metrópole) e Ultramar.

6.1. As implicações económicas da integração do Espaço Económico Português: a análise de Silva Lopes (1963)

Segundo o autor, este tipo de integração económica que se situa claramente no domínio das ZCL, reflecte, do ponto de vista teórico, uma concepção intervencionista: não se confia a realização da integração nacional à simples actuação das forças de concorrência nos mercados dos produtos do trabalho e capital (LOPES, 1963, p. 21).

A análise das repercussões de natureza económica sobre os diferentes territórios nacionais é o contributo mais significativo deste trabalho. As suas principais conclusões são:

1 - Consequências à escala da economia de todo o EEP

- a) alargamento do mercado com as vantagens conhecidas daí decorrentes;
- b) estímulo à concorrência entre as firmas dos diversos territórios nacionais o que conduzirá à baixa dos preços (benefício para os consumidores), redução dos custos e utilização dos recursos produtivos nos sectores com mais eficiência comparativa;
- c) criação de condições que favoreçam uma maior especialização nas actividades produtivas de cada um;
- d) maior atractivo para os investidores estrangeiros (pela existência de mercados mais vastos);

Ao abordar esta mesma questão no ano anterior, MORGADO (1961/62, pp. 12-13) aponta como vantagens da integração no EEP: alargamento dos mercados dos consumidores para a produção industrial portuguesa (tanto metropolitana como ultramarina); aumento da produção agrícola para consumo ou para abastecimento da indústria (contribuição do Ultramar); colocação dos excedentes demográficos da Metrópole e, finalmente, abertura de novas possibilidades de investimento (novo contributo do Ultramar pois seria uma válvula de segurança e iria permitir obter rendimentos maiores do aqueles que o mercado de capitais restrito apenas à Metrópole pode facultar).

2 - em termos de curto-prazo

Feito o balanço das vantagens e dificuldades ora para a Metrópole ora para o Ultramar, o autor conclui que "a Metrópole pode colher mais vantagens que o Ultramar".

A razão de assim ser deve-se, por um lado, à venda de produtos industriais e alimentares metropolitanos que são objecto de maiores direitos aduaneiros que as matérias-primas e produtos alimentares do género que o Ultramar exporta; por outro, porque as exportações do Ultramar não têm encontrado qualquer dificuldade na realização dos pagamentos por parte da Metrópole, enquanto as vendas metropolitanas podem ter muito a ganhar com a supressão das dificuldades no sistema de pagamentos de algumas Províncias Ultramarinas (LOPES, 1963, pp. 28/29).

3 - do ponto de vista do longo-prazo

O autor chama a atenção para as "diferentes consequências que poderá ter a livre circulação de mercadorias em relação às perspectivas de desenvolvimento económico de cada um dos

territórios".

Comparando com outras situações de desigualdade regional existentes no Mundo, a sua opinião é a de que existe um perigo do seu agravamento, mas que, no caso do EEP, é limitado e fundamentalmente devido a:

a) os elevados custos de transporte que neutralizam em grande parte a concorrência que as indústrias da Metrópole possam mover contra a indústria em Angola e Moçambique;

b) a acentuação das disparidades regionais que é provocada não apenas pela concorrência comercial mas também pelos movimentos de factores que tendem a concentrar-se em regiões evoluídas, é controlada pelo DL 44016. Este não permite ao capital o direito indiscriminado de abandono do Ultramar e o movimento do factor trabalho processa-se no sentido Metrópole - Ultramar;

c) as Províncias Ultramarinas terão ainda durante longos anos grandes possibilidades de apoiar o seu crescimento económico no desenvolvimento das actividades primárias onde os problemas de concorrência com a Metrópole não se põem;

d) mesmo no campo da indústria, as Províncias Ultramarinas dispõem em certos casos de vantagens naturais, como por exemplo, a proximidade de algumas matérias-primas e a possibilidade de vir a utilizar energia barata.

Desaparecidas as proteções que até aqui puderam ser proporcionadas por reforços de direitos e pelas restrições à compra de produtos similares metropolitanos, as distorções económicas entre o Ultramar e a Metrópole serão menores se se recorrer aos subsídios ou isenções fiscais a determinadas actividades, à assistência técnica, às facilidades no mercado financeiro, à construção de infra-estruturas necessárias à vida industrial, ao treino de mão-de-obra, etc.

A conclusão do autor é, então, a de que "no que respeita à integração económica do espaço nacional, não se deverá exagerar as perspectivas duma actuação das desigualdades regionais entre a Metrópole e o Ultramar" (LOPES, 1963, p. 30), o que sendo uma conclusão optimista é, pelo menos, mais cautelosa do que aquela a que chega MORGADO (1961/62, p. 10): "o balanço saldar-se-á necessariamente a favor do Ultramar".

6.2. O 1º período: de 1962 a Novembro de 1971

6.2.1. O funcionamento da 1ª fase (1962-1967)

O desarmamento pautal e a abolição das restrições quantitativas, a par do início da aplicação do novo sistema de pagamentos interterritoriais veio criar natural expectativa quanto ao impacto dessas medidas em Angola e no relacionamento económico entre esta e Portugal.

O exemplo de 1959, na sequência da aplicação do DL 41026, deixava pairar no ar alguma preocupação ao Governo geral de Angola.

Recorde-se que, de acordo com este DL de 9 de Março de 1957, foi instituída uma Zona de Comércio Livre imediata entre as diversas Províncias Ultramarinas (art.9).

Um dos princípios aqui consignados dizia respeito aos artigos nacionalizados (aduaneiramente) em qualquer Província: estes passariam a ter o mesmo tratamento dos produtos nacionais. Pensava-se que as distâncias entre as Províncias Ultramarinas seriam factor suficiente para não criar desvios de tráfego - deflexão de comércio - resultantes da diferença das taxas inscritas nas várias pautas aduaneiras.

Na realidade foi isto mesmo que aconteceu. A existência de significativas diferenças entre elas, originaram operações de reexportação da mesma forma que a existência de diferentes regimes de licenciamento das importações do estrangeiro originou igualmente desvios de tráfego.

As queixas então apresentadas pelo Governo da Província acabaram por ter eco, adoptando-se, como solução, a cobrança da diferença de direitos existentes, de acordo com o art.19 do DL 42401 de 21 de Julho de 1959¹.

A fim de defender as receitas fiscais da Província e evitar fugas ao controle à entrada de mercadorias não-essenciais, o Governo Geral viu-se forçado a sujeitar tais importações - provenientes principalmente de Moçambique - a um rigoroso regime de licenciamento. Do mesmo modo, e no que se refere à concorrência

1. As mercadorias nacionalizadas numa Província e exportadas para outra, ficavam cativas na segunda da diferença entre os direitos pagos na primeira e os devidos pela entrada na segunda Província, quando nesta fossem mais elevados.

potente para o resolver (MONTEIRO, 1966, p. 17).

No decorrer do I Simpósio sobre Angola, realizado em Lisboa de 1 a 7 de Março de 1967, LIMA (1968, p. 116) constata a permanência do problema, enquanto que SILVA (1966a), ao reflectir sobre a importância e operacionalidade deste sistema, não pondo em causa o princípio da instituição do mesmo e colocando a sua principal contribuição na facilidade que deve dar ao desenvolvimento do comércio interterritorial ressalva, porém, que tal desenvolvimento só ocorrerá se:

- existir um potencial efectivo de trocas que não seja impedido de se concretizar por dificuldades de pagamento, concluindo que não crê que as actuais (1966) estruturas produtivas do Ultramar encerrem esse potencial imediato;

- existir possibilidades de compensação triangular e não simplesmente linear, como é o caso do binómio Metrópole - Ultramar. O reduzido potencial de trocas (de curto-prazo) inter-Ultramar impossibilita aquela compensação retirando-lhe parte da sua eficácia potencial enquanto instrumento reequilibrador dos pagamentos dos territórios deficitários. Dito de outro modo, reconhece-se (ainda na 1ª fase do EEP) a ineficácia deste importante "instrumento passivo" necessário mas não suficiente para correção dos desequilíbrios existentes.

b) em 1964 e com a publicação do Diploma Legislativo 3440 (nova pauta de importação da Província de Angola incidente sobre as importações de mercadorias estrangeiras), ocorreu uma elevação dos direitos relativamente aos que constavam das pautas anteriores.

Aquando da discussão preliminar do Projecto desta nova Pauta de Importação de Angola, o Parecer de MARQUES (1963), trabalho aturado e minucioso, colocava já a questão nos seus devidos contornos reais. Para ele, a política aduaneira teria de jogar entre 2 objectivos opostos mas ambos importantes:

- permitir a suavização das taxas sobre produtos que interesse proteger por razões de estímulo ao desenvolvimento da Província;
- evitar maiores quebras nas receitas, já que estas eram fontes de financiamento do próprio desenvolvimento.

Na sua análise detalhada, produto a produto, após referência a alguns casos particulares e merecedores de ajustamento em virtude de serem sectores que convinha proteger da concorrência externa

ou cuja carência de matérias-primas de qualidade especial obrigava à necessidade de importação estrangeira (indústria de estofos - seda, misto de seda, algodão; margarinas; embalagens; ferramentas, etc), MARQUES (1963, pp. 48-49) sintetiza a orientação a seguir pela nova Pauta.

Esta deve, em síntese, satisfazer as seguintes condições:

- facilitar as entradas que proporcionem a criação de infra-estruturas;
- facilitar as entradas que proporcionem um desenvolvimento da construção civil, educação e saúde;
- facilitar as entradas que proporcionem a criação de novos sectores, nomeadamente no que se refere a matérias-primas não produzidas em território nacional, a equipamentos e a outros bens de produção não produzidos em território nacional;
- proteger, elevando os direitos sobre produtos similares estrangeiros, sectores considerados estratégicos e mesmo que o não sendo determinem substituição de importações, diversificação das exportações ou satisfação de importantes necessidades do mercado interno;
- elevar moderadamente os direitos aplicáveis a produtos que não se integrem em nenhum dos grupos anteriormente caracterizados;
- elevar consideravelmente os direitos aplicáveis a produtos reconhecidos como supérfluos, de luxo ou inoperantes do ponto de vista do desenvolvimento angolano.

Assim, poderemos resumir nos seguintes, os objectivos prosseguidos por esta Nova Pauta de Importação :

- 1 - obtenção da necessária compensação para a diminuição das receitas provenientes da gradual eliminação dos direitos que incidem sobre as mercadorias de origem nacional (que obedeçam ao DL 44016);
- 2 - defesa das actividades produtoras locais da concorrência que pudesse vir a ser feita aos seus produtos pelos similares de origem estrangeira;
- 3 - preparação da tributação da pauta geral para a realização das negociações com o GATT. Esta tributação deveria ser fixada a um nível tal que permitisse assegurar (depois daquelas negociações) a conveniente protecção das actividades produtoras locais contra a concorrência normal das similares estrangei-

ras (MONTEIRO, 1964, p. 267).

c) em 1965, os órgãos legislativos da Província criaram um imposto de consumo sobre os vinhos comuns brancos e tintos os quais, através do DL 46087 de 21/12/64, passaram a ser livres de direitos de importação nesta Província quando provenientes de Portugal (art. único).

A razão de ser desta medida advém do facto de se apresentar como um meio de compensação para a quebra de receitas aduaneiras derivada da eliminação dos anteriores direitos. Acrescente-se, aliás, que já anteriormente aquando da discussão preliminar do Projecto da Nova Pauta de Importação de Angola, MARQUES (1963, p. 46) era da opinião que "sem substituição das receitas da Pauta Preferencial por impostos de consumo, de fabricação ou outros, não se conseguirá repôr em nível aceitável as receitas públicas".

Sendo estes dois últimos aspectos de grande importância para se compreender as diferentes posições assumidas nesta fase, cabe especial destaque à questão da defesa das actividades produtivas em Angola face à concorrência externa - metropolitana ou estrangeira. A reivindicação de uma industrialização (com todos os limites que a situação específica de colónia e de nível de desenvolvimento económico e social impunham) é, no fundo, o cerne da questão.

A este respeito é interessante notar que, tanto em Angola como em Moçambique, a elevação daqueles direitos - de carácter fiscal mas igualmente protector - não reuniu o acordo unânime de todas as actividades económicas quanto à necessidade de se promover a sua industrialização o mais rapidamente possível.

Assim, opiniões havia que atribuíam prioridade ao desenvolvimento da agricultura em vez da indústria, tornando desnecessária aquela reforma pautal, independentemente dela procurar também melhorar a posição da Balança de pagamentos.

Este conflito de interesses gerado à volta da publicação daquele Diploma Legislativo, para lá de revelar a existência de uma dinâmica própria interna à Província de Angola, permitiu igualmente revelar outras contradições que mais tarde se tornariam mais abertas explícitas.

De acordo com MONTEIRO (1964, p. 275), este novo instrumento pautal não obedeceu a quaisquer directrizes de ordem geral, mas apenas aos condicionalismos económico e fiscal de An-

gola,parecendo que ela foi estabelecida em conformidade com o critério dos respectivos serviços e órgãos consultivo e legislativo locais,dispensando-se a audição dos órgãos consultivos metropolitanos ou quaisquer outras entidades oficiais da Metrópole ou representantes das suas actividades económicas privadas.

Outra das preocupações que acompanhou a inserção de Angola no EEP foi o fomento das suas actividades económicas, em particular a questão da sua industrialização,considerada, justamente,como condição necessária para o desenvolvimento económico da provincia e meio de atenuar o desnível de desenvolvimento relativamente à Metrópole.

A protecção ou "desliberalização" aduaneira, com os seus reflexos contraditórios no crescimento económico de um território com as características de Angola, foi sempre um problema de complexidades várias e de difícil tratamento.

Para lá da procura das melhores soluções sobre a influência da política aduaneira no desenvolvimento económico,duas outras realidades inter-ligadas limitavam a autonomia e as possibilidades de o impulsionar:os direitos aduaneiros incidentes sobre bens de equipamento e matérias-primas e o condicionamento industrial.

d) Relativamente ao primeiro,é interessante verificar algumas reacções de agentes económicos (e não só) directamente interessados neste processo.

Os pareceres sobre concessão de isenções de direitos aduaneiros e de impostos,previstos como meio de fomento industrial,era atribuição do Serviço de Economia da Província ,de acordo com o DL 41203 (20/7/1957).

Quando em 1963 se abriu a discussão sobre a revisão da matéria relacionada com a isenção de direitos alfandegários sobre matérias-primas e equipamentos para as indústrias,aquele Serviço contactou as Associações Económicas da Província como partes directamente atingidas pelas disposições normativas que para aquele efeito viessem a ser tomadas.

Destaquemos algumas das mais representativas opiniões que surgiram no debate.

Para a Repartição de Indústria,a isenção de direitos a outorgar deveria estar sujeita a 3 características:a empresa deveria ter relevante interesse económico,o valor e a qualidade

das instalações fabris ser adequados aos de uma unidade tipo e as condições técnico-económicas de laboração da fábrica permitirem que a mesma enfrentasse uma concorrência normal.

Segundo o Director dos Serviços de Economia estas 3 características necessitavam de maior precisão quanto ao seu significado. Quanto às isenções aduaneiras propriamente ditas, após referir que, pelo art.2 do DL 41024 (28/2/57) estavam isentos de direitos e outras imposições a cobrar no despacho aduaneiro, os materiais para construção e montagem de instalações de lavra mineira e respectivas oficinas metalúrgicas, interroga-se: haverá justiça relativa neste procedimento quando o que a lei concede às indústrias extractivas nega à agricultura, à pecuária e às indústrias transformadoras?

A sua resposta é negativa, propondo que se coloque estas actividades em posição de igualdade com as indústrias extractivas, visto serem precisamente aquelas 3 últimas actividades que permitem o maior enraizamento e efectiva ocupação do território que é a Província de Angola. Desta forma sugere que a outorga das isenções fosse encarada como regra geral, dado já existirem situações em que o Governador Provincial podia conceder uma isenção de 50% dos direitos (segundo o art.3, parág.2 do DL 41024).

As respostas das Associações Económicas não se fazem esperar, nem tão pouco se mostram tão rogadas na forma como abordam a questão³. Na sua totalidade exigem a isenção dos direitos aduaneiros tanto para bens de equipamento como para matérias-primas, realçando o facto de que as receitas que o Estado terá de abdicar são bem pequenas.

Destaquemos algumas dessas posições.

A Associação Comercial, Agrícola e Industrial do Huambo⁴, por

3. As Associações Económicas que responderam foram: Associação Comercial e Industrial do Planalto de Malange; Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Moçamedes; Associação Comercial, Agrícola e Industrial do Cuanza-Norte - Salazar; Associação Comercial, Agrícola e Industrial do Huambo; Gabinete Regional de Estudo das Associações Económicas de Angola; Associação Comercial, Industrial e Agrícola do Cuanza-Sul - Novo-Redondo; Associação Comercial, Industrial e Agrícola do Lobito-Catumbela e, finalmente, Associação Comercial e Agrícola do Amboim-Gabela.

4. Carta da ACAIH ao Director dos Serviços de Economia e Estatística Geral da Província de Angola, 12/12/63, Nova Lisboa.

exemplo, é de opinião que "as (suas) propostas não traduzem medida de facilidades ilimitadas pois a produção carece de mais ainda e até de existir", pelo que se deve dar o máximo de vantagens para todas as actividades produtivas e facilidades na obtenção de regalias. Quais são, então, as suas propostas?

A ACAIH propõe que sejam isentas de direitos de importação:

1 - todas as máquinas, acessórios e peças separadas quando as acompanham, instrumentos e utensílios destinados a equipamentos de produção;

2 - materiais de construção quando indispensáveis;

3 - matérias-primas e artefactos acabados ou semi-acabados para incorporação nos artigos a produzir;

4 - outros meios necessários à actividade produtiva, objectivamente em relação à agricultura e à pecuária;

5 - outros meios necessários, quer para actividades novas quer para remodelação ou ampliação das existentes, sempre que não existam na produção provincial ou sejam de preço inferior quando importados ou só de melhor qualidade vindos do exterior, procedendo-se de igual modo em relação ao produto metropolitano mas exceptuando os bens que, importados, representem fomento de produção.

Para o Gabinete Regional de Estudos das Associações Económicas de Angola⁵ o problema é simples e a resposta incisiva: "não há razão para se proceder ao estudo de um critério uniforme para apreciação dos pedidos de isenção de direitos sobre as matérias-primas ou equipamentos para as indústrias, dado que, desde há muito tempo, tais direitos deviam ter sido pura e simplesmente extintos". Remete, em seguida, para o caso já citado do desigual tratamento da indústria extractiva relativamente aos restantes sectores de actividade económica, "situação considerada incompreensível mas a existir justificação ela teria necessariamente de ser em sentido inverso". O Gabinete partilha igualmente a opinião da extinção dos direitos que recaem sobre as matérias-primas.

Finalmente e na óptica da Associação Comercial, Industrial e Agrícola do Lobito-Catumbela⁶, três soluções se apresentam e por

5. Carta do GREAEA ao Director dos Serviços de Economia da Província de Angola, 24/9/63, Luanda

6. Carta da ACIALC ao Director dos Serviços de Economia Provincial, 14/9/63, Lobito.

ordem de preferência:

1 - extinção pura e simples, dos direitos e sobretaxas para toda a maquinaria e aparelhagem - quer industrial quer agrícola - que venha a importar-se;

2 - isenção por 10 anos para impulsionar a produção;

3 - dispensa de audiência do Conselho Ultramarino.

Quanto às matérias-primas, concessão da isenção generalizada de direitos (pois sendo condicionada pode provocar um efeito desencorajador sobre a atracção de capitais).

e) Relativamente à segunda questão - o condicionamento industrial -, o que está em causa são os limites que enquadram, limitando, o desenvolvimento da indústria na Província.

Até à publicação do novo DL sobre o condicionamento industrial (DL 46666, 1965), o diploma básico do condicionamento em Angola (no Ultramar em geral) era o DL 26509 (11/4/36) que subordinava à competência:

- do Ministro do Ultramar, a autorização para a abertura de estabelecimentos industriais que laborassem matérias-primas importadas;

- do Governador geral, a autorização para a abertura de estabelecimentos industriais que laborassem matérias-primas da respectiva província e a autorização para a instalação de novas maquinarias para aumentos de produção;

O mesmo Decreto definia ainda a ordem de preferência para autorização do estabelecimento de indústrias na província:

1º as que laborem matérias-primas que a Província produza e cujos produtos a mesma consuma;

2º as que laborem matérias-primas que a Província produza e cujos produtos tenham mercado assegurado em outras Províncias ultramarinas ou no estrangeiro;

3º as que laborem matérias-primas que a Província não produza mas cujos produtos nela tenham mercado assegurado;

4º as que laborem matérias-primas que a Província não produza e cuja capacidade de laboração exceda o seu consumo.

Posteriormente alguma legislação foi saindo para tornar mais adaptado e operacional a aplicação do condicionamento industrial em Angola: DL 34643 (1/6/45) completado pela Portaria do Ministro do Ultramar 15131 (1954) que permitiu ao Governador Geral liber-

tar algumas indústrias desse condicionamento. Seguiu-se-lhe em 20/9/61 o Decreto 3156 que regulamentou o licenciamento para instalação e laboração de indústrias, aparecendo, finalmente, o Decreto 3231 a 24/3/62. Nele são regulamentadas as actividades industriais exercidas individualmente ou em regime caseiro e familiar autónomo e as que, pelas suas características, devessem ser consideradas como complementares da agricultura. Ao mesmo tempo delegou-se nos Governadores de Distrito a competência para licenciarem indústrias de interesse puramente regional.

A situação gerada pela aplicação do condicionamento industrial e as suas implicações no desenvolvimento económico e social da Província foi, imediatamente após acriação do EEP, objecto de inúmeras críticas.

Assim, para DIOGO (1963, p. 98) -ligado aos Serviços de Indústria- a escala de preferências indicada no DL 26509 está absolutamente ultrapassado. Essa ordem deveria começar pelo estabelecimento de indústrias destinadas sobretudo à exportação e que têm impacto positivo na Balança Comercial e de Pagamentos. Por outro lado, dever-se-ia descentralizar ainda mais em matéria de competências, permanecendo o condicionamento apenas na instalação de indústrias de grande projecção económica, deixando as restantes instalar-se em regime de franca concorrência. Conclui, afirmando que "as disposições anacrónicas têm de ser revogadas e estabelecido o condicionamento económico em bases mais consentâneas com as premissas económicas e as realidades do EEP".

Fazendo apelo a este último aspecto, MARQUES (1965, pp. 613-614 e 725)⁷ chama a atenção para as necessidades e potencialidades do crescimento industrial interno em Angola. Deve-se procurar uma complementaridade tão grande quanto possível no EEP, salvaguardando-se, no entanto, que aquela (complementaridade) não seja argumento impeditivo da implantação da indústria em Angola.

Partidário duma visão mais orientada para dentro - política de substituição de importações - é ao dinamismo do mercado interno angolano que este autor atribui papel decisivo.

Assim, por exemplo, questiona-se sobre a oportunidade ou não da implantação de uma unidade de produção de tecidos (que se encontrava regulamentada sob a forma de licenciamento pelo DL 33924

7. O estudo foi elaborado no ano de 1963.

de 5/12/44), de fabricação de produtos farmacêuticos, de medicamentos ou embalagens, para os quais, de acordo com o autor, "se coloca uma urgência enorme".

Naturalmente que a sua resposta é afirmativa, concluindo: "o conflito que possa surgir entre a produção metropolitana e a ultramarina, só virá estimular o aperfeiçoamento de ambos. As unidades angolanas têm em vista um mercado que vai nascer a pouco e pouco e os mercados estrangeiros vizinhos" (MARQUES, 1965, p. 613).

Mantendo a tónica da complementaridade na indústria entre as diferentes parcelas do território nacional, aparece SILVA (1966a) o qual, num Seminário sobre Desenvolvimento Económico e a Integração Económica do Espaço Português realizado em Lisboa (Novembro de 1965), defende "um processo de industrialização dos territórios ultramarinos convenientemente orientado para as complementaridades potenciais existentes no espaço português".

Este autor ressalva, porém, que não se deve insistir na substituição de importações antes se devendo explorar as perspectivas de exportação para os restantes mercados nacionais e estrangeiros, quer de bens intermédios quer de bens de consumo.

Mais tarde, a Associação Industrial Portuguesa⁸, durante o I Simpósio sobre Angola (Março de 1967), reconhece a necessidade de Angola manter um certo grau de protecção à indústria para evitar a sua pulverização face à concorrência metropolitana o que não invalidaria, entretanto, que a complementaridade interior aos próprios sectores industriais não fosse possível entre a Metrópole e Angola.

Independentemente da protecção aduaneira existente em Angola, para a AIP (1968, p. 143) "algo se poderá fazer no sentido de facilitar as trocas de artigos industriais produzidos em regime de associação". O objectivo seria o adensamento de relações inter-industriais que contribuíssem para incentivar o progresso da indústria existente e abertura de novas linhas de produções em Angola.

Ainda em relação aos entraves que esta legislação conferia às pretensões de industrialização provincial, a Associação Comercial, Industrial e Agrícola do Lobito-Catumbela (Novembro de 1963)

8. Comunicação da AIP no "I Simpósio sobre Angola" realizado em Lisboa de 1 a 7 de Março de 1967.

liga-a à política aduaneira existente. Afirmava esta Associação que "o regime de condicionamento industrial que na Província vigora e também precisa de ser simplificada e descentralizada para se tornar aceitável, já assegura, sabido que ninguém (industrial, agricultor ou comerciante) importará maquinaria e aparelhagem na dúvida de a aplicar ou colocar, a legitimidade de isenção (de direitos aduaneiros) generalizada (bens de equipamento e matérias-primas) que se pretende".

Destas diversas posições se deduz que a coordenação das actividades industriais (também objectivo da realização da integração económica do espaço português) não é completamente rejeitada. Porém, descortinam-se cautelas quanto à uniformização da legislação que regula esse condicionamento pelo perigo de subordinação de umas parcelas territoriais a outras.

MONTEIRO (1966b, p. 18), por exemplo, entende que "há que atender a factores de diversa ordem e que dizem respeito à localização de unidades industriais, pois se verifica actualmente que se encontram instaladas algumas indústrias na metrópole que talvez fosse preferível se instalassem no Ultramar, onde têm a sua principal matéria-prima, e vice-versa", referindo-se, pensamos, à indústria têxtil.

Expondo um ponto de vista mais contundente, durante a realização da Semana do Ultramar em Luanda (Abril de 1966) SILVA (1966b) reflecte sobre o papel positivo - na integração económica - do alargamento do mercado interno de cada parcela e seus efeitos de concorrência, especialização e economias de escala. Mas, acrescenta, a aplicação de idêntico esquema de acção às relações Metrópole-Ultramar, no domínio da troca dos respectivos produtos, representou, no entanto, mais um acto de fé e de confiança no funcionamento simultâneo e compensador de outros mecanismos económicos, do que medida auto-suficiente e reequilibradora do ritmo de crescimento das parcelas do todo nacional: "a progressiva integração económica entre territórios de desigual grau de desenvolvimento conduz a efeitos de discriminação e desequilíbrio".

A sua conclusão é a de que o problema base é o "desigual poder concorrencial de sectores industriais", problema que terá de ser resolvido de forma a não entravar a expansão da industrialização do Ultramar, propondo então:

- garantia de mercados estáveis na fase de lançamento de novas indústrias (protecção às indústrias nascentes

e proteção contra práticas comerciais desleais entre-
-territórios);

- um quadro legal favorável, como é, sem dúvida, o recém -
- introduzido regime de condicionamento industrial,
uniformizado e descentralizado quanto à sua aplicação

Este recém-introduzido regime de condicionamento industrial vai servir, então, como uma espécie de amortecedor das tensões que se acumulavam e originadas pela insatisfação do sistema bloqueador até aí em vigor.

Embora este DL não seja a panaceia para todos males, pelo menos vai responder minimamente à insatisfação que os interesses económicos privados e até a própria autoridade governamental vinham tornando pública. A propósito desta última, é justo referir-se o caso da instalação da fábrica de pneus MABOR, só conseguida mercê de demoradas e difficilimas contingências, de proteção conseguida e ue abalou certos alicerces da integração económica nacional (OLIVEIRA, 1972, p. 358)⁹.

A publicação do DL 46666 (24/11/65) aparece a estabelecer a escala nacional, os preceitos reguladores do condicionamento industrial, o que passava pela revisão da legislação existente e se enquadrava no espírito do DL 44016 (nomeadamente os art. 4 e 32) e da base LXX da Lei Orgânica do Ultramar.

Neste sentido se pronunciara já o art. 7 do DL 44652 (10/10/62). Essa revisão deveria,

- visar a simplificação do sistema e assegurar a necessidade de critério tendo em conta os interesses do Espaço Económico Português, as necessidades particulares das áreas menos desenvolvidas...

- obedecer quanto possível a um critério de unidade aplicável ao conjunto do EEP com vista ao encontro de soluções que, tendo em conta a localização das matérias-primas e dos mercados consumidores dos produtos, assegurem o equilibrado desenvolvimento económico-social de todos os territórios.

Os objectivos do DL 46666 são claramente definidos no seu Preâmbulo: visa-se regulamentar o esquema processual do con-

9. Ver, a respeito dos problemas do condicionamento industrial e, em particular, do caso da instalação de fábricas de pneus, embora referindo-se ao caso da Metrópole, BRITO, "Condicionamento industrial: o processo da Fábrica de Pneus Alter - um caso exemplar?", Estudos de Economia, Vol. VI, n. 4, 1986, pp. 479-494

dicionamento da indústria do EEP e procura-se,

- assegurar uma maior coordenação nas decisões sobre condicionamento daquelas indústrias que, quando instaladas num território, possam afectar, por virtude da sua excepcional projecção as economias de outros territórios;

- harmonizar os regimes de condicionamento industrial aplicados nos vários territórios, por forma que entre estes não existam diferenças nem justificações quanto às possibilidades de instalação ou aplicação de estabelecimentos fabris.

Para lá do art.1 que estabelece quais os actos que dependem de licença prévia (instalação de novos estabelecimentos industriais, reabertura de estabelecimentos industriais, modificações dos equipamentos produtivos em determinadas indústrias abrangidas pelo condicionamento e mudança de local dos estabelecimentos industriais a efectuar para território nacional diferente) é de destacar especialmente o art.2, onde são previstos passarem a existir 2 regimes distintos para o condicionamento industrial:

- a) condicionamento nacional: respeita às indústrias cuja localização em determinado ou determinados territórios nacionais interessa ao equilibrado desenvolvimento económico e social do conjunto dos mesmos territórios;
- b) condicionamento territorial: respeita às indústrias cuja instalação e expansão em determinado território apenas a este directamente interessam, não tendo repercussões directas no equilibrado desenvolvimento económico e social dos restantes territórios nacionais.

No seu Anexo (Quadro I) são publicadas as indústrias consideradas com projecção no conjunto da economia de todos os territórios nacionais.

Em síntese e a encerrar esta 1ª fase, pode-se considerar que, do ponto de vista da Província de Angola, duas vantagens apresentava este Decreto Lei: por um lado, revogou a obsoleta legislação especial (DL 33924 e 34643) que impedia a expansão da indústria têxtil; por outro, transferiu competências para o Governador Geral, de autorização de implantação de indústrias transformadoras não constantes do Quadro I do Anexo e que "atingia, na altura, cerca de 99% dos casos" (OLIVEIRA, 1972, p.355).

6.2.2. O funcionamento da 2ª fase (1967 - Novembro 1971)

A forma como decorreu a implementação das medidas tendentes ao reforço do EEP, começou a revelar, cada vez com maior aquidade, a influência das desigualdades estruturais entre a Província de Angola e a Metrópole e os problemas daí decorrentes.

O avolumar das tensões no relacionamento interterritorial, originadas em particular pela forma desigual como o desarmamento pautal era aproveitado pela Metrópole, a sua influência sobre as indústrias nascentes angolanas (e carentes de proteção pautal), a questão das isenções aduaneiras na importação de matérias-primas e bens de equipamento e, enfim, a manutenção do problema dos pagamentos com a Metrópole, conduziram à tomada de importantes medidas, quer pelo Ministro do Ultramar quer pelo Governo Geral de Angola.

Destacam-se as seguintes (OLIVEIRA, 1972, pp. 28-29):

- desliberalização, em relação ao estrangeiro, de mercadorias não essenciais e redução de contingentes;
- elevação dos direitos aduaneiros que incidem sobre mercadorias adquiridas no estrangeiro;
- obrigatoriedade de um depósito prévio, para caucionar as transferências antecipadas relativas à importação de mercadorias;
- fixação rigorosa de valores FOB mínimos;
- criação de impostos de consumo de carácter proibitivo sobre mercadorias não essenciais;
- limitação das transferências de invisíveis muito para lá do que seria consentido por uma correcta interpretação das listas de liberalização;
- estímulo à entrada de capitais e à mobilização de poupanças locais.

O pano de fundo em todo este mal-estar é, compreende-se claramente, a questão das transferências de Angola para a Metrópole e a sua influência no esforço de integração económica nacional. O que está em causa é, por outras palavras, o sistema de pagamentos interterritorial.

A este respeito, MORGADO (1969, pp. 28-29) sustenta que a constatação da permanência e agravamento daqueles problemas revela, não o insucesso do sistema estabelecido mas antes a falta de correspondência entre a concepção técnica deste e as res-

lidades a que se ia aplicar.

Se se associar às dificuldades dos pagamentos interterritoriais as dificuldades de financiamento do desenvolvimento em Angola, resulta, do ponto de vista do comércio bilateral, uma retração do seu ritmo de crescimento relativamente ao comércio com o Estrangeiro.

Sendo um problema estrutural, não são medidas conjunturais que conseguem sanar ou, no mínimo, inverter a tendência. A criação de impostos de consumo de carácter proibitivo (por exemplo, o Diploma Legislativo 3754 de 28/8/67), simultaneamente com objectivos de natureza fiscal e objectivos de natureza cambial, associado às restrições de transferências de invisíveis, mostram-se incapazes de contornar dois obstáculos:

- a) alteração de determinados hábitos de consumo da população (o que torna rígida a procura de importações);
- b) aceitação de "penalização" nas transferências e poupanças para outros territórios nacionais;

Esta situação ir-se-á manter ao longo desta fase, atingindo um ponto de quase ruptura perto do seu final, o que explica o aparecimento do Decreto 478/71 (Novembro de 1971) e que marca aquilo a que chamamos o 2º período do EEP.

Em 1971 e segundo ALBUQUERQUE (1971, p.84), os atrasos na liquidação de ordens de pagamento emitidas em Angola com destino aos restantes territórios nacionais eram:

- com a Metrópole: 322 dias
- com Moçambique : 38 dias
- com Macau : 120 dias
- com Timor : 14 dias

Para atenuar os inconvenientes desta situação, a administração provincial viu-se obrigada a recorrer a mais uma medida conjuntural: afectou parte dos excedentes de moeda estrangeira da Província às contas de reserva para serem utilizadas nas contas de compensação.

O problema continua a mostrar-se de difícil resolução (e jamais o virá a ser).

Com uma estrutura de importações relativamente rígida e perante as necessidades crescentes de estímulo ao desenvolvimento industrial, a questão é delicada: por um lado, a solução do problema das transferências e, de uma forma geral, do sistema de pagamentos

encontra-se dependente de um maior ritmo de desenvolvimento económico-social da Província mas, por outro, este mesmo ritmo é espartilhado no desfazamento existente entre as necessidades de aquisição de bens de equipamento e as receitas provenientes das exportações que são, em larga medida, afectadas aos pagamentos de transferências.

A única solução parece ser o apelo a fontes de financiamento externo. Neste sentido, tanto MORGADO (1969, p.29) como ALBUQUERQUE (1971, p.86) são explícitos: o primeiro refere a necessidade de expansão da assistência financeira externa e o segundo "mais investimentos reprodutivos, maiores afluxos de capitais e técnicos da Metrópole e também do estrangeiro".

Este problema do investimento liga-se, obviamente, ao "dossier" sobre a industrialização de Angola, industrialização essa que foi sempre colocada, tanto pelos agentes económicos privados como pelos responsáveis provinciais, como condição indispensável para um relacionamento mais equilibrado entre as partes envolvidas no EEP.

Nesta fase, logo após a saída do DL 46666 (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 1966) aquele problema ganhou novo alento e o "surto" de industrialização daí decorrente não só quanto à instalação de novas unidades fabris mas também em relação à ampliação de algumas unidades já existentes, não se fez esperar (MONTEIRO, 1968, pp.21-22).

Que a nova lei do condicionamento industrial marca um passo em frente nas aspirações do desenvolvimento de Angola não restam dúvidas. O facto de 99% das indústrias passarem a ficar abrangidas pela competência directa do Governador Geral em matéria de autorização de instalação já tem algum significado. Mas a legislação nesta matéria não ficou por aqui.

A par deste Decreto Lei, outros surgiram, com especial destaque para:

a) o Diploma Legislativo 3945 (21/10/69) que completa o DL 48581 (16/9/68).

Enquanto este último estabelecia as isenções de impostos para as indústrias de condicionamento nacional a instalar no Ultramar, o Diploma Legislativo vai isentar de contribuição industrial, por períodos de 5 a 18 anos, as indústrias a instalar ou a reorganizar na Província de Angola, não sujeitas a condicionamento nacional; define ainda as zonas de desenvolvimento in-

dustrial de Angola para os efeitos nela consignados e isenta de impostos os lucros e dividendos, por períodos de 5 a 10 anos, das indústrias instaladas em 2 daquelas zonas;

b) o Decreto 177/71.

Segundo o disposto neste Decreto, foi concedida isenção automática de direitos aduaneiros para matérias-primas e bens de equipamento. Assim, e para as Províncias Ultramarinas, "as matérias-primas importadas nas beneficiarão de isenção ou redução de 50% nos direitos e mais imposições aduaneiras" (art.1), enquanto "a importação de bens de equipamento beneficiará de isenção de direitos e mais imposições aduaneiras" (art.2). Tanto num caso como noutro, a especificação das situações que ficam abrangidas pelo Decreto são remetidas para listas a serem posteriormente publicadas.

Pese embora a importância de toda esta legislação, o problema da industrialização em Angola continua a levantar sérias reservas. Opiniões há que apontam para razões mais profundas, que não a derivada do enquadramento legislativo, e que explicam os limites do crescimento da industrialização.

Segundo o Secretário Provincial de Economia, Costa Oliveira, "este resultado espectacular (do crescimento das indústrias transformadoras) conseguiu-se em clima de guerra, ..., e estando em curso, com todos os inconvenientes para a industrialização do Ultramar, o processo de integração económica nacional" (SPE, 1970, p.16).

Porquê inconvenientes? Porque a abertura do mercado da Província a uma indústria muito mais evoluída, com instalações em geral amortizadas e dispondo de um mercado interno incomparavelmente maior como era o metropolitano, gerou o atrofiamento de indústrias locais e impediu o lançamento de novas actividades.

E importante notar que esta constatação toma inclusivamente a forma de acusações. Estas dirigem-se não apenas aos empresários metropolitanos mas igualmente ao governo central, apontando algumas acções que têm tido influência negativa na industrialização de Angola.

Assim e relativamente aos primeiros, estes são acusados de exercerem "a prática de dumping e de outras formas de concorrência desleal, adoptadas relativamente às indústrias da Província e consentida, por vezes, à sombra da força criada por associações para efeitos de exportação".

Quanto ao segundo, "fomenta a criação de gado de corte a preços elevados e paga subsídios aos produtores de milhos híbridos, na metrópole", o que para além de ser contra os princípios da integração (localização da produção no espaço nacional em função do menor custo dos factores produtivos), inviabiliza os elevados ganhos potenciais que a extensão da produção de gado e milho em Angola permitiriam obter.

Mas não fica por aqui o rol de queixas.

Só tardiamente, a 6 de Novembro de 1970, o Governo Central aprovou restrições quantitativas de natureza industrial para 49 grupos de mercadorias originárias da Metrópole. Até aí, esse tipo de restrições era bem maior na Metrópole do que em Angola (estabelecidas pelo DL 44507).

De entre as medidas que em Angola se foi adoptando para defesa das suas indústrias, exempliquemos com o caso do varão de aço para construção civil e determinados laminados de aço. Segundo a Portaria 15021 (24/6/67), "atendendo à produção excedentária angolana de varão de ferro e aço e porque outros produtos nacionais ao colocar os seus produtos no mercado angolano em condições anormais de preços (agravam a situação)" e porque é "imperioso zelar pela sobrevivência da indústria localmente estabelecida", o Governo geral de Angola determina que "este mercado da província fica reservado à indústria nacional" (art.1).

No ano seguinte, a Portaria 15681 (20/8/68) revoga a anteriormente citada, depois de afirmar que "a actual fase de consolidação e desenvolvimento da indústria provincial de laminação de aço, que urge estabilizar como núcleo da futura actividade siderúrgica integrada", manda que "esse mercado fique reservado à indústria nacional" (art.1).

Mas não é o problema da industrialização a única das preocupações desta Província, embora pelas suas implicações houvesse assumido uma importância preponderante.

De entre estas outras preocupações, algumas já vinham de trás enquanto outras agravaram-se. Em qualquer dos casos são as suas implicações na inserção de Angola no EEP que está em causa.

Tomemos alguns exemplos (GPPE, 1972, pp. 159-169; OLIVEIRA, 1972, pp. 186-200):

a) Transportes

O DL 44016 indicava claramente que a liberalização da circulação interterritorial de mercadorias devia obedecer a uma

cláusula: o seu transporte dever ser efectuado em navios ou aeronaves nacionais.

O crescimento do movimento de cargas conduziu a situações próximas do bloqueamento devido, sobretudo, à incapacidade de resposta da tonelagem da frota mercante nacional.

A Secretaria Provincial de Economia no seu Relatório de 1970 dava conta da sua insatisfação perante a incapacidade de escoamento dos produtos angolanos para os mercados metropolitano e ultramarino. A necessidade de encontrar soluções imediatas conduziu à publicação do DL 48855 onde era delegado ao presidente da Junta Nacional de Marinha Mercante a faculdade de autorizar o transporte de cargas em navios estrangeiros entre portos portugueses; em seu seguimento, ou seja, em Novembro de 1969, foi estabelecido, finalmente, que essa competência passasse para os delegados da JNMM na Província de Angola (e de Moçambique).

Esta questão dos transportes que tem um carácter global, assume, no entanto, aspectos particulares relativamente a alguns produtos:

- pesca: sobressaem os problemas derivados do agravamento das taxas de fretes (nomeadamente para Moçambique que era o principal cliente de Angola) o que "virá dificultar as exportações da Província e reduzir o seu poder concorrencial", isto no ano de 1970;

- frutas: as críticas dirigem-se ao desinteresse e imobilismo manifestados pelos armadores nacionais. Se até 1970 não existia qualquer unidade especialmente destinada ao seu transporte, o ano de 1971 apresenta a consolação do aparecimento de uma unidade que absorve 1/4 das necessidades de transporte de banana. Não é estranho, deste modo, que neste mesmo ano 77% do transporte de frutas frescas embarcadas em Angola tivesse sido assegurado por navios estrangeiros;

- vinhos a granel: a exclusividade que uma companhia dispunha no seu transporte para Angola é o centro do problema. Tendo apenas 2 navios-tanques, a Transvia recorreu a navios estrangeiros afretados a preços inferiores aos que ela própria praticava. Esta diferença traduz-se, na prática, e por existência duma situação de monopólio, num encarecimento do produto importado. Pelo agravamento deste problema, não causa espanto o aparecimento da reivindicação, surgida em 1970, para a constituição de uma empresa angolana que construa os navios que

possibilitem assegurar a totalidade do vinho a granel a importar.

b) Restrições quantitativas

O problema das restrições quantitativas já é antigo e o seu agravamento deve-se, sobretudo, a dois aspectos:

- necessidade de equilibrar a balança comercial, isto é, o motivo cambial;
- necessidade de proteger as indústrias nascentes.

Embora a legislação já prevísse uma lista de restrições quantitativas a serem adoptadas pela Província, estes dois aspectos vão exercer uma ainda maior pressão no sentido da adopção de novas restrições.

Isto mesmo veio a acontecer. A publicação a 6/11/1970 de uma lista adicional às mercadorias previstas no DL 44507 foi um passo em frente, embora sol de pouca dura. A 5/3/71 um novo Despacho veio determinar que as restrições apenas se deviam aplicar às mercadorias que adquirissem a origem nacional na Metrópole.

O resultado para a Província não se fez esperar: aparecimento de desvio de comércio, beneficiando Moçambique e Macau, com destaque especial para Macau, produtora e exportadora de tecidos e vestuário, produtos concorrentes da Metrópole (o que, aliás, pode ser comprovado pelas quotas não ajustadas dos produtos têxteis e vestuário no consumo aparente e de que o Capítulo seguinte dará conta e cujos resultados se encontram no Anexo).

O significado e importância atribuídos às restrições quantitativas, por parte do Governo Geral da província de Angola, não são encarados por este como um fim em si mesmo. Como dizia em 1970 o Secretário Provincial de Economia "a manutenção das actuais restrições à livre circulação de mercadorias e o estabelecimento de novas, é absolutamente indispensável para o desenvolvimento global que se pretende para a Província. Mais do que um mero factor limitativo, do que uma barreira, do que um retrocesso no calendário integracionista, as restrições às importações de mercadorias têm de ser vistas como um instrumento ao serviço de uma política de desenvolvimento" (OLIVEIRA, 1972, p. 194).

c) Produtos agro-pecuários

As críticas centram-se à volta da influência sobre a produção local angolana da inexistência de unificação dos mercados nacionais, através de regimes de produção e comercialização aplicados aos diferentes territórios nacionais.

Esta influência - negativa - traduz-se essencialmente pela

limitação das possibilidades de um crescimento acelerado da produção agrícola da Província.

Reportando-se aos anos de 1970 e 1971, a Secretaria Provincial de Economia é de opinião que se deveria elaborar um planeamento da produção agrícola tendente à fixação e consolidação de um espaço económico nacional integrado. Sendo a Metrópole o principal cliente das exportações agrícolas angolanas, haveria que encontrar o ponto de equilíbrio óptimo entre as necessidades daquela e as potencialidades da oferta destas, através duma reserva de mercado e garantida por via legislativa por um prazo nunca inferior a 10 anos. Os produtos em causa seriam, nomeadamente, o açúcar, milho, sementes de oleaginosas, tabaco em rama, arroz, algodão e até carne de bovino.

Em resultado de todos os problemas que viemos a descrever para esta 2ª fase, a administração provincial (e o Governo Central) acabou por tomar uma série de medidas com a finalidade de proteger as suas actividades económicas e minorar os problemas de pagamentos ao exterior.

Sinteticamente tratou-se das seguintes medidas cujos efeitos se fizeram sentir essencialmente no curto-prazo:

- estabelecimento de restrições quantitativas à importação de mercadorias provenientes da Metrópole;
- agravamento de direitos da pauta preferencial sobre mercadorias provenientes da Metrópole;
- fixação de valores CIF máximos para a importação de certas mercadorias;
- definição de prioridades de transferências para a Metrópole;
- concessão de novos empréstimos especiais pelo FMZE ao Fundo cambial de Angola;
- abolição das restrições quantitativas em vigor na Metrópole para certas mercadorias originárias de Angola ou a atenuação dos seus efeitos pela abertura ou alargamento de contingentes;
- cumprimento dos prazos de emissão dos boletins de registo de importação de mercadorias nacionais da Metrópole.

Em consequência da aplicação de medidas de carácter aduaneiro, o nível médio de tributação sobre as importações inverta sua tendência decrescente que vinha de 1963.

Assim, para as mercadorias oriundas do espaço português, esse

nível passa de 4% em 1979 para 4.5% em 1971, enquanto para as mercadorias oriundas do estrangeiro, depois de uma estagnação nos 7% em 1968 e 1969, passa para 7.2% e 7.3%, em 1970 e 1971, respectivamente¹⁰.

6.3. O funcionamento do 2º período (Novembro 1971 a 1973)

O início deste segundo e último período do EEP coincide com a publicação do Decreto 478/71 de 8 de Novembro de 1971. Ele encerra um significado duplo:

- a) do ponto de vista do EEP, é o reconhecimento implícito da inaplicabilidade do esquema previsto no Decreto-Lei 44016;
- b) do ponto de vista de Angola, corresponde, em certa medida, aos interesses específicos do seu desenvolvimento, embora implique aspectos contraditórios (como se verá mais à frente).

Explique-mo-nos melhor.

A acumulação dos problemas que as relações com a Metrópole e o estrangeiro estavam a criar à Província de Angola, traduzia-se em bloqueamentos sucessivos ao estímulo do seu desenvolvimento. As medidas que surgem em particular a partir de 1969, deixavam antever a necessidade de uma maior flexibilização, por um lado, na calendarização e esquema processual do EEP e, por outro, de um maior protecção, aduaneiro ou não, às indústrias implementadas ou a implementar nesta Província.

Desta forma, o D 478/71 não marca, é certo, o fim formal do EEP tal como previsto em 1961 pelo DL 44016. Mas e em termos práticos, as alterações introduzidas têm um alcance suficientemente vasto para que se considere viável - a curto e médio prazo - quaisquer possibilidades de atingir plenamente o desenvolvimento pautal e o fim das restrições quantitativas.

Note-se, porém, que não é pelo facto de se aplicarem novas restrições quantitativas ou aumentos nos direitos aduaneiros que a ZCL (EEP) prevista é abandonada. As cláusulas de salvaguarda existentes no DL 44016 dão, aliás, cobertura à aplicação daquelas medidas. A formação de uma ZCL não deve ser entendida como um

10. De acordo com cálculos elaborados pelo autor e cujos resultados se encontram no Anexo Metodológico 1.

processo perfeitamente linear e sem obstáculos a serem contornados. Contudo, o avolumar dos problemas descritos são reflexo, não de qualquer perturbação momentânea nas relações entre estes territórios mas derivados de aspectos de natureza estrutural que existiam desde a formação do EEP e se vieram progressivamente a agravar.

Num período em que, face ao Acordo estabelecido entre Portugal e a CEE, as fricções entre os interesses económicos metropolitanos pró-europeus e pró-ultramarinos aparecem com toda a nitidez nas discussões da Assembleia Nacional, é lícito interrogar-mo-nos se o EEP neste período já não é mais do que a inércia dum movimento formalmente iniciado em 1962.

Se existe em certos sectores metropolitanos - não só ligados aos agentes económicos privados mas também à Administração - a vontade de olhar a Europa com "olhos de integração", o EEP esbate-se nos seus contornos económicos - nomeadamente por impossibilidade de alcançar o seu fim último, ou seja, o desenvolvimento das Províncias Ultramarinas e a atenuação do seu desnível face à Metrópole - para permanecer um problema de fortes implicações políticas.

O próprio D 478/71 no seu Preâmbulo não poderia ser mais claro: "não podendo esperar-se, a curto-prazo, um milagre da multiplicação dos pães, é evidente que se admitiu desdelogo que toda a solução realista teria de assentar, como de facto assentará, em bases restritivas, de aplicação imediata, sem prejuízo da política de médio e longo prazos que se há-de procurar reforçar com vista a uma solução de fundo do problema - que se enraíza, afinal, nos desequilíbrios de desenvolvimento no espaço português".

Ao longo de todos estes anos, a manifestação mais indiciosa daqueles desequilíbrios sempre foi o problema das transferências, o problema cambial. A questão que se coloca para Angola é, então, promover o seu desenvolvimento. O D 478/71 ao regular um novo sistema de pagamentos, irá traduzir-se num importante instrumento protecctionista das suas actividades económicas.

Este Decreto e a legislação posterior irão abordar as diferentes questões nele previstas: o Fundo Cambial Ultramarino, o sistema de compensação interterritorial, o FMZE, o comércio de câmbios e pagamentos interterritoriais, as operações de mercadorias, de invisíveis correntes e de capitais.

Existem, no entanto, algumas medidas previstas neste Decreto

que merecem referência especial: obrigatoriedade do registo prévio das operações de mercadorias entre as Províncias Ultramarinas e o estrangeiro ou qualquer outro território nacional (art.32); obrigatoriedade de autorização da inspecção de crédito e seguros ou do comércio bancário para as operações de invisíveis correntes (art.35) ou da autorização do administrador do Fundo Cambial para as operações de capitais (art.37).

A grande novidade destas medidas reside na generalização do registo prévio para as importações de mercadorias que passa a ser extensivo às compras na Metrópole.

Várias medidas importantes irão seguir-se-lhe. Contudo, algumas delas dizem directamente respeito à Província de Angola.

O Despacho do Governo Geral de Angola (GGA) de 17/1/72 insere disposições sobre a concessão de licenças de importação de bens de equipamento "limitando-a nos casos em que a respectiva aquisição não beneficie de financiamentos externos ou de condições de pagamento diferido assegurado pelo fornecedor" (art.1), sendo tal disposição justificada no seu Preâmbulo: "não é possível, a curto-prazo, fazer acompanhar a acelerada utilização de divisas (em termos de equipamento e matérias-primas) de uma correlativa expansão das exportações".

Na mesma altura, o Aviso do GGA de 18/1/72 estabelece os critérios de prioridade a considerar na emissão de boletins para importação de mercadorias, pagamento de invisíveis correntes e exportação de capitais privados:

a) Lista A - graus de prioridade a respeitar no licenciamento de importação de mercadorias

- prioridade 1: mercadorias de natureza essencial ao desenvolvimento económico e ao abastecimento público, não concorrentes com a produção local
- prioridade 2: mercadorias de natureza essencial para o bem-estar das populações, não concorrentes com a produção local
- prioridade 3: outras mercadorias essenciais ao bem-estar das populações
- prioridade 4: mercadorias não essenciais e/ou de natureza sumptuária não concorrentes com a produção local

- prioridade 5: mercadorias cuja produção local possa satisfazer necessidades do mercado, directa ou indirectamente (sucedâneos)
- b) Lista B - graus de prioridade para invisíveis correntes
- prioridade 1: A - transferências que tenham por objectivo estimular a fixação na Província de factores produtivos e o fomento da produção e exportação
B - transferências requeridas por ou a favor de pessoas de direito público
 - prioridade 2: transferências consideradas essenciais à cultura e bem-estar das populações
 - prioridade 3: satisfação de encargos administrativos de empresas da Província e outras transferências de reconhecido interesse económico
 - prioridade 4: transferências não abrangidas pelas prioridades anteriores
- c) Lista C - prioridades de operações de capitais privados
- prioridade 1: transferências que tenham por objectivo estimular a fixação na Província de factores produtivos e o fomento da produção e exportação
 - prioridade 2: transferências consideradas essenciais ao bem-estar da população
 - prioridade 3: transferências não abrangidas pelas prioridades anteriores.

Finalmente, destaque para o Aviso dos Serviços de Alfândegas de Angola (11/2/72), onde são tornadas públicas as listas de matérias-primas que gozam na sua importação de benefícios de isenção ou redução de 50% de direitos e para a publicação do DL 76/72 (29/8/72).

Este último determina que beneficiem de regime de isenções fiscais, as empresas que instalem na província indústrias novas (revendo o DL 3945 de 21/10/69): alarga-se, por este meio, o domínio das isenções a conceder, definindo e protegendo de modo muito especial, as regiões consideradas polos de desenvolvimento de prioridade 1 e prevendo ainda estímulos à exportação e ao rendimento dos lucros das empresas.

O significado destas 2 últimas medidas parece corresponder a

um movimento de atenuação do impacto que a lista de prioridades poderia desencadear sobre as possibilidades de desenvolvimento económico nesta Província Ultramarina.

Com efeito e como OLIVEIRA (1972b,p.116) destaca,"a Província de Angola vai passar a viver com maior austeridade",o que irá traduzir-se em menor consumo de bens não essenciais.O resultado será sacrifício para o consumidor e para o comércio de Angola e menores possibilidades de venda para certos bens da agricultura e da indústria da Metrópole.

Mas a questão central permanece:como irão reagir as restantes actividades,particularmente o sector industrial?

Para OLIVEIRA (1972b,pp.117-120),a nova legislação lança um desafio que o sector privado saberá ganhar contando com o apoio do sector público:substituição de importações por produtos locais.Para isso conta com a indispensável protecção das indústrias instaladas,utilizando o que legalmente está estatuído no DL 44652:facilitar uma sã concorrência nas diversas mercadorias nacionais,sem prejuízo de protecção adequada e pelo prazo necessário aos novos sectores de actividade.

Colocando igualmente a tónica no papel do agente privado,BALTAZAR (1973,pp.50-51)¹¹ é de opinião que "não restringindo a importação do que é fundamental ao desenvolvimento económico e sacrificando a importação de bens de consumo imediato",as restrições impostas não serão incompatíveis com o desenvolvimento,muito embora reconheça que "na actual conjuntura,algumas actividades desaparecerão por impossibilidade de sobrevivência dada a sua pequena dimensão ou frustração face às dificuldades que se lhes deparam".

Com uma visão diametralmente oposta encontra-se ALMEIDA (1973,p.6)¹² para quem "enquanto a produção interna não permitir substanciais reduções nas importações de bens de consumo,terão de fazer-se cortes selectivos nas pretensões dos importadores de indústria transformadora e de exploração agro-pecuária".

Apresentada de uma outra forma,estas 3 opiniões remete-nos para a questão fundamental:como articular uma política comercial

11. Eurico Baltazar,perito económico da Direcção dos Serviços de Comércio.

12. Messias de Almeida,Director Provincial dos Serviços de Comércio de Angola.

restritiva com as necessidades de desenvolvimento económico, num país com uma incipiente industrialização e um elevado grau de abertura ao exterior?

Ao procurar responder a esta questão, este último autor advoga a revisão da política de licenciamento industrial (para atenuar a forte pressão no recurso às importações em indústrias com pouco valor acrescentado e reduzida aplicação de matérias-primas locais) a par de um refinamento do esquema de importações (a aplicação do esquema de licenciamento prioritário nas importações).

O resultado final de todo este processo no período 1971 a 1973 salda-se num aumento espectacular das importações em 1973 após uma diminuição acentuada em 1972, pese embora o nível médio de tributação das importações houvesse aumentado entre 1972 e 1973, passando de 3.3% para 3.7% no caso das importações da Metrópole e Ultramar e de 5.6% para 6.3% para as oriundas do estrangeiro¹³.

Em consequência da aplicação do novo regime de licenciamento na importação, a sua análise quando comparada com 1970 (ano imediatamente anterior à publicação daquele regime), revela alterações importantes na sua estrutura geográfica (QUADRO 1).

Para as mercadorias de prioridade 1 e 3 (que ocupam claramente as 2 primeiras posições no licenciamento global), as importações oriundas do Estrangeiro são esmagadoramente superiores às oriundas da Metrópole, no primeiro caso, onde a proporção é de 81% contra 18%, enquanto no segundo é o inverso que se passa: 24% contra 63%. Contudo e em termos globais, a prioridade 1 representa 73% (matérias-primas, bens de equipamento e produtos intermédios) enquanto a prioridade 3 significa apenas 14% (outras mercadorias necessárias ao bem-estar das populações).

A finalizar, destaque para o movimento entre 1970 e 1973, onde a tendência é crescente no licenciamento das 3 primeiras prioridades com origem no Estrangeiro, ao invés do que sucede com a Metrópole. Merece igualmente referência a passagem de 6% para 12% na prioridade 3 oriunda do Ultramar, devido essencialmente à subida de importações dos têxteis e vestuário de Moçambique e Macau.

13. De acordo com cálculos do autor e cujos resultados e encontram em Anexo.

QUADRO 1 - Licenciamentos por prioridades e origens
(em % segundo o valor)

Prioridades	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a
Origens					
Metrópole					
1970	18.2	31.6	78.0	23.0	56.0
1972	17.6	31.9	71.5	22.9	39.6
1973	18.1	27.6	63.6	31.7	37.5
Ultramar					
1970	1.4	0.3	6.0	1.0	14.0
1972	0.5	0.4	9.9	1.9	9.5
1973	0.6	0.6	12.1	3.7	13.6
Estrangeiro					
1970	80.4	68.1	16.0	76.0	30.0
1972	81.9	67.7	18.6	75.2	50.8
1973	81.3	71.8	24.3	64.6	48.9
Total					
1972	73.1	4.4	14.1	1.8	4.0
1973	72.1	4.5	14.2	2.0	4.8

FONTE : IPCS (1974)

6.4. Balanço do período 1962-1973

Um balanço sobre a forma como ocorreu, por um lado, o esquema integracionista do EEP e, por outro, do posicionamento de Angola no seu seio e as suas implicações no processo de desenvolvimento desta Província ultramarina, conduz-nos a considerar que tanto LOPES (1963) como MORGADO (1961/62) foram demasiado optimistas quanto às consequências (vantagens e inconvenientes) daquele processo.

Processo este que é despoletado no tempo "cedo demais" e que do ponto de vista processual apresentou-se "invertido".

Relativamente ao primeiro aspecto, quando se tornou imperativo o acesso de Portugal ao GATT, tal só era admissível se abrangendo todas as parcelas do território nacional. Ora isto tornar-se-ia possível apenas na condição de estar previsto formalmente um plano de eliminação de todos os obstáculos e imposições fiscais sobre a circulação de mercadorias entre estas parcelas. Noutras palavras, a criação de uma Zona de Comércio Livre, como nota MORGADO (1969, p.23). Daí que o protocolo de Adesão ao GATT date de 6 de Abril de 1962 enquanto o projecto formal do EEP lhe é anterior, quer em termos de sua publicação (Novembro de 1961) quer, aspecto mais importante, em termos de sua efectiva entrada em vigor, 1 de Janeiro de 1962. E, aliás, esta espécie de corrida contra o tempo que leva a que as primeiras medidas de desarmamento pautal sejam, inclusivamente, adiadas relativamente à data inicialmente prevista.

O segundo aspecto refere-se à forma como foi encarado a relação desarmamento pautal/desenvolvimento.

As medidas de desarmamento pautal e abolição das restrições quantitativas que não deveriam ser factores impeditivos do desenvolvimento económico-social de Angola (e do Ultramar em geral), objectivo último do EEP, redundaram precisamente no inverso.

Constatou-se que entre territórios com níveis de desenvolvimento diferente, o desarmamento pautal não era condição suficiente para promover o desenvolvimento. Antes pelo contrário. A parte mais forte tem tendência a manter e reforçar a sua supremacia. No EEP o problema foi tanto mais grave quanto se verificou que a dependência política das Províncias Ultramarinas relativamente à Metrópole impunham um limite para lá do qual não seriam permitidas atitudes de carácter mais autónomo.

Outro aspecto que sobressai desta análise é o de que é impossível desligar a evolução do movimento integracionista do EEP do posicionamento de Portugal face a movimentos de índole semelhante na Europa.

Desde a sua adesão à EFTA, em 1959, até ao Protocolo de Adesão à CEE, em 1972, registou-se sempre um debate entre a filosofia conservadora e a de mudança: as tendências integracionistas na Europa ou a formação e reforço do EEP. No discurso esta última predomina.

Se a adesão à EFTA não tornava incompatível o projecto de constituição de um espaço nacional com a preocupação de não perder ao mesmo tempo parte dos mercados europeus

(ROMAO,1983,p.21),a adesão formal à CEE implicaria a perda das preferências que a Metrópole dispunha no Ultramar o que não impediu,no entanto,que desde 1 de Julho de 1971, Angola (e o Ultramar) passassem a fazer parte do Sistema de Preferências Generalizado (SPG) que a CEE concedia a países em vias de desenvolvimento e territórios ultramarinos¹⁴.

Dai que o "Ultramar constitua ainda em 1972,o factor decisivo da escolha de uma solução,influindo de maneira negativa na tomada de decisão (Acordo com CEE)" (MARQUES,1980,p.498).

Uma outra constatação que se retira da análise do funcionamento do EEP prende-se com a matéria legislativa que lhe diz respeito.

Existe um desfazamento entre as intenções formuladas naquela matéria e os efeitos positivos reais no desenvolvimento económico e social das províncias ultramarinas.O caso de Angola aqui abordado é,neste domínio,paradigmático.

Pese embora a proliferação legislativa a que se assistiu "o funcionamento automático,passivo,do esquema de integração económica,tal como se encontra institucionalizado,não garante por si só,a realização dos fins últimos do mesmo ",como observa a este respeito SILVA (1966a).

A manutenção do desequilíbrio das trocas entre Angola e a Metrópole assentou,desde sempre,nas diferenças entre as estruturas produtivas destes dois territórios.A Metrópole encontrou-se,de forma permanente,em posição privilegiada de retirar bem maior vantagem do processo de liberalização de trocas do que Angola.

Existe,porem,um aspecto importante e que foi realçado por LIMA (1968,p.115).Assim,no âmbito da expansão das trocas inter-territoriais,estando em causa as consequências da abolição de direitos preferenciais e não de direitos altamente proteccionistas,não seria de prever resultados espectaculares,os quais só poderiam vir a ser alcançados a longo-prazo,fruto de uma política de desenvolvimento regional que permitisse a Angola reduzir o desnível entre a sua economia e a Metrópole.

Ora deste último ponto de vista,o crescimento da economia angolana exigia que particular atenção fosse atribuída ao

14. EEC Regulation n.1308/71 do Conselho,de 21 de Junho de 1971,Appendice B,Official Journal of the EEC,n.L 142-28.6.71,p.12

estímulo na sua industrialização.

Foi relevante, é certo, o apoio dado, no plano fiscal ao desenvolvimento industrial da Província, quer através da isenção de direitos aduaneiros sobre matérias-primas e equipamentos, quer mediante a isenção de impostos directos, quer ainda através da protecção assegurada pela pauta mínima de 1964, conforme sublinha OLIVEIRA (1972, pp. 357-158).

Mas tal início de industrialização não se fez sem dificuldades. O caso, entre muitos outros, da instalação de uma nova unidade de azulejos nas Mabubas, em 1964, teve como resposta a associação dos industriais metropolitanos a fim de exportarem para Angola, a um preço bastante mais baixo do que aquele que se praticava no seu mercado interno, aquele produto.

Esta última questão remete-nos para o problema do regime de condicionamento industrial, nomeadamente o que vigorou até à saída do DL 46666 de 1965.

Os limites directos impostos à implantação de novas unidades industriais em Angola é cabalmente demonstrativo que "o condicionamento fez parte de um vasto leque de instrumentos que surgem associados e no âmbito do intervencionismo: é um instrumento público destinado a opôr barreiras à entrada de novas unidades produtivas em sectores que, por razões de vária ordem, os Estados pretendem proteger da concorrência interna ou externa" (BRITO, 1987, p. 170).

Sublinhamos "concorrência interna" porquanto, no caso da sua aplicação a Angola/Metrópole, ficou perfeitamente evidenciada a dificuldade em lidar com esta questão, ela própria contraditória com o espírito do documento fundamental para o EEP como foi o DL 44016 (ver os seus artigos sobre concorrência). Neste campo, talvez que o caso mais exemplar seja o do sector têxtil.

Por estes motivos, somos levados a ponderar uma das conclusões do estudo de BRITO (1987, p. 503), segundo a qual "do ponto de vista regional, o condicionamento industrial procurou favorecer em termos relativos, a criação de novas indústrias fora das áreas mais densamente industrializantes", se atribuirmos um sentido mais lato ao conceito de regional, integrando os diferentes territórios nacionais que estavam igualmente abrangidos pela legislação do condicionamento industrial¹⁵.

15. Não se trata de pôr em causa a interessante e importante investigação de Brandão de Brito, mas tão só de realçar a neces-

A manutenção dos desequilíbrios estruturais entre Angola e a Metrópole foram por demais evidentes. Não é, por isso, surpreendente as diversas medidas que quer na 2ª fase do 1º período quer no último período tiveram de ser tomadas: restrições à liberdade de comércio, alterações da pauta preferencial, definição de prioridades de transferências, etc.

Embora a integração do EEP não venha a ser posta em causa, a forma como decorre esse processo foi objecto de diversos reparos, em particular na Província de Angola. Chega-se mesmo a notar um certo desalento nos benefícios que essa ZCL poderia realmente trazer para aquela Província, nomeadamente pelas suas implicações negativas (impedimentos) no desenvolvimento económico e social.

Neste caso o centro da questão parece residir no não ajustamento entre a fórmula, admitamos, tecnicamente certa e viável da sua concretização administrativa e o desenvolvimento vantajoso e paralelo dos territórios a integrar.

A prática do EEP, no entanto, mostrou que não só o desnível de desenvolvimento não se atenuou como gerou uma tendência para a proteção do território mais desenvolvido, a Metrópole. Aliás, um meio tão importante como era a política industrial implícita no DL 46666, não encontrou uma devida aplicação, como constatou o Conselho Ultramarino em 1972, ou seja, não logrou contribuir decisivamente para o processo harmónico e integrado do EEP. Permitiu, é verdade, "um certo grau de abertura para a implantação da indústria em Angola" (FERREIRA, 1980).

O desrespeito pelo DL 44652 que expressa a conceptualização de uma série de medidas de índole processual na qual estavam inscritos, quer os princípios gerais a que devia obedecer a integração (DL 44016), quer a tramitação e o calendário a que o seu processamento se sujeitava, é uma das razões profundas da insatisfação pelos resultados alcançados, segundo OLIVEIRA (1972, pp. 184-185).

Em consequência disto, a problemática da integração económica nacional à luz do binómio desenvolvimento/desarmamento pautal foi ganhando uma dimensão cada vez mais decisiva. Com o decorrer dos

sidade de estudar o caso do condicionamento industrial no Ultramar e estabelecer uma aproximação integrada, em que o caso metropolitano desempenha um papel de charneira.

anos, o processo integracionista acabou por resultar na sua inversão o que conduziu mesmo, na província de Angola, a que "o esquema de desarmamento inicial fosse atrasado ou mesmo anulado e, em alguns casos, a que se tivesse de voltar a situações de maior dureza que as verificadas antes do início da integração".

Este sentimento, segundo o qual o atraso no calendário inicialmente previsto e uma maior incidência no processo de desenvolvimento de Angola seria a chave para a viabilização do EEP, conduziu o Governo provincial a defender a necessidade de alterar o calendário da integração, a adoptar medidas protectoras e a apelar para uma política económica nacional que conduzisse ao equilíbrio das estruturas em presença, respeitando o princípio da localização dos empreendimentos em função do menor custo dos factores produtivos (OLIVEIRA, 1972, p. 33).

Mas nem estes apelos e intenções surtiram quaisquer efeitos.

A entrada no último período (1971-1973), iniciado com a publicação do D 478/71, e as medidas nele previstas "marcam o falhanço da política integracionista na zona Escudo e dão um forte estímulo àqueles que, no Governo Central, previlégiam uma maior ênfase nas relações económicas com a Europa" (SILVA, 1986, p. 50), muito embora esta integração continuasse a não ser encarada em termos alternativos: a Europa ou a África. Para o Governo isso era um "falso dilema" porquanto a integração portuguesa dever-se-ia realizar através de 3 linhas múltiplas e hierarquizadas: o EEP, o espaço peninsular e o espaço europeu (MARQUES, 1980, pp. 501-502).

O que na realidade talvez se estivesse a passar, seria a procura dum duplo objectivo, conforme observa TORRES (1983, p. 324): tratava-se de reestruturar o aparelho produtivo metropolitano, reorientando-o e adaptando-o às exigências de uma mais estreita integração na Europa e, ao mesmo tempo, de robustecer a estrutura económica das colónias, impondo a criação in loco de indústrias transformadoras. Os 2 objectivos eram complementares, podendo mesmo dizer-se que, até certo ponto, o segundo era indispensável ao primeiro.

O "protecionismo educador" que daqui surgiu foi, naturalmente, encarado em Angola como desejável, ao permitir acelerar o processo de industrialização, protegendo a criação, ampliação e transformação das actividades industriais, criando condições para que, a prazo, se atenuassem os

desequilíbrios da Balança de Pagamentos interterritorial.

Finalmente, deste protecionismo resultou uma aceleração da tendência centrífuga face à Metrópole: não sendo a principal fornecedora de bens de equipamento, matérias-primas e produtos intermédios necessários à industrialização de Angola, a política de licenciamento na importação veio, por um lado, reforçar o papel do estrangeiro nas importações angolanas e, por outro, dar novo ânimo à produção doméstica essencialmente dirigida à sua procura interna.

Os efeitos de comércio que resultaram - no comércio de importação de produtos das indústrias transformadoras - ao longo do período do EEP (1962-1973), vão ser reflexo de todos estes fenómenos aqui descritos e onde o papel da indústria transformadora angolana irá desempenhar um papel de crescente importância, pese embora as limitações que se lhe deparavam ao crescimento.

E é precisamente sobre a quantificação destes efeitos de comércio que o próximo Capítulo se irá debruçar.

CAPITULO VII - OS EFEITOS DE COMERCIO NAS RELACOES ANGOLA - - PORTUGAL DURANTE O E.E.P. (1962-1973)

Conforme o Capítulo anterior o demonstrou, o processo de liberalização do comércio entre os territórios do espaço económico português (EEP) e, em particular, entre Angola e Portugal não se processou de forma simples, isenta de problemas ou segundo o calendário estrito do DL 44016 de 1961 o qual, recorde-se, institui a criação da zona de comércio livre - EEP - a partir de 1 de Janeiro de 1962.

Problemas de ordem técnico-administrativa, por um lado, e questões ligadas aos processos e níveis de desenvolvimento económico-social entre aqueles dois territórios, por outro, explicam na sua globalidade o caminho complexo porque passou a desregulamentação aduaneira bilateral, situação que se opõe à visão mais optimista de LOPES (1963, p.30): "no que respeita à integração económica do espaço nacional, não se deverá exagerar as perspectivas duma actuação das desigualdades regionais entre a metrópole e o ultramar".

São distintos dois períodos desde a criação do EEP (1962) até ao seu final (1973)¹: de 1962 a 1971 e de 1971 a 1973.

No primeiro período assiste-se a uma proliferação legislativa do enquadramento e definição das regras a que deve obedecer a criação do EEP e as relações bilaterais Angola/Portugal. Tais medidas abrangem não só a desregulamentação aduaneira como o processo de desenvolvimento económico de Angola, nomeadamente através da legislação no campo do condicionamento industrial.

1. Na realidade, aparentemente mais correcto seria considerar o fim da inserção de Angola no EEP como situando-se em 1975 (Novembro), data em que este território se tornou um Estado independente. Porém, este facto por si só não invalidaria a manutenção deste estatuto se ambas as partes o considerassem ainda assim válido. A R.P. Angola através da Lei 15/77 de 1977, renunciou a todo o tratamento preferencial que a legislação anterior contemplava, passando a considerar Portugal como qualquer outro país. Devido aos problemas ocorridos a partir de Abril de 1974 e suas consequências sobre a vida económica de Angola, optou-se por não considerar os anos de 1974 e 1975 para efeitos do presente Capítulo, pelo que o ano terminal do EEP é 1973.

Com maiores ou menores sobressaltos é só no fim deste período, particularmente a partir de 1967/68 que se começam a fazer sentir as reivindicações do Governo Geral de Angola quanto à forma como decorria aquele processo e suas implicações no desenvolvimento da Província: o nascimento de interesses próprios e específicos desempenha neste processo um importante papel. A necessidade de reintroduzir algumas restrições quantitativas, os licenciamentos, a subida de alguns direitos aduaneiros, a maior autonomia no processo de decisão na aplicação do condicionamento industrial e o problema dos "atrasados", conduzem a uma situação de insatisfação e relativo impasse na concretização plena dos objectivos do EEP.

Desta forma, o segundo período é marcado pela tomada de decisões que, na prática, amorteceram o processo de liberalização nas relações Angola /Portugal no quadro do EEP: o DL 478/71 de Novembro de 1971 é o reflexo legislativo mais evidente da agudização de todos aqueles problemas anteriores e na altura ainda não ultrapassados.

As linhas gerais que ele traça e que irão sendo legisladas sucessivamente, mais do que pequenos precalços no processo de integração económica do espaço nacional, são consequência da debilidade estrutural em que assentou a criação do EEP envolvendo territórios de tão dispar desenvolvimento económico e social.

7.1. O crescimento económico e o comércio externo em Angola

Por razões já expostas no Capítulo anterior, o surto desenvolvimentista que Angola experimentou desde 1962 é notável. O número crescente de unidades industriais que aí se estabeleceram ano após ano e a sua diversificação tendente a aproveitar/criar um mercado de consumo interno que se ia alargando a par das indústrias tradicionalmente exportadoras, são disso aspectos evidentes.

A este respeito o Quadro 1 é algo elucidativo:

QUADRO 1 - Valor Bruto da Produção da Indústria Transformadora e Produto Interno Bruto (contos)

	VBP a) (1)	VBP total (2)	PIB (3)
1962	1.795.402	2.269.000	17.245.000
1963	2.076.585	2.450.000	18.641.000
1964	2.518.053	2.767.000	20.318.000
1965	3.167.651	3.024.000	22.512.000
1966	3.481.928	3.653.000	25.103.000
1967	4.233.174	3.937.000	27.141.000
1968	5.179.389	4.918.000	29.482.000
1969	6.266.828	6.425.000	33.529.000
1970	7.265.244	8.240.000	39.277.000
1971	8.117.593	9.540.000	43.794.000
1972	9.905.405	11.359.000	49.049.000
1973	12.600.827	14.539.000	55.180.000
Taxa de cres. média nominal	19.4	18.4	11.1
Taxa de cesc. média real	13.1	12.1	4.7

FONTE: Estatísticas Industriais de Angola (1961-1973)

VAZ (1978, p.231)

a) Calculado pelo autor:

não inclui os seguintes sectores: tabaco (CAE 314),
derivados do petróleo e carvão (CAE 353/354) e in-
dústrias transformadoras diversas (CAE 385/390).

Verifica-se que, por um lado, a taxa média de crescimento do PIB (a preços correntes e de mercado) é elevada, 11.1% no período 1962-1973, enquanto que essa mesma taxa para o Valor Bruto da Produção da indústria transformadora ainda lhe é superior, ou seja, 18.4%. No caso do VBP sem inclusão de alguns sectores da CAE, essa mesma taxa passa para os 19.4%.

Contudo, desflacionando estas séries para o período 1962-73, obtêm-se taxas de crescimento reais bastante mais baixas: no caso do PIB alcançar-se-á 4.7% contra os 12.1% no VBP total.

Transparece daqui, de qualquer modo, o esforço notável e os resultados alcançados no processo de crescimento industrial neste território.

Partindo duma base de industrialização débil e pouco diversificada e ainda sujeita a uma legislação paralizante como era a do condicionamento industrial, os resultados alcançados são, significativos, sem dúvida, mas ainda assim insuficientes para satis-

fazer a procura provocada pelo crescimento económico. Tal realidade não é, porém, de estranhar e obedece ao padrão de desenvolvimento típico dum país subdesenvolvido: um sector dinâmico de exportações, o lançamento de indústrias de produtos de consumo imediato e importação de bens de equipamento e produtos intermédios (a este respeito é elucidativo o trabalho de CHENERY e SYRQUIN, 1975).

a) estrutura de importações

A estrutura de importações de Angola reflecte um claro predomínio de produtos industriais nas importações totais (Quadro 2).

QUADRO 2 - Importações de Angola: estrutura e origem

	Prod.ind. a) (1)	Imp.totais (2)	$\frac{1}{2}$ 2	Dist.sg.origem prod.ind.			Dist.sg.origem imp.totais		
				M	P	U	M	P	U
1962	3.426.508	3.897.966	87.9	50.7	44.2	5.1	53.8	41.4	5.1
1963	3.794.928	4.211.583	90.1	50.3	44.9	4.8	52.0	42.9	5.1
1964	4.176.622	4.714.294	88.5	45.1	51.8	3.1	47.8	48.9	3.3
1965	5.035.232	5.601.177	89.8	47.0	49.7	3.3	49.0	47.5	3.5
1966	5.367.690	5.947.606	90.2	53.5	43.2	3.3	54.6	41.9	3.5
1967	7.210.403	7.908.686	91.1	61.2	36.9	1.9	62.4	35.5	2.1
1968	7.778.293	8.709.858	89.3	58.8	38.7	2.5	60.9	36.4	2.7
1969	8.274.448	9.261.398	89.3	58.4	39.4	2.2	60.5	36.9	2.6
1970	9.408.938	10.594.665	88.8	59.8	37.7	2.5	62.1	35.1	2.8
1971	10.914.218	12.127.640	89.9	63.1	33.6	3.3	64.7	31.6	3.7
1972	9.481.097	10.728.164	88.3	72.5	25.6	1.9	74.8	23.1	2.1
1973	12.144.903	13.268.873	91.5	69.8	27.6	2.6	71.0	26.3	2.7
Txc	12.2	11.7							

FONTE: cálculos do autor a partir de Estatísticas Industriais de Angola (1961-73)

Estatísticas do Comércio Externo de Angola (1961-73)

a) ver nota a) do Quadro 1

NOTA: P, U e W significam, respectivamente, Portugal (Metrópole), Ultramar e Resto do Mundo

Enquanto o crescimento médio anual das importações totais (1962-73) se situou nos 11.7%, o mesmo crescimento para a importação de produtos das indústrias transformadoras é ligeiramente superior, 12.2%. O seu peso relativo nas importações totais mantém-se sensivelmente constante ao longo do período passando de 87.9% em 1962 para 91.5% em 1973.

Conforme anteriormente já havia sido assinalado, este resultado corresponde ao padrão de desenvolvimento típico dum país sub-desenvolvido e onde o crescimento do mercado interno manteve

a pressão sobre a estrutura de importações, privilegiando a importação de produtos transformados a que a fraca industrialização não conseguiu dar resposta.

De salientar a quebra registada entre 1971 e 1972 na tendência sempre crescente que as importações, quer de produtos industriais quer totais, vinham apresentando desde 1962: é o resultado da aplicação do DL 478/71.

As suas consequências do ponto de vista da repartição geográfica pode ser melhor aquilatado através da leitura da última parte deste quadro: enquanto a quebra registada na quota de importação oriunda de Portugal 'é bastante pronunciada (-8.5%), no que diz respeito às importações do Resto do Mundo a sua subida cifra-se nos 10%.

Questão importante e que se prende mais directamente com os objectivos do nosso trabalho, é saber como se comportaram as fontes fornecedoras.

A segunda parte do Quadro 2 permite, em boa medida, ficar com uma percepção mais clara sobre este assunto.

A distribuição percentual das importações totais indica o posicionamento de destaque que Portugal (Metrópole) tinha face ao Ultramar (Cabo Verde, Guiné, S. Tomé, Angola, Moçambique, Macau e Timor) e ao Resto do Mundo, no início do período : 41.4% contra 5.1% e 53.8% respectivamente. Contudo, e ao longo dos anos, constata-se uma importante modificação: o Resto do Mundo substitui-se tanto a Portugal como ao Ultramar, contribuindo, em 1973, para 71% das importações angolanas contra 26.3% e 2.7% de Portugal e Ultramar.

A leitura das colunas que especificamente se relacionam com as importações de produtos industriais não alteram significativamente a constatação anterior: há quase uma justaposição, destacando-se apenas o diferencial percentual positivo (cerca de 2%) para o Resto do Mundo e o diferencial negativo (cerca de 2%) para Portugal.

Apesar do decréscimo relativo observado nas importações totais de produtos portugueses, a sua estrutura denota a manutenção do peso relativo dos produtos industriais, conforme se observa no Quadro 3.

QUADRO 3 - Angola: peso das importações de produtos industriais/importações totais portuguesas

1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
94	94	94	94	92	95	95	95	95	96	97	96

Se é bastante útil esta aproximação agregada das fontes de importação ela é, no entanto, global e por isso mesmo não deixa transparecer comportamentos diferenciados sectorialmente. Para os esclarecer o Quadro 4 ser-nos-á útil:

QUADRO 4 - Angola: repartição das importações de produtos industriais segundo o sector e a origem

Sector	1962			1971			1973		
	M	P	U	M	P	U	M	P	U
Prod. Alimentares	31	65	4	33	62	5	76	20	4
Bebidas	6	94	0	15	85	0	17	83	0
Têxteis/Vestuário	11	69	20	10	74	16	19	67	14
Madeiras e mobil.	7	73	20	14	84	2	9	91	0
Papel, Pasta papel	35	64	1	52	47	1	59	41	0
Prod. Químicos	59	40	1	64	33	3	70	30	0
Borracha e Matér.									
Plásticas	27	70	3	64	34	2	74	25	1
Vidro e Produtos									
Min. não-Metál.	30	55	15	49	48	3	53	46	1
Prod. Met. Base	93	7	0	86	14	0	91	9	0
Prod. Metálicos	54	43	3	62	37	1	66	30	4
Máquinas e Apar.									
eléct-não eléct.	80	20	0	86	14	0	84	16	0
Mat. Transporte	98	2	0	97	3	0	94	5	1

FONTE: cálculos do autor a partir de Estatísticas do Comércio Externo (Angola), 1962, 1970 e 1973

Nota: o valor 0 significa valores inferiores a 1%

Da leitura deste Quadro decorrem algumas observações importantes:

- alteração no posicionamento hierárquico relativo segundo as fontes de importação: em 1962, Portugal era o 1º fornecedor em 7 dos 12 sectores, diminuindo para 4 em 1970 e quedando-se por 3 sectores em 1973, devendo destacar-se as perdas de posição nos Produtos Alimentares, Papel e Pasta de papel, Borracha e Matérias Plásticas, Vidro e produtos minerais não-me-

tálicos e Produtos Metálicos.

Ao invés, o Resto do Mundo passou duma posição dominante em apenas 5 sectores em 1962 para 9 em 1973. Apresentam-se claros indícios de uma deslocação na orientação das importações neste período;

- b) no mesmo período, Portugal aumentou a sua quota de mercado em apenas 3 mercados e de modo significativo apenas nas madeiras e mobiliário não metálico, á custa do Ultramar. São de pouco relevo os ganhos na metalurgia de base e metais não-ferrosos e material de transporte. Para o Resto do Mundo os ganhos verificam-se em 10 sectores, com especial destaque para os produtos alimentares, papel e pasta de papel, artigos de borracha e matérias plásticas e vidro e minerais não-metálicos. Por fim e para o Ultramar isso acontece em 2 sectores embora de forma pouca significativa: produtos metálicos e material de transporte;
- c) demarca-se o comportamento entre o período 1962-71 e 1971-73, isto é, assiste-se a uma clara diminuição do peso de Portugal neste segundo período, ao contrário do que sucede com o Resto do Mundo e cujas causas já foram expostas no Capítulo anterior.

b) As exportações

Quanto às exportações não se espera um padrão de comércio semelhante ao verificado nas importações. Antes pelo contrário.

Durante décadas Angola funcionou como um importante fornecedor de matérias-primas agrícolas e, mais tarde, minerais. O processo desenvolvimentista após 1962 não estabeleceu uma base industrial que abastecesse não só o seu mercado interno como criasse condições para assegurar uma competitividade externa - mesmo que limitada ao mercado nacional - em termos de preço e qualidade.

Daqui resulta que o peso das exportações de produtos industriais no total das exportações angolanas seja diminuto, conforme o Quadro 5 atesta.

Na realidade, observa-se que não só a relação dos produtos industriais exportados/exportações totais é pequena - 6.7% em 1973 - como ela foi mais ou menos diminuindo no tempo: passou de 10.3% em 1962 para 7.5% em 1970 e fixando-se nos 6.7% em 1973.

A maior facilidade em encontrar mercados externos onde colocar matérias-primas, associado ao maior dinamismo (aumento da procura) a que se assistiu nos anos 60 no mercado mundial, explicam fundamentalmente esta tendência.

QUADRO 5 - Angola: exportações totais e estrutura das exportações de produtos industriais

	Exp.Prod. Indust. (1)	Export. Totais (2)	$\frac{1}{2}$	Prod.Alim. %	Têxt/Vest. %	Ind.Papel %	Vidro %	Outros %
1962	439.928	4.264.294	10.3	83.6	4.5	0.7	1.1	10.1
1963	469.977	4.683.873	10.0	68.6	5.3	7.6	2.3	16.2
1964	516.977	5.867.571	8.8	70.3	5.8	9.8	3.8	10.3
1965	597.975	5.747.402	10.3	68.1	3.5	10.0	4.7	13.7
1966	712.864	6.359.390	11.2	63.6	7.8	9.9	4.3	14.4
1967	706.523	6.837.800	10.3	65.4	8.0	10.3	1.7	14.6
1968	686.396	7.787.946	8.8	61.2	8.7	12.1	1.1	16.9
1969	719.380	9.387.420	7.6	51.8	6.4	13.9	3.0	24.9
1970	918.752	12.172.187	7.5	53.2	5.1	14.8	3.1	23.8
1971	1.007.680	12.147.651	8.3	56.5	6.3	13.1	3.1	21.0
1972	1.575.458	13.923.273	11.3	45.0	3.3	7.8	3.1	40.8
1973	1.295.476	19.158.221	6.7	59.9	4.7	10.8	8.1	16.5
Txc	10.3	14.6						

FONTE: cálculos do autor a partir de Estatísticas do Comércio Externo (Angola), 1961-1973

Uma última observação importante diz respeito à alteração do padrão de comércio dos produtos industriais exportados: verifica-se uma diminuição muito acentuada dos produtos agro-alimentares (83.6% em 1962, 53.2 % em 1970 e 59.9% em 1973) fundamentalmente explicado pela viragem para satisfação do alargamento do mercado interno. De tendência inversa é o que se passou quer com os produtos da indústria do Papel e Pasta para papel (0.7% em 1962 e 10.8% em 1973) quer com os produtos da indústria do vidro e dos minerais não-metálicos (1.1% em 1962 e 8.1% em 1973). O acréscimo da quota de exportação atribuída a Outros produtos deverá significar uma maior diversificação das exportações.

Associado a esta alteração na composição dos produtos industriais exportados encontra-se uma alteração segundo o destino. Segundo VAZ (1978, p.194), enquanto em 1960 cerca de 49.8% dessas exportações se destinavam à Metrópole, no ano de 1970 esse valor baixou para os 12.1%, enquanto para os mesmos anos a parte respeitante ao Resto do Mundo passou de 25% para 52.7%. Para o

Ultramar assistiu-se igualmente a um acréscimo, embora menor: 25.2% em 1960 e 35.2% em 1970.

c) O grau de abertura da economia

Após a descrição do comportamento da indústria e comércio externo entre os anos 1962 e 1973, poder-se-ão conjugar os seus valores e determinar o grau de abertura da economia:

GRAU DE ABERTURA DA ECONOMIA ANGOLANA (1962-1973)

1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
62	60	56	59	55	60	58	55	57	58	54	55

Ainda que não apresente uma tendência única ao longo do período, o grau de abertura diminui entre os anos limites, passando de 62 para 55 em 1973. Embora o crescimento económico interno possa ter contribuído para tal resultado, a realidade é que entre 1969 e 1971 se assistia a um maior abertura desta economia, tendência essa que regista uma quebra entre 1971 e 1972. A explicação parece residir essencialmente na política de restrição imposta às importações, mais do que acréscimos significativos na produção interna.

7.2. Introdução do consumo aparente na análise dos efeitos de comércio

A descrição efectuada no ponto anterior permite dar uma ideia das alterações ocorridas na estrutura geográfica e no padrão de comércio no período 1962-73.

Ao tomar em consideração apenas os fluxos de comércio, quer de forma agregada quer na sua repartição sectorial, está-se a efectuar um corte com as alterações entretanto ocorridas não só nas condições produtivas internas como no rendimento nacional os quais, em última análise, estão na base daqueles fluxos.

Ao tentarmos comparar os aumentos ou diminuições absolutas e relativas daqueles fluxos de comércio unicamente com base no desarmamento pautal que decorreu com a criação do EEP, estamos implicitamente a considerar as alterações nos direitos aduaneiros os seus únicos factores explicativos.

Porém, o processo de desenvolvimento da estrutura económica que decorreu em Angola após 1962 foi assinalado por uma crescente e diversificada indústria (embora limitada), a qual, em certa medida, tentou responder às solicitações da procura interna. Deste modo afigura-se conveniente cruzar este último factor com os fluxos de comércio e procurar responder às seguintes questões:

- a) até que ponto as mudanças nos fluxos globais e nas fontes de oferta de produtos industriais são resultado das alterações tarifárias verificadas no EEP?
- b) como quantificar as reafecções do comércio de produtos industriais que reflectem criação de comércio e desvio de comércio ou erosão de comércio?
- c) que alterações se observam nos fluxos e nas fontes de oferta dos produtos industriais segundo uma distribuição sectorial?

Como sublinha TRUMAN (1972, p.272), a simples análise das alterações das quotas de importação não permite discriminar entre criação, desvio e erosão de comércio. Por aí não se pode estabelecer a quantidade e direcção do efeito produção doméstica (ao ser excluída da análise) o que é crucial para o apuramento daqueles efeitos de comércio (TRUMAN, 1975, p.4).

A forma de superar tal insuficiência é dada através da aplicação do método das quotas (percentagens) da despesa no consumo aparente. Trata-se dum exemplo de análise ex-post para medição dos efeitos de integração, utilizando um método de imputação residual. Para além de outros métodos na análise ex-post, a análise ex-ante tem igualmente sido objecto de utilização (sobre as diferentes metodologias possíveis ver, por exemplo, o 'survey' bastante completo em SILVA (1986, pp.256-321)).

E certo que a análise ex-post não está isenta de problemas. Um dos maiores reside no cálculo do comportamento hipotético do agrupamento económico na ausência do processo de integração. O método de TRUMAN (1972 e 1975) é uma exemplificação dum método de imputação residual.

7.3. O método de TRUMAN (1972 e 1975)

Este método baseia-se na análise das quotas de despesa no consumo aparente, sendo este definido por,

$$C = V - X + M_p + M_w \quad \text{onde,}$$

C - consumo aparente

V - produto nacional

X - exportações

M_p - importações dos países parceiros da União, incluindo os direitos aduaneiros

M_w - importações dos países não-membros, incluindo os direitos aduaneiros

O método pressupõe a construção de 3 quotas básicas:

$$DS = \frac{V - X}{C} \quad \text{--- oferta interna (doméstica)}$$

$$PS = \frac{M_p}{C} \quad \text{--- oferta dos países parceiros}$$

$$WS = \frac{M_w}{C} \quad \text{--- oferta dos países não-membros}$$

A partir daqui Truman elabora o seu método, método este que pressupõe a consideração de importantes hipóteses.

No método de 1972, o autor considerava que na ausência de alterações tarifárias que acompanhassem o estabelecimento do espaço a integrar, aquelas 3 quotas (percentagens) permaneceriam essencialmente inalteradas. Por outras palavras, assumia-se que não existiria nenhum 'trend' nas quotas associado aos efeitos de rendimento da integração ou ao crescimento geral das economias (TRUMAN, 1972, p. 274).

Sendo esta uma restrição de vulto, mais tarde TRUMAN (1975) introduziu melhoramentos no seu método, passando a tomar em consideração a evolução do rendimento, a capacidade utilizada e outros factores. Por outro lado, reconhecendo que as quotas básicas

podem reflectir muitas vezes condições cíclicas, nomeadamente nos países importadores, TRUMAN (1975, p.8) considera que se deve efectuar um ajustamento das 3 quotas a fim de eliminar o impacto das condições cíclicas nos mercados domésticos.

Com este último propósito é usada a seguinte equação:

$$S_t = a_i + b_i QD_t + c_i T + U_{it} \quad i = DS, PS \text{ e } WS$$

e onde,

S - quota básica i

QD - nível da pressão da procura doméstica

T - termo de tendência (em anos)

U_{it} - erro residual para a quota i

Espera-se que, *a priori*, o sinal do coeficiente b_i seja negativo para a quota doméstica e positiva para as duas outras quotas básicas. Por outro lado, de notar que a soma dos b_i e c_i deve ser igual a zero e a soma dos a_i igual a 1, isto é, uma das equações é redundante.

Determinadas que são as quotas com ajustamento cíclico, o método baseia-se no cálculo da diferença entre a quota do ano base (não influenciada pelas medidas que acompanham a integração) e a quota de um qualquer ano terminal. No pressuposto de que na ausência de integração não existiria alteração de estrutura, a diferença apurada deverá ser atribuída ao efeito da integração que entretanto ocorreu.

Embora reconhecendo méritos a este método, vários autores têm centrado as suas críticas á volta da escolha dos anos base e terminal, da consideração da permanência de estrutura e do pouco significado estatístico dos ajustamentos. Destacam-se, entre outros, WILLIAMSON e BOTTRILL (1971, pp.124-125) ; KREININ (1972, p.900) ; VERDOORN e VAN BOCHOVE (1972, p.346) ; PREWD (1974) ; MAYES (1978, p.7) ; ROBSON (1985, p.297) ou SILVA (1986, p.279).

O próprio TRUMAN (1975, pp.369-370) chama a atenção para alguns dos problemas associados ao ajustamento que efectua e que influenciarão os resultados. Destacam-se:

- a variável independente é normalmente contemporânea com a variável dependente, pelo que só uma especificação que dê indicações de variações anuais permitirá sugerir uma resposta desfazada;

- assume-se que a mesma variável independente é apropriada para todos os sectores industriais;

- os efeitos composicionais dentro dos sectores não podem ser isolados;

Que resultados esperar, segundo Truman, da aplicação do seu método?

Apuradas as diferenças entre as quotas num ano base e num ano terminal, assistir-se-á a alterações no padrão daquelas 3 quotas, tornando possível o aparecimento de 6 configurações lógicas (TRUMAN, 1972, p. 274 ; 1975, p. 5):

PADROES POSSIVEIS DOS DESVIOS NAS 3 QUOTAS BASICAS

CASO	DESCRICAO	SINAL DA ALTERACAO NA QUOTA		
		DOMESTICA	PARCEIROS	NAO-MEMBROS
1	Dupla criação de comércio (interna e externa)	-	+	+
2	Criação Comércio externa e Desvio Comérc. interno	-	-	+
3	Criação Comércio interno e Desvio Comérc. externo	-	+	-
4	Desvio Comércio externo e Erosão Comérc. externo	+	+	-
5	Dupla Erosão de Comércio (externa e interna)	+	-	-
6	Desvio Comércio interno e Erosão Comérc. interna	+	-	+

Reservando-se o termo Criação de Comércio para o caso de se verificar um declínio na quota doméstica, tal declínio pode ser absorvido ou por ambos os países parceiros e países não-membros (caso 1), apenas pelos países parceiros (caso 3) ou apenas pelos países não-membros (caso 2).

O termo Erosão de Comércio estará associado a um aumento da quota doméstica, aumento esse feito á custa apenas dos países parceiros (caso 6), dos países não-membros (caso 4) ou de ambos (caso 5).

Para Truman, a redução das tarifas no interior da zona deverá conduzir a uma diminuição da produção doméstica se houver uma

redução no preço doméstico; desta forma o preço doméstico é uma condição necessária para a criação de comércio vineriana (para o qual o nível de consumo mantém-se constante). Porém, ele pode conduzir, igualmente, a criação de comércio em resultado de um aumento do consumo. Sem diminuir o preço doméstico, pode não haver criação de comércio mas desvio de comércio externo - declínio na quota dos países não-membros e aumento na quota dos países parceiros (casos 3 e 4). Donde, conclui, o padrão tradicional que se espera aconteça é o caso 3 (TRUMAN, 1975, pp.5-7).

7.4. Descrição do método de Truman no estudo dos efeitos de comércio para Angola

Num primeiro passo defina-se a estrutura do consumo aparente referente aos produtos da indústria transformadora:

- a) procura satisfeita pela produção doméstica

$$D^d = VBP - X$$

VBP - valor bruto de produção da indústria transformadora²

X - exportação total de produtos industriais

- b) procura satisfeita pelas importações dos países parceiros incluindo os direitos aduaneiros

$$DP = MPU$$

MPU - importação de produtos industriais oriundos dos países do EEP

2. Os sectores considerados são os que constam da nota 4.

$$DP = DP_P + DP_U \quad \text{onde,}$$

- b1) procura satisfeita pelas importações oriundas de Portugal

$$DP_P = MP$$

MP - importações de produtos industriais oriundos de Portugal

- b2) procura satisfeita pelas importações oriundas do Ultramar

$$DP_U = MU$$

MU - importações de produtos industriais oriundos do Ultramar

- c) procura satisfeita pelas importações oriundas de países não-membros do EEP (Resto do Mundo) incluindo os direitos aduaneiros

$$DW = MW$$

MW - importações de produtos industriais oriundos do Resto do Mundo

A despesa total no consumo aparente (C) será dado por,

$$C = D^d + DP + DW$$

Num segundo passo, definam-se as quotas de despesa no consumo aparente:

- d) quota da despesa no consumo aparente satisfeita pela produção doméstica: oferta doméstica angolana,

$$D = D^d / C$$

- e) quota da despesa no consumo aparente satisfeita por importações dos países parceiros do EEP: oferta dos parceiros,

$$PU = D^p / C$$

e onde,

- e1) oferta de Portugal (Metrópole)

$$P = D^p_p / C$$

- e2) oferta do Ultramar

$$U = D^p_u / C$$

- f) quota da despesa no consumo aparente satisfeita por importações dos países não-membros do EEP: oferta dos países não-membros (RM)

$$W = D^w / C$$

Em cada ano as três quotas devem somar 1. As alterações nas 3 quotas entre quaisquer dois anos somam 0.

O método assume que cada fonte de oferta está representada no mercado em causa (Angola) antes e depois da formação do bloco comercial preferencial (EEP), o que as estatísticas utilizadas confirmam.

Por fim, o terceiro passo para aplicação do método: é necessário efectuar um ajustamento sobre as três quotas básicas para eliminar o impacto dos efeitos cíclicos no mercado doméstico

durante o período em estudo, isto é, de 1962 a 1973.

Ter-se-á que

$${}_iS_t = a_i + b_i \text{ TXCRPIB}_t + c_i T + U_{it}$$

i = D, PU e W

S - quota básica i

TXCRPIB - nível da pressão da procura doméstica onde TXCRPIB representa a taxa de crescimento real e anual do produto interno bruto

T - termo de tendência (em anos)

U_{it} - erro residual para a quota básica i

No pressuposto de que a TXCRPIB é independente de T e U_{it} , a equação é estimada para cada uma das quotas básicas com base em observações anuais entre 1962 e 1973.

Como já foi dito, este método permite eliminar as flutuações cíclicas que influenciam a actividade económica e com esse objectivo é necessário considerar um nível normal da pressão da procura doméstica durante este período. Desta forma puder-se-á calcular as quotas com ajustamento cíclico.

Ter-se-á,

$${}_iS^*_t = {}_iS_t + b_i (QD^* - QD_t) \quad \text{onde,}$$

S^* - quota básica i com ajustamento cíclico

QD_t - variável indicativa do nível da pressão da procura doméstica (TXCRPIB)

QD^* - variável indicativa do nível 'normal' da pressão da procura doméstica

Na sequência da variável escolhida para definir a pressão da procura doméstica (QD_t), a taxa de crescimento média real do PIB entre 1962-1973 é tomada como representativa de QD^* .

Assumindo-se ("strong assumption" de acordo com o próprio TRUMAN, 1975, p.8) que na ausência de integração nada aconteceria

que viesse alterar de forma sistemática o padrão das quotas no ano base (1962), a inclusão desta última variável pretende contribuir para atenuar a influência de factores que necessariamente influenciam esse padrão no período em análise permitindo, assim, efectuar o cálculo das quotas básicas com ajustamento cíclico

Da comparação entre as quotas no ano base (1962) e dum qualquer ano terminal (seleccionámos 1973), apura-se um diferencial que corresponderá aos efeitos da integração económica do EEP na óptica de um país, Angola.

a) O período coberto pela análise situa-se entre 1962 e 1973.

O ano base escolhido foi 1962 por 2 motivos:

1 - é o ano em que começa a vigorar o DL 44016 de Novembro de 1961 e que institui o EEP e o começo do desarmamento pautal; no entanto, este do ponto de vista prático só começa efectivamente em Agosto.

Sabendo-se do desfazamento temporal entre a saída de legislação e os seus efeitos práticos, pelo que nos permitimos concluir ser esse ano pouco influenciado pelo início do desarmamento aduaneiro;

2 - o ano de 1961 caracterizou-se por forte instabilidade interna a partir de Fevereiro/Março devido ao início da luta armada contra a presença portuguesa neste território. A desorganização que tal facto acarretou na actividade económica da Província de Angola foi evidente. Tomar como ano base 1961 seria, agora sim, enviezar *ab initio* a análise.

3 - o ano de 1960 foi excluído por não se dispôr de todos os elementos estatísticos necessários

O ano terminal escolhido foi o de 1973 pelos motivos já atrás enunciados, em particular, o facto de ter sido o último ano em que o relacionamento de Angola com o exterior não sofreu a influência de factores fortemente instabilizadores como os que

ocorreram nos anos de 1974 e 1975.

b) Relativamente aos dados estatísticos necessários para a elaboração das variáveis utilizadas no modelo, deve ser chamada a atenção para o seguinte:

- 1 - a análise diz respeito exclusivamente aos produtos da indústria transformadora. Houve necessidade de ano a ano, expurgar das estatísticas de comércio externo todos os produtos não industriais. Com esta finalidade, utilizou-se a chave de correspondência entre as Classes de Actividade Económica (CAE) e a classificação das mercadorias do comércio externo tanto para as importações como exportações³;
- 2 - seleccionaram-se 12 sectores⁴ da indústria transformadora, tendo em atenção as possibilidades de apurar os dados estatísticos necessários;
- 3 - para o apuramento dos direitos aduaneiros que incidem sobre as importações, utilizou-se uma taxa média anual de tributação aduaneira das importações e diferenciada consoante a origem : do EEP ou do Resto do Mundo.

3. Para este efeito utilizou-se o trabalho Sistemas de Matrizes para o Continente: definição de Ramos e Grupos de Produtos, IACEP (1983)

4. Sector da Indústria dos Produtos Alimentares (CAE 311 e 312); das Bebidas (CAE 313); dos Têxteis, Vestuário, calçado e Curtumes (CAE 321, 322, 323 e 324); das Madeiras e Mobiliário não-metálico (CAE 331 e 332); do Papel, Pasta para Papel, cartão e Artes Gráficas (CAE 341 e 342); as Químicas de Base e outras (CAE 351 e 352); os Artigos de Borracha e Artigos de Matérias Plásticas (CAE 355 e 356); do Vidro e seus artigos e produtos minerais não-metálicos (CAE 361, 362 e 369); da Metalurgia Base e Metais Básicos não-ferrosos (CAE 371 e 372); dos Produtos Metálicos (CAE 381); das Máquinas não-eléctricas e Máquinas, Aparelhos e outro material eléctrico (CAE 382 e 383) e, por fim, do Material de Transporte (CAE 384). Não foram considerados na presente análise o Sector dos Tabacos (CAE 353 e 354) e Outras indústrias transformadoras (CAE 385 e 390).

Em Anexo Metodológico 1 encontra-se informação mais detalhada sobre estes 3 pontos.

c) As regressões para calcular as quotas básicas com ajustamento cíclico (S^*) efectuaram-se relativamente à oferta nacional (D), à oferta dos países parceiros (PU) e à oferta dos países não-membros (W). Note-se que, embora apareça especificada em cada regressão a quota no consumo aparente da parte correspondente à oferta de Portugal (P) e do Ultramar (U), dado o diminuto peso relativo deste último optou-se por integrá-lo na oferta de Portugal pelo que a variável dependente é, na realidade, PU. A interpretação dos seus resultados deve ter sempre subjacente esta ressalva.

Da análise estatística das regressões pode ser constatado (ver Anexo Metodológico 1):

- a) nas 3 quotas básicas para cada sector industrial verifica-se que cerca de 70% dos coeficientes b apresentavam o sinal esperado a priori;
- b) cerca de 17% destes eram significativamente diferentes de zero a um nível de confiança igual ou superior a 90%; cerca de 18% dos coeficientes são significativamente diferentes de zero com o mesmo nível de confiança e não tinham os sinais esperados a priori;
- c) da análise de auto-correlação (teste Durbin-W) concluiu-se pela sua inexistência praticamente em todos os casos (apenas no sector das Bebidas e Borracha e Matérias Plásticas para D e PU, no Papel para W e na Metalurgia de base para D, a estatística DW caiu na região de indeterminação de existência de autocorelação positiva)⁴.

5. Exceptuam-se o caso do Sector dos Têxteis e Vestuário e, em certa medida, o Sector da Madeira e Mobiliário não-metálico (até meados dos anos 60).

6. Conforme as tabelas estatísticas de JOHNSTON (1984)

7.5. Os efeitos de comércio no relacionamento Angola/Portugal e Angola/Resto do Mundo

O EEP como exemplo de institucionalização duma zona de comércio livre pode ser estudado, do ponto de vista teórico, à luz dos princípios e fundamentos da teoria das uniões aduaneiras. Por outro lado, à luz dos seus resultados, deverá ser objecto de reflexão utilizando-se o instrumental analítico e metodológico mais adequado.

7.5.1. Os preceitos teóricos de Lipsey e a inserção de Angola no EEP

Relativamente à primeira questão, são clássicos os 2 princípios que LIPSEY (1960) propôs como determinantes da magnitude do ganho potencial de um país com a formação de uma União Aduaneira (em virtude do aumento de especialização que ocorre no seu interior) :

- a) uma UA será tanto melhor sucedida quanto mais elevada for a parte de comércio externo do país considerado com os países parceiros e quanto mais baixa for com o Resto do Mundo;
- b) uma UA será tanto melhor sucedida quanto mais baixo for o volume total do comércio externo face ao produto nacional.

Vejamos qual a situação inicial da inserção de Angola (o país considerado) relativamente ao EEP, isto é, os países parceiros, Portugal e Ultramar:

- 1 - do primeiro princípio deduz-se a necessidade de calcular

$$\frac{X_{PU_A} + M_{PU_A}}{X_{TA} + M_{TA}} \quad e \quad \frac{X_{RM_A} + M_{RM_A}}{X_{TA} + M_{TA}}$$

X_{PU_A} - exportações de Angola para o EEP

M_{PU_A} - importações de Angola do EEP

X_{RM_A} - exportações de Angola para o RM

MRM_A - importações de Angola do RM
 XT_A - exportações totais de Angola
 MT_A - importações totais de Angola

No caso de Angola, tomando o ano base de 1962 o resultado alcançado foi:

- face aos países parceiros: 34.2%
- face aos países não-membros: 65.8% ,

pelo que o 1º princípio de Lipsey indicia, em certa medida, a possibilidade de uma menos bem sucedida UA⁷.

2 - do segundo princípio há que calcular

$$\frac{XT_A + MT_A}{\text{-----}}$$

PIB

onde,

XT_A - exportações totais de Angola
 MT_A - importações totais de Angola
 PIB - produto interno bruto

O resultado alcançado para Angola foi de 61.5%, o que indicia igualmente a não existência das melhores condições para uma mais bem sucedida UA⁸.

7.5.2. Os efeitos de comércio no período 1962-1973

Quanto à segunda questão posta em destaque no início do ponto 7.5., a sua abordagem será efectuada mediante o método de

7. Resultados idênticos foram apurados para o caso de Portugal considerando o ano inicial 1960: face aos países parceiros, 18.5% enquanto relativamente aos países não-membros, 81.5%. No caso de Moçambique, sendo o ano base 1961 concluiu-se: face aos países parceiros o valor é de 36.4% enquanto face aos países não-membros e de 63.6%.

8. Aplicando o mesmo esquema aos casos de Portugal e Moçambique chega-se ao seguinte resultado: 34.9 % para o primeiro e 25.6% para o segundo.

Truman e os conceitos de criação, desvio e erosão de comércio.

Os resultados obtidos constam dos quadros seguintes e deles se destaca:

- 1 - não existe um único sector onde se tenha observado criação de comércio. Ao invés, apenas se detectaram situações de desvio de comércio e, sobretudo, de erosão de comércio como o demonstra o seguinte quadro:

QUADRO 5 - Resumo da distribuição dos resultados

Descrição de situação	Sectores	Total	%
1. Dupla CC			
2. CC externa e DC interno			
3. CC interna e DC externo			
4. DC externo e EC externo	11	1	8
5. Dupla EC	1,4,6,7 e 12	5	42
6. DC interno e EC interna	2,3,5,6,8,9,e 10	6	50
N' Total de sectores		12	100
A. CC externo (1 e 2)			
B. CC interna (1 e 3)			
C. CC int./ext. (1,2 e 3)			
D. DC externo (3 e 4)	11	1	8
E. EC interna (5 e 6)	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10 e 12	11	92
F. EC int./ext. (4,5 e 6)	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12	12	100

50% das situações dizem respeito à existência simultânea de Desvio de Comércio (interno) e Erosão de Comércio (interna), 42% unicamente Erosão de Comércio e apenas 8% reflectem Desvio de Comércio (externo) com Erosão de Comércio (externa).

De forma agregada, observa-se que nos 100% dos casos existe sempre uma situação de Erosão de Comércio, com particular destaque para a Erosão de Comércio interna - 92% ;

2 - os sectores onde se verifica (em termos absolutos) a maior erosão bruta de comércio são:

produtos alimentares - 472 mil contos
borracha e mat. plást. - 404 mil contos
bebidas - 371 mil contos
têxteis,vestuário - 334 mil contos

3 - a menor erosão bruta de comércio aparece em:

mad. e mob. não-metál. - 84 mil contos
papel,pasta p/ papel - 116 mil contos
produtosquímicos - 152 mil contos
vidro e min. não-metál - 88 mil contos

4 - as situações de desvio de comércio são observadas nos seguintes sectores:

desvio de comércio interno - bebidas,borracha
matérias plásticas,máquinaselctricas e não-eléctricaspapel e pasta de papel,químicos e têxteis

desvio de comércio externo - mat. de transporte

Nos sectores com desvio de comércio interno,especial destaque para máquinas eléctricas e não-eléctricas (64% da EC interna) e dos produtos químicos (71% da EC interna);

5 - em termos globais,apurou-se um valor de 2.9 milhões de contos de Erosão Bruta de Comércio (onde 81% é EC interna),365 mil contos de Desvio Bruto de Comércio (com 99% respeitante a DC interno) e uma Erosão Líquida de Comércio de 2.5 milhões de contos.

Em termos relativos,o resultado global da inserção de Angola no EEP,em 1973,é de 8.9% do PIB (ECL/PIB) o que é significativo face a resultados obtidos por diversos autores e referentes a outros estudos⁹.

9. Entre diversos exemplos,tome-se o caso de Balassa:num estudo sobre os efeitos de comércio com a criação da CEE,o autor estimou em 0.15% do PNB os ganhos derivados do comércio criado em 1970 em produtos industriais e para o conjunto dos países membros (ROBSON,1980,p.303).

CRIACAO, DESVIO E EROSAO DE COMERCIO ESTIMADO EM 1973 a)
 (baseado na diferença das quotas com ajustamento cíclico, 1962-73)
 - milhares de escudos -

	P.ALIMT.	BEBIDAS	BORRACHA	MADEIRA
			MAT.PLAS	MOBILIA
CRIACAO BRUTA DE COMERCIO ¹				
EROSAO BRUTA DE COMERCIO ²				
INTERNA ³	454.104	371.927	404.996	71.588
EXTERNA ⁴	18.764			12.425
DESVIO BRUTO DE COMERCIO ⁵				
INTERNO ⁶		25.612	66.646	
EXTERNO ⁷				
CRIACAO (+) OU EROSAO (-)				
LIQUIDA DE COMERCIO ⁸	-472.868	-346.315	-338.584	-84.013

	MAQUINAS	P.METAL.	METAL.	PAPEL E
	AFARELH.		BASE	PASTA
CRIACAO BRUTA DE COMERCIO ¹				
EROSAO BRUTA DE COMERCIO ²				
INTERNA ³	171.133	193.194	17.308	116.514
EXTERNA ⁴		61.159	208.255	
DESVIO BRUTO DE COMERCIO ⁵				
INTERNO ⁶	110.548			15.985
EXTERNO ⁷				
CRIACAO (+) OU EROSAO (-)				
LIQUIDA DE COMERCIO ⁸	- 60.585	-254.353	-225.563	-100.529

	PRODUT.	TEXTEIS	MATER.	VIDRO/MIN.
	QUIMIC.	VESTUAR.	TRANSP.	N-METAL.
CRIAÇÃO BRUTA DE COMÉRCIO ¹				
EROSÃO BRUTA DE COMÉRCIO ²				
INTERNA ³	152.872	334.746		81.163
EXTERNA ⁴			263.131	7.100
DESVIO BRUTO DE COMÉRCIO ⁵				
INTERNO ⁶	108.364	33.496		
EXTERNO ⁷			4.469	
CRIAÇÃO (+) OU EROSAO (-)				
LIQUIDA DE COMÉRCIO ⁸	- 44.508	-301.251	-258.662	- 88.263

- NOTAS: a) calculado multiplicando a diferença nas quotas ajustadas entre os anos 1962 e 1973 pela despesa no consumo aparente de 1973 e somando os 12 sectores
- 1) diferenças negativas nas quotas domésticas; casos 1, 2 e 3 do Quadro de Truman
 - 2) diferenças positivas nas quotas domésticas; casos 4, 5 e 6
 - 3) diferenças negativas nas quotas dos países parceiros compensada por diferenças positivas nas quotas domésticas; casos 5 e 6
 - 4) diferenças negativas nas quotas dos países não-membros compensada por diferenças positivas nas quotas domésticas; casos 4 e 5
 - 5) diferenças de sinal oposto entre as quotas dos países parceiros e dos países não-membros; casos 2, 3, 4 e 6
 - 6) com diferença positiva nos países não-membros; casos 2 e 6
 - 7) com diferença positiva nas quotas dos países parceiros; casos 3 e 4
 - 8) diferença entre Erosão bruta de comércio e Desvio bruto de comércio

6 - quanto à reafecção da despesa, verifica-se que em termos absolutos o acréscimo da oferta doméstica (Angola) teve um valor bastante elevado (+ 2.5 milhões de contos) contra uma variação líquida negativa quer da oferta dos países parceiros (-2.3 milhões de contos) quer dos países não-membros (-210 mil contos).

Por outro lado e em termos do aumento da procura potencial, a variação líquida da oferta doméstica corresponde a cerca de 126% enquanto no caso da oferta dos países parceiros o resultado é negativo (-70%) o mesmo acontecendo para o caso da oferta dos países não-membros embora bem menor (-6.7%);

7 - a análise da reafecção da oferta por sectores permite ver de forma mais clara os diferentes comportamentos segundo a fonte de oferta. Em termos do aumento da procura potencial e no caso da oferta doméstica, realce para borracha e matérias plásticas (1051%), máquinas (723%), produtos metálicos (4113%), têxteis e vestuário (671%) e material de transporte (1118%).

No caso da oferta dos países parceiros apenas no material de transporte se assistiu a uma evolução positiva mas ainda assim insignificante (0.7%); em todos os outros sectores o resultado é negativo com destaque para: bebidas (-2497%), têxteis e vestuário (-968%), borracha e matérias plásticas (-321%) e madeira e mobiliário não-metálico (-743%).

Finalmente, no caso da oferta dos países não-membros, embora a sua variação líquida total seja negativa, teve, porém, performances positivas em 7 dos 12 sectores, com especial significado para: bebidas (172%), borracha e matérias plásticas (53%), têxteis e vestuário (97%).

REAFFECTACAO ESTIMADA DA DESPESA NO CONSUMO APARENTE
SEGUNDO ORIGEM DA OFERTA (1973)

- milhares de escudos -

OFERTA DOMESTICA:

Substituição por erosão de
comércio (casos 4,5 e 6) a) + 2.575.494

Substituída por criação de
comércio (casos 1,2 e 3) a) 0

Variação líquida na oferta
doméstica:

Valor + 2.575.494

Em % do aumento da
procura potencial b) + 126%

OFERTA DOS PAISES PARCEIROS:

Substituição por desvio externo
de comércio e criação interna
de comércio (casos 1,3 e 4) a) + 4.469

Substituída por desvio e erosão
interna de comércio (casos 2,5 e 6) - 2.369.545

Variação líquida na oferta
dos países parceiros:

Valor - 2.365.076

Em % do aumento da
procura potencial - 70%

OFERTA DOS PAISES NAO-MEMBROS:

Substituição por criação externa
de comércio e desvio interno de
comércio (casos 1,2 e 6) a) + 360.651

Substituído por desvio e erosão
externa de comércio (casos 3,4 e 5) - 570.832

Variação líquida na oferta
dos países não-membros:

Valor - 210.181

Em % do aumento da
procura potencial - 6.7%

NOTAS : a) conforme Quadro de Truman

b) o aumento da procura potencial é igual à quota de 1962
vezes a alteração da despesa total no consumo aparente
entre 1962 e 1973, somando os 12 sectores.

ESTIMACAO DA REAFECTACAO DA OFERTA (1973) POR SUBSECTOR

- milhares de escudos -

	ORIGEM DA OFERTA		
	NACIONAL	PARCEIROS	N-MEMBROS
PRODUTOS ALIMENTARES	472.868 (45%)	- 454.104 (- 103%)	- 18.763 (- 11%)
BEBIDAS	346.315 (199%)	- 371.927 (-2497%)	25.612 (172%)
BORRACHA E MAT. PLASTICAS	338.584 (1051%)	- 404.996 (- 321%)	66.646 (53%)
MADEIRAS E MOBILIARIO NAO-METALICO	84.013 (263%)	- 71.588 (- 743%)	- 12.426 (-129%)
MAQUINAS, AFARELHOS E OUTRO MAT. ELECTRICO E NAO-ELEC.	60.585 (723%)	- 171.133 (- 17%)	110.548 (11%)
PRODUTOS METALICOS	254.353 (4113%)	- 193.194 (- 95%)	- 61.158 (- 30%)
PRODUTOS DA METALURGIA DE BASE E METAIS NAO-FERROSOS	225.563 (625%)	- 17.308 (- 4%)	- 208.254 (- 44%)
PAPEL, PASTA PARA PAPEL E CARTAO	100.529 (282%)	- 116.514 (- 210%)	15.985 (29%)
PRODUTOS QUIMICOS BASE E OUTROS	44.508 (10%)	- 152.872 (- 40%)	108.364 (28%)
TEXTEIS, VESTUARIO, CAL- CADO E CURTUMES	301.251 (671%)	- 334.746 (- 968%)	33.496 (97%)
MATERIAL DE TRANSPORTE	258.662 (1118%)	4.469 (0.7%)	- 263.131 (- 43%)
VIDRO E PRODUTOS MINERAIS NAO-METALICOS	88.263 (66%)	- 81.163 (- 207%)	- 7.100 (- 18%)
TOTAL	2.575.494 (126%)	- 2.365.076 (- 70%)	- 210.181 (- 6.7%)

7.6. Angola e os efeitos de comércio com a criação do EEP

A história da institucionalização e das sucessivas medidas tomadas para a criação e reforço do EEP (após o DL 44016 de Novembro de 1961), não se processou linearmente.

Associado às medidas de carácter aduaneiro/comercial que surgiram durante este período e que a partir, nomeadamente, da Lei 478/71 de 1971 tiveram uma incidência particular nas importações oriundas de Portugal, outras se conjugaram e contribuíram para uma maior autonomia do Governo de Angola em matéria de aprovisionamento externo: as alterações ao regime de condicionamento industrial (atribuindo, por exemplo, maiores responsabilidades de decisão nesta matéria), os crescentes incentivos à implantação de novas indústrias, etc.

O resultado de todas estas acções foi um alargamento e animação do mercado interno angolano. O crescimento do parque industrial e do rendimento contribuíram para que existisse uma maior procura de bens de equipamento e produtos intermédios.

Constata-se que a par de factores que actuaram no sentido do reforço da integração do espaço económico português outros agiram em sentido oposto.

De forma sintética estes factores podem ser resumidos em:

1 - factores tendentes ao reforço da integração

- a) medidas de carácter preferencial: a pauta aduaneira preferencial;
- b) a existência do Fundo Monetário da Zona Escudo (mesmo com todos os limites que foram descritos)

2 - factores actuando no sentido oposto à integração

- a) o crescimento económico de Angola e a consequente alteração do padrão de procura de importações o que implicou um desvio no sentido dos países não-membros relativamente a Portugal;
- b) as dificuldades de diversificação do parque industrial angolano procurando promover a substituição de importações sem uma satisfatória e correspondente política de protecção face à concorrência metropolitana;
- c) medidas legislativas de carácter proteccionista, nomeadamente a partir da década de 70;

d) finalmente, e não menos importante, os efeitos da adesão de Portugal, primeiramente à EFTA em 1959 e, mais tarde, com o estabelecimento do Acordo de Comércio com a CEE, em 1972. O seu significado prático é um crescente desvio de exportações metropolitanas para a Europa.

O balanço deste período é reflexo da conjugação de ambos : a utilização do instrumental analítico próprio à TUA, com todas as limitações que possa ter (a este respeito ver MIKESSEL, 1963 ; LIZANO, 1976 ou PENAHERRERA, 1983 no capítulo 3) permite importantes conclusões.

Não existe criação de comércio em qualquer dos sectores analisados, o que significa que se assistiu a um desvio da oferta de importações através de um aumento da produção nacional ; em contrapartida, situações de desvio de comércio (principalmente interno, o que reflecte um desvio das fontes de aprovisionamento dos países parceiros para o Resto do Mundo) e, sobretudo, de erosão de comércio (interno igualmente, ou seja, substituição das importações vindas dos países parceiros por aumentos da oferta doméstica angolana) marcam os efeitos de comércio deste período.

O claro reforço da oferta doméstica no conjunto da reafecção da oferta global entre 1962-73, acompanhado da degradação em maior escala da oferta dos países parceiros face ao Resto do Mundo, corresponde não só à dinamização da indústria transformadora em Angola procurando satisfazer a sua procura interna, como à procura de bens necessários ao seu desenvolvimento nos mercados externos - bens de equipamento e produtos intermédios - essencialmente no Resto do Mundo.

Em conclusão, a utilização dos conceitos tradicionais associados à TUA e os resultados por nós alcançados, permitem que se conclua e do ponto de vista individual, isto é, de Angola, que a sua inserção no EEP e o seu impacto em termos de bem-estar foi negativo. Contudo, esta conclusão deve ser relativizada como o faz notar TRUMAN (1972, p. 279), pois trata-se de efeitos estáticos aos quais se devem adicionar os efeitos dinâmicos inerentes ao processo integracionista; muito embora os efeitos de bem-estar devam ser bem menores (em magnitude) do que os valores correspondentes à Criação, Desvio e Erosão de Comércio, presume-se que os sinais daqueles efeitos devam ser os mesmos que os sinais dos efeitos de comércio.

Aliás, e utilizando uma outra metodologia, VAZ (1978, pp. 207-209) conclui que não só não há crescimento na criação bruta de comércio nas exportações de Angola para Portugal entre 1960 e 1973 (diamantes excluídos) como também é negativa a criação bruta de comércio, no mesmo período, no que respeita às exportações de Portugal para Angola.

Desta forma, os resultados a que chegámos neste Capítulo, embora divergentes do que tradicionalmente seria de esperar com a formação da ZCL (caso 3 do quadro de Truman), não surpreende à luz do que foi explanada no Capítulo anterior.

Sendo um dos objectivos da criação do EEP o desenvolvimento dos diferentes territórios nacionais e a sua aproximação em termos de nível de desenvolvimento, Angola procurou encetar o seu próprio processo de crescimento partindo duma fraca oferta interna. Embora com todos os limites descritos, a política de substituição de importações ensaiada permitiu, parcialmente e com destaque para alguns sectores mais virados para a produção de bens de consumo imediatos, uma substituição da oferta externa, oriunda tanto de Portugal como do resto do Mundo.

O seu resultado foi uma acréscimo da importância relativa da produção doméstica no consumo aparente face à componente importação.

CAPITULO VIII - FIM DO E.E.P. E OS EFEITOS DE COMERCIO NAS RELACOES ANGOLA-PORTUGAL (1976-1985)

O enquadramento das relações económicas entre Angola e Portugal sofreu uma alteração de vulto após Novembro de 1975, data que marca a independência de Angola.

O presente capítulo debruçar-se-á sobre o período que decorre de 1976 a 1985. Esta periodização radica no facto de 1976 ser, na prática, o primeiro ano em que se fizeram sentir as novas orientações politico-económicas do Governo angolano. O ano terminal escolhido foi 1985 não só por razões de acesso a dados estatísticos mas, sobretudo, devido ao facto de, no ano de 1986, Angola ter aderido à Convenção de Lomé, por um lado, e Portugal, por outro, à CEE. Resultam daqui responsabilidades e compromissos que ambas as partes assumem e que cria um novo "relacionamento preferencial" completamente distinto do anterior, mas que por si só marca uma nova fase.

São diversos os factores que actuaram sobre a economia angolana e que condicionaram o seu ritmo de desenvolvimento. Esses factores vieram a influenciar, por sua vez, as relações económicas bilaterais entre Angola e Portugal, umas vezes agindo directa outras vezes indirectamente.

De um modo geral destacaram-se os seguintes factores:

- a) as novas orientações da politica económica angolana
 - a definição dos sectores prioritários de desenvolvimento económico;
 - a nova política comercial;
 - a escolha de parceiros preferenciais;
- b) a influência do enquadramento económico externo sobre a economia angolana, nomeadamente a influência da evolução conjuntural do preço do petróleo no mercado mundial;
- c) a influenciada situação militar interna sobre a actividade económica;
- d) a influência do "ambiente político" que envolveu as relações entre os 2 Estados.

8.1. A evolução das actividades económicas produtivas

Influenciado por diversos factores de entre os quais avultam os que acabaram de ser enumerados, o ritmo de crescimento económico (Quadro 1) espelha bem as dificuldades com que se defronta esta economia.

QUADRO 1 - Produto Interno Bruto (em biliões de kwanzas)

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Fregos correntes	79.4	99.7	108.5	118.0	109.4	126.3	141.6	144.
Fregos constantes								
(base 1973)	30.6	31.1	30.9	31.1	26.4
Crescimento real	-1.3	1.6	-0.7	0.7	-15.0

FONTE: EIU (1986), segundo dados do Ministério do Plano da R.P. Angola

Nota-se um crescimento em termos reais negativo e que tudo indica com tendência para o seu agravamento.

A situação da indústria transformadora reflecte os bloqueamentos desta economia (QUADRO 2).

Pela importância económico-social que representa, nomeadamente os ramos alimentar e ligeiro, dada a incapacidade local em satisfazer a procura, não se coloca outra alternativa que não seja o recorrer à importação dos bens de consumo minimamente indispensáveis para a população.

A conjugação dos factores que internamente perturbam a actividade económica com a dificuldade em assegurar matérias-primas e peças sobressalentes para manutenção dos bens de equipamento, conduziram a quebras acentuadas nos diversos ramos da indústria transformadora face aos seus níveis máximos alcançados em 1973.

No ramo alimentar, a produção em 1985 atingiu 37% do valor produzido em 1973, sendo os sectores mais dinâmicos os de farinhas e bebidas e os de menor dinamismo as conservas, gorduras e açúcar.

No ramo ligeiro constata-se um nítido domínio da produção têxtil (tecidos), com quebras acentuadas nas madeiras, peles e derivados do tabaco.

QUADRO 2 - Indústria Transformadora no período 1977-1985,
a preços constantes (base 100 = 1973)

	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
RAMO ALIMENTAR	30	30	31	30	32	29	46	41	37
RAMO LIGEIRO	32	47	54	69	75	76	83	95	81
RAMO PESADO	20	30	32	36	32	34	40	29	35
TOTAL	28	36	39	44	47	46	57	56	54

FONTE: MIA (1986)

Finalmente, no ramo da indústria pesada, as diminuições da produção são acentuadas e generalizadas: pneus, bicicletas, motorizadas, pilhas, metais e suas obras, embalagens, pasta para papel, etc, representado em 1985 um valor equivalente a 35% do verificado em 1973¹.

No cômputo geral a indústria transformadora, embora apresentando sinais de recuperação entre os anos 1977 e 1985, representa neste último ano pouco mais de metade do valor verificado em 1973 (56%).

Potencialmente rica em minérios, a indústria extractiva e mineira reflecte os problemas da situação militar: paralizou a extração de minério de ferro e a produção de diamantes representa 34% da verificada em 1973 (quando comparada em termos físicos), embora tenha existido uma duplicação da sua produção entre 1977 e 1985².

Relativamente ao sector agrícola, o vector "guerra" e as suas consequências sobre a produção, transporte e comercialização dos produtos agro-alimentares são visíveis: não só a nível da produção para consumo imediato mas também enquanto fornecedora de matérias-primas para a indústria transformadora alimentar.

Segundo a FAO, estima-se que a produção agrícola (colheitas)

1. Ministério da Indústria da RPAngola (1986), "Comunicação do Ministro de Angola para a Indústria à Conferência Mesa-redonda de Junho", Luanda

2. Ver nota 1.

tenha decaído sucessivamente desde 1974/76 a 1983, atingindo neste ano o índice 77 face àquele período inicial. Na produção de cereais esse índice atinge o valor 66 em 1983.

Daqui que, de acordo com o Relatório do CC do MPLA/PT ao 1.º Congresso Extraordinário do Partido, em 1980, se tenha constatado que, em 1981, "a produção mercantil controlada pelo Estado não (tenha) permitido senão satisfazer cerca de 12% das necessidades alimentares em bens alimentares da população urbana e dos operários agrícolas e de cerca de 15% das necessidades da indústria em matérias-primas"³.

Reduzidas que foram as quantidades exportadas de produtos agrícolas tradicionalmente exportados (sisal, açúcar, bananas, milho, etc), resta o café que em 1985 exportou 13.686 toneladas, ou seja, apenas 7% relativamente ao início da década de 70.

Finalmente o sector petrolífero. O valor estratégico que representa como factor "estabilizador" desta economia deve ser vista não só pela sua importância enquanto financiador das receitas orçamentais mas também, ou sobretudo, como gerador de divisas (cerca de 90% das receitas de exportação), que são o garante, finalmente, das importações indispensáveis.

Da conjugação dos seus aumentos da produção e dos preços que vigoram no mercado internacional, tem sido possível obter receitas mais ou menos crescentes (QUADRO 3) o que não impediu, porém, o aparecimento de graves dificuldades no início da década de 80.

QUADRO 3 - Receitas de exportação de petróleo (10⁶ dólares)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Exportações petróleo	1390	1344	1234	1525	1748	1905
Exp. petróleo/ Exp. totais	86		83	96	89	96

FONTE: elaborado a partir de EIU (1986)

A recessão mais ou menos generalizada da produção interna e a consequente falta de produtos diversos tem sido colmatada com o

3. MPLA (1977b), Secção III, p.76

recurso crescente à importação, só possíveis graças ao aumento de receitas de exportação.

Como resultado assistiu-se a um aumento do grau de abertura da economia relativamente a 1973, o qual, recorde-se, atingia o índice 55: 70 em 1978, 86 em 1980, 72 em 1982 e novamente 70 em 1985 (ver no ponto 8.2.2. o Quadro 4).

8.2. O comportamento do sector do comércio externo

8.2.1. As orientações para o desenvolvimento económico-social e o papel do comércio externo

Desde cedo foi intenção das autoridades angolanas estimular o desenvolvimento económico-social do país, ultrapassar os problemas estruturais típicos desta economia, diversificar o leque de exportações e de relações económicas internacionais.

Pelos factores apontados no início do capítulo, tais objectivos não têm sido atingidos.

O que na realidade aconteceu foi um agravamento da situação de guerra em que o país tem vivido, o que obrigou à canalização de meios financeiros, materiais e humanos para o sector da Defesa, em detrimento da sua canalização para as actividades produtivas.

Espartilhado entre este factor e as disponibilidades cambiais, o comportamento do comércio externo tem revelado na sua estrutura esta realidade.

Nas orientações até 1980 - "Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico e Social da RPA no período 1978/80" - e saídas do I Congresso do MPLA, em Dezembro de 1977, afirma-se: "esta fase caracteriza-se por uma política de austeridade... que exigirá a redução das importações a equipamentos, matérias-primas e sobressalentes a fim de permitir o desenvolvimento económico e social"⁴ ou, ainda, "(nesta fase) será necessário desenvolver uma política de economia de divisas, restringindo as importações ao mínimo possível"⁵.

Mais tarde, nas "Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico e Social da RPA entre 1981/85", documento

4. MPLA (1977c), p.55

5. MPLA (1977a), p.100

emanado do I Congresso Extraordinário do Partido MPLA/PT, em 1980, é afirmado : "foi considerado indispensável elevar substancialmente a parte de bens de consumo na estrutura geral da importação, assim como das matérias-primas para a sua produção...O facto de o volume da produção agrícola ser manifestamente insuficiente obrigou a canalizar uma grande parte dos recursos cambiais para a aquisição de bens de consumo e matérias-primas para o seu fabrico, em prejuízo de equipamentos e outros meios de produção indispensáveis ao arranque da economia nacional"⁶.

Finalmente, e mais recentemente, segundo os "Projectos Tese" apresentados ao II Congresso do MPLA/PT, em 1985, afirma-se : "a nossa política económica teve de ser reajustada, condicionando-se aos superiores interesses da defesa da soberania nacional"⁷. Depois de ser referido que a indústria transformadora deverá prioritariamente produzir e canalizar para a Defesa a sua produção, aqueles projectos concluem dizendo que "a autorização centralizada de novas importações necessárias a novos investimentos só se deve fazer nas condições de extrema severidade", pelo que o Comércio Externo deverá "garantir e aplicar uma política rigorosa de austeridade nas relações económicas com o exterior"⁸.

Conclusão: a importância crescente da Defesa⁹ a par das políticas de austeridade nas importações, iniciadas em 1981 e 1982 e que conduziram à elaboração do Plano de Urgência de 1983, tiveram profundas consequências na actividade produtiva, na dinamização da actividade mercantil e abastecimento de produtos essenciais à população¹⁰: o crescimento real negativo do PIB em cerca de 15% entre 1981 e 1982 comprova-o.

A estrutura das importações (ver ponto seguinte) acaba por reflectir o que a especificação (durante os últimos anos) da lista das prioridades associada à política de importações vem

6. MPLA (1980), pp. 79 e 83

7. MPLA (1985a), p. 4

8. MPLA (1985b, pp. 9 e 13)

9. De acordo com EIU (1986) citando o Banco Nacional de Angola, em 1985 cerca de 26% das despesas orçamentais foram afectadas ao Desenvolvimento Económico e Social enquanto 38% se destinaram à Defesa e Segurança. O ratio desta última rubrica sobre a primeira, entre 1983 e 1985, é sempre crescente: 129, 134 e 146.

10. BNA (1983b)

confirmar:

1^o - Produtos alimentares de 1^a necessidade cuja produção interna não existe ou cujo nível de produção é inferior às necessidades de abastecimento à população;

2^o - Matérias-primas e subsidiárias necessárias para garantir o abastecimento técnico-material das empresas;

3^o - Peças sobressalentes, indispensáveis para a manutenção e funcionamento das empresas.

8.2.2. A balança comercial

Em termos agregados foi a seguinte a evolução da balança comercial angolana (QUADRO 4) :

QUADRO 4 - Exportações, importações e grau de abertura (10⁶ dól.)

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985---
EXPORTACOES	998	1182	1623	1270	1490	1583	1960	1976
IMPORTACOES	888	1228	1483	1513	1122	990	1265	1374
GRAU ABERT.	70	73	86	71	72	61	68	70

FONTE: BNA (1983), (1985) e (1986)

O esforço de incremento da produção e exportação do petróleo e a política de contenção de importações permitiram que a balança comercial se tivesse mantido positiva, exceptuando-se os anos de 1979 e 1981, com a particularidade de se ter verificado, neste último ano, uma queda acentuada do preço do petróleo no mercado internacional.

A análise da Balança de Pagamentos (ANEXO 2) permite constatar a importância do saldo da balança comercial na cobertura dos défices da balança de serviços. Com uma balança de capitais de médio e longo prazo positiva, resulta uma Balança Básica com um comportamento oscilando entre o défice e o superávit.

Com um saldo da balança global sem apresentar valores demasiado elevados (salvo o ano de 1981) e com um ratio do serviço da dívida que não atingiu níveis preocupantes (18.9% em

1982 e 15.4% em 1985), a solvabilidade financeira externa neste período permitiu o recurso crescente ao financiamento externo, nomeadamente para garantir importações.

No entanto, a alteração a que nos últimos anos se assistiu na estrutura temporal da dívida externa - do médio e longo prazo para o curto prazo -, estiveram na base do lançamento das políticas de austeridade na importação, com os inevitáveis reflexos negativos sobre a actividade económica interna, como já foi explicado.

Relativamente à repartição geográfica do Comércio Externo (Quadro 4), pese embora as declarações de intenção relativas à importância de incrementar as relações económicas com os países socialistas, é com os países ocidentais e, muito em particular, com os países mais desenvolvidos (OCDE) que a maior parte desse comércio é estabelecido.

QUADRO 4 - Repartição geográfica do comércio externo de Angola (em percentagem)

	Exportações					Importações				
	1971-73	1979	1980	1981	1982	1971-73	1979	1980	1981	1982
Europa Ocidental	48.3	28.5	22.2	27.0	43.0	70.6	56.4	51.6	60.0	62.0
Comecon	...	6.8	6.3	3.0	2.0	...	15.7	16.9	8.0	7.0
América do Norte	30.6	21.4	31.8	67.0	54.0	11.3	5.6	7.1	22.0	20.0
América Latina	2.6	35.1	28.9			0.8	9.8	10.8		
África	6.3	3.4	4.1	2.0	1.0	6.5	3.0	2.2	3.0	2.0
Doutros	12.2	4.7	6.7	2.0	6.0	10.7	9.5	11.4	7.0	9.0

FONTE : BAGHAVAN (1987)

EIU (1986)

A primeira constatação é a subida da importância dos países do Comecon relativamente a 1973, o que não causa surpresa tendo em conta o interesse de manter laços privilegiados entre Angola e esses países. Contudo, passado um primeiro período de "euforia" tanto as exportações como as importações deste bloco diminuíram significativamente.

Ao contrário desta tendência, a parte respeitante ao comércio com os países da Europa Ocidental, depois de um retrocesso imediato após a independência, apresenta sintomas de clara recuperação.

Um dos vectores que Angola pretendeu privilegiar no seu

relacionamento económico externo diz respeito a uma maior aproximação promovida relativamente a alguns países da América Latina, nomeadamente Brasil e Argentina. A sua influência fez-se sentir sobretudo do lado das importações angolanas (0.8% em 1971-73 e 10.8% em 1980).

A análise da estrutura de exportações e importações reflete as dificuldades sentidas por Angola.

Observe-se a repartição das suas exportações (QUADRO 5):

QUADRO 5 - Estrutura das exportações totais da R. P. Angola,
por Grupos de Produtos (em percentagem)

	1971-73 ^a	1978 ^b	1979 ^b	1980 ^c	1981 ^d	1984 ^e	1985 ^f
1. Agro-alimentares	42.4	23.3	14.4	9.1	6.0	3.9	2.5
2. Minerais	35.2	66.3	72.1	76.9	82.0	86.5	95.0
3. Químicos	0.4	0.1					
4. Madeira, Pap., Cortiça	2.3						
5. Têxteis e Vestuário	6.1	0.4	0.5				
6. Couros e Calçado	0.2						
7. Metais e s/ obras	0.3	1.0					
8. Máquinas	1.2	0.2					
9. Diversos	11.8	8.6	13.0	14.0	12.0	9.6	2.5
10. Material Transporte	0.1						

FONTE: a) Estatísticas do Comércio Externo (Prov. Angola), 1971-73

b) Estatísticas do Comércio Externo 1978/79 (Min. Plano da RPA)

c) Informação Estatística 1979/80 (Min. Plano da RPA)

d) Marchés Tropicaux (Nov. 1983)

e) MIA (1986)

f) EIU (1987)

Da sua leitura realce para o peso relativo dos produtos minerais - o petróleo - que passa dos 66.3% em 1978 para 95% em 1985. No grupo dos produtos agro-alimentares, pelo contrário, assiste-se a uma diminuição de 23.3% em 1978 para somente 2.5% em 1985, cuja composição é, ainda assim, essencialmente formada pela exportação de café.

Por outro lado e não menos importante, a alteração da estrutura de exportações deixa transparecer as dificuldades que Angola sentiu na exploração das suas matérias-primas e produtos agrícolas (café, sisal, açúcar, tabaco, milho, diamantes, minério de ferro, etc).

Do ponto de vista das importações (QUADRO 6), e de acordo com as prioridades de desenvolvimento do país e das consequências da

situação militar, a sua estrutura revela a influência destes dois factores.

QUADRO 6 - Estrutura das importações totais da R.P. Angola,
por Grupos de Produtos (em percentagem)

	1971-73	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
1. Agro-alimentares	13.0	35.5	31.5	19.0	30.0	26.7	32.8	33.4
2. Minerais	6.2	1.7	0.9			1.9	2.2	1.3
3. Químicos	13.9	14.6	11.4	9.0	6.0	9.7	11.3	10.1
4. Madeira, Pap., Cortiça	2.6	1.7	2.4			3.6	2.0	1.8
5. Têxteis e Vestuário	10.2	8.8	9.6	6.0	8.0	8.7	8.3	8.0
6. Couros e Calçado	1.1	1.4	1.8			1.4	1.1	1.4
7. Metais e s/ obras	11.6	6.7	8.6	21.0	16.0	8.7	9.8	18.4
8. Máquinas	23.4	13.4	15.1	9.0	7.0	19.6	16.4	13.7
9. Diversos	2.8	2.5	2.5	7.0	6.0	2.4	1.9	1.7
10. Material Transporte	15.2	13.7	16.2	13.0	10.0	17.3	14.2	10.2

FONTE: As mesmas utilizadas para o Quadro 5

NOTA: A soma dos anos 1980 e 1981 não perfaz os 100%, parecendo existir uma subavaliação nos produtos agro-alimentares e máquinas.

Está patente na sua estrutura o predomínio dos produtos agro-alimentares (35.5% em 1978, seguindo-se-lhe um decréscimo e nova recuperação para os 33.4% em 1985), do material de transporte e máquinas, aparecendo depois as obras de metais comuns (que passam de 6.7% em 1978 para 18.4% em 1984), os produtos químicos e, finalmente, os produtos têxteis. Ou seja, a composição das importações reflecte duas vertentes:

a) os bens de consumo prioritários para a satisfação das necessidades da população (produtos agro-alimentares e têxteis);

b) os bens necessários para manter em funcionamento a estrutura produtiva nacional (máquinas, obras de metais comuns, produtos químicos ou material de transporte).

8.3. A nova política comercial

As novas orientações político-económicas determinaram a adopção de um regime comercial externo substancialmente diferente daquele que vigorou antes da independência, em particular no período 1962-73 (ver Capítulo 5).

As principais medidas de regulamentação comercial aplicadas por Angola (1976-1985) são:

8.3.1. Direitos aduaneiros

Os direitos aduaneiros aplicáveis à maioria das importações são direitos específicos. Algumas vezes, contudo, alguns produtos (óleos vegetais, vestuário, produtos minerais e bens de equipamento) estão sujeitos a direitos *ad valorem* situados entre os 1% - 40% .

Pela Lei 15/77 (de 5 de Outubro de 1977) ficou determinado que a partir de 1 de Janeiro de 1978 passaria a vigorar para todo o País e para todos os produtos (qualquer que fosse a sua origem) a pauta de importações segundo a nomenclatura de Bruxelas (segundo o Diploma Legislativo 3440 de 30 de Janeiro de 1964).

Devido à dificuldade de obter dados estatísticos, não é possível determinar a taxa média efectiva de tributação sobre o comércio externo. Contudo, é possível uma aproximação (SANTOS e SANTOS, 1984)¹¹ :

	1979	1980	1981	1982	1983
Direitos import./import.	5.66	5.75	3.86	9.5	8.5
Dir. Ad. Tot /Com.Ext.	2.88	4.32	3.14	7.98	6.32

A análise da estrutura dos direitos aduaneiros indicia uma percentagem sempre próxima dos 99% para os direitos de importação e de apenas 1% para os direitos de exportação no período 1980-84.

Por outro lado, as receitas provenientes dos direitos que recaíram sobre as importações representaram, em média, 7.5% a 10% das cobranças fiscais totais da RPAngola. No conjunto dos impostos que constituem o sistema fiscal angolano posicionam-se como a 2ª fonte de receitas¹². A explicação para este facto radica no elevado volume de importações de todo o tipo de bens que Angola

11. Segundo este estudo, um relatório da Direcção Nacional das Alfândegas indica uma taxa média de tributação das importações na ordem dos 12.6% .

12. SANTOS e SANTOS (1984, p.57)

se vê obrigada a importar.

De acordo com aqueles autores, a elasticidade dos direitos de importação relativamente às importações é bastante inferior à unidade - 0.54% - no período 1979-80 e 1981-82 o que é indicativo, face à inexistência de medidas importantes de desarmamento pautal de:

- importações concentradas em produtos isentos ou tributados a taxas baixas (30 a 35% das importações);
- forte erosão do valor dos impostos cobrados devido à desactualização das taxas, nomeadamente as de carácter específico;
- existência de desvios e "descaminhos".

Quanto aos direitos de exportação, a sua incidência faz-se sentir sobre as mercadorias exportadas, qualquer que seja a entidade exportadora e traduz-se na aplicação de taxas e sobretaxas ad valorem muito variáveis (sendo a mais frequente a de 4%) e de alguns direitos específicos.

Tomando como índice base 100 o ano de 1973, foi a seguinte a evolução da cobrança dos direitos de exportação: 12.3 em 1980, 9.9 em 1981, 6.5 em 1982 e 9.7 e 11.3 em 1983 e 1984, respectivamente, o que reflecte as quebras verificadas na produção e exportação dos produtos tradicionalmente exportados¹³.

8.3.2. Imposições adicionais de carácter fiscal

Respeitam aos emolumentos gerais aduaneiros: 9% do valor declarado CIF.

8.3.3. Taxas internas que incidem sobre os produtos importados e os produtos locais

Existe um imposto de consumo que atinge os 60% do valor declarado CIF.

8.3.4. Licenciamentos e restrições quantitativas

As licenças outorgadas são da responsabilidade do Ministério das Finanças e tomam a forma de BRI's (Boletins de Registo de Importação) cuja validade é de 6 meses.

13. SANTOS e SANTOS (1984, p.61).

a) regime de licenciamento restritivo

a1) licenciamento discricionário: os agentes económicos têm de obter uma licença prévia junto do organismo de comércio estatal que se responsabiliza pelo produto que eles desejam importar.

Existe uma escala de produtos a com prioridade de importação: produtos químicos, animais vivos, produtos alimentares, medicamentos, veículos, matérias-primas para a indústria e bens de equipamento;

a2) autorização especial de importação: é necessário obter uma autorização especial de importação entregue por um organismo governamental designado para o efeito e respeitante aos seguintes produtos: medicamentos, livros, jornais, discos e filmes.

b) interdições

Existe uma interdição em função da origem: as importações provenientes da África do Sul são proibidas;

c) restrições ao nível das empresas

Os agentes económicos estão sujeitos a contingentes anuais de divisas e que lhes são atribuídos pela Direcção de Operações Internacionais (Banco nacional de Angola).

8.3.5. Circuito único para as importações e serviços nacionais obrigatórios

a) circuito único para as importações: monopólio do comércio pelo Estado

A maior parte das importações são objecto dum monopólio do Estado.

São os seguintes os organismos de comércio do Estado e os produtos que transacionam:

- IMPORTANG,UEE - Central Angolana de Importação
(produtos alimentares,têxteis e calçado)
- ANGOMEDICA,UEE (produtos farmacêuticos,equipamen-
tos e instrumentos médicos)
- ENATIP,UEE - Empresa Nacional de Abastecimento
Técnico e Material da Indústria Pesqueira
(equipamentos para a pesca e pescarias)
- DINAMÁ,UEE (material e equipamentos agrícolas)
- INALD,UEE - Instituto do Livro e do Disco (livros
e discos)
- MECANANG,UEE (bens de equipamento)
- MAQUINPORT,UEE - Empresa de Comércio de Material e
Equipamento de Escritórios (móveis e equipamentos
de escritórios)
- ABAMAT,UEE (veículos automóveis)
- ENAEC,UEE (materiais de construção)
- ANGOSEMENTES,UEE (adubos e sementes)

Em resultado da discriminação que um regime de monopólio es-
tatal confere ao Estado relativamente aos diferentes agentes
económicos,observe-se o Quadro 7 seguinte:

QUADRO 7 - Importadores da RFAngola (% do valor das
importações) entre 1978-1983

	1978	1979	1982	1983
Importang	59.4	48.3	10.7	18.0
Min. Transportes	6.7	11.7	7.0	26.6
Outros Estatais	20.4	28.0	67.2	44.0
Privados	13.5	12.0	14.9	11.4

FONTE: elaborado a partir de,

Estatísticas do Comércio Externo (1978/79)

Estatísticas do Comércio Externo (1982-84)

aprovadas provisoriamente

Como era de esperar,os agentes privados detêm cerca de 1/10
do valor importado,sendo o restante repartido entre as empresas
estatais,variando a sua quota conforme as prioridades atribuídas

às importações.

b) Seguro nacional obrigatório para as importações

Qualquer importador (estatal ou privado) é obrigado a efectuar um seguro sobre a importação do produto que pretende adquirir no exterior.

8.3.6. Acordos comerciais preferenciais

Revogada a legislação que atribuía tratamento preferencial aduaneiro a Portugal e restantes ex-colónias portuguesas, este país assinou um protocolo de adesão à SADCC (Conferência para a Coordenação e desenvolvimento da Africa Austral) em 1980, dando lugar ao aparecimento de um acordo multilateral regional que pretende, no futuro, instituir um sistema de preferências comerciais mútuas entre os seus países membros.

8.3.7. Formalidades especiais de entrada de produtos

a) inspecção das mercadorias antes da sua expedição

Segundo o Decreto 18/80 do Conselho de Ministros e publicado no Diário da República n.º 38 - I Série de 15/2/80, determina-se que entra em vigor a partir de 1 de Março de 1980 o contrato celebrado entre o Banco Nacional de Angola e a SGS, SA (Société Generale de Surveillance) cujo objectivo é: a SGS realizará uma inspecção às mercadorias importadas pelas diferentes entidades angolanas no que respeita à qualidade, quantidade e comparação de preços, seja qual for o ponto de expedição geográfica das mesmas.

Este protocolo admite excepções à actividade da SGS:

- produtos como ouro, pedras preciosas, armas e munições destinadas ao exército, explosivos, animais vivos, frutas, carnes e peixes frescos, ovos, jornais;
- doações, fornecimentos às Missões Diplomáticas e Consulares e fornecimentos aos organismos das Nações Unidas¹⁴.

Finda a inspecção, a SGS emitirá um relatório de conclusões

14. BNA (1980), *Normas Gerais para os Importadores*

que poderá ser um Atestado de Verificação (no caso positivo) ou um Aviso de Recusa de Atestação (parecer negativo).

A actividade da SGS não tem sido isenta de críticas. Os exportadores portugueses, por exemplo, queixam-se dos efeitos da morosidade das inspecções, prejudicando a qualidade do produto ou implicando a caducidade da carta de crédito do exportador ou do BRI do importador angolano.

b) Aspectos restritivos da normalização

Exige-se um certificado sanitário para a importação de todos os produtos de origem animal e vegetal.

*

*

*

As medidas de regulamentação comercial acabadas de expôr indicam, por um lado, o processo labirintico/administrativo que é necessário percorrer antes de se conseguir importar o que quer que seja; por outro lado, podem-se colocar dúvidas quanto ao efeito que o poder monopolístico e discricionário do Estado tem sobre a eficácia, operacionalidade e racionalidade no sector do comércio externo.

Se é certo que não existiu agravamento pautal neste período mesmo já não se pode afirmar relativamente às chamadas Barreiras Não-tarifárias ou medidas não-tarifárias de intervenção dos poderes públicos no comércio (CNUCED, 1988):

- proibições/interdições de importações (8.3.4.b)
- existência de contingentes (8.3.4.c)
- licenças não-automáticas, isto é, licenças e autorizações para importar (8.3.4.a)
- monopólios de importação do Estado (8.3.5.a)
- inspecção das mercadorias (8.3.7.a).

8.4. A revogação da pauta preferencial com Portugal e os efeitos no comércio

8.4.1. A Lei 15/77 de 5 de Outubro de 1977

Foi previsto que o Espaço Económico Português institucionalizado pelo DL 44016 de Novembro de 1961, no sentido da criação de uma zona de comércio livre, fosse atingido até ao final do ano de 1971. Como se mostrou nos Capítulos anteriores tal objectivo não foi de todo atingido e com o acesso de Angola à independência em 1975 o mesmo tornou-se impraticável.

Contudo, do ponto de vista formal, é só em 1977 que Angola declara abolido o tratamento preferencial com Portugal. E esse o espírito da Lei 15/77¹⁵ e que dá seguimento legislativo a uma Resolução anteriormente aprovada no III Plenário do CC do MPLA em 1976.

Como é referido no preâmbulo "a partir de 11 de Novembro de 1975 deixaram de ter qualquer fundamento os tratados preferenciais estabelecidos no campo aduaneiro por Portugal, durante o colonialismo". Dito de outro modo: é revogada a pauta preferencial estabelecida entre Angola e Portugal.

Para não deixar quaisquer dúvidas sobre o alcance desta decisão, o art. 4º revoga "todas as disposições legais e regulamentares que contrariem o disposto na presente lei e nomeadamente, a pauta dos direitos de importação aprovado pelo Decreto 37214 de 14 de Dezembro de 1948".

8.4.2. Identificação das alterações no padrão e efeitos de comércio

Na impossibilidade de poder dispôr de dados estatísticos tão completos e fiáveis como os que utilizámos no capítulo anterior, a análise deste período basear-se-á na aplicação de dois métodos que deverão complementar-se.

Assim, o método de Truman será aplicado para o período de 1978-1982 e numa versão próxima da de 1972, enquanto a totalidade do período será coberta pela utilização da análise das variações das quotas de importação a qual, se por um lado não permite dis-

15. Diário da República, 5 de Outubro de 1977, I Série, nº236, Luanda

criminar entre criação e desvio de comércio, por outro possibilita identificar as alterações no padrão de comércio.

8.4.2.1. O método das variações simples nas quotas de importação

No cômputo geral, a posição de Portugal no mercado angolano foi relativamente boa, se atendermos aos problemas de relacionamento bilateral que se seguiram à Independência de Angola (QUADRO 5):

QUADRO 5 - Participação de Portugal no comércio externo de Angola (em percentagem)

	1971-73	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Exportações para Portugal	27.3	0.7	1.4	0.9	1.2	1.5	0.9	1.9	4.1
Importações de Portugal	27.0	9.1	13.5	13.3	16.5	11.5	17.4	26.7	13.0

FONTE: Cálculos elaborados pelo autor a partir de,
Estatísticas do Comércio Externo (Angola), 1971-73, 1979-80 e 1982-84 (provisórios)
Estatísticas do Comércio Externo (Portugal) 1971-73 e 1978-1985

Embora perdendo o peso que detinha nos anos 71-73, Portugal veio a recuperar essa posição nomeadamente enquanto fornecedor: a sua quota de mercado subiu dos 9.15% em 1978 para os 17.4% em 1983 e 13.0% em 1985 (passando por 26.7% em 1984 que nos parecem exagerados e daí aceitar-mo-lo com certas reservas).

Do ponto de vista hierárquico, Portugal foi o 1º fornecedor da RPA em 1979-81, passando pelo 2º lugar em 1984¹⁶ e recuperando a posição de liderança em 1985¹⁷. Alguns dos principais países que compõem a oferta do Resto do Mundo detinham as seguintes quotas de mercado para os anos de 1980 e 1984: EUA (5.9% e 15.6%), França (7.2% e 10.2%), RFA (5.9% e 8.7%), Holanda (7.5% e 7.1%),

16. Conforme dados do Ministério do Comércio Externo e Ministério do Plano da RP Angola

17. Conforme EIU (1986, p.32)

Brasil (9,8% e 6,6%). Por seu turno eram as seguintes as quotas da União Soviética (0,6% e 0,9%) e Cuba (4% e 0,8%).

Sectorialmente, a estrutura da oferta de importações de Portugal a Angola não apresentou uma tendência regular ao longo deste período: o seu comportamento é oscilante embora a estrutura dos anos seguintes à independência (1977-1979) seja bastante diferenciada daquela que se verificou nos últimos 3 anos (média de 1983-1985). Esta última, por sua vez, é muito semelhante relativamente àquela que ocorreu entre 1971-1973 (QUADRO 9).

QUADRO 5 - Repartição da oferta de importações portuguesas a Angola, segundo Grupos de Produtos (em %)

	71-73	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1983-85
1. Agro-alimentares	22.7	14.8	5.3	8.2	7.4	13.3	9.4	19.7	19.4	23.7	18.4	20.5
2. Minerais	4.1	1.0	2.6	1.6	0.9	1.9	0.9	0.4	3.2	4.7	4.1	4.0
3. Químicos	15.1	12.3	17.2	13.0	12.7	18.5	16.3	18.7	16.2	13.0	11.5	13.6
4. Madeira, Pap., Cortiça	2.9	2.7	3.1	8.3	6.6	7.0	7.1	4.8	3.2	3.1	2.5	2.9
5. Têxteis e Vestuário	24.3	37.1	45.0	38.0	33.0	24.6	32.0	17.5	21.0	24.8	20.2	22.0
6. Couros e Calçado	3.1	7.7	7.9	7.7	6.2	5.9	7.6	7.4	6.7	4.0	5.0	5.2
7. Metais e s/ obras	14.6	3.5	6.9	6.9	12.2	12.2	11.4	17.1	13.0	10.4	15.0	12.8
8. Máquinas	14.3	8.7	8.2	11.1	10.3	10.7	11.4	10.0	10.5	11.2	17.2	13.0
9. Diversos	1.8	8.9	1.6	2.7	2.5	3.7	1.6	1.9	2.9	2.0	3.6	2.8
10. Material Transporte	2.2	11.0	1.5	2.4	8.0	2.1	2.4	1.6	3.9	3.2	2.5	3.2
TOTAL (mil contos)	3.271	880	2.430	2.899	5.872	8.904	13.839	6.773	11.058	22.488	26.720	

FONTE: cálculos do autor a partir de Estatísticas do Comércio Externo (1971-1985), Portugal

Da conjugação das vantagens comparativas que a oferta de importações portuguesas tem tradicionalmente em certos sectores, da concorrência acrescida que outras fontes de oferta desenvolvem neste período e da definição das prioridades associadas à política de importação angolana resulta a nova estrutura de oferta portuguesa.

Será que existe alguma correspondência entre esta estrutura e as necessidades do mercado interno angolano? O Quadro seguinte parece confirmar esta tese, se efectuarmos a comparação do ano imediatamente anterior ao início da aplicação das políticas de austeridade sobre as importações (1981) e o último ano do período (1985):

Grupos de produtos	1981	1985	Pol. prioridades
1. Agro-alimentares	9.4	18.4	Prioritário
2. Minerais	0.9	4.1	Não-Prioritário
3. Químicos	16.3	11.5	Prioritário
4. Madeira, Pap., Cortiça	7.1	2.5	Não-Prioritário
5. Têxteis e Vestuário	32.0	20.2	Não-Prioritário
6. Couros e Calçado	7.6	5.0	Não-Prioritário
7. Metais e s/ obras	11.4	15.0	Prioritário
8. Máquinas	11.4	17.2	Prioritário
9. Diversos	1.6	3.6	-
10. Material Transporte	2.4	2.5	Não-Prioritário

Existe na realidade uma certa correspondência em termos de crescimento relativo dos produtos ofertados por Portugal/prioridades de importação angolana. Isto poderá indiciar que a oferta de importações portuguesas se soube adaptar relativamente bem às necessidades da R.P. Angola.

A conjugação de todos estes factores reflecte-se em alterações pronunciadas nas quotas de mercado por Grupos de Produtos que Portugal detém face ao Resto do Mundo (QUADRO 10).

QUADRO 10 - Quotas de importação de Portugal no mercado angolano

Grupos de produtos	1971-73	1978	1979	Média	1982	1983	1984	Média
1. Agro-alimentares	48.4	1.9	2.8	2.4	8.5	10.3	18.9	12.6
2. Minerais	15.4	7.6	13.3	10.5	8.3	24.7	96.9	43.3
3. Químicos	28.8	7.4	13.6	10.5	22.2	24.7	33.9	26.9
4. Madeira, Pap. e Cortiça	46.4	41.1	34.7	37.9	15.3	27.9	46.0	29.7
5. Têxteis e Vestuário	65.8	35.8	41.7	38.8	23.0	44.2	82.2	49.8
6. Couros e Calçado	79.0	47.1	44.4	45.8	63.0	94.4	79.5	79.0
7. Metais e s/ obras	21.4	8.4	17.4	12.9	22.7	23.0	15.1	20.3
8. Máquinas	15.0	6.9	8.3	7.6	5.9	11.2	21.9	13.0
9. Diversos	18.9	9.8	14.1	12.0	9.0	27.8	33.4	23.4
10. Material de Transporte	3.8	1.5	6.0	3.8	1.0	4.8	8.2	4.7

FONTE: cálculos do autor a partir de Estatísticas do Comércio Externo (Portugal), 1971-1985
Estatísticas do Comércio Externo (Angola), 1971-73, 78-79 e 82-84

Nota: a transformação dos valores de exportação (FOB) em valores de importação (CIF) efectou-se através de $XPA \times \text{Factor CIF/FOBAFRICA}$ onde XPA = Exportações de Portugal para Angola

Algumas observações da leitura do Quadro :

- Portugal dispõe, nos últimos anos, de quotas de mercado bastante elevadas, recuperando das quebras registadas após 1975;
- as principais quotas situam-se nos produtos tradicionais de exportação portuguesa: têxteis e vestuário, couros e calçado, obras de madeira e cortiça. Vêm depois novos produtos de exportação: químicos e máquinas e aparelhos eléctricos;
- comparativamente com o período anterior à independência, a estrutura das quotas de importação apresenta mudanças dignas de registo: no sentido negativo, produtos agro-alimentares, produtos da madeira, papel e cortiça, têxteis e vestuário, o que denota uma crescente oferta alternativa de importações dos países do Resto do Mundo face à oferta de Portugal. Esta constatação é tanto mais importante quanto os grupos de produtos referidos são os tradicionalmente exportáveis por Portugal. Em sentido positivo e de modo significativo, apenas os produtos minerais (óleos combustíveis).

Duas conclusões impõem-se:

a) muito embora tivesse existido uma alteração no padrão das importações angolanas oriundas de Portugal nos anos imediatos à independência daquele país, os anos mais recentes traduzem uma nova recomposição em tudo semelhante à existente nos últimos anos do EEP. Tendo presente que diversos factores extra-económicos fizeram sentir a sua influência naquele primeiro período, o novo padrão pode significar que é o que corresponde da melhor forma às características da procura do mercado angolano;

b) por outro lado, é significativo o facto das quotas de importação desagregadas demonstrarem uma perda de posição relativa em 6 dos 9 grupos de produtos, situação essa que assume especial significado visto aí se encontrarem não só os produtos portugueses tradicionalmente importados por Angola (têxteis e vestuário, agro-alimentares, químicos, metais e suas obras e máquinas) como aqueles que maiores quotas detinham no mercado angolano em 1971-73 (em particular, têxteis e vestuário e agro-alimentares). Esta situação é reveladora da crescente concorrência na oferta de importações no mercado angolano e poderá vir a ter implicações no futuro "porquanto os produtos portugueses de maior penetração no mercado angolano não são os que maior peso têm nas suas importações e, ao contrário destes que possibilitam uma

ligação mais estável e de longo-prazo, apresentam a característica de poderem vir a ser substituídos pela produção interna angolana"¹⁸ (FERREIRA, 1986, pp.398/399).

*

*

*

A despeito destas conclusões, este método revela o claro inconveniente de não poder integrar simultaneamente a produção nacional angolana e as suas importações. Daí que, sendo impossível efectuar a discriminação entre os diferentes efeitos de comércio, os seus resultados tenham um alcance limitado.

A fim de ultrapassar este inconveniente, ir-se-á utilizar, de seguida, o método das quotas no consumo aparente.

B.4.2.2. O método das quotas no consumo aparente

A metodologia a ser empregue neste ponto não corresponde estritamente ao método de TRUMAN (1975). Será uma adaptação de TRUMAN (1972), ou seja, sem quaisquer ajustamentos cíclicos.

A razão de assim procedermos prende-se, única e exclusivamente com a impossibilidade de poder dispôr de dados estatísticos considerados imprescindíveis e cobrindo a totalidade do período.

Ainda assim pensamos ser possível efectuar uma aproximação com base nas estatísticas disponíveis e que permita, pelo menos, lançar alguma luz sobre a discriminação dos efeitos de comércio e abrir caminho para uma futura investigação mais aturada.

No ANEXO METODOLOGICO 2 encontram-se explicitadas as questões relativas à especificação e agregação estatística.

O apuramento das quotas não ajustadas no consumo aparente para os anos 1973, 1978, 1979 e 1982 são as que constam do QUADRO 11:

18. O resultados do Capítulo anterior permitem demonstrar a existência desta potencialidade e que foi característica dos últimos anos.

QUADRO 11 - Quotas no consumo aparente: oferta doméstica angolana, oferta de importações portuguesas e do resto do mundo

	1973			1978			1979			1982		
	D	P	W	D	P	W	D	P	W	D	P	W
P.ALIMENTARES	0.704	0.121	0.175	0.482	0.010	0.508	0.514	0.014	0.472	0.666	0.028	0.306
QUIMICAS	0.676	0.093	0.231	0.416	0.040	0.544	0.573	0.066	0.361	0.735	0.070	0.195
P.MADEIRA e												
MOBILIARIO	0.707	0.128	0.165	0.662	0.136	0.202	0.465	0.212	0.323	0.254	0.138	0.608
TEXTEIS/VEST.	0.820	0.118	0.062	0.658	0.128	0.214	0.678	0.136	0.186	0.869	0.037	0.094
METAL.BASE e												
P.METALIC.	0.580	0.078	0.342	0.483	0.044	0.473	0.446	0.097	0.457	0.503	0.113	0.384
BORRACHA e												
MAT.PLAST.	0.743	0.061	0.196	0.699	0.029	0.272	0.647	0.031	0.322	0.716	0.022	0.262
MAQUINAS e												
APARELHOS	0.105	0.138	0.757	0.045	0.066	0.889	0.073	0.076	0.851	0.194	0.046	0.760
M.TRANSPORTE.	0.128	0.042	0.830	0.108	0.013	0.879	0.106	0.054	0.840			

NOTA: D - oferta doméstica angolana
P - oferta de importações portuguesas
W - oferta de importações do Resto do Mundo

São as seguintes as principais observações que se podem efectuar da leitura do Quadro:

a) relativamente ao ano base 1973, existe uma diminuição da quota da oferta doméstica em todos os sectores no ano de 1979, recuperando ligeiramente em 1982 com acréscimos em 3 sectores (produtos químicos, têxteis e vestuário e máquinas e aparelhos);

b) para os mesmos dois períodos temporais, a quota de oferta de importações dos países do Resto do Mundo aumenta em todos sectores (excepto produtos químicos em 1982);

c) relativamente à variação das quotas de importação de Portugal, registou-se um acréscimo em 4 dos 8 sectores no ano de 1979 (produtos da madeira e mobiliário, produtos metálicos, têxteis e vestuário e material de transporte), tendência só mantida nos dois primeiros casos no ano de 1982;

d) em 1982, os sectores em que o peso da produção doméstica é maior referem-se aos produtos da indústria química, têxteis e vestuário e artigos da borracha e matérias plásticas; no caso da oferta dos países do Resto do Mundo, destaque para o material de transporte, máquinas e aparelhos e produtos derivados da madeira. Finalmente e no que respeita à oferta de im-

portações portuguesas realce para os produtos da madeira e produtos metálicos.

Estas observações parecem confirmar a apreciação que fizéramos sobre a evolução da economia angolana no início do capítulo.

Assim, a produção nacional ressentindo-se dos efeitos desreguladores dos mecanismos económicos nos anos seguintes à independência, viu-se constrangida a recorrer às importações como meio de colmatar as quebras da produção interna, dando origem a um aumento do seu peso relativo no consumo aparente.

Dai que e comparando estes resultados com os do Capítulo anterior, se tenha assistido a uma inversão das tendências, nítida no caso da oferta doméstica, menos clara relativamente às duas ofertas de importação:

- no caso da oferta de importações portuguesas, inversão da tendência nos produtos da madeira e produtos metálicos, enquanto nos outros sectores se confirma a tendência anterior;

- para a oferta de importações do resto do mundo inverte-se a tendência decrescente em 3 sectores, enquanto para um número igual de sectores se regista a manutenção da variação no sentido crescente.

Na explicação da recuperação das posições das quotas da oferta doméstica entre 1979 e 1982, parece não residir em aumentos no valor da indústria transformadora a sua causa fundamental: embora se assista a uma ligeira recuperação desta última (conforme Quadro 2), ela é acompanhada de uma forte contração das importações, quer totais quer com origem em Portugal, pelo que, em termos relativos, a parte da oferta doméstica relativamente ao consumo aparente deverá ter subido.

Os resultados a que chegámos quanto ao comportamento das quotas de oferta de importações portuguesas, poder-nos-ia levar a considerar paradoxal que essas quotas diminuíssem num período de desarmamento pautal (EEP) e que aumentassem num período em que os direitos preferenciais ou nulos foram revogados, elevando-se para o nível da pauta geral.

Porém, e como o Capítulo 7 o demonstrou, as alterações na estrutura tarifária aduaneira são um dos factores que influenciam as correntes de troca. Outros factores, nomeadamente os que se prendem com o processo de crescimento da indústria

nacional, desempenham uma influência suficientemente forte para serem relegadas para um segundo plano.

Desta forma, a incapacidade de resposta da indústria transformadora angolana à procura interna tornou imprescindível o recurso às importações e, neste caso particular, portuguesas em virtude de existir para determinado tipo de produtos uma procura rígida, hábitos de consumo e uma estrutura de monopólio estatal no comércio de importação (o que, no caso dos direitos aduaneiros serem 'proibitivos', pode levar o Estado a subsidiar os preços a serem praticados no mercado interno).

Mesmo com todas as limitações associadas a este método, ele permite, face ao das quotas simples de importações, fazer sobressair com maior nitidez a importância da oferta de importações.

No caso de Portugal, poder-se-ia ser levado a concluir, através do primeiro método, que apenas no material de transporte e nos produtos metálicos, respectivamente para os períodos 1979 e 1982, aumentou o significado da oferta portuguesa no mercado angolano. No entanto, ao considerarmos essa análise com referência ao consumo aparente, verificamos que, para 1979, ao material de transporte devem ser acrescentados os têxteis e vestuário, produtos metálicos/metalurgia base e produtos da madeira e mobiliário; este último sector, por sua vez, deve ser acrescentado aos produtos metálicos em 1982.

Sintetizando estes resultados em termos do aumento da procura potencial (conforme aplicado no Capítulo anterior), pode-se efectuar algumas observações.

Em termos globais assiste-se a uma alteração no papel da oferta nacional quando comparados os anos de 1979 e 1982: enquanto em 1979 representava um valor negativo (- 249%) em termos do aumento da procura potencial, em 1982 passou a sinal positivo (+ 4.5%).

Para as ofertas de importações, destaque para os valores bastante elevados que, em ambos os anos, apresentam as de origem portuguesa e do resto do mundo, embora de sinais contrários: negativo para o caso português.

Em termos do PIB, a oferta nacional que representava - 8.4% em 1979 passou para +0.34% em 1982, enquanto a oferta de importações portuguesas passou dos - 2.6% para os - 4.0% entre 1979 e 1982.

REAFFECTACAO ESTIMADA DA DESPESA (1979 E 1982) NO COMERCIO E
 PRODUCAO NACIONAL SEGUNDO A ORIGEM DA OFERTA
 - milhões de kwanzas -

	1979	1982
OFERTA NACIONAL		
Variação líquida		
Valor	- 8.408	+ 374
Em % do aumento da procura potencial	- 249%	+ 4.5%
OFERTA DE PORTUGAL		
Variação líquida		
Valor	- 2.579	- 4.388
Em % do aumento da procura potencial	- 346%	- 287%
OFERTA DO RESTO DO MUNDO		
Variação líquida		
Valor	+ 10.987	+ 4.015
Em % do aumento da procura potencial	+ 427%	+ 378%

8.5. Balanço dos efeitos no comércio no período 1976-1985

Existe um comportamento oscilatório da oferta de importações portuguesas a Angola em todo o período.

Embora apresente uma tendência crescente e estabilizadora, ela evidencia também a influência que factores estritamente económicos, militares ou de natureza política exercem sobre o volume de comércio.

A análise do comportamento das quotas simples de mercado começou por dar a ideia de que a oferta portuguesa relativamente à oferta doméstica e à oferta do resto do Mundo teria vindo a

afirmar-se paulatinamente, minimizando os efeitos de erosão de comércio que se configurava nos anos seguintes a 1975. Para isto alguns factores contribuiriam :

a) do lado da oferta de bens de consumo: os laços culturais e os hábitos de consumo que foram criados ao longo de decénios com a presença portuguesa em Angola, não podem desaparecer ou ser alterados rapidamente; resulta daqui uma pressão do mercado interno no sentido da importação de produtos portugueses. Porém e embora pareça legítima a expectativa de que os laços culturais possam favorecer o comércio, eles não são em caso nenhum a condição suficiente para o seu estabelecimento (KLEIMAN, 1978a);

b) do lado dos bens de equipamento e produtos intermédios: parte do parque industrial angolano foi construído nos anos 60/70 com elevada componente tecnológica portuguesa. Daí que, do ponto de vista da sua manutenção, reparação ou substituição, Angola poderia ter de recorrer à oferta de importações portuguesas;

c) a in experiência das autoridades angolanas em lidar com os processos de negociação do comércio internacional o que conduziu, após os primeiros anos de experiência, a um retorno na procura de fontes mais familiares (ex-metrópole) traduzido naquilo que LIVINGSTONE (1976, p.211) denomina "inércia negocial" e que afecta, mais do que as deliberações políticas, as decisões na política de aprovisionamento de importações.

Seja como for, os efeitos de erosão de comércio a que se assistiu após 1976, não pode ser considerado novidade no comportamento pós-colonial face a outros exemplos africanos. O posicionamento da ex-metrópole é claramente afectado:

- num primeiro momento ela é a primeira a sofrer as consequências de uma espécie de "exorcismo político-económico" desencadeado pelas ex-colónias (ver, por exemplo, o estudo de aplicação prática elaborado por KLEIMAN (1976));

- por outro lado, o desejo legítimo de procurar diversificar as suas relações externas conduz o novo país a encetar contactos com novas fontes de oferta de importações, de que resulta geralmente uma diminuição da oferta da ex-metrópole (KLEIMAN, 1977).

A leitura dos dados estatísticos dos Quadros anteriores comprovam este desenvolvimento linear.

Por outro lado, problemas específicos e bloqueadores do processo de desenvolvimento económico a que se assistia em Angola na década de 60 e início dos anos 70, são os principais responsáveis pela diminuição da oferta nacional no consumo aparente. Apresentando uma estrutura de importações relativamente rígida em certos produtos e com problemas de mobilização de recursos cambiais, o desvio de comércio segundo as origens de oferta de importações parece estar, em certa medida, dependente das condições financeiras oferecidas pelos países exportadores, em particular, pela abertura de linhas de crédito à exportação.

O apuramento quantitativo da importância das fontes de oferta de importações por nós efectuado, reflecte, é certo, acontecimentos conjunturais associados à economia angolana; contudo, tendo sido minimizadas questões relativas às condições associadas aos países exportadores, tais condições financeiras devem ser um novo elemento a integrar em posteriores desenvolvimentos desta problemática.

CONCLUSAO

CONCLUSAO

No estudo do caso Angola / Portugal mereceu um especial destaque a reflexão sobre a forma como se processou a inserção daquela no Espaço Económico Português (1962-1973), o relacionamento com Portugal e a quantificação dos efeitos de comércio daí derivados, não apenas naquele período mas também após a Independência de Angola (1976-1985).

No entanto, o Espaço Económico Português enquanto exemplo de uma Zona de Comércio Livre mereceu igualmente algumas referências de âmbito teórico. Deste ponto de vista e chegados ao fim do nosso trabalho, é possível destacar à luz do funcionamento e inserção de Angola naquele Espaço Económico Português (EEP) :

a) a consideração das hipóteses tradicionais subjacentes à teoria das uniões aduaneiras assume um carácter fortemente restritivo quando comparadas com a prática do EEP. Especial destaque deve ser feito à consideração da existência de custos de transporte nulos (o factor distância, de forma lata) ou da concorrência perfeita (o caso do condicionamento industrial é, em certa medida, paradigmático);

b) os efeitos da integração económica entre PVD (e destacamos aqui o ponto de vista de Angola), não se fazem sentir a curto-prazo mas sim a longo-prazo, onde desempenham papel fundamental as alterações no padrão de comércio externo e da produção. Desta forma e como destaca El Agraá, não é de estranhar que num primeiro momento (a curto-prazo) se assista a desvio de comércio alicerçado na necessidade de promover a industrialização do país. O efeito-produção face ao efeito de comércio pode prevalecer e, neste caso, não se registar o que é esperado - a criação de comércio. Foi o que se constatou, aliás, no caso de Angola;

c) a integração económica de países com níveis diferentes de desenvolvimento parece ser uma proposição com grandes limitações senão mesmo "impraticável" (conforme sublinha Bhambri). Os últimos anos de funcionamento do EEP apontam claramente neste sentido.

Do ponto de vista do balanço do relacionamento bilateral e ao longo de todo o período em análise, merecem destaque as seguintes conclusões:

d) poder-se-ia esperar que a função de Angola enquanto exportadora de matérias-primas e importadora de produtos manufacturados, característica dum país colonizado como aquele, dever-se-ia manter eternamente sem registar quaisquer mutações. Se é certo que não se registou alteração significativa nesse padrão, também é certo que não ocorreu um acréscimo da importância relativa de Portugal enquanto fornecedor de produtos industriais no período de desarmamento pautal. Esperar-se-ia, assim, criação de comércio resultante da substituição das importações provenientes do Resto do Mundo (desvio de comércio) ou da substituição da produção doméstica angolana (criação de comércio).

Na realidade isso não aconteceu fundamentalmente devido a :

- implantação e crescimento, embora limitado, de novas indústrias em Angola;
- maior dinamização do mercado interno o que ocasionou uma maior procura de produtos fora do EEP (equipamentos, matérias-primas industriais e produtos intermédios);
- a viragem lenta mas progressivamente significativa das exportações de produtos industriais portugueses do mercado angolano para o europeu.

e) as alterações que se verificaram no relacionamento bilateral, nomeadamente a partir de 1971, são o resultado do esgotamento do próprio esquema de integração económico nacional, esgotamento esse que resulta, por sua vez, da conjugação de dois factores: da evolução da economia angolana e da abertura e viragem cada vez maior de Portugal à Europa. Se se pode falar em falso dilema a questão a Europa ou o Ultramar, isso parece ser verdade até ao início da década de 70. A partir daqui, a viragem mais económica do que política para a Europa parece começar a desenhar a resolução do "dilema", do que resultou um aumento da oferta doméstica (industrial) angolana, das importações do Resto do Mundo e uma diminuição da oferta relativa de Portugal no consumo aparente.

f) não se constata a existência de um único sector industrial onde se tenha verificado criação de comércio;

g) o balanço global do período do EEP indica a existência de Erosão Líquida de Comércio, a qual atingiu cerca de 8.9% do PIB em 1973, traduzindo Erosão de Comércio interna (Angola/Portugal) em 11 dos 12 sectores analisados;

h) relativamente à variação líquida da oferta - doméstica (Angola), países parceiros (Portugal) e Resto do Mundo - e em termos do aumento da procura potencial, a primeira apresenta uma dinâmica completamente oposta às restantes (positiva), enquanto a última apresenta, apesar do valor negativo, melhor performance que a de Portugal;

i) embora Portugal aumente, no período pós-independência de Angola, a percentagem no consumo aparente em alguns sectores industriais, o que representa uma inversão da tendência do período anterior, mantém, porém, a tendência negativa anterior em termos da variação líquida da oferta de importações a Angola. Esta tendência negativa regista mesmo uma aceleração, o que é explicado pela diversificação das relações económicas externas de Angola, a existência de uma maior concorrência naquele mercado, questões políticas, etc;

j) de entre as razões que levaram à diminuição da quota de Portugal em Angola (no consumo aparente), uma delas - o esboço de industrialização - pode vir a ser no futuro (ironicamente) a razão de um seu aumento - a necessidade de recuperação do aparelho produtivo o que implica um aumento de importações oriundas de Portugal.

k) finalmente, as duas razões fundamentais da diminuição do peso de Portugal no mercado angolano: aproximação à Europa e ensaio de industrialização em Angola, podem continuar a exercer a sua influência (actual) no mesmo sentido que anteriormente e isto se :

- a integração na CEE significar um voltar costas ao Sul;
- os países da CEE (através de acordos favoráveis) conseguirem ligações mais estreitas com Angola;
- na recuperação do aparelho produtivo existente não for dada a atenção e resposta imediata face à concorrência.

ANEXOS

ANEXO 1

QUOTAS NO CONSUMO APARENTE COM AJUSTAMENTO CICLICO (1962-1973)

	DOMESTICA		PAISES NAO-MEMBROS		PAISES PARCEIROS	
	1962	1973	1962	1973	1962	1973
PRODUTOS ALIMENTARES	0.627898	0.827853	0.106940	0.099006	0.265161	0.073140
BEBIDAS	0.361633	0.675298	0.030942	0.054140	0.607424	0.270561
BORRACHA/MAT.PLASTICAS	0.065124	0.580653	0.255048	0.356523	0.679559	0.062911
MADEIRA/MOBILIARIO	-0.98869	0.644405	0.298526	0.056985	1.690174	0.298610
MAQUINAS E APARELHOS						
ELECTRICOS E N-ELECT.	0.006437	0.037474	0.772062	0.828695	0.221499	0.133829
PRODUTOS METALICOS	0.015336	0.402277	0.502691	0.409652	0.481972	0.188070
METALURGIA BASE	-0.07186	0.270087	0.936234	0.620522	0.135629	0.109390
PAPEL,PASTA E CARTAO	0.165988	0.477097	0.257609	0.307080	0.576402	0.215822
PRODUTOS QUIMICOS	0.399236	0.425177	0.324412	0.387570	0.276351	0.187251
TEXTEIS,VESTUARIO	0.100393	0.337884	0.077256	0.103662	0.822350	0.558452
MATERIAL TRANSPORTE	-0.03756	0.174279	1.003986	0.788483	0.033577	0.037237
VIDRO E MIN.NAO-METAL.	0.536898	0.723786	0.157503	0.142469	0.305597	0.133743

INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES

RATS Version 2.11. 10/26/87

Copyright (C) 1987,1986 by VAR Econometrics

cal 1960 1 1

all 0 1973:1

open data a:piib.wk1

data(format=wks,org=obs) / tr txcrplib2

open data a:

data(format=wks,org=obs) / d p u w

set pu = p(t)+u(t)

set tr = tr(t)-1

print(dates) 1962,1 1973,1 d w p u pu txcrplib2 tr

ENTRY	D	3	W	6	P	4	U	5
1962: 1	.593000		.124000		.265000		.180000E-01	
1963: 1	.564000		.197000		.220000		.190000E-01	
1964: 1	.638000		.106000		.240000		.160000E-01	
1965: 1	.717000		.790000E-01		.186000		.180000E-01	
1966: 1	.726000		.880000E-01		.168000		.180000E-01	
1967: 1	.737000		.890000E-01		.157000		.170000E-01	
1968: 1	.791000		.660000E-01		.126000		.170000E-01	
1969: 1	.801000		.680000E-01		.123000		.800000E-02	
1970: 1	.799000		.760000E-01		.118000		.700000E-02	
1971: 1	.767000		.790000E-01		.143000		.110000E-01	
1972: 1	.855000		.650000E-01		.760000E-01		.400000E-02	
1973: 1	.699000		.229000		.590000E-01		.130000E-01	

ENTRY	PU	7	TXCRPIB2	2	TR	1
1962: 1	.283000		-.307561E-01		1.00000	
1963: 1	.239000		.555273E-01		2.00000	
1964: 1	.256000		.293569E-01		3.00000	
1965: 1	.204000		.534376E-01		4.00000	
1966: 1	.186000		.830745E-01		5.00000	
1967: 1	.174000		.481320E-02		6.00000	
1968: 1	.143000		.441247E-01		7.00000	
1969: 1	.131000		.118121		8.00000	
1970: 1	.125000		.104628		9.00000	
1971: 1	.154000		.150076E-02		10.0000	
1972: 1	.800000E-01		.250903E-01		11.0000	
1973: 1	.720000E-01		.300708E-02		12.0000	

DEPENDENT VARIABLE 3 D
FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1
OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9
R**2 .67514895 RBAR**2 .60295983
SSR .27955680E-01 SEE .55733174E-01
DURBIN-WATSON 1.83377887
Q(6)= 2.85048 SIGNIFICANCE LEVEL .827365

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.5816458	.3663501E-01	15.87677
2	TXCRPIB2	2	0	.5882786	.3771930	1.559622
3	TR	1	0	.1817772E-01	.4677728E-02	3.886014

DEPENDENT VARIABLE 6 W
FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1
OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9
R**2 .10362406 RBAR**2 -.09557060
SSR .28170407E-01 SEE .55946807E-01
DURBIN-WATSON 1.75694093
Q(6)= 2.14630 SIGNIFICANCE LEVEL .905763

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.1255795	.3677544E-01	3.414765
2	TXCRPIB2	2	0	-.3754516	.3786388	-.9915824
3	TR	1	0	-.7212803E-03	.4695659E-02	-.1536058

DEPENDENT VARIABLE 7 PU
FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1
OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9
R**2 .94056723 RBAR**2 .92735995
SSR .28875360E-02 SEE .17911933E-01
DURBIN-WATSON 1.99253345
Q(6)= 4.78940 SIGNIFICANCE LEVEL .571094

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.2927747	.1177403E-01	24.86615
2	TXCRPIB2	2	0	-.2128270	.1212250	-1.755636
3	TR	1	0	-.1745644E-01	.1503362E-02	-11.61160

INDUSTRIA DAS BEBIDAS

```
RATS Version 2.11. 10/26/87
Copyright (C) 1987,1986 by VAR Econometrics
cal 1960 1 1
all 0 1973:1
open data a:pib.wk1
data(format=wks,org=obs) / tr txcrpib2
open data a:
data(format=wks,org=obs) / d p u w
set pu = p(t)+u(t)
set tr = tr(t)-1
print(dates) 1962,1 1973,1 d w p u pu txcrpib2 tr
```

ENTRY	D	3	W	6	P	4	U	5
1962: 1	.402000		.330000E-01		.561000		.400000E-02	
1963: 1	.420000		.470000E-01		.531000		.200000E-02	
1964: 1	.447000		.290000E-01		.523000		.100000E-02	
1965: 1	.456000		.320000E-01		.511000		.100000E-02	
1966: 1	.452000		.360000E-01		.511000		.100000E-02	
1967: 1	.464000		.400000E-01		.495000		.100000E-02	
1968: 1	.490000		.430000E-01		.466000		.100000E-02	
1969: 1	.529000		.450000E-01		.425000		.100000E-02	
1970: 1	.557000		.380000E-01		.404000		.100000E-02	
1971: 1	.632000		.570000E-01		.310000		.100000E-02	
1972: 1	.675000		.670000E-01		.257000		.100000E-02	
1973: 1	.735000		.470000E-01		.217000		.100000E-02	

ENTRY	PU	7	TXCRPIB2	2	TR	1
1962: 1	.565000		-.307561E-01		1.00000	
1963: 1	.533000		.555273E-01		2.00000	
1964: 1	.524000		.293569E-01		3.00000	
1965: 1	.512000		.534376E-01		4.00000	
1966: 1	.512000		.830745E-01		5.00000	
1967: 1	.496000		.481320E-02		6.00000	
1968: 1	.467000		.441247E-01		7.00000	
1969: 1	.426000		.118121		8.00000	
1970: 1	.405000		.104628		9.00000	
1971: 1	.311000		.150076E-02		10.0000	
1972: 1	.258000		.250903E-01		11.0000	
1973: 1	.218000		.300708E-02		12.0000	

DEPENDENT VARIABLE			3	D		
FROM 1962: 1 UNTIL			1973: 1			
OBSERVATIONS			12	DEGREES OF FREEDOM		9
R**2			.92687825	RBAR**2		.91062898
SSR			.92296401E-02	SEE		.32023672E-01
DURBIN-WATSON			.82952425			
Q(6)=			15.2549	SIGNIFICANCE LEVEL		.183639E-01
NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.3552258	.2105008E-01	16.87527
2	TXCRPIB2	2	0	-.4632479	.2167310	-2.137433
3	TR	1	0	.2851505E-01	.2687771E-02	10.60918

DEPENDENT VARIABLE			6	W		
FROM 1962: 1 UNTIL			1973: 1			
OBSERVATIONS			12	DEGREES OF FREEDOM		9
R**2			.49680977	RBAR**2		.38498971
SSR			.65800510E-03	SEE		.85505367E-02
DURBIN-WATSON			2.41326197			
Q(6)=			3.61370	SIGNIFICANCE LEVEL		.728787
NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.3090414E-01	.5620513E-02	5.498455
2	TXCRPIB2	2	0	-.4338555E-01	.5786863E-01	-.7497247
3	TR	1	0	.2108882E-02	.7176531E-03	2.938581

DEPENDENT VARIABLE		7	PU			
FROM		1962: 1	UNTIL 1973: 1			
OBSERVATIONS		12	DEGREES OF FREEDOM 9			
R**2		.92630978	RBAR**2 .90993418			
SSR		.10743954E-01	SEE .34551015E-01			
DURBIN-WATSON		.99428816				
Q(6)=		15.5121	SIGNIFICANCE LEVEL .166265E-01			
NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.6138701	.2271137E-01	27.02919
2	TXCRPIB2	2	0	.5066335	.2338356	2.166622
3	TR	1	0	-.3062393E-01	.2899893E-02	-10.56037

INDUSTRIA DOS PRODUTOS DE BORRACHA E MATERIAS PLASTICAS

```
RATS Version 2.11. 10/26/87
Copyright (C) 1987,1986 by VAR Econometrics
cal 1960 1 1
all 0 1973:1
open data a:pib.wk1
data(format=wks,org=obs) / tr txcrpib2
open data a:
data(format=wks,org=obs) / d p u w
set pu = p(t)+u(t)
set tr = tr(t)-1
print(dates) 1962,1 1973,1 d w p u pu txcrpib2 tr
```

ENTRY	D	3	W	6	P	4	U	5
1962: 1	.127000		.239000		.607000		.270000E-01	
1963: 1	.146000		.285000		.541000		.270000E-01	
1964: 1	.173000		.244000		.552000		.310000E-01	
1965: 1	.135000		.236000		.609000		.200000E-01	
1966: 1	.146000		.302000		.531000		.210000E-01	
1967: 1	.217000		.336000		.441000		.600000E-02	
1968: 1	.413000		.324000		.256000		.700000E-02	
1969: 1	.439000		.351000		.197000		.130000E-01	
1970: 1	.465000		.349000		.175000		.110000E-01	
1971: 1	.504000		.319000		.167000		.100000E-01	
1972: 1	.584000		.310000		.103000		.300000E-02	
1973: 1	.528000		.354000		.115000		.300000E-02	

ENTRY	PU	7	TXCRPIB2	2	TR	1
1962: 1	.634000		-.307561E-01		1.00000	
1963: 1	.568000		.555273E-01		2.00000	
1964: 1	.583000		.293569E-01		3.00000	
1965: 1	.629000		.534376E-01		4.00000	
1966: 1	.552000		.830745E-01		5.00000	
1967: 1	.447000		.481320E-02		6.00000	
1968: 1	.263000		.441247E-01		7.00000	
1969: 1	.210000		.118121		8.00000	
1970: 1	.186000		.104628		9.00000	
1971: 1	.177000		.150076E-02		10.0000	
1972: 1	.106000		.250903E-01		11.0000	
1973: 1	.118000		.300708E-02		12.0000	

DEPENDENT VARIABLE			3	D		
FROM 1962: 1 UNTIL			1973: 1			
OBSERVATIONS			12	DEGREES OF FREEDOM	9	
R**2			.88420790	RBAR**2	.85847632	
SSR			.41080827E-01	SEE	.67561353E-01	
DURBIN-WATSON			1.10065058			
Q(6)=			11.9663	SIGNIFICANCE LEVEL	.627250E-01	
NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.1963711E-01	.4441001E-01	.4421775
2	TXCRPIB2	2	0	-.2889426E-01	.4572442	-.6319220E-01
3	TR	1	0	.4686626E-01	.5670476E-02	8.264960

DEPENDENT VARIABLE			6	W		
FROM 1962: 1 UNTIL			1973: 1			
OBSERVATIONS			12	DEGREES OF FREEDOM		9
R**2			.67275205	RBAR**2		.60003029
SSR			.69484284E-02	SEE		.27785745E-01
DURBIN-WATSON			1.51171059			
Q(6)=			7.43036	SIGNIFICANCE LEVEL		.282873
NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.2337481	.1826437E-01	12.79804
2	TXCRPIB2	2	0	.2530240	.1880494	1.345519
3	TR	1	0	.9225056E-02	.2332079E-02	3.955722

DEPENDENT VARIABLE			7	PU		
FROM 1962: 1 UNTIL			1973: 1			
OBSERVATIONS			12	DEGREES OF FREEDOM 9		
R**2			.90563403	RBAR**2 .88466381		
SSR			.47340222E-01	SEE .72526028E-01		
DURBIN-WATSON			.85715004			
Q(6)=			17.5732	SIGNIFICANCE LEVEL .739227E-02		
NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.7463571	.4767344E-01	15.65562
2	TXCRPIB2	2	0	-.2250137	.4908443	-.4584217
3	TR	1	0	-.5605891E-01	.6087165E-02	-9.209363

INDUSTRIA DA MADEIRA E MOBILIARIO NAO-METALICO

RATS Version 2.11. 10/26/87

Copyright (C) 1987,1986 by VAR Econometrics

cal 1960 1 1

all 0 1973:1

open data a:piib.wk1

data(format=wks,org=obs) / tr txcrpiib2

open data a:

data(format=wks,org=obs) / d p u w

set pu = p(t)+u(t)

set tr = tr(t)-1

print(dates) 1962,1 1973,1 d w p u pu txcrpiib2 tr

ENTRY	D	3	W	6	P	4	U	5
1962: 1	.840000E-01		.950000E-01		.621000		.200000	
1963: 1	-.588000		.153000		1.08200		.353000	
1964: 1	-.210000		.193000		.747000		.270000	
1965: 1	-.125000		.162000		.792000		.171000	
1966: 1	-3.64000		.866000		3.33900		.435000	
1967: 1	.650000E-01		.208000		.686000		.410000E-01	
1968: 1	.270000		.890000E-01		.459000		.182000	
1969: 1	.320000		.650000E-01		.557000		.580000E-01	
1970: 1	.432000		.660000E-01		.477000		.250000E-01	
1971: 1	.519000		.670000E-01		.400000		.140000E-01	
1972: 1	.799000		.240000E-01		.175000		.200000E-02	
1973: 1	.743000		.240000E-01		.232000		.100000E-02	

ENTRY	PU	7	TXCRPIB2	2	TR	1
1962: 1	.821000		-.307561E-01		1.00000	
1963: 1	1.43500		.555273E-01		2.00000	
1964: 1	1.01700		.293569E-01		3.00000	
1965: 1	.963000		.534376E-01		4.00000	
1966: 1	3.77400		.830745E-01		5.00000	
1967: 1	.727000		.481320E-02		6.00000	
1968: 1	.641000		.441247E-01		7.00000	
1969: 1	.615000		.118121		8.00000	
1970: 1	.502000		.104628		9.00000	
1971: 1	.414000		.150076E-02		10.0000	
1972: 1	.177000		.250903E-01		11.0000	
1973: 1	.233000		.300708E-02		12.0000	

DEPENDENT VARIABLE 3 D

FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1

OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9

R**2 .29748182 RBAR**2 .14136667

SSR 10.776948 SEE 1.0942754

DURBIN-WATSON 1.98994421

Q(6)= 4.40314 SIGNIFICANCE LEVEL .622293

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	-.7029443	.7192986	-.9772636
2	TXCRPIB2	2	0	-9.098676	7.405877	-1.228575
3	TR	1	0	.1484641	.9184338E-01	1.616492

DEPENDENT VARIABLE 6 W

FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1

OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9

R**2 .18888531 RBAR**2 .00863760

SSR .46553495 SEE .22743374

DURBIN-WATSON 1.77207167

Q(6)= 5.84502 SIGNIFICANCE LEVEL .440774

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.2489377	.1494987	1.665150
2	TXCRPIB2	2	0	1.499195	1.539234	.9739877
3	TR	1	0	-.2195827E-01	.1908869E-01	-1.150329

DEPENDENT VARIABLE 7 PU

FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1

OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9

R**2 .32389788 RBAR**2 .17365296

SSR 6.8205224 SEE .87053767

DURBIN-WATSON 2.04819074

Q(6)= 4.11657 SIGNIFICANCE LEVEL .660904

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	1.454007	.5722294	2.540951
2	TXCRPIB2	2	0	7.599481	5.891656	1.289872
3	TR	1	0	-.1265058	.7306490E-01	-1.731418

INDUSTRIA DO FABRICO DE MAQUINAS, APARELHOS E OUTRO MATERIAL ELECTRICO
E NAO ELECTRICO

RATS Version 2.11. 10/26/87

Copyright (C) 1987,1986 by VAR Econometrics

cal 1960 1 1

all 0 1973:1

open data a:plib.wkl

data(format=wks,org=obs) / tr txcrplib2

open data a:

data(format=wks,org=obs) / d p u w

set pu = p(t)+u(t)

set tr = tr(t)-1

print(dates) 1962,1 1973,1 d w p u pu txcrplib2 tr

ENTRY	D	3	W	6	P	4	U	5
1962: 1	.800000E-02		.794000		.197000		.100000E-02	
1963: 1	-.800000E-02		.812000		.193000		.300000E-02	
1964: 1	.130000E-01		.746000		.239000		.200000E-02	
1965: 1	.100000E-01		.760000		.224000		.600000E-02	
1966: 1	.110000E-01		.788000		.199000		.200000E-02	
1967: 1	.330000E-01		.815000		.151000		.100000E-02	
1968: 1	.430000E-01		.800000		.156000		.100000E-02	
1969: 1	.550000E-01		.786000		.158000		.100000E-02	
1970: 1	.390000E-01		.801000		.158000		.200000E-02	
1971: 1	.360000E-01		.828000		.134000		.200000E-02	
1972: 1	-.840000E-01		.931000		.151000		.200000E-02	
1973: 1	.104000		.757000		.138000		.100000E-02	

ENTRY	PU	7	TXCRPIB2	2	TR	1
1962: 1	.198000		-.307561E-01		1.00000	
1963: 1	.196000		.555273E-01		2.00000	
1964: 1	.241000		.293569E-01		3.00000	
1965: 1	.230000		.534376E-01		4.00000	
1966: 1	.201000		.830745E-01		5.00000	
1967: 1	.152000		.481320E-02		6.00000	
1968: 1	.157000		.441247E-01		7.00000	
1969: 1	.159000		.118121		8.00000	
1970: 1	.160000		.104628		9.00000	
1971: 1	.136000		.150076E-02		10.0000	
1972: 1	.153000		.250903E-01		11.0000	
1973: 1	.139000		.300708E-02		12.0000	

DEPENDENT VARIABLE 3 D
FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1
OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9
R**2 .05645982 RBAR**2 -.15321577
SSR .20320710E-01 SEE .47516910E-01
DURBIN-WATSON 2.55038167
Q(6)= 2.84587 SIGNIFICANCE LEVEL .827929

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.1562399E-02	.3123423E-01	.5002200E-01
2	TXCRPIB2	2	0	.4303404E-01	.3215867	.1338179
3	TR	1	0	.2821560E-02	.3988131E-02	.7074894

DEPENDENT VARIABLE 6 W
FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1
OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9
R**2 .16544734 RBAR**2 -.02000880
SSR .20888018E-01 SEE .48175626E-01
DURBIN-WATSON 2.46813153
Q(6)= 2.85475 SIGNIFICANCE LEVEL .826844

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.7748641	.3166722E-01	24.46897
2	TXCRPIB2	2	0	-.1665864	.3260448	-.5109310
3	TR	1	0	.5148442E-02	.4043417E-02	1.273290

DEPENDENT VARIABLE 7 PU
FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1
OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9
R**2 .66959309 RBAR**2 .59616933
SSR .45006928E-02 SEE .22362401E-01
DURBIN-WATSON 1.22156037
Q(6)= 9.03860 SIGNIFICANCE LEVEL .171419

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.2235735	.1469945E-01	15.20965
2	TXCRPIB2	2	0	.1235523	.1513451	.8163618

INDUSTRIA DOS PRODUTOS METALICOS

RATS Version 2.11. 10/26/87

Copyright (C) 1987,1986 by VAR Econometrics

cal 1960 1 1

all 0 1973:1

open data a:pib.wkl

data(format=wks,org=obs) / tr txcrpib2

open data a:

data(format=wks,org=obs) / d p u w

set pu = p(t)+u(t)

set tr = tr(t)-1

print(dates) 1962,1 1973,1 d w p u pu txcrpib2 tr

ENTRY	D	3	W	6	P	4	U	5
1962: 1	.540000E-01		.509000		.411000		.260000E-01	
1963: 1	.620000E-01		.516000		.391000		.310000E-01	
1964: 1	.107000		.411000		.460000		.220000E-01	
1965: 1	.121000		.427000		.417000		.350000E-01	
1966: 1	.144000		.459000		.383000		.140000E-01	
1967: 1	.193000		.494000		.309000		.400000E-02	
1968: 1	.140000		.558000		.299000		.300000E-02	
1969: 1	.250000		.455000		.290000		.500000E-02	
1970: 1	.290000		.450000		.254000		.600000E-02	
1971: 1	.311000		.428000		.251000		.100000E-01	
1972: 1	.420000		.383000		.190000		.700000E-02	
1973: 1	.437000		.375000		.168000		.200000E-01	

ENTRY	PU	7	TXCRPIB2	2	TR	1
1962: 1	.437000		-.307561E-01		1.00000	
1963: 1	.422000		.555273E-01		2.00000	
1964: 1	.482000		.293569E-01		3.00000	
1965: 1	.452000		.534376E-01		4.00000	
1966: 1	.397000		.830745E-01		5.00000	
1967: 1	.313000		.481320E-02		6.00000	
1968: 1	.302000		.441247E-01		7.00000	
1969: 1	.295000		.118121		8.00000	
1970: 1	.260000		.104628		9.00000	
1971: 1	.261000		.150076E-02		10.0000	
1972: 1	.197000		.250903E-01		11.0000	
1973: 1	.188000		.300708E-02		12.0000	

DEPENDENT VARIABLE 3 D

FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1

OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9

R**2 .93390379 RBAR**2 .91921575

SSR .12435225E-01 SEE .37171113E-01

DURBIN-WATSON 1.96985300

Q(6)= 7.22344 SIGNIFICANCE LEVEL .300677

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	-.6058856E-02	.2443364E-01	-.2479719
2	TXCRPIB2	2	0	-.2887759	.2515680	-1.147904
3	TR	1	0	.3517644E-01	.3119800E-02	11.27522

DEPENDENT VARIABLE 6 W

FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1

OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9

R**2 .30200351 RBAR**2 .14689317

SSR .23619445E-01 SEE .51228730E-01

DURBIN-WATSON 1.27679725

Q(6)= 9.35107 SIGNIFICANCE LEVEL .154775

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.5057928	.3367411E-01	15.02023
2	TXCRPIB2	2	0	.1122364	.3467077	.3237206
3	TR	1	0	-.8458018E-02	.4299667E-02	-1.967133

DEPENDENT VARIABLE 7 PU

FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1

OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9

R**2 .90462146 RBAR**2 .88342623

SSR .10684844E-01 SEE .34455840E-01

DURBIN-WATSON 1.48570216

Q(6)= 7.20289 SIGNIFICANCE LEVEL .302491

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.5002661	.2264881E-01	22.08796
2	TXCRPIB2	2	0	.1765395	.2331915	.7570580
3	TR	1	0	-.2671842E-01	.2891905E-02	-9.239038

INDUSTRIA DA METALURGIA DE BASE E DOS METAIS NAO-FERROSOS

RATS Version 2.11. 10/26/87

Copyright (C) 1987,1986 by VAR Econometrics

cal 1960 1 1

all 0 1973:1

open data a:pib.wk1

data(format=wks,org=obs) / tr txcrpib2

open data a:

data(format=wks,org=obs) / d p u w

set pu = p(t)+u(t)

set tr = tr(t)-1

print(dates) 1962,1 1973,1 d w p u pu txcrpib2 tr

ENTRY	D	3	W	6	P	4	U	5
1962: 1	-.350000E-01		.961000		.730000E-01		.100000E-02	
1963: 1	-.240000E-01		.932000		.910000E-01		.100000E-02	
1964: 1	-.130000E-01		.862000		.150000		.100000E-02	
1965: 1	.900000E-02		.819000		.171000		.100000E-02	
1966: 1	.340000E-01		.851000		.110000		.500000E-02	
1967: 1	.380000E-01		.842000		.118000		.200000E-02	
1968: 1	.850000E-01		.779000		.135000		.100000E-02	
1969: 1	.143000		.678000		.178000		.100000E-02	
1970: 1	.210000		.652000		.137000		.100000E-02	
1971: 1	.231000		.660000		.108000		.100000E-02	
1972: 1	.238000		.690000		.690000E-01		.300000E-02	
1973: 1	.277000		.656000		.660000E-01		.100000E-02	

ENTRY	PU	7	TXCRPIB2	2	TR	1
1962: 1	.740000E-01		-.307561E-01		1.000000	
1963: 1	.920000E-01		.555273E-01		2.000000	
1964: 1	.151000		.293569E-01		3.000000	
1965: 1	.172000		.534376E-01		4.000000	
1966: 1	.115000		.830745E-01		5.000000	
1967: 1	.120000		.481320E-02		6.000000	
1968: 1	.136000		.441247E-01		7.000000	
1969: 1	.179000		.118121		8.000000	
1970: 1	.138000		.104628		9.000000	
1971: 1	.109000		.150076E-02		10.0000	
1972: 1	.720000E-01		.250903E-01		11.0000	
1973: 1	.670000E-01		.300708E-02		12.0000	

DEPENDENT VARIABLE 3 D
FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1
OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9
R**2 .95333420 RBAR**2 .94296402
SSR .67457711E-02 SEE .27377548E-01
DURBIN-WATSON .74273520
Q(6)= 16.4016 SIGNIFICANCE LEVEL .117533E-01

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	-.1007859	.1799605E-01	-5.600444
2	TXCRPIB2	2	0	-.4536675E-01	.1852868	-.2448461
3	TR	1	0	.3108650E-01	.2297819E-02	13.52870

DEPENDENT VARIABLE 6 W
FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1
OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9
R**2 .93050038 RBAR**2 .91505602
SSR .95645140E-02 SEE .32599444E-01
DURBIN-WATSON 1.88892361
Q(6)= 6.23199 SIGNIFICANCE LEVEL .397711

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.9894350	.2142855E-01	46.17368
2	TXCRPIB2	2	0	-.5133566	.2206277	-2.326800
3	TR	1	0	-.2870111E-01	.2736096E-02	-10.48980

DEPENDENT VARIABLE 7 PU
FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1
OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9
R**2 .45855364 RBAR**2 .33823222
SSR .85907233E-02 SEE .30895385E-01
DURBIN-WATSON 2.17245454
Q(6)= 3.96047 SIGNIFICANCE LEVEL .682026

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.1113509	.2030842E-01	5.482989
2	TXCRPIB2	2	0	.5587234	.2090949	2.672104
3	TR	1	0	-.2385391E-02	.2593073E-02	-.9100086

INDUSTRIA DO PAPEL, PASTA DE PAPEL E CARTAO

RATS Version 2.11. 10/26/87

Copyright (C) 1987,1986 by VAR Econometrics

cal 1960 1 1

all 0 1973:1

open data a:pib.wk1

data(format=wks,org=obs) / tr txcrpib2

open data a:

data(format=wks,org=obs) / d p u w

set pu = p(t)+u(t)

set tr = tr(t)-1

print(dates) 1962,1 1973,1 d w p u pu txcrpib2 tr

ENTRY	D	3	W	6	P	4	U	5
1962: 1	.630000E-01		.331000		.599000		.700000E-02	
1963: 1	.255000		.293000		.446000		.600000E-02	
1964: 1	.319000		.215000		.461000		.500000E-02	
1965: 1	.262000		.232000		.504000		.200000E-02	
1966: 1	.248000		.240000		.508000		.400000E-02	
1967: 1	.342000		.231000		.425000		.200000E-02	
1968: 1	.317000		.281000		.399000		.300000E-02	
1969: 1	.341000		.297000		.360000		.200000E-02	
1970: 1	.321000		.356000		.319000		.400000E-02	
1971: 1	.411000		.307000		.276000		.600000E-02	
1972: 1	.508000		.295000		.194000		.300000E-02	
1973: 1	.480000		.311000		.208000		.100000E-02	

ENTRY	PU	7	TXCRPIB2	2	TR	1
1962: 1	.606000		-.307561E-01		1.00000	
1963: 1	.452000		.555273E-01		2.00000	
1964: 1	.466000		.293569E-01		3.00000	
1965: 1	.506000		.534376E-01		4.00000	
1966: 1	.512000		.830745E-01		5.00000	
1967: 1	.427000		.481320E-02		6.00000	
1968: 1	.402000		.441247E-01		7.00000	
1969: 1	.362000		.118121		8.00000	
1970: 1	.323000		.104628		9.00000	
1971: 1	.282000		.150076E-02		10.0000	
1972: 1	.197000		.250903E-01		11.0000	
1973: 1	.209000		.300708E-02		12.0000	

DEPENDENT VARIABLE 3 D

FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1

OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9

R**2 .76368291 RBAR**2 .71116800

SSR .35192873E-01 SEE .62532545E-01

DURBIN-WATSON 1.66565605

Q(6)= 4.44838

SIGNIFICANCE LEVEL .616234

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.1427215	.4110444E-01	3.472168
2	TXCRPIB2	2	0	-.1051042	.4232100	-.2483500
3	TR	1	0	.2828263E-01	.5248405E-02	5.388806

DEPENDENT VARIABLE 6 W

FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1

OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9

R**2 .13579152 RBAR**2 -.05625481

SSR .18330654E-01 SEE .45130249E-01

DURBIN-WATSON .95740944

Q(6)= 10.5095

SIGNIFICANCE LEVEL .104770

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.2536215	.2966541E-01	8.549401
2	TXCRPIB2	2	0	-.1066798E-01	.3054341	-.3492727E-01
3	TR	1	0	.4497311E-02	.3787817E-02	1.187310

DEPENDENT VARIABLE 7 PU

FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1

OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9

R**2 .88460768 RBAR**2 .85896495

SSR .19932253E-01 SEE .47060544E-01

DURBIN-WATSON 1.66883331

Q(6)= 3.14874

SIGNIFICANCE LEVEL .789960

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.6036570	.3093425E-01	19.51420
2	TXCRPIB2	2	0	.1157722	.3184981	.3634941
3	TR	1	0	-.3277994E-01	.3949828E-02	-8.299082

INDUSTRIA DE PRODUTOS QUIMICOS DE BASE E OUTROS

RATS Version 2.11. 10/26/87

Copyright (C) 1987,1986 by VAR Econometrics

cal 1960 1 1

all 0 1973:1

open data a:pib.wk1

data(format=wks,org=obs) / tr txcrpib2

open data a:

data(format=wks,org=obs) / d p u w

set pu = p(t)+u(t)

set tr = tr(t)-1

print(dates) 1962,1 1973,1 d w p u pu txcrpib2 tr

ENTRY	D	3	W	6	P	4	U	5
1962: 1	.460000		.316000		.219000		.500000E-02	
1963: 1	.421000		.358000		.217000		.400000E-02	
1964: 1	.438000		.303000		.251000		.800000E-02	
1965: 1	.406000		.325000		.259000		.100000E-01	
1966: 1	.411000		.316000		.254000		.190000E-01	
1967: 1	.352000		.368000		.259000		.210000E-01	
1968: 1	.320000		.408000		.256000		.160000E-01	
1969: 1	.417000		.365000		.209000		.900000E-02	
1970: 1	.375000		.385000		.228000		.120000E-01	
1971: 1	.358000		.415000		.208000		.190000E-01	
1972: 1	.506000		.365000		.127000		.200000E-02	
1973: 1	.509000		.345000		.143000		.300000E-02	

ENTRY	PU	7	TXCRPIB2	2	TR	1
1962: 1	.224000		-.307561E-01		1.00000	
1963: 1	.221000		.555273E-01		2.00000	
1964: 1	.259000		.293569E-01		3.00000	
1965: 1	.269000		.534376E-01		4.00000	
1966: 1	.273000		.830745E-01		5.00000	
1967: 1	.280000		.481320E-02		6.00000	
1968: 1	.272000		.441247E-01		7.00000	
1969: 1	.218000		.118121		8.00000	
1970: 1	.240000		.104628		9.00000	
1971: 1	.227000		.150076E-02		10.0000	
1972: 1	.129000		.250903E-01		11.0000	
1973: 1	.146000		.300708E-02		12.0000	

DEPENDENT VARIABLE 3 D
FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1
OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9
R**2 .07790095 RBAR**2 -.12700995
SSR .34714186E-01 SEE .62105811E-01
DURBIN-WATSON 1.49884354
Q(6)= 9.83859 SIGNIFICANCE LEVEL .131616

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.4125507	.4082393E-01	10.10561
2	TXCRPIB2	2	0	-.3284120	.4203220	-.7813344
3	TR	1	0	.2358276E-02	.5212589E-02	.4524193

DEPENDENT VARIABLE 6 W
FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1
OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9
R**2 .33308168 RBAR**2 .18487761
SSR .96211304E-02 SEE .32695787E-01
DURBIN-WATSON 1.67498563
Q(6)= 3.99821 SIGNIFICANCE LEVEL .676919

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.3169563	.2149188E-01	14.74773
2	TXCRPIB2	2	0	.3592745E-01	.2212797	.1623621
3	TR	1	0	.5741673E-02	.2744183E-02	2.092307

DEPENDENT VARIABLE 7 PU
FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1
OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9
R**2 .40403511 RBAR**2 .27159846
SSR .15555677E-01 SEE .41574133E-01
DURBIN-WATSON 1.39677481
Q(6)= 9.39040 SIGNIFICANCE LEVEL .152783

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.2704930	.2732787E-01	9.898062
2	TXCRPIB2	2	0	.2924846	.2813669	1.039513
3	TR	1	0	-.8099949E-02	.3489349E-02	-2.321335

INDUSTRIA DOS TEXTEIS, VESTUARIO, CALÇADO E CURTUMES

RATS Version 2.11. 10/26/87

Copyright (C) 1987, 1986 by VAR Econometrics

cal 1960 1 1

all 0 1973:1

open data a:pib.wk1

data(format=wks,org=obs) / tr txcrpib2

open data a:

data(format=wks,org=obs) / d p u w

set pu = p(t)+u(t)

set tr = tr(t)-1

print(dates) 1962,1 1973,1 d w p u pu txcrpib2 tr

ENTRY	D	3	W	6	P	4	U	5
1962: 1	.135000		.960000E-01		.594000		.175000	
1963: 1	.126000		.960000E-01		.646000		.132000	
1964: 1	.155000		.710000E-01		.708000		.660000E-01	
1965: 1	.176000		.650000E-01		.681000		.780000E-01	
1966: 1	.195000		.920000E-01		.625000		.880000E-01	
1967: 1	.244000		.920000E-01		.615000		.490000E-01	
1968: 1	.204000		.870000E-01		.642000		.670000E-01	
1969: 1	.203000		.830000E-01		.645000		.690000E-01	
1970: 1	.205000		.920000E-01		.613000		.900000E-01	
1971: 1	.208000		.840000E-01		.583000		.125000	
1972: 1	.448000		.115000		.346000		.910000E-01	
1973: 1	.373000		.122000		.422000		.830000E-01	

ENTRY	PU	7	TXCRPIB2	2	TR	1
1962: 1	.769000		-.307561E-01		1.00000	
1963: 1	.778000		.555273E-01		2.00000	
1964: 1	.774000		.293569E-01		3.00000	
1965: 1	.759000		.534376E-01		4.00000	
1966: 1	.713000		.830745E-01		5.00000	
1967: 1	.664000		.481320E-02		6.00000	
1968: 1	.709000		.441247E-01		7.00000	
1969: 1	.714000		.118121		8.00000	
1970: 1	.703000		.104628		9.00000	
1971: 1	.708000		.150076E-02		10.0000	
1972: 1	.437000		.250903E-01		11.0000	
1973: 1	.505000		.300708E-02		12.0000	

DEPENDENT VARIABLE 3 D
FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1
OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9
R**2 .69519046 RBAR**2 .62745501
SSR .30372645E-01 SEE .58092498E-01
DURBIN-WATSON 2.42452993
Q(6)= 2.17513 SIGNIFICANCE LEVEL .902908

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.1038195	.3818586E-01	2.718793
2	TXCRPIB2	2	0	-.5241840	.3931605	-1.243877
3	TR	1	0	.2159007E-01	.4875748E-02	4.428053

DEPENDENT VARIABLE 6 W
FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1
OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9
R**2 .37295379 RBAR**2 .23361018
SSR .17521239E-02 SEE .13952793E-01
DURBIN-WATSON 1.98365387
Q(6)= 5.81294 SIGNIFICANCE LEVEL .444468

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.8046113E-01	.9171571E-02	8.772884
2	TXCRPIB2	2	0	-.1174596	.9443022E-01	-1.243877
3	TR	1	0	.2400613E-02	.1171069E-02	2.049933

DEPENDENT VARIABLE 7 PU
FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1
OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9
R**2 .68541763 RBAR**2 .61551044
SSR .39790554E-01 SEE .66491899E-01
DURBIN-WATSON 2.41227183
Q(6)= 2.66943 SIGNIFICANCE LEVEL .849045

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.8157194	.4370703E-01	18.66334
2	TXCRPIB2	2	0	.6416435	.4500063	1.425855
3	TR	1	0	-.2399069E-01	.5580716E-02	-4.298854

INDUSTRIA DE MATERIAL DE TRANSPORTE

RATS Version 2.11. 10/26/87

Copyright (C) 1987,1986 by VAR Econometrics

cal 1960 1 1

all 0 1973:1

open data a:pib.wkl

data(format=wks,org=obs) / tr txcrpib2

open data a:

data(format=wks,org=obs) / d p u w

set pu = p(t)+u(t)

set tr = tr(t)-1

print(dates) 1962,1 1973,1 d w p u pu txcrpib2 tr

ENTRY	D	3	W	6	P	4	U	5
1962: 1	-.800000E-02		.982000		.240000E-01		.200000E-02	
1963: 1	-.240000E-01		.990000		.310000E-01		.300000E-02	
1964: 1	-.130000E-01		.974000		.380000E-01		.100000E-02	
1965: 1	-.700000E-02		.971000		.350000E-01		.100000E-02	
1966: 1	-.600000E-02		.963000		.420000E-01		.100000E-02	
1967: 1	.110000		.857000		.310000E-01		.200000E-02	
1968: 1	.990000E-01		.864000		.330000E-01		.400000E-02	
1969: 1	.124000		.848000		.270000E-01		.100000E-02	
1970: 1	.117000		.841000		.410000E-01		.100000E-02	
1971: 1	.119000		.855000		.250000E-01		.100000E-02	
1972: 1	.147000		.824000		.280000E-01		.100000E-02	
1973: 1	.174000		.777000		.400000E-01		.900000E-02	

ENTRY	PU	7	TXCRPIB2	2	TR	1
1962: 1	.260000E-01		-.307561E-01		1.00000	
1963: 1	.340000E-01		.555273E-01		2.00000	
1964: 1	.390000E-01		.293569E-01		3.00000	
1965: 1	.360000E-01		.534376E-01		4.00000	
1966: 1	.430000E-01		.830745E-01		5.00000	
1967: 1	.330000E-01		.481320E-02		6.00000	
1968: 1	.370000E-01		.441247E-01		7.00000	
1969: 1	.280000E-01		.118121		8.00000	
1970: 1	.420000E-01		.104628		9.00000	
1971: 1	.260000E-01		.150076E-02		10.0000	
1972: 1	.290000E-01		.250903E-01		11.0000	
1973: 1	.490000E-01		.300708E-02		12.0000	

DEPENDENT VARIABLE 3 D
 FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1
 OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9
 R**2 .87433794 RBAR**2 .84641303
 SSR .75674533E-02 SEE .28997037E-01
 DURBIN-WATSON 1.46975524
 Q(6)= 11.9239 SIGNIFICANCE LEVEL .636890E-01

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	-.4990456E-01	.1906058E-01	-2.618208
2	TXCRPIB2	2	0	-.1449392	.1962472	-.7385541
3	TR	1	0	.1925838E-01	.2433744E-02	7.913070

DEPENDENT VARIABLE 6 W
 FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1
 OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9
 R**2 .88867143 RBAR**2 .86393175
 SSR .68274470E-02 SEE .27542789E-01
 DURBIN-WATSON 1.50079951
 Q(6)= 12.3133 SIGNIFICANCE LEVEL .553333E-01

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	1.018367	.1810467E-01	56.24887
2	TXCRPIB2	2	0	.1091737	.1864051	.5856797
3	TR	1	0	-.1959114E-01	.2311687E-02	-8.474821

DEPENDENT VARIABLE 7 PU
 FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1
 OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9
 R**2 .08178335 RBAR**2 -.12226480
 SSR .53409602E-03 SEE .77035058E-02
 DURBIN-WATSON 2.03840392
 Q(6)= 3.38236 SIGNIFICANCE LEVEL .759549

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.3153760E-01	.5063735E-02	6.228130
2	TXCRPIB2	2	0	.3576550E-01	.5213607E-01	.6860029
3	TR	1	0	.3327539E-03	.6465612E-03	.5146519

INDUSTRIA DO VIDRO E PRODUTOS MINERAIS NAO-METALICOS

RATS Version 2.11. 10/26/87

Copyright (C) 1987,1986 by VAR Econometrics

cal 1960 1 1

all 0 1973:1

open data a:pib.wk1

data(format=wks,org=obs) / tr txcrpib2

open data a:

data(format=wks,org=obs) / d p u w

set pu = p(t)+u(t)

set tr = tr(t)-1

print(dates) 1962,1 1973,1 d w p u pu txcrpib2 tr

ENTRY	D	3	W	6	P	4	U	5
1962: 1	.566000		.130000		.240000		.640000E-01	
1963: 1	.529000		.186000		.172000		.113000	
1964: 1	.587000		.158000		.198000		.570000E-01	
1965: 1	.598000		.148000		.228000		.260000E-01	
1966: 1	.604000		.140000		.212000		.440000E-01	
1967: 1	.599000		.184000		.187000		.300000E-01	
1968: 1	.631000		.152000		.182000		.350000E-01	
1969: 1	.656000		.127000		.186000		.310000E-01	
1970: 1	.661000		.144000		.173000		.220000E-01	
1971: 1	.672000		.164000		.156000		.800000E-02	
1972: 1	.735000		.132000		.118000		.150000E-01	
1973: 1	.736000		.141000		.119000		.400000E-02	

ENTRY	PU	7	TXCRPIB2	2	TR	1
1962: 1	.304000		-.307561E-01		1.00000	
1963: 1	.285000		.555273E-01		2.00000	
1964: 1	.255000		.293569E-01		3.00000	
1965: 1	.254000		.534376E-01		4.00000	
1966: 1	.256000		.830745E-01		5.00000	
1967: 1	.217000		.481320E-02		6.00000	
1968: 1	.217000		.441247E-01		7.00000	
1969: 1	.217000		.118121		8.00000	
1970: 1	.195000		.104628		9.00000	
1971: 1	.164000		.150076E-02		10.0000	
1972: 1	.133000		.250903E-01		11.0000	
1973: 1	.123000		.300708E-02		12.0000	

DEPENDENT VARIABLE 3 D
FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1
OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9
R**2 .92179537 RBAR**2 .90441656
SSR .34764826E-02 SEE .19653902E-01
DURBIN-WATSON 2.39694629
Q(6)= 8.95483 SIGNIFICANCE LEVEL .176134

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.5257528	.1291907E-01	40.69586
2	TXCRPIB2	2	0	-.1224561	.1330144	-.9206230
3	TR	1	0	.1698982E-01	.1649567E-02	10.29956

DEPENDENT VARIABLE 6 W
FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1
OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9
R**2 .10191909 RBAR**2 -.09765445
SSR .37602648E-02 SEE .20440333E-01
DURBIN-WATSON 2.39432549
Q(6)= 13.3582 SIGNIFICANCE LEVEL .376871E-01

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.1625116	.1343602E-01	12.09522
2	TXCRPIB2	2	0	-.7629722E-01	.1383368	-.5515323
3	TR	1	0	-.1366754E-02	.1715573E-02	-.7966751

DEPENDENT VARIABLE 7 PU
FROM 1962: 1 UNTIL 1973: 1
OBSERVATIONS 12 DEGREES OF FREEDOM 9
R**2 .97593535 RBAR**2 .97058765
SSR .85888349E-03 SEE .97689047E-02
DURBIN-WATSON 1.63663654
Q(6)= 3.10171 SIGNIFICANCE LEVEL .795977

NO.	LABEL	VAR	LAG	COEFFICIENT	STAND. ERROR	T-STATISTIC
***	*****	***	***	*****	*****	*****
1	CONSTANT	0	0	.3117356	.6421381E-02	48.54650
2	TXCRPIB2	2	0	.1987533	.6611435E-01	3.006206
3	TR	1	0	-.1562307E-01	.8199117E-03	-19.05457

ANEXO METODOLOGICO 1

Para a construção da base de dados necessária à aplicação do método de Truman, tivemos necessidade de recorrer às Estatísticas do Comércio Externo e das Estatísticas Industriais da Província de Angola.

No entanto, houve que efectuar um apuramento prévio daquilo que nelas interessava e com o objectivo de, numa segunda fase, agregar e compatibilizar a classificação de ambas.

Começámos por definir os sectores da indústria transformadora sobre os quais iríamos trabalhar. Após uma leitura rápida dos dados concluímos ser possível apurar 12 sectores.

A questão seguinte dizia respeito ao apuramento dos produtos industriais que estavam incluídos nas estatísticas do comércio externo.

Para a compatibilização entre a produção industrial e os produtos industriais importados e exportados socorre-mo-nos da chave do IACEP (1983).

Se aí era possível obter a correspondência desejada, do ponto de vista prático, contudo, foi necessário ano a ano, sector industrial por sector industrial e capítulo a capítulo da classificação das mercadorias para as estatísticas do comércio externo (99 no total) efectuar esse apuramento.

Temos, assim, por um lado os sectores das indústrias transformadoras agrupados a partir da Classificação das Actividades Económicas (CAE) e, por outro, as categorias da Classificação de Mercadorias do Comércio Externo (CMCE), em correspondência com o grupo de produtos considerado.

Se a tarefa foi, como se depreende, morosa, ainda mais complicada se tornou visto ser necessário diferenciar nas estatísticas do comércio externo as respeitantes quer a Portugal (Metrópole), quer ao Ultramar quer ainda ao Resto do Mundo.

A) Relativamente aos sectores da indústria transformadora
(apuramento do Valor Bruto de Produção)

1) INDUSTRIA DOS PRODUTOS ALIMENTARES

CAE 311 e 312 : Carne e conservas de carne (31112/31119)

Lacticínios (3112)

Conservas de frutos (3113)
 Oleos alimentares (311523)
 Alimentos para animais (3122)
 Outros produtos alimentares (31154/31161
 ...31192/31211...31219)

2) INDUSTRIA DAS BEBIDAS

CAE 313 : Bebidas (31313/31314/31319/31322/31323/31324/
 31325/31329/3133/3134)

3) INDUSTRIA DOS PRODUTOS DE BORRACHA E MATERIAS PLASTICAS

CAE 355 e 356 : Borracha e artigos (35511/35512/35591/
 35592/35599)

Artigos de matérias plásticas (3560)

4) INDUSTRIA DA MADEIRA E MOBILIARIO NAO-METALICO

CAE 331 e 332 : Madeira (33111...33115/33119/33121/33122/
 331921/331929)

Mobiliário e colchoaria (33123/33201...
 33204/33209)

5) INDUSTRIA DO FABRICO DE MAQUINAS, APARELHOS E OUTRO MATE-
 RIAL ELECTRICO E NAO-ELECTRICO

CAE 382 e 383 : Máquinas não eléctricas (3821...3823/
 38241...38243/382449/38251/38252/38291/
 382923/382956/38297/38299)

Máquinas e material eléctrico (3831/3832/
 3833/38391...38393/38399/9512)

6) INDUSTRIA DA METALURGIA DE BASE E DOS METAIS NAO-FERROSOS

CAE 371 E 372 : Indústria do ferro e aço (371015/37106/
 37107/37109/38194)

Indústria dos metais não ferrosos (37201/
 37202/37203/37209)

7) INDUSTRIA DO PAPEL, PASTA DE PAPEL E CARTAO

CAE 341 E 342 : Pasta para papel (34111)

Papel, cartão e artigos (341123/34129)

Tipografia e editoriais (34201/342021/
 342022)

8) INDUSTRIA DE PRODUTOS QUIMICOS DE BASE E OUTROS

CAE 351 e 352 : Produtos químicos de base (31311/3511)

Resinosos (3511)

Adubos e pesticidas (35121/35122)

Tintas, vernizes e lacas (3521)

Produtos químicos diversos (351312/35133/

35221...35223/35229/352313/35234/35239/

3524/35291...35299)

9) INDUSTRIA DOS PRODUTOS METALICOS

CAE 381 : Mobiliário metálico e acessórios (3812)

Trefilagem de metais não ferrosos (38195)

Produtos metálicos (38111...38113/38131/38139/

38191...38193/38199)

10) INDUSTRIA DOS TEXTEIS, VESTUÁRIO, CALÇADO E CURTUMES

CAE 321, 322, 323 E 324 : Têxtil lã e mistos (32112)

Têxtil algodão e mistos (32113/

32115/32116/32119)

Têxtil fibras duras (32111/32114/

32124/32141/32142/32151/32152/

32159/32191/32199)

Vestuário (32121...32123/32129/

3213/32201...32204/32209)

Guarda-sóis e chapéus de chuva

(39096)

Calçado (2340)

Curtumes e corte de pelo (32192/

32312/32331/32339)

11) INDUSTRIA DE MATERIAL DE TRANSPORTE

CAE 384 : Construção e reparação naval (38411...38413)

Material de transporte (3842/38431...38433/3844

38491/38499)

12) INDUSTRIA DO VIDRO E PRODUTOS MINERAIS NÃO-METALICOS

CAE 361, 362 E 369 : Vidro e artigos (36201/36202)

Cimento (36921)

Outros minerais não metálicos (3610/

3691/36922...36924/36991...36999)

B) Relativamente aos produtos industriais nas estatísticas do comércio externo

SECTOR 1 : Capítulos 2,3,4,15,16,17,18 (excepto 18.01),19,
20,21

Sub-capítulos 08.05 , 09.01.01 , 25.01.03

SECTOR 2 : Capítulo 22

Sub-capítulos 11.07 , 20.07

SECTOR 3 : Capítulos 39,40 (excepto 40.01)

Sub-capítulo 97.03

SECTOR 4 : Capítulos 44 (excepto 44.03), 45,46

SECTOR 5 : Capítulo 84

SECTOR 6 : Capítulos 79 (excepto 79.01), 80 (excepto 80.01)

Sub-capítulos 73.01-18 , 74.02-03,08-09 , 78.05-6

SECTOR 7 : Capítulos 47,48,49

SECTOR 8 : Capítulos 28...38

Sub-capítulo 98.12

SECTOR 9 : Capítulos 76 (excepto 76.01), 81,82,83

Sub-capítulos 73.20-40 , 74.10-15

SECTOR 10 : Capítulos 41...43, 50...64, 67 (excepto 54.01 ,
55.01 , 57.03/04)

SECTOR 11 : Capítulos 86...89

SECTOR 12 : Capítulos 68..70

Sub-capítulos 25.20/22/23

c) Quanto aos direitos de importação que incidem sobre as mercadorias importadas pela Província de Angola.

Em primeiro lugar apurámos o valor global daqueles direitos, diferenciando a origem: Portugal e Ultramar, por um lado, e o Resto do Mundo por outro. Em segundo lugar, após apuradas as importações, determinámos a taxa média de tributação que incide sobre as importações, do ponto de vista sectorial.

A taxa média apurada foi a seguinte:

	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
PORTUGAL/ULTRAMAR	7.6	8.1	6.9	6.4	5.5	4.8	4.4	4.3	4.0	4.5	3.3	3.7
RESTO DO MUNDO	6.9	8.3	8.5	7.3	7.2	5.9	7.0	7.0	7.2	7.3	5.6	6.3

D) Quanto à série respeitante ao Produto Interno Bruto (PIB)

Recolhemos os valores a preços correntes e de mercado (milhares de escudos) insertos em VAZ (1978) e utilizámos o deflacionador extraído dos Relatórios do Banco de Angola:

PIB	DEFLACIONADOR
1961 - 16.610	100
1962 - 17.245	107
1963 - 18.641	110
1964 - 20.318	116
1965 - 22.512	123
1966 - 25.103	126
1967 - 27.141	136
1968 - 29.482	142
1969 - 33.529	145
1970 - 39.277	154
1971 - 43.794	172
1972 - 49.049	188
1973 - 55.180	211

ANEXO 2

BALANCA DE PAGAMENTOS DA R.P. ANGOLA (milhões de dólares)

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985 est
<u>1. BALANCA DE TRANSACCOES CORRENTES</u>	- 11	-181	-34.3	-615.6	-239.7	- 34	-57.2	-232.5
BALANCA COMERCIAL	110	- 46	139.8	- 243	367.3	592.8	695	601.3
Exportações	998	1182	1623.3	1270.8	1490.1	1583.1	1960	1976
Importações	888	1228	1483.4	1513.9	1122.8	990.2	1265	1374.6
BALANCA DE SERVICOS	-124	-145	-191.1	-422.7	-633.5	-659.7	-787.1	-883.3
Exportação	61.5	300	354	206.8	130.6	76.2	98	120.6
Importação	185.5	445	545.1	629.9	764.2	733.9	85.1	1004
TRANSFERENCIAS UNILATERAIS	3	10	16.9	50.1	26.4	32.8	34.9	49.4
<u>2. CAPITAIS A MEDIO E LONGO PRAZO</u>	65	65	233.8	237	100.8	54.2	203.4	224
Endividamento			416.3	494.2	328.4	346.6	528.4	487
Reembolsos			182.4	257.2	227.5	292.3	325	263
<u>3. BALANCA BASICA</u>	54	-116	199.5	-378.6	-138.8	20.2	146.2	- 8.5
<u>4. CAPITAIS A CURTO PRAZO</u>	68	143	- 92.3	212.3	106.6	- 3.3	- 66.6	
Endividamento			188.2	490.6	406.6	320	483.3	
Reembolsos			280.5	278.3	300	323.3	550	40.4
<u>5. BALANCA DAS OPERACOES NAO-</u> <u> -MONETARIAS</u>	122	27	107.1	-166.3	- 32.2	16.9	79.5	
<u>6. ERROS E OMISSOES</u>	- 32	- 12	- 19.9	- 26.8	23.3	- 12.2	- 18.5	
<u>7. BALANCA GLOBAL</u>	- 90	- 15	- 87.8	193.1	8.8	- 4.7	- 61	31.9
<u>8. VARIACAO DAS RESERVAS a)</u>	- 90	- 15	- 87.8	193.1	8.8	- 4.7	- 61	31.9
Reservas a 31/12 do ano precedente					115.5	106.7	111.4	172
Reservas a 31/12 do presente ano	364	379	308.6	115.5	106.7	111.4	172	204

FONTE : BNA (1983b), (1985) e (1986)

NOTAS : a) Sinal (-) significa Aumento

b) Os dados a partir de 1982 passaram a considerar os impostos pagos pelas companhias que operam na extracção de petróleo não na rubrica de exportações de serviços e rendimentos mas sim no das exportações de bens. Os valores retidos no exterior pelas companhias petrolíferas que são uma parte do valor das exportações e que ficava com aquelas a título de de pagamento de serviços por elas prestados e de remuneração dos capitais investidos, não eram até 1982 registados. A partir desta data passaram a ser adicionados ao valor das exportações de bens e a ser contabilizados nas importações de bens e serviços.

ANEXO METODOLOGICO 2

As séries necessárias para o método aqui empregue, exige o conhecimento de

- VBF - Valor Bruto de produção
- X - Exportações
- MP - Importações oriundas de Portugal, incluindo direitos aduaneiros
- MRM - importações oriundas do Resto do Mundo, incluindo os direitos aduaneiros

Foi tomado como ponto de partida os sectores da indústria transformadora que era possível individualizar.

A) De acordo com MIA (1986), foi possível apurar o VBF dos anos de 1973, 1978, 1979 e 1982 e com referência às seguintes indústrias (a preços correntes e em Kwanzas):

- Alimentar/Bebidas
- Química
- Madeira
- Têxteis/Vestuário/Couros e calçado
- Metalurgia de base/Produtos metálicos
- Artigos de borracha/Matérias plásticas
- Máquinas e aparelhos eléctrico e não eléctrico
- Material de transporte

B) Para as exportações e importações houve que fazer corresponder as estatísticas do comércio externo com as indústrias transformadoras.

Como estas últimas correspondiam "grosso modo" e em termos de comércio externo às Secções da CMCE, utilizou-se a chave de correspondência IACEP (1983), só possível porque se mantém em utilização na R.P. Angola a CMCE e a CAE.

As Estatísticas do Comércio Externo angolano serviram de base para a obtenção dos valores necessários. No entanto, utilizaram-se igualmente as Estatísticas do Comércio Externo de Portugal para os anos de 1978, 1979 e 1982 (exportações), visto que não existia a especificação das importações oriundas de Portugal, através das secções da CMCE. Nestes casos tivemos de multiplicar o valor daquelas exportações pelo

factor de conversão FOB/CIF (Africa), segundo publicações do Fundo Monetário Internacional:

1978 - 1.117

1979 - 1.120

1982 - 1.117

Após este cálculo, um novo problema se levantou: como uniformizar valores em Kwanzas, em Escudos portugueses e em Dólares.

Converteram-se, em primeiro lugar, os valores em Escudos no correspondente em dólares, de acordo com as taxas de câmbio inseridas nos Relatórios do Banco de Portugal. Em segundo lugar, converteram-se os dólares para Kwanzas através da cotação oficial angolana e anual: 1 dólar = 29.20 Kwanzas.

Foi a seguinte a correspondência estabelecida:

INDUSTRIAS	SECCOES CMCE	CAE
Alimentar/Bebidas	I, II, III, IV (s/Cap.24)	311/312, 313
Químicas	VI	351/352
Madeira	X	331/331
		341/342
Têxteis/Calçado	VIII, XI, XII	321/322
		323/324
Metalurgia base/		
Prod. metálicos	XV	371/372, 381
Borracha/Matérias		
Plásticas	VII	355/356
Máquinas e aparelhos	XVI, XVIII	382/383
Material de transporte	XVII	384

Esta é uma agregação possível, embora se reconheça ter grandes limitações.

C) Restava o problema dos direitos de importação.

Utilizou-se SANTOS e SANTOS (1984) onde estavam indicadas as taxas de tributação média sobre as importações. O problema da diferenciação entre Portugal e o Resto do Mundo não se colocava, visto que a mesma pauta aduaneira (direitos) é agora aplicada indistintamente, relativamente à origem das importações:

1978 - 5.66

1979 - 5.66

1982 - 9.50

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- AIP (Associação Industrial Portuguesa) (1968) - "Complementaridade Industrial e Disciplina de Investimentos", in CAEA (1968), pp.137-145, Lisboa
- ALBUQUERQUE, L.P. (1971) - "Considerações sobre o Problema das Transferências de Angola", Actividade Económica de Angola, nº92/93, pp.79-88, Luanda
- ALMEIDA, M. (1973) - "Bases Gerais da Política Cambial de Angola para 1974, Relativa a Mercadorias", Actividade Económica de Angola, nº102, pp.5-6, Luanda
- BALASSA, B. (1961) - The Theory of Economic Integration, Clássica Editora, 2ª Edição, Lisboa (tradução portuguesa, 1972)
- BALTAR, E.D. (1973) - "O Espírito de Empresa, um factor Estratégico do Desenvolvimento Económico: a Iniciativa Privada Angolana Face ao Actual Sistema de Pagamentos sobre o Exterior", Actividade Económica de Angola, nº101, pp.45-52, Luanda
- BERGLASS, E. (1979) - "Preferential Trading Theory: The n commodity Case", Journal of Political Economy, vol.87, nº21, pp.315-331
- BHAGAVAN, M.R. (1986) - Angola's Political Economy 1975-1985, Scandinavian Institute of African Studies, Uppsala
- BHAMBRI, R.S. (1962) - "Customs Unions and Underdeveloped Countries", Economia Internazionale, vol.XV, Março, pp.235-257
- BID (BANQUE INTERAMERICAINE DE DEVELOPPEMENT) (1984) - Progrès Economique et Social en Amérique Latine - L'Intégration Economique, Rapport 1984, BID, Washington
- BNA (Banco Nacional de Angola) (1980) - Normas Gerais para os Importadores, Rep. Pop. Angola, Luanda
- BNA (1983a) - Situação Actual e Evolução da Balança de Pagamentos no Período 1983-85, Rep. Pop. Angola, Luanda
- BNA (1983b) - Carta Enviada ao Presidente do Banco de Fomento pelo Governador do BNA e Ministro das Finanças da RPA, 3/3/83, Rep. Pop. Angola, Luanda
- BNA (1985) - Balança de Pagamentos - Nova Série Respeitante ao Período de 1982-84, Rep. Pop. Angola, Luanda
- BNA (1986) - Medium and Long Term External Debt, Rep. Pop. Angola, Luanda

- BRADA, J.C. and MENDEZ, J.A. (1985) - "Economic Integration Among Developed, Developing and Centrally Planned Economies: a Comparative Analysis", The Review of Economics and Statistics, vol. LXVII, nº4, Novembro, pp. 549-556
- BRITO, J.B. (1986) - "Condicionamento Industrial: o Processo da Fábrica de Pneus Alter - Um Caso Exemplar?", Estudos de Economia, Vol. VI, nº4, pp. 477-494
- BRITO, J.B. (1987) - O Condicionamento Industrial e o Processo Português de Industrialização após a II Grande Guerra, (Tese de Doutoramento), Instituto Superior de Economia, Lisboa
- CABRITA, H. (1960) - "O Problema das Transferências de Angola", Ultramar, nº1, Lisboa
- CABRITA, H. (1962) - "Integração Económica do Espaço Português", Ultramar, nº10, Lisboa
- CAEA (Centro das Actividades Económicas de Angola) (1968) - I Simpósio sobre Angola, realizado em Lisboa, Março de 1967, Lisboa
- CASTRO, L.F.O. (1962) - "Mercado Unico Português", Ultramar, nº9, pp. 61-80, Lisboa
- CHACHOLIADES, M. (1978) - International Trade Theory and Policy, McGraw-Hill, New York
- CHENERY, H. e SYRQUIN, M. (1975) - Patterns of Development (1950-1970), Oxford University Press, Grã-Bretanha
- CHOI, J.-Y. e YU, E.S. (1984) - "Customs Unions Under Increasing Returns to Scale", Economica, Vol. 51, nº202, pp. 195-203
- CLARENCE-SMITH, G. (1985) - The Third Portuguese Empire, 1825-1975, Manchester University Press, Grã-Bretanha
- CNUCED (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento) (1988) - CnuCED Bulletin, nº244, Junho, Geneve
- COLLIER, P. (1979) - "The Welfare Effects os Customs Unions: an Anatomy", The Economic Journal, vol. 89, Março; pp. 84-95
- COLLIER, P. (1985) - "Commodity Aggregation in Customs Unions", Oxford Economic Papers, vol. 37, pp. 677-682
- COOPER, C.A. and MASSEL, B.F. (1965) - "A New Look at Customs Union Theory", Economic Journal, vol. 75, pp. 742-747, reeditado in Robson (ed.) (1972), pp. 91-98

- COOPER, C.A. and MASSEL, B.F. (1965a) - "Toward a General Theory of Customs Unions for Developing Countries", Journal of Political Economy, vol.73, pp.461-476
- CORDEN, W.M. (1972) - "Economies of Scale and Customs Union Theory", Journal of Political Economy, vol.80, pp.465-475
- CUNHA, F.A.C. (1960) - "Os Territórios Ultramarinos e as Integrações Económicas", Economia e Finanças, Vol.XXVIII (Tomo 3), ISCEF, pp.409-490 e pp.1058-1276, Lisboa
- DILOLWA, C.R. (1978) - Contribuição à História Económica de Angola, Rep. Pop. Angola, Luanda
- DIOGO, A. (1963) - Rumo à Industrialização de Angola, JDI/FFPE, Luanda
- EIU (The Economist Intelligence Unit) (1986) - Country Profile - Angola, Londres
- EIU (The Economist Intelligence Unit) (1987) - Country Report - Angola, nº1, Londres
- EL AGRAA, M.A. (1983) - The Theory of International Trade, St. Martin's Press, New York
- EL AGRAA, M.A. (1985) - "International Economic Integration", in Greenaway (ed.) (1985), pp.183-206
- FERREIRA, E.S. (1980) - "La Transformación y Consolidación de la Economía en Angola, 1930-1974", Estudios de Asia y Africa, Vol.XV, nº3, pp.572-616, México
- FERREIRA, E.S.(ed.) (1983) - Integração Económica, Edições 70/CEDEP, Lisboa
- FERREIRA, E.S. (1983) - "Teoria da integração e países pouco desenvolvidos", in Ferreira (ed.) (1983), pp.69-80
- FERREIRA, M.E. (1986) - "Caracterização Empresarial, Estrutura e Condicionantes das Exportações Portuguesas para a R.P. Angola, 1976-1984", Estudos de Economia, Vol.VI, nº3, pp.385-409, Lisboa
- GPE (Gabinete de Promoção de Exportações) (1972) - Investir em Angola, Serviço Provincial de Economia, Luanda
- GPIE (Gabinete de Planeamento e Integração Económica) (1972) - IV Plano de Fomento - Ultramar, Relatório Geral de Apresentação (Angola), Ministério do Ultramar, Lisboa
- GREENAWAY, D.(ed.) (1985) - Current Issues in International Trade MacMillan Publishers, London

- GRUBEL, H.G. (1982) - "Towards a Theory of Free Economic Zones", Weltwirtschaftliches Archiv, 118(1), pp.39-61
- HABERLER, G. (1964) - "Integration and Growth of the World Economy in Historical Perspective", The American Economic Review, vol.LIV, nº2, Parte I, pp.1-22
- HAMILTON, C. and SVENSSON, L. (1982) - "On the Welfare Effects of a Duty-Free Zone", Journal of International Economics, vol.13, pp.45-64
- HAZLEWOOD, A. (1966) - "The East African Common Market: Importance and Effects", Bulletin of the Oxford University Institute of Economics and Statistics, vol.28, nº1, pp.1-18
- HINE, R.C. (1985) - The Political Economy of European Trade: an Introduction to the Trade Policies of the EEC, Harvester Press, Sussex
- IACEP (Instituto de Análise da Conjuntura e Estudos de Planeamento), (1983) - Sistema de Matrizes para o Continente (1977), Ministério das Finanças e do Plano, Lisboa
- IPCS (Inspeção Provincial de Créditos e Seguros) (1974) - Relatório sobre a Actividade do Fundo Cambial de Angola, 1973 (Confidencial), Luanda
- JAYAWARDENA, D.L.U. (1983) - "Free Trade Zones", Journal of World Trade Law, pp.427-444
- JOHNSON, H. (1962) - Money, Trade and Economic Growth, Ediciones Rialp, Madrid (versão espanhola, 1965)
- JOHNSON, H. (1965) - "An Economic Theory of Protectionism, Tariff Bargaining and the Formation of Customs Unions", The Journal of Political Economy, vol.LXXIII, nº3, pp.256-283
- JOHNSON, H. (1971) - Aspects of the Theory of Tariffs, George Allen & Unwin Ltd, Oxford
- JOHNSON, H. (1974) - "Trade Diverting Customs Unions: a Comment", The Economic Journal, vol.84
- JOHNSTON, J. (1984) - Econometric Methods (3ª Edição), McGraw-Hill, Tokyo
- KLEIMAN, E. (1976) - "Trade and the Decline of Colonialism", The Economic Journal, 86, Setembro, pp.459-480
- KLEIMAN, E. (1977) - "Heirs to Colonial Trade", Journal of Development Economics, 4, pp.93-103

- KLEIMAN, E. (1978a) - "Cultural Ties and Trade: Spain's Role in Latin America", Kyklos, Vol.31, Fasc.2, pp.275-290
- KLEIMAN, E. (1978b) - "Metropolitan Exports Lost Through Decolonization - Some Conceptual and Statistical Problems", Oxford Bulletin of Economics and Statistics, Vol.40, nº3, pp.273-280
- KRAUSS, M.B. (1972) - "Recent Developments in Customs Unions Theory:an Interpretive Survey", Journal of Economic Literature, 10, Junho, pp.413-436
- KREININ, M.E. (1964) - "On the Dynamic Effects of a Customs Union", The Journal of Political Economy, Vol.LXXII,nº2, pp.193-195
- KREININ, M.E. (1972) - "Effects of the EEC on Imports of Manufactures", The Economic Journal, Vol.82, nº327, pp.897-920
- KREININ, M.E. (1974) - Trade Relations of the EEC:an Empirical Investigation, New York
- KRUGMAN, P. (1988) - "La Nueva Teoría del Comercio Internacional y los Países Menos Desarrollados", El Trimestre Económico, vol.LV (1), nº217, pp.41-66
- LIMA, M. (1968) - "Evolução do Comércio Externo de Angola, Tendo em Conta o Movimento de Integração Económica do Espaço Português", in CAEA (1968), pp.105-125
- LIPSEY, R.G. (1957) - "The Theory of Customs Unions:Trade Diver-sion and Welfare", Economica, vol.24, pp.40-46, reproduzido in Robson (ed.) (1972),pp.59-67
- LIPSEY, R.G. (1960) -" The Theory of Customs Unions: a General Survey", Economic Journal, vol.70, Setembro, pp.496-513
- LIVINGSTONE, I. (1976) - "The Impact of Colonialism and Independence on Export Growth in Britain and France", Oxford Bulletin of Economics and Statistics, Vol.38, nº3, pp.211-218
- LIZANO, E. (1976) - "Integration of Less Developed Areas and of Areas on Different Levels of Development", in Machlup (ed.) (1976), pp.275-284
- LLOYD, P.J. (1982) - "3 x 3 Theory os Customs Unions", Journal of International Economics, vol.12, pp.41-63
- LOPES, S. (1963) - "A Integração Económica do Espaço Português.O seu Significado e as suas Implicações", Revista de Economia, Vol.XV, Fasc.I, pp.17-32, Lisboa

- LOPES, S. (1964) - Introdução À Teoria da Integração Económica, ISCSPU, Lisboa
- MACHLUP, F. (ed.) (1976) - Economic Integration: Worldwide, Regional and Sectoral (proceedings of the 4th Congress of the International Economic Association held at Budapest, Hungary), The MacMillan Press Ltd, Bath
- MAKOWER, H. and MORTON, G. (1953) - "A Contribution Towards a Theory of Customs Unions", The Economic Journal, vol. LXIII, nº249, pp.33-49
- MARQUES, A. (1980) - La Politique Economique Portugaise dans la Période de la Dictature (1926-1974), (Tese de Doutoramento), Université des Sciences Sociales - Grenoble II
- MARQUES, W. (1963) - "Parecer sobre o Projecto da Nova Pauta de Importação de Angola e sua Orientação", Actividade Económica de Angola, nº66, pp.41-104
- MARQUES, W. (1965) - Problemas do Desenvolvimento Económico de Angola, JDI/FFPE, Luanda
- MARTINEZ, J.F.T. e OLIVEIRA, J.C. (1961) - "Alguns Aspectos da Unidade-Económica Nacional", Actividade Económica de Angola, nº59/60, pp.29-50
- MARTINS, R. (1961) - "Balança de Pagamentos e Situação Cambial de Angola", Actividade Económica de Angola, nº59/60, pp.5-28
- MAYES, D.G. (1978) - "The Effects of Economic Integration on Trade", Journal of Common Market Studies, Vol. XVII, nº1, pp.1-25
- McMILLAN, J. and McCANN, E. (1981) - "Welfare Effects in Customs Unions", The Economic Journal, vol. 91, nº363, pp.697-703
- MEADE, J.E. (1956) - The Theory of Customs Unions, Cap.11, pp.29-43, reeditado in Robson(ed.) (1972), pp.48-58
- MEADE, J.E. (1968) - "The Distribution of Gains in Customs Unions Between Developing Countries", Kyklos, vol.21, fasc.4, pp.713-734, reeditado in Robson(ed.) (1972), pp.278-303
- MELVIN, J.R. (1969) - "Comments on the Theory of Customs Unions", The Manchester School of Economic and Social Studies, vol.37 nº2, pp.161-168
- MENDONÇA, P.C. (1961) - "A Guiné Portuguesa Perante a Associação Europeia de Comércio Livre e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio", Boletim da Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné, nº45/46 (Separata), pp.7-43

- MIA (Ministério da Indústria da R.P. Angola) (1986) - Comunicação apresentada pelo Ministro da Indústria à Conferência Mesa-Redonda de Junho, Luanda
- MIKESELL, R.F. (1963) - "The Theory of Common Markets and Developing Countries", in Robson(ed.) (1972), pp.166-194
- MIYAGIWA, K.F. (1986) - "A Reconsideration of the Welfare Economics of a Free-Trade Zone", Journal of International Economics, vol.21, pp.337-350
- MONTEIRO, M.G. (1964) - Elementos de Direito Aduaneiro e de Técnica Pautal, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, nº74, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa
- MONTEIRO, M.G. (1966a) - "Breves Notas sobre a Evolução da Integração Económica do Espaço Português", Revista Aduaneira, nº141, pp.16-19
- MONTEIRO, M.G. (1966b) - "Breves Notas sobre a Evolução da Integração Económica do Espaço Português", Revista Aduaneira, nº142, pp.16-20
- MONTEIRO, M.G. (1968) - "Alguns Aspectos da Integração Económica do Espaço Português", Actividade Económica de Angola, nº80, pp.12-26
- MORGADO, N.A. (1961/62) - "O Ultramar na Vida da Nação (o Ultramar no Desenvolvimento Económico da Nação)", Actividade Económica de Angola, nº61/63, pp.5-14
- MORGADO, N.A. (1969) - "A Integração do Espaço Económico Português", Ultramar, nº37/38, pp.21-32
- MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) (1977a) - Teses e Resoluções do I Congresso, Rep. Pop. Angola, Luanda
- MPLA (1977b) - Relatório do CC ao I Congresso do Mpla, Rep. Pop. Angola, Luanda
- MPLA (1977c) - Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico e Social da RPA - 1978/80, Rep. Pop. Angola, Luanda
- MPLA (1980a) - Relatório do CC ao I Congresso Extraordinário do Partido Mpla/PT, Rep. Pop. Angola, Luanda
- MPLA (1980b) - Resoluções e Mensagens, Rep. Pop. Angola, Luanda
- MPLA (1985a) - Projecto Tese sobre Desenvolvimento da Produção Material, Rep. Pop. Angola, Luanda
- MPLA (1985b) - Sistema de Direcção da Economia - II Congresso, Rep. Pop. Angola, Luanda

- MUNDELL, R.A. (1964) - "Tariff Preferences and the Terms of Trade", The Manchester School of Economic and Social Studies, vol.32, pp.1-13
- NICOLAIDES, P. (1987) - "Customs Unions and Preferential Trading: the (In)Significance of Reciprocity", Weltwirtschaftliches Archiv, vol.123, nº3, pp.488-495
- OECE (1957) - "Rapport sur la Possibilité d'Instituer une Zone de Libre Echange", Análise Económica, nº7/8, Fevereiro, (tradução portuguesa, 1959)
- OLIVEIRA, C. (1961) - "A Livre Circulação de Mercadorias e o Sistema de Pagamentos Inter-Regionais no Espaço Português", Revista Aduaneira, nº87, pp.5-8
- OLIVEIRA, J.E.C. (1967) - "Problemas da Integração Económica Nacional", Actividade Económica de Angola, nº79
- OLIVEIRA, J.E.C. (1972) - Servindo o Futuro de Angola, Luanda
- PIRES, A. (1961) - "A Questão Cambial de Angola", Actividade Económica de Angola, nº59/60, pp.79-103
- PATEL, I.G. (1976) - "Report on Group Discussion", in Machlup (ed.) (1976), pp.301-304
- PENAHERRERA, G.S. (1983) - "Progreso y Problemas de la Integración Económica: una Visión de Conjunto", El Trimestre Económico, pp.697-733
- PEARSON, S.R. and INGRAM, W.D. (1980) - "Economies of Scale, Domestic Divergences and Potential Gains from Economic Integration in Ghana and the Ivory Coast", Journal of Political Economy, vol.88, nº5, pp.994-1008
- POMFRET, R. (1986) - "The Theory of Preferential Trading Arrangements", Weltwirtschaftliches Archiv, nº3, pp.439-465
- POMFRET, R. (1986a) - "The Trade-Diverting Bias of Preferential Trading Arrangements", Journal of Common Market Studies, vol.XXV, nº2, pp.109-117
- PREWD, W.E. (1974) - "Integration Effects in the EEC", European Economic Review, Vol.5, pp.379-405
- PROVINCIA DE ANGOLA (1972) - O Novo Regime de Pagamentos, Luanda
- RIEZMAN, R. (1985) - "Customs Unions and the Core", Journal of International Economics, vol.19, pp.355-365
- ROBSON, P. (1968) - "The African Experience of Common Markets", Intereconomics, nº4, pp.101-105

- ROBSON, P. (ed.) (1972) - International Economic Integration, Penguin Books Ltd, Suffolk
- ROBSON, P. (1985) - Teoria Económica da Integração Internacional, Coimbra Editora, Coimbra
- ROMAO, A. (1983) - Portugal Face à CEE, Livros Horizonte, Lisboa
- SANTOS, C. e SANTOS, G. (1984) - Diagnóstico do Regime Fiscal da Rep. Pop. Angola, NOEI, Lisboa
- SPE (Secretaria Provincial de Economia) - Economia de Angola: Evolução e Perspectivas, 1962-1969, Volume I, Luanda
- SHIBATA, H. (1967) - "A Theory of Free Trade Areas", in Robson (ed.) (1972), pp.68-87
- SILVA, A. (1986) - An Analysis of the Effects of Preferential Trade Policies Through the Estimation of Quantitative Models: the Case of Portugal, (Tese de Doutoramento), Universidade de Reading, Inglaterra
- SILVA, A.N. e REGO, L.A. (1984) - Teoria e Prática da Integração Económica, Porto Editora, Porto
- SILVA, C.E.C. (1966a) - "Integração Económica do Espaço Português" (comunicação apresentada no Seminário sobre Desenvolvimento Económico, Lisboa, 1965), Actividade Económica de Angola, nº75
- SILVA, C.E.C. (1966b) - "Desenvolvimento Económico do Espaço Português" (encerramento da Semana do Ultramar, Luanda, 1966), Actividade Económica de Angola, nº75
- SPRAOS, J. (1964) - "The Condition for a Trade-Creating Customs Union", Economic Journal, Março, pp.101-108
- STERN, R.M. (1973) - "Tariffs and Other Measures of Trade Control: a Survey of Recent Developments", Journal of Economic Literature, pp.857-888
- TORRES, A. (1983) - "Balança de Pagamentos e Integração de Angola nos Finais do Período Colonial", Estudos de Economia, Vol.III nº3, pp.313-329
- TUSSIE, D. (1981) - "Nuevas Rutas de la Integración latinoamericana", Comercio Exterior, vol.31, nº12, México
- VAZ, J.M. (1978) - Portugal and her Overseas Territories: a Study in Economic Association and Co-operation, (Tese de Doutoramento), Universidade de Exeter, Inglaterra

- VERDOORN, P.J. e VAN BOCHOVE, C.A. (1972) - "Measuring Integrati-
on Effects:a Survey", European Economic Review, nº3, pp.337-49
- VINER, J. (1950) - The Customs Union Issue, Cap.IV, pp.41-55, in
Robson (ed.) (1972), pp.31-47
- WANG, N.T. (1967) - "Preferential Schemes: a Reappraisal", Banca
Nazionale del Lavoro, pp.73-98
- WILLIAMSON, J. e BOTTRILL, A. (1971) - "The Impact of Customs
Unions on Trade in Manufactures", Oxford Economic Papers,
Vol.23, Novembro, pp.323-351
- WONNACOTT, P. e WONNACOTT, R. (1981) - "Is Unilateral Tariff Re-
duction Preferable to a Customs Union? The Curious Case of
the Missing foreign Tariffs, The American Economic Review,
Vol.71, nº4, pp.704-714
- WOOTON, I. (1986) - "Preferential Trading Agreements:an Investi-
gation", Journal of International Economics, vol.21, pp.81-97

*

*

*

Revistas e Publicações

Actividade Económica de Angola
Estatísticas do Comércio Externo (Portugal)
Estatísticas do Comércio Externo (Província de Angola)
Estatísticas do Comércio externo (Rep. Pop. Angola)
Estatísticas Industriais (Província de Angola)
Relatórios do Banco de Angola
Revista Aduaneira
Revista Ultramar

Legislação

Diário do Governo (Portugal e Ultramar)
Boletim Oficial (Portugal e Ultramar)
Diário da República (Rep. Pop. Angola)